



35<sup>o</sup>

# CONSINASEFE

Construindo um SINASEFE forte, independente,  
inclusivo e de luta: desafios para a organização

**15 a 19** da classe trabalhadora  
de novembro  
de 2023 BRASÍLIA-DF



# CADERNO DE TESES





A responsabilidade das informações e/ou opiniões contidas neste Caderno de Teses é de cada sindicalizado(a) que assina o respectivo texto da tese. Não foram feitas correções de grafia, sintaxe, ortografia, pontuação e/ou gramática no conteúdo enviado pelos sindicalizados(as). A formatação e diagramação deste material foi realizada por Scarlett Rocha (Decom/SINASEFE).

A Comissão de Organização do 35º CONSINASEFE é composta por:

Diego Rodolfo (DN)

Denilza Frade (DN)

Glábia Dutra (SINASEFE IFMG)

Mariana Magno Lessa Ribeiro (SINASEFE IFFluminense)

Raimundo de Jesus da Conceição (SINASEFE Sergipe)

Rian Rodrigues (SINASEFE IFFluminense)

Rita Sidmar Alencar Gil (DN)

Silvio Sergio Oliveira Rodrigues (Sintef-PB)

Tânia Regina De Sousa (DN)

William Do Nascimento Carvalho (Sindscope)



# Sumário

---

## **TESES DE CONJUNTURA**

---

- 01. O governo Lula-Alckmin atende os interesses da classe trabalhadora? Pg. 12**
- 02. Contribuições do Movimento Luta de Classes à análise da conjuntura Pg. 16**
- 03. Tese da Corrente Proletária na Educação CPE-POR Pg. 24**
- 04. Movimento sindical, novas mídias e comunicação digital Pg. 29**
- 05. Por um SINASEFE com independência de classe e de luta Pg. 34**
- 06. Tese de conjuntura do Coletivo Pão e Rosas sobre o plano de lutas Pg. 41**
- 07. Tese de conjuntura do Coletivo Pão e Rosas ao 35º CONSINASEFE Pg. 46**
- 08. Agora é tempo de ocupar as ruas! Organizar as lutas pela conquista de direitos e em defesa dos serviços públicos, derrotar a extrema-direita e impedir a catástrofe ambiental. Pg. 57**
- 09. O SINASEFE e as Centrais Sindicais Pg. 62**
- 10. SINASEFE independente, democrático, inclusivo e de lutas Pg. 65**
- 11. Só a luta muda a vida Pg. 69**
- 12. O que faremos já no segundo ano de mandato de Lula? Pg. 77**
- 13. A crise do capital se aprofunda: que os ricos paguem pela crise. O SINASEFE deve estar a serviço dos/as trabalhadores/as Pg. 83**
- 14. SINASEFE democrático, independente, inclusivo, fortalecido e de lutas Pg. 89**
- 15. Técnico-administrativos(as) em Educação: na luta por visibilidade, representatividade e melhores condições de trabalho Pg. 94**

- 16. Escola “sui generis” não existe! Pelo reconhecimento das escolas assistenciais da rede sistema colégio militar do Brasil e de outras similares na estrutura do ministério da defesa como escolas de educação básica** **Pg. 98**
- 17. Por uma educação profissional e tecnológica a serviço dos(as) trabalhadores(as), da democracia e pela soberania nacional** **Pg. 103**
- 18. AVANÇANDO NA LUTA: Por instituições de ensino mais democráticas nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa** **Pg.110**
- 

## **TESES DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

---

- 01. Tese da Corrente Proletária na Educação CPE-POR ao 35º CONSINASEFE** **Pg. 118**
- 

## **TESES ESTATUINTES**

---

- 01. Tese de Modificação do Artigo 33** **Pg. 126**
- 02. Tese de inserção de parágrafo do artigo 33** **Pg. 127**
- 03. TESE DE ADIÇÃO DE ARTIGO** **Pg. 128**
- 04. Tese de alteração Estatutária/ Art. 74 e adição de Parágrafo único na alínea a).** **Pg. 129**
- 05. TESE ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA – SINASEFE CONCÓRDIA** **Pg. 130**
- 06. Tese unificada de mulheres 3: Alterações Estatutárias (Proposta de Inclusão)** **Pg. 132**

<b>07. Tese unificada de mulheres 4: Alterações Estatutárias Estatutárias (Proposta de Inclusão)</b>	<b>Pg. 141</b>
<b>08. Tese de alteração Estatutária–Artigo 20, modificação alínea J</b>	<b>Pg. 149</b>
<b>09. Tese de alteração Estatutária – Artigo 62</b>	<b>Pg. 150</b>
<b>10. Apoiar e desenvolver ações que promovam a luta contra o racismo, a misoginia e a LGBTQIAPN+fobia</b>	<b>Pg. 151</b>
<b>11. Tese Estatutária da Corrente Proletária na Educação – CPE/POR ao 35º CONSINASEFE - Mudança no Artigo 73, Parágrafo 1º</b>	<b>Pg. 152</b>
<b>12. Organização administrativa da Direção Nacional: uma questão de fortalecimento sindical</b>	<b>Pg. 153</b>
<b>13. Tese de inclusão - paridade entre TAE's e docentes nas coordenações do SINASEFE</b>	<b>Pg. 156</b>
<b>14. Tese estatutária do Coletivo PÃO E ROSAS ao 35º CONSINASEFE</b>	<b>Pg. 158</b>
<b>15. Transparência e divulgação dos gastos da DN do SINASEFE</b>	<b>Pg. 163</b>
<b>16. CNSC e CND, instrumentos coletivos para construção da carreira</b>	<b>Pg. 165</b>
<b>17. Plantões DN e funcionamento das comissões, conselhos e GTs com desdobramentos no regimento interno</b>	<b>Pg. 167</b>
<b>18. Fortalecer o SINASEFE democrático, inclusivo e de lutas</b>	<b>Pg. 169</b>
<b>19. Fortalecer no SINASEFE a democracia</b>	<b>Pg. 170</b>
<b>20. Fortalecer a inclusão e a democracia no SINASEFE</b>	<b>Pg. 171</b>
<b>21. Tese de modificação de artigos - (art. 16º § 1º)</b>	<b>Pg. 172</b>
<b>22. Tese estatutária: de modificação dos artigos 21, 33 e 36</b>	<b>Pg. 173</b>
<b>23. Tese de modificação da alínea "a" do artigo 35 em inciso modificar em incisos as alíneas: b, c, d, e, f, e g do artigo 35 e adição dos § 3º e § 4º</b>	<b>Pg. 174</b>
<b>24. Modificação de artigo abrangência da representação sindical do SINASEFE nacional</b>	<b>Pg. 176</b>

<b>25. Tese estatutária: modificação do complemento da sigla SINASEFE (abrangência da representação sindical do SINASEFE nacional)</b>	<b>Pg. 178</b>
<b>26. Adição de alínea no artigo 14</b>	<b>Pg. 180</b>
<b>27. Tese de modificação do artigo 2º do Estatuto Nacional</b>	<b>Pg. 181</b>
<b>28. Modificação do artigo 16 e parágrafo 1º - aumento de mais um delegado de base na Plena</b>	<b>Pg. 183</b>
<b>29. Modificação do § 3º do art. 10</b>	<b>Pg.185</b>
<b>30. Tese de supressão do artigo 82</b>	<b>Pg. 187</b>
<b>31. Modificação do parágrafo § 1º e § 2º do artigo 73. Ata específica na Plena que registrar a substituição de membros da DN</b>	<b>Pg. 188</b>
<b>32. Inclusão do § 4º no artigo 80 do ESTATUTO</b>	<b>Pg. 190</b>
<b>33. Inserção de parágrafo ao Art. 36.</b>	<b>Pg. 192</b>
<b>34. Inserção ao Art. 38</b>	<b>Pg. 194</b>
<b>35. modificação do Art. 37</b>	<b>Pg. 195</b>
<b>36. Supressão do § Único do art. 39</b>	<b>Pg. 197</b>
<b>37. Tese de modificação de artigos (Art. 2º, 6º, 7º, 8º, 24º, 25º, 26º, 30º)</b>	<b>Pg. 198</b>
<b>38. Tese estatutária composição CND e CNS</b>	<b>Pg. 203</b>
<b>39. Tese de modificação de artigos (Art. 18º e 19º)</b>	<b>Pg. 207</b>

---

## ***TESES SOBRE ESTRUTURA/IMÓVEL E FUNCIONAMENTO DA DN***

---

<b>01. Organização Administrativa da Direção Nacional: uma questão de fortalecimento sindical</b>	<b>Pg. 216</b>
<b>02. Luta pela garantia da dignidade dos servidores e servidoras aposentados(as)</b>	<b>Pg. 220</b>

- 03. Organização nacional e luta integrada dos servidores do MD: por uma Comissão Nacional de Servidores Civis lotados nas Instituições de Educação Básica administradas pelo Ministério da Defesa** Pg. 224
- 04. Venda do terreno da DN/SINASEFE condicionada à compra de um imóvel/auditório para realizar as Plenas** Pg. 231
- 05. Estrutura organizacional do SINASEFE nacional e nos estados (SINASEFE nacional ou federação) e filiação a uma central sindical** Pg. 234

---

## **TESES SOBRE COMBATE ÀS OPRESSÕES**

---

- 01 - Tese unificada de mulheres: Não haverá luta sem nós: pela ampliação e aprimoramento dos mecanismos de participação das mulheres nos espaços de poder** Pg. 240
- 02 - Tese unificada de mulheres: Por um sindicato feminista, antirracista, antilgbtfóbico, anticapacitista, anti-etarista, anticapitalista e socialista – as mulheres como vanguarda da construção de um SINASEFE combativo** Pg. 253
- 03 - Não somos invisíveis e exigimos nosso espaço! Pela criação da Coordenação LGBTQIA+ do SINASEFE** Pg. 265
- 04 - SINASEFINHO: brincar e resistir** Pg. 274
- 05 - Tese da Corrente Proletária na Educação CPE-POR ao 35º CONSINASEFE Combater o Capitalismo: raiz de todas as formas de opressão** Pg. 280
- 06 - Contribuições para o debate sobre a opressão lgbtfóbica no 35º CONSINASEFE** Pg. 283
- 07 - Observatório Afro - Indígena da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica** Pg. 286
- 08 - A questão racial na política sindical do SINASEFE** Pg. 291
- 09 - Reorganizando para Fortalecer a Luta contra as Opressões Étnico-Raciais e LGBTQIA+** Pg. 301



# ***TESES DE CONJUTURA***



## ***01 - O governo Lula-Alckmin atende os interesses da classe trabalhadora?***

### **MEP SINASEFE**

A agenda neoliberal aprofundou-se nos últimos anos através da coerção econômica, do desmonte das organizações da classe e pela força, com a crescente ideologia dominante do empreendedorismo e da inovação, como panaceias para a superação do desemprego estrutural. No caso brasileiro, o capital avançou de forma acelerada com a agenda pós-golpe de 2016 e implementou as reformas trabalhista e previdenciária, nos governos Temer e Bolsonaro, que alteraram profundamente a legislação e a proteção social do trabalho no país, além de recorrentes cortes em investimentos e gasto com serviços públicos.

Após um período de governos “puro sangue” de direita, que implementaram de forma aberta e acelerada um programa de retirada de direitos dos/as trabalhadores/as, sem concessões ou negociações com as representações sindicais, a vitória de Lula, em 2022, sinalizou para setores significativos do proletariado um cenário de alívio e de possibilidades de retomada de direitos para a classe trabalhadora.

Porém, desde o período eleitoral, a chapa Lula-Alckmin não se comprometeu com a reversão de medidas como a reforma trabalhista, sinalizando apenas para mitigação de alguns pontos da legislação, mas sem apresentar detalhes sobre quais artigos seriam revogados.

O que podemos verificar no primeiro ano de governo Lula é a retomada da política de conciliação de classes, mas em patamares ainda mais rebaixados do que o observado no período 2003-2016. Além disso também temos acompanhado a aplicação de uma política que representa pequenos ganhos salariais conjunturais, sem mudanças estruturais que impliquem a ampliação dos direitos trabalhistas, bem como falsas reformas como a tributária, eleitoral, agrária e administrativa.

Na comparação com os governos Temer e Bolsonaro, a atual gestão petista apresenta ações que contemplam algumas demandas da classe trabalhadora e que recolocaram as representações das/os trabalhadoras/es nas mesas de negociação governamentais. Dado o desastre que foram os governos pós-golpe, medidas paliativas acabam sendo superdimensionadas, mas a realidade é que elas estão muito aquém de resolver os problemas que afetam a classe trabalhadora.

Entre tais ações, podemos citar a retomada da política de aumento anual do salário-mínimo acima da inflação; a atualização da tabela do imposto de renda,

desonerando quem ganha até dois salários-mínimos; a aprovação do Piso Salarial Nacional da Enfermagem; o reajuste do Piso Salarial Nacional do Magistério em 15%; e o reajuste emergencial de 9% para os servidores públicos federais que, vale lembrar, já estavam previstos na LOA de 2022.

Foram medidas adotadas nos primeiros meses do governo Lula que mitigaram algumas das demandas das/os trabalhadoras/es brasileiras/es. O que, combinado ao controle da inflação, ajuda a explicar as pesquisas que revelam o crescimento do otimismo dos brasileiros em relação à economia e à maior taxa de aprovação popular do governo desde o seu início.

O governo Lula-Alckmin também aposta na constituição de mesas de negociação, reforçando o caráter de um governo de conciliação de classes. Como exemplo, podemos citar a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaboração de proposta de reestruturação das relações de trabalho e valorização da negociação coletiva, do grupo de trabalho que debate a regulamentação do trabalho por intermédio de plataformas digitais, do grupo de trabalho que trata da igualdade salarial entre homens e mulheres e a instituição da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

Porém, as possibilidades de avanço de tais espaços de negociação são muito limitadas e tendem a se encaminhar para a adoção de medidas superficiais, tendo em vista que não há movimentação do governo para a revogação da reforma trabalhista, nem mesmo de forma parcial.

A reforma da previdência também segue intocada e a política econômica de Lula-Alckmin, expressa no novo arcabouço fiscal e na perseguição do superávit primário máximo para pagamento de juros da dívida pública, representa a continuidade da implementação de políticas de austeridade fiscal, que implica a restrição dos investimentos estatais, atingindo diretamente as/os trabalhadoras/es do serviço público, aos quais foi apresentada uma proposta de reajuste de menos de 1% para 2024 e em cortes nos investimentos em áreas sociais, que afetarão o conjunto da classe trabalhadora.

Diante de tal cenário, coloca-se a questão de como devemos agir. Primeiramente, é importante que o sindicato esteja ao lado da classe trabalhadora em suas lutas imediatas por melhores condições de vida e trabalho, articulando-se aos movimentos de base das diferentes categorias, procurando fomentar a organização e a formação política, por meio de um intenso trabalho de base.

Outra ação importante é apontar para os limites do governo de conciliação de classe, apresentando que os ganhos conjunturais, ainda que possam mitigar os problemas econômicos de amplos setores sociais, não são suficientes. Diante de uma nova crise ou aumento da inflação, os aumentos salariais serão corroídos

rapidamente, o que pode piorar em caso de um novo golpe ao qual está sujeito um governo de conciliação, como ficou claro após 2016.

É preciso retomar o horizonte das lutas pela revogação total da reforma trabalhista e da reforma da previdência; pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; pela estabilidade no trabalho; pelo salário-mínimo calculado pelo DIEESE (R\$ 6.280,93 em set/23) e previsto na Constituição Federal; pela reestatização das empresas públicas privatizadas; pela luta contra todas as formas de terceirização; pelo fim do banco de horas; pela valorização dos servidores públicos e ampliação dos concursos; pela derrubada da reforma administrativa; pela defesa de salários iguais para trabalhos iguais; pela eliminação das formas modernas de trabalho escravo, expressa, por exemplo, pelo trabalho no sistema prisional.

Mas tais bandeiras táticas não podem se apresentar dissociadas do horizonte estratégico da revolução socialista. Devemos pautar que não é possível avançar em direitos trabalhistas e sociais sem a luta pela superação do capitalismo. Numa quadra histórica, na qual avança a superexploração do trabalho, medidas paliativas tendem a ser cada vez mais ineficazes e insuficientes. Temos que saber atuar numa conjuntura desfavorável, de refluxo das lutas e de hegemonia de uma perspectiva reformista no seio da classe trabalhadora. Tomando as palavras de Lênin:

A tática do proletariado deve levar em conta, em cada grau do desenvolvimento, a cada instante, esta dialética objetivamente inevitável da história humana; de um lado, utilizando as épocas de estagnação política, ou da chamada evolução “pacífica”, que marcha a passo de tartaruga, para desenvolver a consciência, a força e a capacidade combativa da classe avançada; de outro, canalizando todo esse trabalho de utilização para a “meta final” do movimento dessa classe, capacitando-a a resolver na prática as grandes tarefas quando chegarem os grandes dias “em que se condensam vinte anos”.<sup>1</sup>

O desafio é atuar de forma paciente e constante nos espaços de vida, trabalho e organização sindical da classe trabalhadora, apontando para a necessidade da retomada da combatividade e das mobilizações como formas de resistência à ofensiva do capital e nas lutas por ampliação de direitos.

Sem menosprezar os ganhos conjunturais, devemos apontar que eles estão muito aquém das necessidades do povo trabalhador brasileiro e que o governo de

---

<sup>1</sup> Vladimir Lenin, A tática da luta de classe do proletariado, 1914. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/sindicato/01.htm>>

conciliação de classes de Lula-Alckmin não resolverá os graves problemas que enfrenta a classe trabalhadora brasileira.

Em época de crise do capitalismo, os espaços para implementação de políticas reformistas são cada vez menores. O desafio é recolocar a luta política no centro dos debates e formações da classe trabalhadora, pautando a perspectiva revolucionária como saída possível para a emancipação das/os trabalhadoras/es do domínio e da exploração do capital.

Assim o 35º CONSINASEFE RESOLVE:

1. Que o SINASEFE proponha e colabore na construção, junto a outros sindicatos e movimentos sociais, o ENCLAT - Encontro Nacional da Classe Trabalhadora. Se tornando um processo de unificação em defesa da classe e sem mediação de qualquer central sindical.
2. Que o SINASEFE retome fortemente o horizonte das lutas pela revogação total da reforma trabalhista e da reforma da previdência, incluindo aqui, pelo fim da FUNPRESP.
3. Que o SINASEFE defenda, sem concessões, a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; a estabilidade no trabalho e o salário-mínimo calculado pelo DIEESE (R\$ 6.280,93 em set/23), conforme previsto na Constituição Federal.
4. Que o SINASEFE lute pela reestatização das empresas públicas privatizadas e contra qualquer privatização dos serviços públicos. Incluindo aqui as mais recentes tentativas, como transporte público e presídios.
5. Que o SINASEFE permaneça na luta contra todas as formas de terceirização; pelo fim do banco de horas; pela valorização dos servidores públicos e ampliação dos concursos; pela derrubada da reforma administrativa, incluindo ampla campanha entre a classe trabalhadora.
6. Que o SINASEFE se mantenha na defesa de salários iguais para trabalhos iguais; pela eliminação das formas modernas de trabalho escravo, expressa, por exemplo, pelo trabalho no sistema prisional.
7. Que o SINASEFE amplie sua inserção e priorize ações juntos aos diversos movimentos sociais, articulando a política sindical às lutas pela superação do capitalismo.

## **02 - Contribuições do Movimento Luta de Classes à análise da conjuntura**

Com muita luta popular e sindical, enfrentamos (e vencemos!) a histórica eleição presidencial de 2022, em que as forças progressistas impuseram uma memorável derrota eleitoral ao pior presidente que já ocupou o Palácio do Planalto, candidato a reeleição representando o que há de mais atrasado e abjeto em termos sociais e humanistas no ideário político da nossa nação.

Mal pudemos celebrar, pois o dia imediatamente seguinte às eleições já tratou de nos informar que teríamos de manter o estado de alerta contra o golpismo de plantão na forma de acampamentos de indivíduos saudosistas da ditadura militar que se instalaram em frente a quartéis do exército pelo país, onde, financiados por empresários e ruralistas criminosos, lá permaneceram até o início de 2023 – quando foram finalmente desmantelados, depois de, no dia 8 de janeiro, invadindo e vilipendiando o patrimônio público mantido nas sedes dos três poderes da República, em Brasília, tentarem, sem sucesso: aplicar um golpe de Estado, atropelar a escolha democrática do eleitorado brasileiro e reconduzir o país a um novo período ditatorial tenebroso, de regime militar fascista.

Logo no dia seguinte a esse episódio horrendo, fomos às ruas para dar a resposta imediata aos delinquentes fascistas: não vai ter golpe e, desta vez, não pode haver anistia!

Esses acontecimentos confirmam, de um lado, que as eleições – muito embora importantes – não são o bastante para suplantar de modo definitivo a ameaça do fascismo e, de outro, que é urgente e indispensável para esse fim punir exemplarmente os fascistas, golpistas e torturadores de ontem e de hoje.

Com efeito, temos acompanhado atentamente os julgamentos, no Supremo Tribunal Federal, que começam a condenar os autores e partícipes do golpe tentado no dia 08/01, com resultados importantes. Todavia, também não podemos depositar todas as nossas esperanças no Judiciário como “salvador da pátria”, tão menos admitir que os autores intelectuais e financiadores dos crimes escapem ilesos, sob pena de mantermos o gérmen do fascismo vivo e conspirando contra os direitos e liberdades democráticas de nosso povo.

Os capitalistas que praticaram, diretamente e por seus intermediários, escancarado assédio eleitoral contra os trabalhadores e que injetaram rios de dinheiro nos acampamentos golpistas e em ônibus e mais ônibus para as malfadadas tentativas de golpe em Brasília precisam ser expostos e severamente penalizados, assim como o genocida ex-presidente da República e os generais das

forças armadas que, desde as vésperas do golpe de 2016 (que depôs a presidenta Dilma Rousseff), atuam sornateiramente para interferir nos rumos políticos do país e se enraizarem, cada vez mais profundamente, nas estruturas de poder do Estado.

Paralelamente, é necessário perceber e corrigir o fato de que os crimes da ditadura de 1964-1985 permanecem impunes e, com disso, o processo de reparação histórica, fundamental à efetiva superação das profundas mazelas herdadas desse período pela sociedade brasileira – a exemplo da truculência repressiva das polícias militares contra, especialmente, a juventude negra e os lutadores e lutadoras sociais –, permanece inacabado.

Assim, é fundamental cobrarmos do governo Lula um compromisso real para com os trabalhos dos Comitês por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia, para com a recriação e a efetividade da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e para com as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, essenciais para a prevenção de um novo período marcado por sequestros, tortura e morte de opositores, censura da educação e da arte, repressão violenta às manifestações populares, cassação de direitos políticos e tantas outras graves violações de direitos humanos.

Definitivamente, “um povo sem memória é um povo sem futuro”. Por isso, defendemos que o SINASEFE adote, de maneira firme e consequente, a seguinte palavra de ordem: *Sem Anistia! Punição para Bolsonaro, os generais e todos os golpistas, de ontem e de hoje!*

Somente dessa forma, fortalecendo as trincheiras do antifascismo para superar as atrocidades do passado e as ameaças do presente, não pelo silêncio, mas pela justiça, é possível se pensar em construir um país verdadeiramente livre, democrático, soberano e justo, com garantia de uma educação emancipadora e pleno acesso da classe trabalhadora e do povo aos seus direitos fundamentais.

Campanha salarial: Orçamento do governo Lula escanteia os/as servidores/as públicos/as

O governo Lula apresentou o projeto de orçamento de 2024 ao congresso nacional, prevendo um acréscimo de apenas R\$ 1,5 bilhão na despesa com pessoal, quantidade de recursos que seria, conforme estimativa das entidades sindicais, suficiente para uma reposição salarial linear menor do que 1%.

Esse valor irrisório foi apresentado após uma sequência de adiamentos, em que o governo, por meio de representantes do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), afirmava e repetia não ser capaz de propor um índice porque aguardava a aprovação do famigerado Arcabouço Fiscal, em substituição

ao Teto de Gastos, mais restritivo. No fim das contas, esse discurso demonstrou não passar de uma tática de procrastinação, para dificultar a mobilização dos/as servidores/as antes da data-limite para a entrega do projeto de lei orçamentária anual ao parlamento, em 31 de agosto.

Segundo o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o orçamento de 2024 prevê déficit fiscal zero e salário mínimo de R\$ 1.421,00, com aumento de 7,65%, e, para os/as servidores/as públicos/as, não há nenhuma previsão de reajuste, pois “já foi concedido a várias categorias neste ano”. Esquece-se de dizer, porém, que o reajuste concedido no início deste ano teve caráter emergencial, vindo depois de sete longos anos sem nenhuma reposição salarial, e que este mesmo reajuste emergencial não chegou nem perto de recompor as perdas inflacionárias acumuladas pelos/as servidores/as.

Ademais, a Constituição é expressa ao prever, no inciso X do seu art. 37, o direito do funcionalismo público à revisão geral anual de seus salários, para repor as perdas financeiras decorrentes da inflação, bem como ao estabelecer, no mesmo dispositivo, o direito dos/as servidores/as à fixação de uma data-base, matéria até hoje não regulamentada, passados 35 anos da promulgação da Constituição e mesmo sendo o Brasil signatário, desde 2010, da convenção nº 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre o direito à negociação coletiva no serviço público.

Ainda assim, segundo Haddad, seria “imprudente” qualquer reposição salarial, dado o cenário restritivo e a necessidade de garantir o superávit fiscal. Mas apesar de toda essa sobriedade nos gastos públicos, o governo propôs R\$ 37,6 bilhões para emendas parlamentares, montante do qual boa parte será utilizada nas chamadas “Emendas PIX”, em que o Executivo transfere recursos, mas não fiscaliza seu uso, abrindo espaço para todo tipo de esquemas do Centrão e de Arthur Lira. É óbvio que o grande agronegócio também será beneficiado: mais de R\$ 300 bilhões em dinheiro público já foram reservados para subsidiar os ruralistas, um aumento de 26,8% em relação ao ano anterior.

Ora, tão simples quanto somar 1 + 1 é perceber os sinais gritantes sobre as agendas prioritárias do governo e interpretar suas ações para com os/as servidores/as: foi concedido um “cala-boca” com base no orçamento aprovado ainda durante o desgoverno Bolsonaro e que previu – graças a muita pressão do movimento sindical sobre o Congresso Nacional – recursos para o funcionalismo, mas, agora, a prioridade é garantir superávit primário para alimentar o esquema da dívida pública, que enche o bolso de especuladores e banqueiros, às custas do subfinanciamento e desvalorização dos serviços e dos/as servidores/as públicos/as.

Congelar salários dos/as servidores/as públicos/as sempre fez parte da lógica dos liberais, como ilustrado pelos Fernando Collor, Henrique ou Haddad, mas também por Bolsonaro e Paulo Guedes. No entanto, vindo do governo Lula, tal postura é particularmente grave, pois representa virar as costas à base social que o elegeu e às entidades classistas que foram às ruas defender um outro projeto de nação.

O governo eleito pela classe trabalhadora, ao apresentar a proposta de orçamento para 2024, torna público um compromisso, não com o povo que o elegeu, mas sim com aquelas elites que davam suporte ao candidato do fascismo. Trata-se de uma tática muito parecida com a capitulação do governo Dilma ante à direita nos primeiros dias de 2015, fazendo com que perdesse apoio popular, permitindo que agentes da grande burguesia assumissem um discurso de mudanças, realizassem o golpe de 2016 e elegessem o fascista Bolsonaro com um (falso) discurso antissistema, apenas para atacar os direitos da classe trabalhadora, recrudescer a exploração, a miséria e todas as formas de opressão contra os mais vulneráveis e de perseguição contra críticos e opositores, bem como para desmontar o serviço público, porta de acesso dos mais pobres aos seus direitos sociais.

Reafirmar a independência de classe perante todo e qualquer governo é tarefa urgente do movimento sindical, em especial para conduzir e organizar a insatisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores do serviço público contra seus reais inimigos, a grande burguesia e seus subalternos, evitando que boa parte dessa base seja mais uma vez capturada pelo discurso mentiroso da direita que personifica a insatisfação das massas em indivíduos, e não na verdadeira raiz dos problemas sociais: o sistema capitalista.

Portanto, a despeito de posições recuadas de alguns setores que se submetem ao governismo, é indispensável que o movimento sindical vá às ruas pela campanha salarial, que denuncie a captura do orçamento público pelo grande capital, que canalize a insatisfação popular contra o capitalismo e apresente o socialismo como única alternativa a essa insustentável situação.

Se não o fizermos, já está mais do que comprovado que não haverá qualquer espaço para valorização salarial do funcionalismo e fortalecimento das instituições federais de ensino, assim como corremos o seríssimo risco de que as mesas de reestruturação de carreiras, agora em andamento, se revelem somente mais um fórum de enrolação, sem conquistas efetivas e relevantes.

Finalmente, é urgente construirmos informes qualificados, promover debates nas bases, realizar assembleias e estar nas ruas, unindo a luta econômica imediata à luta política por uma profunda transformação dessa sociedade injusta e desigual,

como sempre fizeram os sindicatos vermelhos. Vamos à luta, por direitos e pelo socialismo!

### Conjuntura internacional

No contexto da luta de classes, também não podemos deixar de voltar nossos olhos para os acontecimentos mais relevantes no plano internacional, seja porque produzem impactos em nosso país, seja para exercitarmos, sempre que necessário, o princípio da solidariedade classista aos/às trabalhadores/as em luta em outros países e aos povos oprimidos pelas diversas formas de manifestação da voracidade capitalista, que exhibe a sua face mais monstruosa nas guerras de rapina e de ocupação.

De fato, as atrocidades que temos visto o Estado de Israel, chefiado por Benjamin Netanyahu, promover contra o povo palestino não se tratam, nem de longe, de uma “resposta legítima a um ataque terrorista”, mas sim de um massacre xenofóbico contra toda uma população que, desde 1947, luta por seu direito elementar de existir e viver em um território livre e soberano!

Em todos os espaços, é preciso repudiar com veemência as desumanas e injustificáveis hostilidades contra a Palestina praticadas pela extrema-direita sionista, e defender o direito à autodeterminação do povo palestino.

De igual modo, é necessário desmascarar os interesses em jogo na guerra da Ucrânia, que já dura mais de um ano e, enquanto as potências imperialistas direta ou indiretamente envolvidas, além do reacionário governo ucraniano, não chegam a um acordo, quem segue pagando (inclusive, com a própria vida) são, invariavelmente, os povos dos países implicados no conflito.

Se, por um lado, o governo dos EUA se apressou em se colocar à disposição para patrocinar o genocídio do povo na Faixa de Gaza, por outro, a classe trabalhadora estadunidense se encontra em franca ascensão do movimento grevista em luta por direitos e salários dignos, com destaque para setores como o da indústria automobilística e o de serviços, inclusive das chamadas “Big Techs”.

Com efeito, os índices de sindicalização, em pleno país-símbolo do capitalismo e de sua doutrina econômica neoliberal, têm crescido desenfreadamente, assim como o número de greves, atingindo recordes históricos.

Apoiar as lutas dos/as trabalhadores/as em toda parte, tanto quanto denunciar os crimes de guerra cometidos contra vidas inocentes em função do capital e da intolerância de qualquer espécie, são deveres de cada um/a de nós.

Por uma humanidade verdadeiramente fraterna, com o fim de todo tipo de hostilidades bélicas; pelo Poder Popular, com governos da classe trabalhadora que

coloquem categoricamente a vida acima dos lucros, o MLC defende a paz entre os povos; guerra, somente aos senhores!

Companheiros/as, neste 35º Congresso, por tudo quanto exposto, o SINASEFE deve:

1. Assumir, dentre suas palavras de ordem: *Sem Anistia! Punição para Bolsonaro, os generais e todos os golpistas, de ontem e de hoje!*;
2. Lutar pela revogação das reformas trabalhista e previdenciária e pelo abandono definitivo de qualquer proposta de reforma administrativa;
3. Defender o aumento de 100% no salário-mínimo, passando dos atuais R\$ 1.320,00 para R\$ 2.640,00 (valor ainda muito abaixo do Salário-Mínimo Necessário, calculado pelo Dieese em R\$ 6.280,93, com referência ao mês de setembro deste ano) e, por conseguinte, o aumento geral de salários para a classe trabalhadora, com valorização real também para os/as trabalhadores/as do funcionalismo público;
4. Atuar pela revogação (efetiva) do mecanismo de “teto de gastos” para as áreas sociais, notadamente educação e saúde, restando nítido que o chamado “novo arcabouço fiscal” não soluciona esse problema, mantendo algumas amarras para o investimento em serviços públicos e na valorização dos/as servidores/as;
5. Reafirmar sua independência de classe, em especial para organizar e conduzir a insatisfação da categoria contra seus reais inimigos: a grande burguesia e seus subalternos;
6. Na campanha salarial, lutar incansavelmente por carreiras fortes, valorização do salário e tratamento igualitário entre os Poderes da República, bem assim entre ativos/as e aposentados/as;
7. Manifestar solidariedade aos/às trabalhadores/as em luta por seus direitos ao redor do mundo, bem como aos povos cruelmente oprimidos pelas guerras promovidas e financiadas pelo imperialismo. *Palestina Livre! Fora Israel da Palestina!*

ASSINAM ESTA TESE:

- Ademildes Santos (IFBA);
- Alexandre Hudson (IFRO);
- Ana Paula da Conceição (IFRJ);
- Anna Beatriz Palmeira (IFAL);
- Anny Barros (IFAL);
- Artur Barbosa (IFAL);

- Camila Félix (IFBA);
- Carlos Borges (IFAL);
- Carmelita Osório (IFBA);
- Claudemir Martins (IFAL);
- Cosme Rogério (IFAL);
- Daise Vieira (IFBA);
- Daniel Brandão (IFBA);
- Darliton Romão (IFAL);
- Edvaldo Rodrigues (IFBA);
- Elane Nardoto (IFBA);
- Esly Marinho (IFBA);
- Fernando Oliveira (IFRJ);
- Flávio Veiga (IFAL);
- Francisco Dias (IFRN);
- Gabriel Neves (IFFluminense);
- Genuzi de Lima (IFAL);
- Gicelle de Souza (IFAL)
- ; Heleniara Moura (IFMG);
- Hellen Rodrigues (IFBA);
- Heloísa Domingos (IFAL);
- Izael Oliveira (IFAL);
- José Jorge Freitas (IFBA);
- Katia Lyrio (IFBA);
- Levy Brandão (IFAL);
- Leyza Buarque (IFRJ);
- Lucas Omena (IFAL);
- Luciano Almeida (IFBA);
- Luís Márcio Fontes (IFAL);
- Marcondes Inácio (IFAL);
- Mariana Ribeiro (IFFluminense);
- Paulo dos Santos (IFBA);
- Paulo Ferreira (IFRJ);
- Rafael de Castro (IFRJ);
- Renato Lôbo (IFAL);
- Richard Plácido (IFAL);
- Rita de Cassia dos Santos (IFBA);
- Rivadavia Souza (IFAL);
- Roberta Cassiano (IFRJ);

- Rui Mota (IFBA);
- Samuel Azevedo (IFBA);
- Sílvia Regina Mota (IFAL);
- Tática Vieira (IFRJ);
- Thais da Silva (IFB);
- Valter José da Silva (IFBA)
- Vanessa Mandriola (INES);
- Veridiana Gatto (IFRJ);
- Vilma Urpia (IFBA) e
- Yuri Buarque (IFAL).

### **03 - Tese da Corrente Proletária na Educação CPE-POR**

#### **Rejeitar a conciliação e aprovar a independência de classe**

##### I. Apresentação

O 35º Congresso Nacional do SINASEFE (CONSINASEFE) se dá sob um cenário de afastamento do sindicato da base, sob a manutenção dos métodos virtuais de organização dos servidores, que vai das plenárias nacionais às assembleias das seções. Os métodos que vieram sob a justificativa do risco de contaminação durante a pandemia, atualmente é utilizado para avançar o controle burocrático do sindicato. As jornadas nacionais de luta, a exemplo do último dia 03/10, se restringem à pressão parlamentar pelos dirigentes em Brasília, enquanto a maioria dos servidores permanece trabalhando, sob condições cada vez mais adversas. O avanço e continuidade dos ataques aos servidores por parte do governo Lula, que se nega inclusive a revogar as medidas repressivas deixadas pelo governo ultradireitista de Bolsonaro, como a IN54, que corta salário de grevista, mostra que os métodos de pressão parlamentar e jurídica da direção do SINASEFE são o caminho da derrota. Não será fingindo que agora temos uma vida mais feliz, porque “o governo dialoga”, tem “mesa permanente de negociação”, que se combaterá o avanço da ultradireita, que cada vez mais compõe o governo do PT. Se continuarmos na passividade, o governo Lula/Alckmin, sem nenhuma resistência aprovará sua versão da PEC 32, que fere a estabilidade, rebaixa os salários e divide ainda mais a categoria. A história já mostrou que os meios de defender as condições de trabalho, salários, direitos e empregos é a luta ativa dos trabalhadores, com seus próprios métodos de organização e mobilização. Por isso, é urgente que o 35º CONSINASEFE aprove a retomada dos métodos presenciais de organização e luta da categoria. Por meio das assembleias e plenárias presenciais, convocando a base para se levantar por suas reivindicações é que mostrará para os trabalhadores a importância do sindicato e se constituirá a barreira necessária para conter o avanço da ultradireita. Que o 35º CONSINASEFE aprove um programa de reivindicações que unifique os servidores ao conjunto dos explorados, sob os métodos próprios da classe operária. Nenhuma ilusão no governo burguês de Lula/Alckmin. Confiar nas próprias forças!

##### II. Resolução “Situação internacional e as tarefas dos sindicatos”

A guerra na Ucrânia, que manifesta a continuidade da crise econômica mundial de 2008-2009, chega aos 19 meses, sem perspectiva de solução.

Promovida pelos Estados Unidos e União Europeia, a guerra fez da Ucrânia (ex-república soviética) uma bucha de canhão da OTAN e um escudo da burocracia russa, algo que tem provocado consequências desastrosas, tais como o aumento da fome, miséria e opressão nacional sobre os países semicoloniais. Faz parte desta tendência bélica do capitalismo em desintegração a guerra comercial entre Estados Unidos e China. Além disso, cresce a opressão nacional do imperialismo em todo o mundo. O recente ataque do Hamas ao estado sionista de Israel expressa a resposta do povo que sofre anos de encarceramento, violência e expulsão de suas terras. A guerra de intervenção anunciada por Israel, sob o pretexto de combater o “terrorismo” do Hamas, servirá para aumentar a violência imperialista sob a faixa de Gaza, massacrando ainda mais os palestinos. Estes acontecimentos só demonstram que o capitalismo na fase imperialista não é de reformas em favor dos explorados, mas de guerras e barbárie social. Isso porque se elevou ao grau máximo a contradição entre as potencialidades das forças produtivas, as relações monopolistas de produção e as fronteiras nacionais. E o sistema econômico, para sobreviver, depende de maior opressão nacional, saque de riquezas e exploração de maior contingente da população. Por isso, o 35º CONSINASEFE precisa aprovar bandeiras que unificam a maioria oprimida contra a guerra e barbárie social, o que implica o combate para soterrar o capitalismo e edificar uma sociedade socialista. Por isso, *a CPE/POR propõe que os sindicatos e centrais organizem uma campanha, com paralisações e manifestações de rua: 1) pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem as imposições do imperialismo, e do seu braço armado, a OTAN; 2) pelo desmantelamento da OTAN, revogação de todas as sanções impostas à Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia; 3) unidade mundial dos trabalhadores para combater a escalada militar; 4) Pelo fim da opressão nacional do povo palestino; 5) apoio incondicional ao direito à autodeterminação dos palestinos; 6) Apoio efetivo aos movimentos e greves em favor do emprego, salário e direitos trabalhistas.*

### III. Resolução Nacional e a luta pela independência de classe

Estamos diante de um problema que é crucial para o movimento sindical, que é a defesa da independência política e organizativa dos trabalhadores frente ao governo de Lula e aos demais governos burgueses. Até o presente momento, as direções do SINASEFE e FONASEFE estão se colocando pelo apoio à governabilidade de Lula, sob o discurso de que se trata de um governo “em disputa”. E que é preciso utilizar os sindicatos para exercer a pressão sobre o governo, deslocando-o em favor das reivindicações dos trabalhadores e, no caso do

SINASEFE, de uma educação “de qualidade”. Para isso, se apoiam no argumento de que o bolsonarismo se mantém vivo e que Lula é a expressão da democracia contra o fascismo. A Corrente Proletária se coloca contra essas formulações da direção do SINASEFE, que vai do PT à maioria das correntes do PSOL. A posição de que é preciso apoiar o governo Lula/Alckmin para derrotar o bolsonarismo e defender a democracia, ou o chamado “Estado democrático de direito”, esconde a política de colaboração de classes das direções sindicais. Oculta que o Estado é burguês e que o objetivo do governo Lula é administrar esse Estado. E, sobretudo, que a democracia em nosso país semicolonial é oligárquica. Não se derrota as tendências fascizantes do bolsonarismo servindo aos interesses gerais dos capitalistas e das potências imperialistas. Não se derrota a ultradireita no terreno da democracia burguesa e de suas instituições (Congresso Nacional, Judiciário etc.). Somente é possível derrotar a ultradireita fascizante com os métodos próprios dos explorados, ou seja, pela luta de classes. Os trabalhadores devem empunhar as bandeiras democráticas, como o direito de manifestação e expressão, o direito irrestrito de greve, fim da criminalização dos movimentos sociais e dos lutadores, revogação de toda legislação repressiva e outras medidas que servem de sustentação do Estado burguês e proteção à propriedade privada dos meios de produção. O governo Lula está comprometido com o grande capital. Eis por que aprovou o Marco Temporal, o Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária. E se recusou a revogar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e o Novo Ensino Médio, que vêm esmagando a maioria oprimida. Qualquer apoio ao governo é se colocar por conter o descontentamento dos explorados contra as demissões, desemprego, fechamento de fábricas, salário-mínimo de fome etc. É alimentar ilusões de que é possível obter concessões desse governo supostamente “em disputa”. *A Corrente Proletária defende que se aprove a bandeira de “oposição revolucionária ao governo Lula”, que tem como essência a luta pela independência política e organizativa dos sindicatos e centrais, e a defesa de um programa próprio de reivindicações, a ser conquistado pelos métodos próprios do proletariado. Que os delegados aprovem: 1) o rompimento dos sindicatos e centrais, que inclui o SINASEFE, com o governo Lula/Alckmin; 2) aprovação de um programa de reivindicações, que unifique os trabalhadores da educação com os demais explorados; 3) rechaço ao Marco Temporal, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária; 4) revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do Novo Ensino Médio; 5) Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e atos massivos de rua, em defesa das reivindicações dos oprimidos; 6) defesa da estratégia própria de poder, governo operário e camponês, resultado da revolução social.*

#### IV. Resolução Sindical e a luta por recuperar os sindicatos

O 35º CONSINASEFE ocorre sob o governo burguês de Lula, que diferente do governo burguês de ultradireita de Bolsonaro, comparece para promover a conciliação de classes. A política de contenção das lutas ganhou força e a maioria dos trabalhadores se encontra atomizada, enquanto a ofensiva dos capitalistas não dá trégua. As direções sindicais há muito tempo vêm submetendo os organismos dos trabalhadores à estratégia da democracia burguesa e à tática da colaboração de classes. O que implicou e implica a anulação dos princípios básicos do sindicalismo, que são a independência de classe diante do patronato e governantes, e a democracia operária. As consequências têm sido danosas, porque retira dos trabalhadores, em particular da classe operária, sua força coletiva para a defesa das reivindicações vitais, como a defesa dos empregos, salários e direitos. Basta lembrar o que vem ocorrendo com o fechamento de fábricas, a implantação generalizada da terceirização, a aceitação da flexibilização capitalista do trabalho, o fechamento de salas de aula, a imposição do Novo Ensino Médio e o que se passou com a polarização eleitoral entre Lula e Bolsonaro, momento em que as lutas ficaram para um segundo plano e os sindicatos foram usados como instrumentos para a eleição de Lula. Agora, com a vitória de Lula, essas direções se sentem na obrigação de garantir a governabilidade. Utilizam o falso argumento de que se trata de um “governo em disputa”, composto por diversas forças políticas. Isso para ocultar o caráter de classe do governo e sua composição com partidos burgueses oligárquicos. Nesses mais de nove meses, o que temos visto é um governo Lula cada vez mais servil aos partidos oligárquicos que controlam o Congresso Nacional, tendo de se submeter às negociatas em torno às milionárias emendas parlamentares e à entrega de ministérios à direita bolsonarista, para aprovar o Marco Temporal, o Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária. Um governo anuente com a CPI para criminalizar o MST. É um governo de costas para as reais necessidades da maioria oprimida. No entanto, as direções sindicais permanecem caladas à espera de que Lula venha conceder alguma migalha aos trabalhadores. A CPE/POR defende a recuperação dos sindicatos para a luta, a partir da constituição de oposições sindicais classistas e independentes. Rechaça a política de conciliação de classes e se coloca pelos métodos coletivos de ação direta dos trabalhadores. Uma direção sindical classista tem a obrigação de se colocar pela derrubada das contrarreformas, com os métodos próprios dos explorados, com as greves e ações unitárias nas ruas. Temos que combater a política corporativista, com reivindicações que unifiquem o conjunto dos servidores federais com os demais trabalhadores. A CPE/POR defende: 1) revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da

*terceirização; 2) salário mínimo vital, que permita ao trabalhador a manutenção de sua família, calculado pelas assembleias de base; 3) emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salário - escala móvel das horas de trabalho; 4) reposição das perdas salariais, tomando como base os cálculos do DIEESE, R\$ 6.280,23 em 09/2023; 5) saúde e educação públicas; 6) assembleias e plenárias presenciais, com ampla convocação da base.*

Assinam esta tese:

Emanuelle de Souza Barbosa – IFCE – SIAPE 3220779

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB – SIAPE 1358031

Ledevande Martins da Silva – IFPB – SIAPE 2235289

Rafaella Fernanda Vila Nova da Silva – IFPE – SIAPE 2865258

Verônica Maria do Nascimento – IFPE – SIAPE 3063743

## 04 - MOVIMENTO SINDICAL, NOVAS MÍDIAS E COMUNICAÇÃO DIGITAL

### A CRISE DO SINDICALISMO

As últimas décadas foram de derrotas para a classe trabalhadora em todo o mundo. Enquanto assistimos ao aumento da concentração de renda no 1% mais rico, com a proliferação de bilionários, as amplas massas têm passado por um brutal processo de precarização. Este se expressa, no mundo do trabalho, em perda de direitos conquistados historicamente, piora das condições laborais, adoecimentos, aumento de jornadas e queda dos salários.

Essa situação só foi possível, dentre outros fatores, pela diminuição da capacidade de ação coletiva de trabalhadoras e trabalhadores, principalmente pelo enfraquecimento e perda de capilaridade dos sindicatos e, em certa medida, dificuldade de acompanhar as transformações do mundo do trabalho, com uma nova configuração de classe trabalhadora mais fragmentada e dispersa.

No arranjo fordista, predominante nos países centrais do capitalismo entre o final da segunda guerra mundial e a década de 1970, as entidades sindicais tiveram papel fundamental na própria democratização das sociedades, ao conquistarem direitos políticos e regularem minimamente as relações entre capital e trabalho, culminando no Estado de bem-estar social.

O Brasil, como o restante da periferia capitalista, nunca produziu seu *Welfare State*. Entretanto, o modelo desenvolvimentista, que perdurou no país por cinquenta anos - entre as décadas de 30 e 80 do século passado - viu a construção de uma estrutura sindical que foi capaz de garantir direitos sociais e trabalhistas para uma importante parcela da população, embora não tenha chegado ao grande contingente de trabalhadores informais que sempre existiu em decorrência de nosso passado colonial e da escravidão.

As políticas adotadas nos últimos anos tiveram sempre a intenção de destruir a capacidade de ação coletiva da classe trabalhadora, com uma diversidade de práticas e discursos antissindicais. Talvez o ponto culminante desse processo tenha sido a Reforma Trabalhista, em 2017, mas é forçoso reconhecer que a crise vinha de antes. Os sindicatos foram, aos poucos, perdendo sua capacidade de atuação, além de passarem a ter uma rejeição cada vez maior na base que buscavam representar.

Esse cenário nos leva a duas constatações:

1. Os sindicatos tiveram papel progressivo na elevação do padrão de vida de trabalhadoras e trabalhadores e na democratização das sociedades;

2. Nos últimos anos, por diversos motivos, a capacidade de mobilização dos sindicatos vem caindo continuamente.

Diante disso, a principal questão que se impõe para nós é: como reconstruir e transformar os sindicatos, em suas ações, práticas e discursos, para revitalizar a capacidade de ação coletiva da classe trabalhadora?

## RECONSTRUIR E TRANSFORMAR O MOVIMENTO SINDICAL?

As mudanças sociais e no mundo do trabalho que ocorreram nos últimos anos produziram também transformações nas formas de vida, socialização e na subjetividade da classe trabalhadora. As entidades sindicais, em sua maioria, têm se concentrado na denúncia do processo. Entretanto, continuam muitas vezes reproduzindo práticas, ações e discursos que foram efetivos em outra etapa histórica, mas não dialogam mais com uma enorme quantidade de pessoas, sobretudo as mais jovens, que muitas vezes enxergam as organizações como demasiadamente burocráticas e engessadas.

Isso levou a que muitos tenham defendido o abandono aos sindicatos e a adoção de soluções individuais para problemas coletivos. Não endossamos essa visão. Acreditamos que os sindicatos continuarão a ter um papel importante enquanto houver exploração do trabalho da imensa maioria pelo capital concentrado na mão do 1%. Entretanto, não é possível mais fazer sindicalismo como se fazia vinte anos atrás. É preciso se reinventar conhecendo, estudando e defendendo todas as conquistas históricas das entidades sindicais, mas sem ter medo de renová-las onde seja necessário.

O movimento TAEs na Luta (TNL) conseguiu rápido crescimento, dentre outras razões, por ter se proposto a estabelecer uma comunicação mais efetiva - por meio de uma construção colaborativa envolvendo um grande número de pessoas - e com o compromisso da defesa do fortalecimento dos sindicatos e da importância das filiações. Nunca fizemos discurso antissindical. As críticas que por vezes fizemos às direções sindicais fazem parte de um processo de busca por construção de alternativas. Dentre elas, a principal talvez tenha sido sua indisposição para compreender, escutar e dialogar com a grande massa de trabalhadoras e trabalhadores que, por diversos motivos, foram levados ao afastamento dos sindicatos.

Em nossa ação política, foi central o uso das novas mídias sociais. Isso não quer dizer que não reconheçamos suas contradições, mas que entendemos que a socialização e a vivência das pessoas se dá cada vez mais através delas, inclusive no mundo do trabalho. Portanto, se queremos novamente potencializar a ação coletiva

da classe, nosso principal desafio é nos comunicarmos com ela. Não basta lamentar que ela não seja mais o que era há alguns anos atrás. É preciso, cientes de todas as dificuldades e limitações, ir aonde o povo está.

## SINDICALISMO E OS DESAFIOS NAS NOVAS MÍDIAS

A expansão do acesso à internet e aos dispositivos móveis, junto às novas mídias, alteraram profundamente o cotidiano e o ambiente informacional em que estamos inseridos. A comunicação digital se apresenta como um método eficaz para estabelecer conexões com as pessoas de forma mais rápida, através de ferramentas como plataformas de mensagens, sites, redes sociais e *e-mails*. A transformação digital tem trazido mudanças significativas nas formas tradicionais de comunicação dos movimentos sociais, com uma estreita integração entre os espaços virtuais e os encontros presenciais, e que estão em constante atualização e aprimoramento com os avanços tecnológicos. As mídias digitais têm desempenhado um papel central na comunicação política e na mobilização social.

A colaboração coletiva na elaboração de documentos, como teses congressuais, realizada por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e processadores de texto hospedados em nuvem é um exemplo desse fenômeno. Essas ferramentas permitem a produção e a formatação de documentos de forma síncrona e assíncrona, facilitando a colaboração entre os envolvidos.

Diante da perda de capilaridade dos sindicatos e do enfraquecimento das ações de mobilização, enfrentamos o desafio de criar vínculos com uma classe trabalhadora mais fragmentada e dispersa, apesar de cada vez mais conectada digitalmente. Estabelecer um planejamento estratégico para fortalecer a presença e diálogo do sindicato com a sociedade e base é um desafio dos tempos atuais.

Portanto, é fundamental a integração de abordagens de comunicação tradicionais, tais como jornais, panfletos, cartazes ou, ainda, inserções de mídia em veículos tradicionais de comunicação com um plano de presença digital que priorize as plataformas digitais como um meio de escuta dos anseios das bases e, também, para disseminação de pautas e informações com as categorias, reconhecimento do papel do sindicato na defesa da classe trabalhadora e suas conquistas, confiança que o sindicato está desempenhando seu papel adequadamente, articulação e mobilização de forma mais direta com os filiados, obtenção do apoio da opinião pública da população.

Encaminhamentos:

- 1) Criação e ampliação de canais digitais de diálogo e construção coletiva com as seções sindicais
- 2) Realizar chamadas para mobilização com antecedência para que as seções tenham tempo adequado para se organizarem
- 3) Destaque de conteúdos diretamente conectados às categorias
- 4) Planejar postagens patrocinadas nas diferentes plataformas digitais (*Facebook, Instagram, Twitter, TikTok, Youtube*, etc) para aumentar o alcance das nossas lutas e mobilizações, bem como patrocínio no *GoogleAdSense* e outras plataformas.
- 5) Ampliação e fortalecimento da Comunicação do SINASEFE, incluindo a análise das mídias sociais e gestão de tráfego.
- 6) Planejar campanhas de forma contínua integrando o meio *on-line* e *off-line*
- 7) Produzir campanhas em meios de comunicação tradicionais como Televisão, Rádio, *Outdoor* e outros.

Assinaturas

- Alice de Souza Ribeiro São Vicente do Sul - RS
- Anderson Polo de Faria SINTIFRJ
- Andresson Cícero Silva Keal SINTEFPB
- Angela Nayva da Silva Souza Corrêa IFRR
- Anna Luiza Azevedo da Silva Moura SINDSCOPE
- Artur Barbosa dos Anjos SINTIETFAL
- Bianca Ponciano Prell SINTIFRJ
- Carlos Eduardo Giglio franco SINTIFRJ
- Clarival Araújo dos Santos Júnior IFTO
- Daniel Mendes Pires Haack SINTIFRJ
- Danilo Anderson de Castro Muzambinho - MG
- Davis Wilian Graciano de Toledo IFSP
- Domingos Ricardo Sampaio da Silva Codó - MA
- Eugênio Marquis de Oliveira Muzambinho - MG
- Felipe Gramonski dos Santos SINTIFRJ
- Francisco Jorge Costa Ribeiro SINDSIFCE
- Germano Godoy IFFluminense
- Gleydson José Pereira Vidigal Machado - MG
- Guilherme Oliveira Abrão Muzambinho - MG

- Gutembergue Lopes de Souza Junior SINTIFRJ
- Henrique Jordon Santos de Medeiros Silva Natal - RN
- Ítalo Severo Sans Inglez IFES
- Jefferson Machado de Assunção SINTIFRJ
- Juliana Alexandra Parente Sa Barreto SINDSIFCE
- Kelson de oliveira monteiro SINDSIFCE
- Leewertton de Souza Marreiro SINTEF-PB
- Lidia Farias Lima SINDSIFCE
- Marcony Soua da Silva Monte Castelo - MA
- Moacir José Rossetti Junior IFRR
- Nathália Lopes Caldeira Brant Machado - MG
- Nelson Damião Muzambinho - MG
- Patrícia Conceição de Souza IFBA / CMS - BA
- Paulo Andre Ferreira SINTIFRJ
- Paulo Vitor Ribeiro Chagas IFFluminense
- Poliana Coste e Colpa Muzambinho-MG
- Rafael Martins Neves Muzambinho-MG
- Raimundo Klaus Reis Santos IFPA, CTRB e CIABA
- Roberto Wallace Viana IFES
- Romero Gomes da Silva IFRR
- ROSENIR Martins Nunes Chaves Brasília-DF
- Rosinaldo Silveira IFPA-CTRB-CIABA
- Rucélio Gomes Sarmento SINTEF-PB
- Saulo Ramos de Oliveira SINTEF-PB
- Thaise Munea Vieira SINDSIFCE
- Tiago Gomes da Silva Ribeiro IFFluminense
- Victor Andre Rego SINTIFRJ
- Victor Hugo Nogueira das Neves IFFluminense

## **05 - POR UM SINASEFE COM INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E DE LUTA**

1. O 35º Congresso do SINASEFE ocorre no marco de uma crise do sistema capitalista em ordem mundial, com sua maior expressão nas guerras de ocupação opressora da Rússia sobre o povo ucraniano e o massacre imposto pelo Estado Terrorista de Israel sobre o povo Palestino, no recorde de mais 100 milhões de seres humanos que hoje são refugiados, fugindo da fome ou da guerra em todo o mundo, e em meio ao aprofundamento da crise climática no planeta.
2. No Brasil, após quatro anos de um governo de extrema direita, foi imposta uma derrota eleitoral a Jair Bolsonaro, seu clã e setores da cúpula das Forças Armadas, que estiveram à frente de um mandato marcado por ataques às liberdades democráticas e defesa da ditadura militar (instalada no país de 1964 a 1985), e hoje, já vivenciamos nove meses de experiência do Governo Lula, em seu terceiro mandato, e sua Frente Ampla com a burguesia.
3. Marcada por uma crise e ofensiva dos capitalistas, nossa classe e o planeta sofrem duras consequências com a redução de direitos trabalhistas, sociais e políticos, destruição e privatização de serviços e riquezas públicas, de mudanças privatistas no sistema de ensino, desmonte dos serviços públicos, precarização de direitos de servidores e um aumento brutal na piora das condições de vida que resultam no crescimento da fome, imigração, xenofobia, racismo, machismo, lgbtfobia e toda forma de opressão. Após dois anos de pandemia da Covid-19, a humanidade se viu ainda mais assolada por essas mazelas e diante da profunda degradação do meio ambiente que já revela, inclusive, “pontos de não-retorno” rumo à ameaça de colapso do planeta.
4. Essa crise tem provocado uma precarização global e profunda deterioração das relações no mundo do trabalho em contradição com os avanços tecnológicos que vem sendo feitos, como a chamada indústria 4.0, a internet 5G, inteligência artificial, mudanças de matriz energética etc. Essas mudanças, que deveriam resultar em redução da jornada, aumento geral de salários, melhores condições gerais da vida humana, ao contrário, está à serviço da ganância de uma minoria de países imperialistas e poucos bilionários, que usurpam todo o resultado da produção coletiva do trabalho mundial, numa resultante onde os ricos ficam mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.
5. A evolução dessa crise do capitalismo tem levado a uma alteração no sistema de Estados, a uma corrida armamentista e sérios conflitos

intercapitalistas na disputa pelo domínio do monopólio comercial e da geopolítica mundial, com sua maior expressão nas relações entre China e EUA. É nesse cenário que vemos uma forte polarização político-ideológica, com fortalecimento de fenômenos de ultradireita ou surgimento de novas ditaduras que se enfrentam e disputam o poder com lideranças e projetos da chamada direita tradicional ou de projetos reformistas e de conciliação de classes, como o governo Lula/Alckmin, no Brasil, e toda sua frente ampla com a burguesia.

6. Vale notar que foram diversos levantes, processos multitudinários e de mobilização e revolução que nossa classe protagonizou nos últimos anos, no enfrentamento a esses ataques. Em muitos casos essas explosões das massas foram desencadeadas contra episódios racistas ou de opressão contra as mulheres, assim como também expressaram um sentimento contra essa sociedade capitalista, o que pode ser visto em mobilizações cujo estopim teve origem em demandas mínimas econômicas tão sentidas pela nossa classe. Infelizmente, tem sido flagrante a ausência de direção política revolucionária em todos esses processos dado o papel das grandes organizações políticas e do movimento de massa reformistas.
7. No 5º Congresso da CSP-Conlutas e no 5º Encontro da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, realizados em setembro último, em SP, se expressaram a resistência e necessária persistência em forjar e fortalecer uma ferramenta alternativa, sindical e popular, com independência de classe e estratégia socialista, no Brasil e no mundo, para enfrentar essa situação da luta de classes e confrontar os ataques à nossa classe por parte dos governos de conciliação de classes, ditaduras, bem como combater a ultradireita que, no Brasil, apesar da derrota eleitoral, segue organizada.
8. Diante desse quadro devemos batalhar para estimular a unidade de ação com todos os setores que, com independência de classe, se disponham a enfrentar o Capital e seus agentes. No Brasil, isso significa construir um campo de ação e oposição de esquerda ao governo Lula exigindo, inclusive, que este rompa com sua submissão aos interesses imperialistas, que seguem impondo um patamar de semicolônia, de país mero exportador de commodities.
9. Nossa classe tem protagonizado várias batalhas contra esses ataques e os exemplos são vários, como vemos na resistência ucraniana (ao qual apoiamos de maneira solidária e ativa e devemos intensificar essa ação); na luta das mulheres afegãs contra a ditadura do Talibã; em defesa da legalização do aborto na Argentina e Polônia; contra o racismo e em defesa da Previdência Social na França; na luta dos povos originários de Jujuy, na Argentina; na heroica resistência palestina; nas greves que se espalharam pelo Reino Unido;

nas mobilizações multitudinárias ocorridas no Chile; ou mesmo nas greves e lutas em nosso país, como das trabalhadoras da Educação, Enfermagem, transportes públicos; na luta contra os despejos, por demarcação e titulação das terras de nossos povos originários e pela reforma agrária; contra o garimpo ilegal; violência no campo e defesa do meio ambiente.

10. Nossa tarefa é apoiar essas mobilizações, intervir e buscar transformar essa realidade, colocando nossa militância à serviço das lutas, da ação direta contra os ataques dos governos de plantão e, no Brasil, combatendo, também, a ultradireita e chamando os movimentos à construção de um campo de unidade de ação, com independência de classe, em oposição de esquerda ao governo Lula e ter como horizonte alcançarmos uma sociedade sem explorados nem exploradores, uma sociedade socialista.
11. Na macroeconomia (Arcabouço Fiscal, Reforma Tributária, Reforma Administrativa, etc) e no terreno do meio ambiente (Marco Temporal, esvaziamento de ministérios e órgãos fiscalizadores, exploração do petróleo na margem equatorial) se expressam com mais nitidez o caráter burguês do governo, sua subserviência à banca internacional e nacional, ao agronegócio e ao empresariado em geral. Isso, conseqüentemente, gera choques e abre possibilidades para intervirmos, ter iniciativas de luta e buscarmos fazer com que a realização desse congresso e suas deliberações sirvam de ponto de apoio ao desenvolvimento de lutas unitárias nesses processos. Devemos, nas lutas, intensificar nossa ação no sentido de dar vida a um campo de independência de classe, de defesa dos interesses dos trabalhadores e dos oprimidos, incluindo toda a questão climática, defesa do meio ambiente, lutas contra toda forma de exploração e opressão e pela aplicação de medidas emergenciais. Assim também fomentar uma oposição de esquerda ao governo, ao mesmo tempo em que devemos seguir combatendo e exigindo condenação à ultradireita e seus financiadores da tentativa de golpe ocorrida no 8J.
12. O Governo Lula não revogou a Reforma Trabalhista de Temer, nem a Previdenciária de Bolsonaro e, sequer, o Novo Ensino Médio que privatiza e empobrece o ensino aos filhos da classe trabalhadora. Também não teve iniciativa pela anulação da privatização da Eletrobrás, não parou a venda de ativos da Petrobrás, privatizou o Metrô de MG, não interveio no caso da Avibrás, que pode ser entregue ao capital estrangeiro e que ameaça a demissão em massa. Também não cumpriu sua promessa de reajustar a tabela do Imposto de Renda com isenção até R\$ 5 mil; promoveu um ínfimo reajuste de R\$ 18,00 no Salário Mínimo e segue destinando mais de 40% dos recursos do país para o pagamento da Dívida Pública aos banqueiros, além

entregar R\$ 340 bilhões para o agronegócio e apenas R\$ 70 bilhões para a agricultura familiar. Assim desnuda-se um governo burguês que colabora com a divisão capitalista mundial do mercado, submetendo o país, na prática, a uma condição de recolonização.

13. Frente a esse quadro há um grau fortíssimo de atrelamento das burocracias, começando pelas grandes Centrais Sindicais, ao governo e, conseqüentemente, paralisia, traição e impedimento do desenvolvimento das lutas e de sua unificação. Logo de partida, em relação ao funcionalismo, o Governo Lula apenas aplicou o reajuste salarial à categoria com base no orçamento deixado por Bolsonaro e Paulo Guedes e as direções majoritárias do movimento corroboraram com isso e ainda comemoraram. Essa postura governista e de abandono completo das lutas deve ser fortemente denunciada, exigindo que essas burocracias rompam com o governo e, ao mesmo tempo, devemos fazer um chamado a todas as organizações para construirmos um programa mínimo emergencial que atenda às necessidades imediatas de nossa classe e construirmos um calendário nacional de lutas.
14. Nesse sentido o dia nacional de luta, realizado no último dia 03/10, unificando a luta dos servidores federais com os servidores estaduais de SP, contra as privatizações do Metrô, Ferrovia e Sabesp (abastecimento de água), somando-se, ainda, a defesa da Petrobras e reestatização da Eletrobrás, apontou o caminho.
15. Devemos seguir apoiando as lutas e greves de setores, como a Enfermagem e Educação Básica em defesa do Piso nacional, contra os governos estaduais, mas também veem as responsabilidades do Governo Federal pelo não cumprimento dessa medida e, assim, o fazem exigências e denúncias nessas mobilizações. Essas lutas nacionais nunca puderam contar com suas federações ou confederações no sentido de unificação. Ao contrário, tiveram de lutar bravamente cada um em seus estados, quando isso deveria ser coordenado nacionalmente num enfrentamento aos governos locais e, também, ao governo federal. É necessário unificar essas lutas, juntar com as campanhas salariais em curso, e preparar um dia nacional de mobilização, paralisação e protestos contra a política econômica do governo e o Marco Temporal e discutirmos a necessidade de debatermos a alternativa da greve geral.
16. No que toca aos movimentos populares e à política urbana, no período de governo de Lula-Alckmin, a única medida para “enfrentar” o déficit habitacional foi repetir investimentos às empreiteiras, via o programa Minha Casa Minha Vida. Mesmo após sua primeira versão, o déficit habitacional aumentou e hoje temos

cerca de 900 mil pessoas ameaçadas de despejo nas ocupações e outras morrendo em desabamentos ou enchentes. Há cerca de 10 milhões de imóveis vazios no país frente a um déficit de 7 milhões de moradias. Há mais casa vazia, do que famílias sem moradia, numa demonstração inequívoca da desigualdade no país. É preciso exigir um plano emergencial de obras públicas para gerar empregos, acabar com déficit habitacional e a falta de saneamento que atinge mais da metade das residências do país.

17. Segue o abandono por parte do governo, desde sua campanha, da pauta da legalização do aborto; a não construção de casas abrigo às vítimas de violência machista; de abandono nas políticas em defesa das causas LGBTs; ação ínfima de demarcação e titulação de terras indígenas e quilombolas, contra a violência e assassinatos de lideranças indígenas e camponesas, contra a repressão e discriminação policial contra os jovens negros da periferia (que são 84% das vítimas dessa violência); contra os vários casos de trabalho análogo a escravidão ou para resolver efetivamente a grave situação dos cerca de 30 milhões de brasileiros que continuam passando fome e 70 milhões que vivem em situação de insegurança alimentar, segundo dados da ONU. Do mesmo modo que nos governos do PT anteriores, não há qualquer sinal de que serão tomadas medidas para reduzir o encarceramento em massa ou enfrentar a desmilitarização da polícia e desmontar os aparelhos repressores herdados da ditadura, responsáveis pelo genocídio da população pobre, preta, periférica e por criminalizar a pobreza e as lutas sociais.
18. Frente a esses problemas, o Governo Lula/Alckmin não teve e não terá uma política estrutural que permita sua superação, portanto, devemos apoiar e colaborar para o desenvolvimento dessas lutas, visando dar um sentido político comum a elas e, nesses marcos, estimular os mecanismos de autodefesa de nossa classe, seja para enfrentar a repressão do Estado às lutas dos trabalhadores, seja para contrapor a ultradireita e suas ações.
19. Apontamos esse cenário de descaso e insatisfações para reafirmarmos as possibilidades para o desenvolvimento das lutas necessárias de nossa classe contra o governo. Essa é a realidade e é sobre ela que moram os desafios para o próximo período. Mesmo que devamos considerar que, sim, o governo implementou políticas, visando sinalizar para parcelas do movimento seu perfil mais “democrático” e de concessões nos marcos da conciliação de classes (vide caso Yanomami, lei do salário igual para homens e mulheres, discursos de viés progressistas, inclusive internacionais), também é preciso compreender que foram muito insuficientes e, como estamos vendo, cada vez mais o governo Lula se rende à banca internacional e ao Centrão, inclusive,

mantendo ministérios e acordos no Parlamento com a ultradireita, além do clássico fisiologismo com o Congresso, via "liberação de emendas", o conhecido toma-lá-dá-cá.

20. Frente a esse quadro, o SINASEFE deve intervir, como uma alternativa combativa, classista, democrática, de independência e oposição de esquerda ao governo de Frente Ampla de Lula-Alckmin. Com autonomia e independência frente aos governos, partidos e patrões. E, organização por local de trabalho;

Resolve, então, aprovar o seguinte Plano de Lutas:

- Fortalecer e construir, com independência de classe, um campo de unidade de ação em defesa dos interesses imediatos de nossa, contra a política econômica do Governo Lula;
- Autonomia e independência frente aos governos, partidos e patrões. E organização por local de trabalho;
- Abaixo o arcabouço fiscal;
- Não ao Marco Temporal e a Reforma Administrativa;
- Pela revogação das Reformas Trabalhista, Previdenciária e do Novo Ensino Médio;
- Dobrar o salário mínimo, rumo ao salário do DIEESE; - Redução da jornada de Trabalho, sem redução dos Salários;
- Anulação imediata das Privatizações da Eletrobrás, Metrô de MG e de todas as vendas de ativos da Petrobras e todas as empresas privatizadas; Estatização da Avibrás, Já!
- Expropriação de todas as empresas que se utilizam de trabalho escravo;
- Redução e Congelamento dos preços dos alimentos, tarifas públicas, aluguel, combustíveis e gás de cozinha;
- Despejo Zero; Por um plano emergencial de obras públicas para construção de moradias populares, Escolas, Creches, Casas abrigo, Saneamento básico e centros de esporte, cultura e lazer;
- Demarcação e titulação de todas as terras indígenas e quilombolas; Reforma agrária, já, sob controle dos trabalhadores e sem indenização do latifúndio e Agronegócio;
- Contra toda forma de opressão machista, racista, lgbtfóbica e xenófoba; Punição e criminalização dos que praticam esses crimes; - Suspensão imediata do pagamento da dívida pública, com auditoria; Fim da remessa de

lucros ao exterior e dos pagamentos de ativos aos acionistas; Estatização do sistema financeiro;

- Defesa do meio ambiente, da Amazônia, dos de todos os nossos povos originários e pelo fim e criminalização do garimpo ilegal;
- Em defesa das liberdades democráticas! Pelo fim das perseguições! E das prisões dos ativistas do movimento sindical e popular! Não a criminalização dos movimentos sociais! revogação da lei antiterrorismo;
- Nenhuma anistia aos golpistas de ultradireita! prisão, confisco dos bens e punição exemplar. Ditadura nunca mais!
- Chega de encarceramento em massa do povo pobre e negro! Pela desmilitarizaçãoda PM.

Assinado: MINORIA DE DIREÇÃO SINASEFE CSP CONLUTAS

## **06 - TESE DE CONJUNTURA do Coletivo PÃO E ROSAS sobre o Plano de lutas**

Diante do 35º CONSINASEFE, o SINASEFE deve aprovar:

- Defender em todos os espaços do movimento sindical a construção de uma frente única entre as centrais sindicais e movimentos sociais para fazer a disputa política e ideológica contra a extrema-direita e a mobilização social por uma pauta unitária de interesses da classe trabalhadora;
- Através do Fórum Nacional dos Trabalhadores (as) e da Juventude Por Direitos e Liberdades Democráticas devem pressionar a direção das centrais sindicais que tem representação de fato na classe trabalhadora e movimentos sociais que compõem a Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo para discutir o tema da construção da frente única de mobilização permanente. Fazer também essas iniciativas com parlamentares alinhados a essas correntes políticas.
- Continuidade da campanha nacional pela punição exemplar de todos envolvidos nas mobilizações e financiamento de movimentos golpistas protagonizados pela extrema-direita. Não aceitaremos golpe, Lula, uma vez eleito, tem que governar!
- O centrão não pode governar o país! Fora Lira! Por uma campanha de agitação contra o presidente da câmara dos deputados e de denúncias dos deputados do centrão;
- A educação precisa de investimento público, crescente e contínuo! - 10% do PIB para educação.
- Recomposição orçamentária dos Institutos
- Não a taxa de juros abusiva do Banco Central! Fora Campos Neto!
- Não ao arcabouço fiscal – queremos um arcabouço para investimentos sociais!
- Por uma reforma tributária que faça justiça social! Que os ricos, super ricos, milionários e bilionários paguem pela crise!
- Não às privatizações! Pela anulação da privatização e pela reestatização da Eletrobrás!
- Revogação imediata do Novo Ensino Médio e retomada do debate de reestruturação do Ensino Médio! Essa reforma amplia a desigualdade social portanto é incompatível com um futuro promissor da juventude para a sociedade.
- Pela construção de frentes de mobilização unitárias nos estados contra os ataques dos governadores bolsonaristas! Tarcísio, Zema e Claudio Castro são inimigos do povo!
- Pela apuração das denúncias e prisão de Bolsonaro e toda a sua milícia!

- Não à criminalização dos movimentos sociais!
- Dedicar apoio e solidariedade às lutas e greves em curso!
- Ser protagonista no FONASEFE propondo um calendário nacional unificado e permanente de mobilizações e lutas em torno das pautas específicas do funcionalismo público federal, como a campanha salarial.
- Defender as pautas dos grupos politicamente minorizados.

#### ASSINAM ESTA TESE

- 1) Abraão Romão Batista-IFPB/SINTEFPB
- 2) Adão de Assis - IFRJ
- 3) Adelino Francisco de Oliveira - IFSP
- 4) Adriana Nascimento de Jesus - IFSP
- 5) Aelcio Vander dos Santos - IFNMG - ARINOS
- 6) Alessandra Barreto Paravidino - IFFluminense
- 7) Alessandra Meira de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
- 8) Alessandro de Paula Silva - SINASEFE Seção Norte de Minas
- 9) Alexandre dos Santos Souza - IFPB
- 10) Alfranio Pedroso Soares - IFMS
- 11) Alice de Araujo N. Pereira - seção IFFluminense
- 12) Aline Tátilla Ferreira - IFNMG
- 13) Allan Costa - IFPB
- 14) Aloisio Henrique Pereira de Souza IFSC Canoinhas
- 15) Ana Paula Lopes Siqueira - IFFluminense Macaé
- 16) André Bellieny Roberto da Silva - IFF
- 17) André Brito de Sousa - SINTEFPB/IFPB
- 18) Antônio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB
- 19) Antônio Luceni dos Santos - IFSP
- 20) Arielly Dayane Lima Ribeiro - IFAC
- 21) Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
- 22) Áureo Mendonça - SINASEFE Monte Castelo
- 23) Carlos Bartel - SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
- 24) Carlos David de Carvalho Lobão - SINTEFPB/IFPB
- 25) Clarissa Maciel Cavalcante - SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
- 26) Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
- 27) Claudilena Corrêa Araújo SINASEFE -Seção Codó - IFMA
- 28) Cristiane Sousa da Silva - IFCE/Sindsifce
- 29) Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão - SINTEFPB/IFPB
- 30) Daniel Corrêa Manhães - IFFluminense
- 31) Damile Menezes Pessoa Mata - IFBA
- 32) Dione Cabral - SINASEFE-SP/ IFSP

- 33) Domingo Stálin Agüero Martínez - SINASEFE IFBA
- 34) Edgar Gomes Júnior - IFNMG/SINASEFE Arinos
- 35) Eduardo Machado dos Santos - IFMT
- 36) Eliezer da Cunha Siqueira SINTEFPB/IFPB
- 37) Emanuelle Karenynne Mota Chaves - SINASEFE IFMA- Seção Codó
- 38) Êmy Virginia - IFCE/Sindsifce
- 39) Erickson Melo Albuquerque - SINTEFPB/IFPB
- 40) Evaldo da Silva Soares - SINTEFPB/IFPB
- 41) Fabio de Oliveira Dias - IFSul Gravataí
- 42) Fábio Sampaio dos Santos Câmara - SINTEFPB/IFPB
- 43) Fernanda M Furlan - IFAL
- 44) Fillipe Perantoni Martins - SINTEFPB/IFPB
- 45) Flávio de Almeida Queiroz - SINTEFPB/IFPB
- 46) Flávio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE
- 47) Francilon Lima Simões - IFSUL
- 48) Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo - SINTEFPB/IFPB
- 49) Francisco de Assis Queiroga-SINTEFPB/IFPB
- 50) Francisco Raimundo de Freitas - SINTEFPB/IFPB
- 51) Gabriel Oliveira - AProfCMPA
- 52) George Bezerra Pinheiro - IFCE/Sindsifce
- 53) Gilvan Azevedo - SINASEFE Maracanã - IFMA
- 54) Giovana Lopes da Silva SINASEFE-IFMA-Seção Codó
- 55) Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo - SINTEFPB/IFPB
- 56) Grazielle Nayara Felicio Silva - IFSP (SINASEFE-SP)
- 57) Guaraci Cardoso Soares - IFPA CTRB e CIABA
- 58) Helio de França Gondim - SINTEFPB/IFPB
- 59) Henrique Nascimento da Silva - IFMS
- 60) Hidemi Soares Myamoto - SINTEFPB/IFPB
- 61) Hugo Manso - IFRN, CNat
- 62) Igor Lima Rodrigues - IFCE/Sindsifce
- 63) Indira Oliveira - IFPA Breves
- 64) Inez Sales de Aguiar-seção Manaus
- 65) Irismar Monteiro Brasil- SINASEFE-Pará
- 66) Iziane Silvestre Nobre - IFCE/Sindsifce
- 67) Jackson Gomes Soares Souza - IFSP
- 68) Jefferson Oliveira Lima - SINASEFE Pará
- 69) João Edson Rufino - SINTEFPB/IFPB
- 70) João Paulo França - SINTEFPB/IFPB
- 71) João Rocha Júnior - IFTM
- 72) Joaquim Teixeira - SINASEFE Monte Castelo
- 73) José de Araujo Pereira - SINTEFPB/IFPB

- 74) José de Arimateia Tavares - SINTEFPB/IFPB
- 75) José do Nascimento Junior - IFPB
- 76) Jose Ernesto Moura Knust - IFFluminense
- 77) José Eurico Ramos de Souza - IFAM Campus Manaus Zona Leste - Seção Manaus
- 78) José Grangeiro Sobrinho - SINTEFPB/IFPB
- 79) José Leandro de Assis - SINTEFPB/IFPB
- 80) Júlio César Ferreira Rolim - SINTEF/IFPB
- 81) Larissa Vancoscelos - SINTEFPB/IFPB
- 82) Laurenir Santos Peniche SINASEFE IFPA CTRB e CIABA
- 83) Leandro Oliveira IFSP
- 84) Leewertton de Souza Marreiro - SINTEFPB/IFPB
- 85) Leonardo Carretta da Silva - SINTIFRJ/CEFET/RJ
- 86) Leonardo Gomes - SINTEFPB/IFPB
- 87) Lissa Mara Saraiva Fontenelle - CMF/Sindsifce
- 88) Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS (Seção Bento Gonçalves)
- 89) Lourdes Rafaella Santos Florêncio - IFCE/Sindsifce
- 90) Luandson Luis da Silva - IFRN
- 91) Luanna Louyse Martins Rodrigues - IFMA
- 92) Luciene da Silva Santos - IFBAIANO/Catu
- 93) Luís Antônio Papa - IFBA.
- 94) Luisa Ramos Senna Souza- SINASEFE IFBA-CMO
- 95) Máira Ferreira Martins IFSP
- 96) Manoel José Porto Júnior - IFSUL
- 97) Márcia Soraya Teani - IFSP
- 98) Marco Antonio Almeida Llarena - SINTEFPB/IFPB
- 99) Márcio Alves de Oliveira - SINASEFE-SP/IFSP
- 100) Marco Aurélio Borges Quintanilha - IFSULDEMINAS - Machado
- 101) Marco V M Lamarao- IFFluminense
- 102) Marcos Antonio Amaral Lins - SINTEFPB/IFPB
- 103) Marcus Cardoso da Silva - IFFFuminense/Macaé
- 104) Marcus Vinicius guedes da Mota - ifnmg (SINASEFE Pirapora)
- 105) Maria Amélia Ferracciú Pagotto- Seção São Paulo
- 106) Maria Artemis Ribeiro Martins - SINDISIFCE/IFCE
- 107) Maria da Conceição da Silva Rodrigues - IFCE/Sindsifce
- 108) Maria Leopoldina Lima Cardoso - SINTEFPB/IFPB
- 109) Maria Suely-IFAM
- 110) Mariana Abreu Gualhano - IFFluminense
- 111) Marival Baldoino de Santana - SINASEFE SP
- 112) Michelangelo Torres - IFRJ
- 113) Montesquieu da Silva Vieira - SINTEFPB/IFPB
- 114) Natália Ayres - IFCE/Sindsifce

- 115) Newmark Heiner da Cunha carvalho SINTEFPB CG - IFPB
- 116) Oscarlino Souza Ferreira - IFBAIANO/CATU
- 117) Pablo Melquisedeque Souza e Silva - SINASEFE Monte Castelo/IFMA
- 118) Paulo Raimundo Sterling Malta - IFBA
- 119) Pedro Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
- 120) Philipe Soares - IFPE
- 121) Priscila Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
- 122) Raimundo Joaquim Façanha Serra IFPA
- 123) Raquel Mesquita dos Santos Ramos - SINTEFPB/IFPB
- 124) Renata Crizanto - IFMT
- 125) Rita Sidmar Alencar Gil - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
- 126) Roberto Coutinho Medeiros Junior - IFFluminense
- 127) Rogério Alves de Amorim - Seção Norte de Minas
- 128) Rogério de Souza - SINASEFE Seção São Paulo - IFSP
- 129) Rômulo Alexandre Silva - SINTEFPB/IFPB
- 130) Rodrigo Dias - IFSul
- 131) Rosa Amélia Barbosa - IFSP
- 132) Rosângela De Barros Castro - IFBA
- 133) Ruy França - SINASEFE Monte Castelo
- 134) Sady Salomão da Silva Alves- IFPA
- 135) Samantha Macedo - IFCE/Sindsifce
- 136) Saulo Daniel Campos de Oliveira- SINASEFE-IFBA/CMS
- 137) Saulo Ramos de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
- 138) Sylvania Trajano de Souza - SINTEFPB/IFPB
- 139) Stênio de S. Vieira - IFTO
- 140) Suelânio Viegas - SINTEFPB/IFPB
- 141) Sueli Pereira de Andrade - SIMTEFPB
- 142) Tânia Regina Barbosa de Sousa- SINASEFE-SE/IFS
- 143) Thais Surian - IFSP
- 144) Thiago Marçal da Silva IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES
- 145) Tiago Thomáz de Assis - SINASEFE MS
- 146) Valmir Arruda - IFCE/Sindsifce
- 147) Victor Rodrigues - SINTEFPB/IFPB
- 148) Vinicius Vanir Venturini- IFCE/Sindsifce
- 149) Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IF Baiano
- 150) Zuila Couto - SINTEFPB/ IFPB

## **07 - TESE DE CONJUNTURA do Coletivo PÃO E ROSAS ao 35º CONSINASEFE**

### **Do golpe à era da devastação do trabalho e dos direitos**

Introdução: do golpismo à chegada da extrema direita no país

A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva permanente do capital, apoiado na financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. O regime de acumulação contemporâneo requer o rebaixamento das condições de reprodução da classe trabalhadora em escala global. Para tanto, sobretudo na periferia do sistema mundial de estados, requer-se uma investida privatista de grande monta nos serviços públicos e o desmonte de suas forças de resistência organizada.

Se entre 1998 e 2016 houve um relativo ciclo politicamente progressista na América Latina, apoiado em governos de centro-esquerda, apesar de atrelados às políticas neoliberais, sofremos desde então uma inflexão com a restauração conservadora, especialmente após eleição de Donald Trump nos EUA, expandindo-se uma extrema-direita reacionária em diversos países. No Brasil, notadamente com a ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-16 e em diversas partes do globo, uma extrema direita parece ter influenciado sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarretou consequências diretas para a educação pública.

No Brasil, após a era das conciliações do capital com o trabalho, as classes dominantes articularam-se por governos e parlamentares reacionários para uma devastação social da legislação protetora do trabalho com um arranjo articulado de políticas econômicas ultra-neoliberais com um autoritarismo obscurantista reacionário. Essa articulação descrita acima, no Brasil torna-se mais aparente com o golpe parlamentar de 2015/2016, com requintes de machismo e misoginia contra a Presidenta Dilma Rousseff, primeira mulher eleita como presidenta no país, que sofreu um impedimento pela prática de supostas “pedaladas fiscais” (uma falsa narrativa), apoiado em mobilizações reacionárias de alguns milhões nas ruas insuflados pela Lava-Jato.

Com Michel Temer abriu-se uma inflexão na conjuntura nacional caracterizada por uma situação reacionária e completamente desfavorável para a classe trabalhadora. Observamos desde então uma enxurrada de medidas

golpistas e expropriação de direitos trabalhistas, previdenciários e outros direitos sociais, como respostas à crise mundial do capital e à situação aberta no país, com assalto ao fundo público, exemplificados pela Lei do Teto dos Gastos, Reforma Trabalhista, a Terceirização Total e Irrestrita (incluindo atividades fins), a Reforma do Ensino Médio, em suma, um conjunto de retrocessos. A partir de então, voltamos a conhecer o congelamento salarial do funcionalismo público, e um acúmulo de derrotas políticas.

Com a eleição de Bolsonaro, a partir de 2019, adentramos numa era de situação reacionária, combinada com políticas econômicas ultra-neoliberais e com uma ofensiva autoritária reacionária (traços neofascistas), em que nem mesmo a conciliação de classes esteve nos planos das classes dominantes. A natureza estrutural do racismo, do machismo, da LGBTfobia, do capacitismo é potencializada e ganham relevo através de uma ofensiva de extremismos contra os direitos humanos, e de expressões de caráter racista, LGBTfóbico, xenófobo, nacionalistas, fundamentalista religioso e outras ideologias reacionárias.

Nesse bojo, houve uma aceleração dos ataques aos direitos sociais e liberdades democráticas, com forte impacto sobre os setores organizados do trabalho, como o sindicalismo, contexto em que se expediu a MP 873/2019 no intuito de asfixiar a vida financeira das entidades sindicais e no serviço público a expedição da Instrução Normativa 54 - IN54/2021, um grande ataque ao direito de greve dos SPFs - Servidores(as) Públicos Federais. Aprovou-se a Reforma da Previdência e elevou-se o sucateamento dos serviços públicos, através de cortes e/ou bloqueios orçamentários, aumentou a precarização e informalização geral do trabalho, propiciou o agravamento da questão ambiental (sobretudo com aumento de queimadas e desmatamentos) e promoveu práticas genocidas contra povos originários.

O sucateamento das áreas estratégicas dos serviços públicos, como saúde, ciência e tecnologia, educação, cultura e meio ambiente, agravou-se ainda mais durante o período da Pandemia de Covid-19 aberto após o primeiro trimestre de 2020. Houve uma tragédia de ausência deliberada de gestão pública do Governo Bolsonaro durante a pandemia, incentivando-se o negacionismo científico contra o uso de máscaras, o distanciamento social e uso de vacinas e negligência do que era de competência do governo no enfrentamento à pandemia. Contudo, o desgaste do governo na pandemia, apesar de abrir uma nova inflexão na conjuntura, não foi suficiente para garantir a massificação da campanha pelo impeachment em 2021, apesar de grandes manifestações realizadas por setores organizados.

Bolsonaro aprovou, em conjunto com o Congresso Nacional, a autonomia do Banco Central, cujo presidente bolsonarista vem mantendo uma política monetária

bastante elevada, com taxa de juros SELIC altíssima (atualmente está em 12,75%), intensificando, de tal modo, a inflação e beneficiando o mercado financeiro em detrimento do setor produtivo. O resultado é o aumento da dívida pública como parte de um mecanismo privatista perverso, obstaculização para o crescimento econômico e espoliação do poder econômico da classe trabalhadora, bem como acirramento de uma crise fiscal que requer, segundo a ótica neoliberal, diminuição de margem para gastos em políticas sociais ou concessões salariais ao funcionalismo, seguido de um perigo concreto de nova recessão econômica.

Os servidores públicos foram tratados como inimigos potenciais do (des)governo Bolsonaro, afinal, lembremos que o próprio ministro da economia Paulo Guedes chegou a mencionar que colocaria “uma granada no bolso do inimigo”, referindo-se ao congelamento salarial dos servidores públicos, as entidades sindicais representativas do serviço público foram ignoradas, sem abertura de diálogo ou negociação com suas pautas. Na educação tivemos uma cruzada contra ela, em que o MEC foi convertido em ministério das cavernas, com escândalos midiáticos, crises permanentes e alternância interna, com a rotatividade de cinco ministros da Educação – um, inclusive foi preso por corrupção. Além disso, foi o governo com maiores cortes orçamentários na educação desde 1999.

Ao fim e ao cabo, Bolsonaro deixou o país num cenário econômico devastador, um mercado de trabalho completamente desestruturado, pautado na informalidade. O resultado foram 4 anos sem aumento real do salário-mínimo, queda de 7,2% da renda média (período do primeiro trimestre de 2019 ao primeiro trimestre de 2022), conforme o IBGE. Segundo o CAGED a criação de empregos apresentou em 2022 desempenho 26,6% menor, comparado com 2021. Em relação ao funcionalismo público, o poder de compra foi reduzido com o acúmulo de 7 anos de corrosão salarial. A desigualdade social e a concentração de renda avançaram (1% dos mais ricos passaram a controlar metade de toda riqueza nacional). O país voltou para o mapa da fome, com mais de 30 milhões de pessoas vivendo com a situação de insegurança alimentar.

O perigo de derrota histórica foi, de fato, existente. Observamos, portanto, um período reacionário e de lutas sociais defensivas se analisarmos os governos Temer a Bolsonaro. A pauta reprimida das classes dominantes, no entanto, foi a PEC 32 (Reforma Administrativa), cuja votação no Congresso Nacional foi segura pelas mobilizações do movimento sindical com destaque ao FONASEFE, SINASEFE e suas seções de base e ano eleitoral de 2022.

A eleição de Lula, impulsionada pelas lutas travadas neste período, interrompeu um ciclo de derrotas desde 2016

O Coletivo Pão e Rosas propôs no 34º CONSINASEFE, ocorrido em maio de 2022, a consigna: “*Eleger Lula para derrotar Bolsonaro*”, a qual foi acolhida pela categoria. Diferentemente de outros coletivos que apoiam na íntegra o projeto político-econômico-eleitoral do governo de conciliação de classes e da aliança ampla com setores conservadores da direita liberal, pensamos que, a despeito de nossas críticas a seu projeto de conciliação de classes, apenas a candidatura de Lula reunia as condições eleitorais para impedir mais um mandato de Bolsonaro. E nada era mais importante do que isso. O Coletivo estava correto! A campanha em torno da candidatura de Lula reuniu os setores mais democráticos da sociedade diante de um mega aparato de direita, de um aparato de *fake news* com impulsionamentos, o uso eleitoral escancarado do Estado em patamares corruptos nunca vistos e com apoio da aliança de setores empresariais golpistas e forças religiosas conservadoras, sobretudo neopentecostais.

O ideológico clima de “guerra santa” acirrou a polarização política, o discurso de ódio e incitação à violência, inclusive de setores militares (das forças armadas às PMs) e operações antidemocráticas estatais como a da PRF no dia do segundo turno. Tratou-se de uma disputa eleitoral difícilíssima e atravessada de ilegalidade por parte da extrema-direita, acusando seu adversário de fazer o que ela na verdade fazia. Quando consideramos a relação social de forças desfavoráveis estabelecida no país desde 2015/16, com certeza foi a mais corrompida pelo uso da máquina estatal desde a redemocratização do país em 1988.

O perigo da extrema-direita ainda existe: por uma ofensiva implacável contra os golpistas, sem anistia! Não há reconciliação se não há justiça, punição e memória.

A eleição de Lula foi uma vitória política gigante, ainda que eleitoralmente estreita. Temos que ter o bom senso em afirmar que Bolsonaro perdeu a eleição (embora tenha vencido em todas as regiões, com exceção do Nordeste), mas a extrema direita continua com força para implementar suas pautas parlamentares, tendo também domínio do executivo estadual e municipal em diversas regiões e capacidade para desestabilizar o país. O bolsonarismo obteve apoio de setores empresariais, da maioria da classe média, dividiu a classe trabalhadora e arrastou setores populares. Obteve vitória eleitoral em colégios eleitorais estratégicos, como em São Paulo (Tarcísio), Rio de Janeiro (Castro) e Minas Gerais (Zema), além de garantir aliados políticos no Paraná, Santa Catarina, Goiás e Amazonas. Garantiu, também, que o PL obtivesse mais votos que o montante obtido pelo PT, Psol e PCdoB. Isso sem contar a eleição de senadores bolsonaristas, os ditos de “sangue

puro”, como Damaris Alves e Marcos Pontes, além de outras figuras de extrema-direita no parlamento.

Logo no início de 2023 diversas ações foram estabelecidas na tentativa de disparar um processo golpista diante da contestação do resultado eleitoral, com destaque para a intentona de 8 de janeiro. Ações de terror e tentativa de golpe de Estado em Brasília, incluindo aí a tentativa de explosão de uma bomba no aeroporto de Brasília na véspera do Natal de 2022, numerada como 01, acampamentos golpistas apoiados pelo comando das forças armadas, fechamento de ruas por “caminhoneiros”: tudo isso não seria possível sem planejamento e um comando político, financiamento empresarial e facilitação policial e militar.

O bolsonarismo apoia-se, portanto, no maior movimento golpista desde a redemocratização no país. O país está diante de uma encruzilhada histórica: destruir o fascismo bolsonarista ou ser destruído por ele, não há uma terceira opção imediata. Se as ações golpistas, neste momento, a priori, recuaram e estão na defensiva, sobretudo diante de medidas democratizantes do STF, é preciso aproveitar o momento da contraofensiva para aprofundá-la ao máximo. A luta contra o golpismo passa por três momentos:

1) exercer a mais dura repressão contra os inimigos da liberdade, sem anistia, ao mesmo tempo em que deve desbolsonarizar às instituições do Estado brasileiro, como as forças armadas, ao contrário da linha de conciliação de José Múcio, bem como, desbolsonarizar todas as instituições públicas e busca por fazer o mesmo na sociedade como um todo.

2) o governo Lula precisa entregar ao povo trabalhador as melhorias de vida prometidas na campanha, de modo a enfraquecer a influência bolsonarista na população, especialmente em setores da classe trabalhadora mais pobres;

3) será necessário avançar na construção da mobilização e organização de massas à esquerda para a luta contra o fascismo, pelas demandas mais sentidas pelo povo trabalhador, e perpassando também por fortalecer a defesa das pautas de grupos politicamente minorizados. Sem a melhoria da qualidade de vida da população com empregos, direitos sociais, aumento da renda e valorização dos serviços públicos, o mal-estar social pode se aprofundar, gerando um cenário propício para novas ações golpistas e/ou a volta da extrema direita;

A independência política nos legitima a fazer exigências e críticas ao governo atual, mas não nos autoriza sermos confundidos com a oposição bolsonarista

Após 7 anos sem negociações efetivas com o governo, o funcionalismo público vivenciou no início de 2023 (e desde a equipe de transição do governo) a reabertura

de negociações, um importante, porém insuficiente reajuste parcial em seus rendimentos (9%) e enfrenta a dificuldade de uma campanha salarial do funcionalismo diante de um cenário de ajustes fiscais, a exemplo do famigerado arcabouço fiscal.

Os elementos expostos nos obrigam a constatar que a correlação de forças segue desfavorável, exigindo muita mobilização de nosso movimento sindical em dois sentidos: a) por um lado, defender as liberdades democráticas e a não-interrupção do governo Lula pelas forças golpistas de direita (Por uma ofensiva implacável contra os golpistas, sem anistia!). Afinal, não descartamos que, num momento de mal estar social mais acirrado, há perigo da direita voltar a carga em ações golpistas visando interromper ou desestabilizar o governo Lula para retomar sua agenda radical de implementação de políticas conservadoras alinhadas ao projeto ultra-neoliberal; b) ao mesmo tempo que se luta contra a direita, devemos mobilizar nossa categoria por nossas pautas econômicas sem abandono da luta política (avançar na luta política com independência de classe diante do governo!). A independência política nos legitima a fazer exigências e críticas ao governo atual, mas não nos autoriza a sermos confundidos com a oposição bolsonarista. Nossa tarefa imediata é também exigir do governo Lula sua agenda eleitoral em torno dos direitos sociais e das revogações de todas as ações golpistas do período anterior. Não devemos nos resignar a nada aquém disso.

Dito de outro modo, o SINASEFE, e toda direção do movimento de massas, não pode ter uma postura “chapa branca” diante do governo, blindando-o em seus erros políticos, mas também não podemos construir uma oposição ao governo em nenhum tipo de ação que aparente unidade com o bolsonarismo nestes tempos de fake news.

O centrão não pode governar neste governo de coalizão ampla! Temos que combater e denunciar toda vez que o governo sinalize para concessões à ala da direita-liberal tradicional ou aos grandes interesses do capital, como o mercado financeiro, lembrando que a ala centro-direita articula o papel de chantagear ininterruptamente o governo Lula, a fim de se preservar o ajuste fiscal e o controle de gastos. Diante de um Congresso tão reacionário, a mobilização popular e sindical crescente pode ser um diferencial na correlação de forças. O desafio político estratégico será a ruptura com o neoliberalismo e a busca de governabilidade na mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras e setores populares. Esse deve ser o papel da esquerda socialista e progressista diante da conjuntura nacional, preservando sua independência de classe, até que se inverta a correlação de forças no país.

Apenas com a convergência das forças sociais do trabalho, ainda fragmentárias e dispersas (e que atualmente oscilam entre o oportunismo sindical de blindagem ao governo Lula e o sectarismo apartado das massas) é que o sindicalismo será capaz de dar um passo adiante e qualitativo na organização massiva dos trabalhadores e trabalhadoras e ser portador autêntico de um novo projeto de sociedade e um novo modo de vida para além da defesa corporativa dos segmentos que representa juridicamente. É difícil imaginar que sem luta política e mobilização social o governo consiga aprovar mudanças estruturais a favor de trabalhadores(as) e dos setores oprimidos. Mas para tanto, será necessário muita mobilização e luta, com retomada de um novo ciclo de greves e espaços de Frente Única dos trabalhadores para potencializar a mobilização popular de massas contra a extrema direita golpista, com calendário de lutas unitário e com uma pauta de interesses da classe trabalhadora, diante do processo de reorganização da esquerda no país. Se os desafios são imensos, nosso desejo de lutar em unidade não é menor.

#### ASSINAM ESTA TESE

- 1) Abraão Romão Batista-IFPB/SINTEFPB
- 2) Adão de Assis - IFRJ
- 3) Adelino Francisco de Oliveira - IFSP
- 4) Adriana Nascimento de Jesus - IFSP
- 5) Aelcio Vander dos Santos - IFNMG - ARINOS
- 6) Alessandra Barreto Paravidino - IFFluminense
- 7) Alessandra Meira de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
- 8) Alessandro de Paula Silva - SINASEFE Seção Norte de Minas
- 9) Alexandre dos Santos Souza - IFPB
- 10)Alfranio Pedroso Soares - IFMS
- 11) Alice de Araujo N. Pereira - seção IFFluminense
- 12)Aline Tátilla Ferreira - IFNMG
- 13)Allan Costa - IFPB
- 14)Aloisio Henrique Pereira de Souza IFSC Canoinhas
- 15)Ana Paula Lopes Siqueira - IFFluminense Macaé
- 16)André Bellieny Roberto da Silva - IFF
- 17) André Brito de Sousa - SINTEFPB/IFPB
- 18)Antônio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB
- 19)Antônio Luceni dos Santos - IFSP
- 20) Arielly Dayane Lima RIBEIRO - IFAC
- 21)Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS

- 22) Áureo Mendonça - SINASEFE Monte Castelo
- 23) Carlos Bartel - SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
- 24) Carlos David de Carvalho Lobão - SINTEFPB/IFPB
- 25) Clarissa Maciel Cavalcante - SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
- 26) Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
- 27) Claudilena Corrêa Araújo SINASEFE -Seção Codó - IFMA
- 28) Cristiane Sousa da Silva - IFCE/Sindsifce
- 29) Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão - SINTEFPB/IFPB
- 30) Daniel Corrêa Manhães - IFFluminense
- 31) Damile Menezes Pessoa Mata - IFBA
- 32) Dione Cabral - SINASEFE-SP/ IFSP
- 33) Domingo Stálin Agüero Martinez - SINASEFE IFBA
- 34) Edgar Gomes Júnior - IFNMG/SINASEFE Arinos
- 35) Eduardo Machado dos Santos - IFMT
- 36) Eliezer da Cunha Siqueira SINTEFPB/IFPB
- 37) Emanuelle Karenyne Mota Chaves - SINASEFE IFMA- Seção Codó
- 38) Êmy Virginia - IFCE/Sindsifce
- 39) Erickson Melo Albuquerque - SINTEFPB/IFPB
- 40) Evaldo da Silva Soares - SINTEFPB/IFPB
- 41) Fabio de Oliveira Dias - IFSul Gravataí
- 42) Fábio Sampaio dos Santos Câmara - SINTEFPB/IFPB
- 43) Fernanda M Furlan - IFAL
- 44) Fillipe Perantoni Martins - SINTEFPB/IFPB
- 45) Flávio de Almeida Queiroz - SINTEFPB/IFPB
- 46) Flávio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE
- 47) Francilon Lima Simões - IFSUL
- 48) Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo - SINTEFPB/IFPB
- 49) Francisco de Assis Queiroga-SINTEFPB/IFPB
- 50) Francisco Raimundo de Freitas - SINTEFPB/IFPB
- 51) Gabriel Oliveira - AProfCMPA
- 52) George Bezerra Pinheiro - IFCE/Sindsifce
- 53) Gilvan Azevedo - SINASEFE Maracanã - IFMA
- 54) Giovana Lopes da Silva SINASEFE-IFMA-Seção Codó
- 55) Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo - SINTEFPB/IFPB
- 56) Grazielle Nayara Felício Silva - IFSP (SINASEFE-SP)
- 57) Guaraci Cardoso Soares - IFPA CTRB e CIABA
- 58) Helio de França Gondim - SINTEFPB/IFPB
- 59) Henrique Nascimento da Silva - IFMS

- 60) Hidemi Soares Myamoto - SINTEFPB/IFPB
- 61) Hugo Manso - IFRN, CNat
- 62) Igor Lima Rodrigues - IFCE/Sindsifce
- 63) Indira Oliveira - IFPA Breves
- 64) Inez Sales de Aguiar-seção Manaus
- 65) Irismar Monteiro Brasil- SINASEFE-Pará
- 66) Iziane Silvestre Nobre - IFCE/Sindsifce
- 67) Jackson Gomes Soares Souza - IFSP
- 68) Jefferson Oliveira Lima - SINASEFE Pará
- 69) João Edson Rufino - SINTEFPB/IFPB
- 70) João Paulo França - SINTEFPB/IFPB
- 71) João Rocha Júnior - IFTM
- 72) Joaquim Teixeira - SINASEFE Monte Castelo
- 73) José de Araujo Pereira - SINTEFPB/IFPB
- 74) José de Arimateia Tavares - SINTEFPB/IFPB
- 75) José do Nascimento Junior - IFPB
- 76) Jose Ernesto Moura Knust - IFFluminense
- 77) José Eurico Ramos de Souza - IFAM Campus Manaus Zona Leste - Seção  
Manaus
- 78) José Grangeiro Sobrinho - SINTEFPB/IFPB
- 79) José Leandro de Assis - SINTEFPB/IFPB
- 80) Júlio César Ferreira Rolim - SINTEFPB/IFPB
- 81) Larissa Vancoscelos - SINTEFPB/IFPB
- 82) Laurenir Santos Peniche SINASEFE IFPA CTRB e CIABA
- 83) Leandro Oliveira IFSP
- 84) Leewertton de Souza Marreiro - SINTEFPB/IFPB
- 85) Leonardo Carretta da Silva - SINTIFRJ/CEFET/RJ
- 86) Leonardo Gomes - SINTEFPB/IFPB
- 87) Lissa Mara Saraiva Fontenelle - CMF/Sindsifce
- 88) Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS (Seção Bento Gonçalves)
- 89) Lourdes Rafaella Santos Florêncio - IFCE/Sindsifce
- 90) Luandson Luis da Silva - IFRN
- 91) Luanna Louyse Martins Rodrigues - IFMA
- 92) Luciene da Silva Santos - IFBAIANO/Catu
- 93) Luís Antônio Papa - IFBA.
- 94) Luisa Ramos Senna Souza- SINASEFE IFBA-CMO
- 95) Máira Ferreira Martins IFSP
- 96) Manoel José Porto Júnior - IFSUL

- 97) Márcia Soraya Teani - IFSP
- 98) Marco Antonio Almeida Llarena - SINTEFPB/IFPB
- 99) Márcio Alves de Oliveira - SINASEFE-SP/IFSP
- 100) Marco Aurélio Borges Quintanilha - IFSULDEMINAS - Machado
- 101) Marco V M Lamarao- IFFluminense
- 102) Marcos Antonio Amaral Lins - SINTEFPB/IFPB
- 103) Marcus Cardoso da Silva - IFFFuminense/Macaé
- 104) Marcus Vinicius guedes da Mota - ifnmg (SINASEFE Pirapora)
- 105) Maria Amélia Ferracciú Pagotto- Seção São Paulo
- 106) Maria Artemis Ribeiro Martins - SINDISIFCE/IFCE
- 107) Maria da Conceição da Silva Rodrigues - IFCE/Sindsifce
- 108) Maria Leopoldina Lima Cardoso - SINTEFPB/IFPB
- 109) Maria Suely-IFAM
- 110) Mariana Abreu Gualhano - IFFluminense
- 111) Marival Baldoino de Santana - SINASEFE SP
- 112) Michelangelo Torres - IFRJ
- 113) Montesquieu da Silva Vieira - SINTEFPB/IFPB
- 114) Natália Ayres - IFCE/Sindsifce
- 115) Newmark Heiner da Cunha carvalho SINTEFPB CG - IFPB
- 116) Oscarlino Souza Ferreira - IFBAIANO/CATU
- 117) Pablo Melquisedeque Souza e Silva - SINASEFE Monte Castelo/IFMA
- 118) Paulo Raimundo Stering Malta - IFBA
- 119) Pedro Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
- 120) Philipe Soares - IFPE
- 121) Priscila Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
- 122) Raimundo Joaquim Façanha Serra IFPA
- 123) Raquel Mesquita dos Santos Ramos - SINTEFPB/IFPB
- 124) Renata Crizanto - IFMT
- 125) Rita Sidmar Alencar Gil - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
- 126) Roberto Coutinho Medeiros Junior - IFFluminense
- 127) Rogério Alves de Amorim - Seção Norte de Minas
- 128) Rogério de Souza - SINASEFE Seção São Paulo - IFSP
- 129) Rômulo Alexandre Silva - SINTEFPB/IFPB
- 130) Rodrigo Dias - IFSul
- 131) Rosa Amélia Barbosa - IFSP
- 132) Rosangela De Barros Castro - IFBA
- 133) Ruy França - SINASEFE Monte Castelo
- 134) Sady Salomão da Silva Alves- IFPA

- 135) Samantha Macedo - IFCE/Sindsifce
- 136) Saulo Daniel Campos de Oliveira- SINASEFE-IFBA/CMS
- 137) Saulo Ramos de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
- 138) Silvania Trajano de Souza - SINTEFPB/IFPB
- 139) Stênio de S. Vieira - IFTO
- 140) Suelânio Viegas - SINTEFPB/IFPB
- 141) Sueli Pereira de Andrade - SIMTEFPB
- 142) Tânia Regina Barbosa de Sousa- SINASEFE-SE/IFS
- 143) Thais Surian - IFSP
- 144) Thiago Marçal da Silva IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES
- 145) Tiago Thomáz de Assis - SINASEFE MS
- 146) Valmir Arruda - IFCE/Sindsifce
- 147) Victor Rodrigues - SINTEFPB/IFPB
- 148) Vinicius Vanir Venturini- IFCE/Sindsifce
- 149) Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IF Baiano
- 150) Zuila Couto - SINTEFPB/ IFPB

## **08 - Agora é tempo de ocupar as ruas! Organizar as lutas pela conquista de direitos e em defesa dos serviços públicos, derrotar a extrema-direita e impedir a catástrofe ambiental.**

Tese de Conjuntura Nacional e Plano de Lutas ao 35º CONSINASEFE

Os movimentos sociais, lutadores/as, as classes trabalhadoras e exploradas do Brasil conquistaram importante vitória ao derrotar o neofascista Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022 e, assim, interromperam o ciclo iniciado por Michel Temer de ataques frontais ao povo brasileiro, ocorrido sem precedentes na história do país. Agora, em 2023, é preciso ocupar as ruas para pressionar o novo governo Lula, de frente ampla, a implementar medidas que garantam direitos e seguir o combate ao bolsonarismo, ainda vivo e atuante no ataque ao MST, aos direitos da população lgbtqiapn+, das mulheres e até nordestinos.

É nesse contexto que uma das primeiras medidas do terceiro mandato de Lula foi a aprovação de um “arcabouço fiscal”, um plano econômico que substituiu o teto de gastos criado no governo Temer, limitando os investimentos sociais federais a um percentual restrito associado ao aumento de receitas, considerando a inflação anual. O arcabouço fiscal é parte de uma proposta de garantia ao mercado financeiro do pagamento do serviço da dívida pública, iniciando com “déficit primário zero” em 2024 até o alcance do superávit primário, que daria essa segurança do pagamento da dívida, por meio da manutenção da relação dívida/PIB. Essa proposta foi amplamente aprovada no Congresso Nacional, poder dominado por antigos aliados de Bolsonaro, fundamentalistas cristãos, ruralistas e até lideranças de extrema-direita, mas também pelos partidos de esquerda que estão compondo o governo, ainda que com moções de ressalva. O custo político do apoio dos parlamentares da direita foi a liberação direta de verbas de emendas parlamentares e o aumento de sua presença no poder executivo. Além de tomar pastas menores, como o Ministério dos Esportes, o que é no Brasil chamado de “centrão” almeja o controle de bancos estatais (Caixa Econômica), ministérios mais relevantes (como o da Saúde) e ampliar sua autonomia para distribuição de emendas parlamentares ao orçamento anual do Estado.

Os danos do arcabouço fiscal ainda foram pouco sentidos pela massa de trabalhadores/as brasileiras/os, porém já neste ano a ausência de reajuste salarial para servidores/as e o não cumprimento do piso salarial para profissionais de saúde exemplificam a tônica do governo nos próximos três anos e meio. Essa restrição orçamentária inviabiliza a recuperação das perdas salariais dos servidores públicos

acumuladas em quatro anos, no mínimo, sem qualquer reajuste, e o “reajuste emergencial” de 9% ficou muito longe de cobrir essas perdas.

Os aliados direitistas do novo Governo Lula também comemoram o novo Programa de Aceleração do Crescimento, que prevê diversos projetos de exploração de combustíveis fósseis, a exemplo da tentativa de exploração do território próximo à foz do rio Amazonas, na região do Amapá. Após muita pressão de setores do governo Lula, o IBAMA, órgão fiscalizador do meio ambiente no país, não cedeu e vetou a continuidade da pesquisa para futuras explorações do petróleo nessa região, cuja previsão é iniciar por volta de 2030, ano em que o mundo deveria estar encaminhando o “fade out” do uso de combustíveis fósseis – mas a pressão continua.

Após a tentativa fracassada de golpe civil-militar em 8 de janeiro, a extrema-direita, que no Brasil é representada majoritariamente pela vertente neofascista do bolsonarismo, segue com uma ofensiva que podemos chamar de “guerrilha” nas redes sociais, alimentada também por vertentes radicalizadas das igrejas pentecostais. A disputa pelos conselhos tutelares foi uma amostra de como a extrema-direita está buscando ampliar seus tentáculos de representação, e certamente irá mostrar sua força novamente nas eleições municipais. Em nenhum momento podemos perder de vista que a extrema-direita é nosso principal adversário e seu objetivo é sempre não apenas nos retirar todos os direitos, como também calar nossa voz e cessar nossa liberdade de lutar. Entretanto, ter essa consciência também não pode nos fazer condescendentes com a colaboração de classes, aliás limitada, oferecida pelos governos de frente ampla.

O SINASEFE deve seguir lutando pelos direitos da categoria que representa, inserido no conjunto das lutas da classe trabalhadora não só para evitar perdas e recuperar direitos retirados nos governos de extrema-direita de Bolsonaro e do golpista Temer, mas também para ampliar conquistas. Para isso, é fundamental manter a autonomia sindical e a independência de classe diante de um governo de frente ampla, composto por partidos que dizem representar os trabalhadores e também por assumidos representantes da burguesia. O movimento sindical não pode sucumbir à tática da colaboração de classes, iludindo a classe de que as conquistas fundamentais podem ser concedidas sem muita luta, o que inclui movimentos grevistas, quando necessário.

Os desafios para derrotar a extrema-direita, as tarefas táticas da esquerda e dos movimentos sociais:

O novo momento político no Brasil nos permite lutar pela recuperação do que foi perdido e o alcance de novas conquistas. Mantém-se como prioritária a tarefa de

derrotar o bolsonarismo e a extrema-direita. Sendo assim, os eixos da tática devem ter os seguintes objetivos: a) Melhorar as condições materiais de vida do povo trabalhador; b) Promover um novo ciclo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras, da juventude, do povo explorado oprimido em geral e da esquerda socialista; c) Sustentar mobilização permanente pela revogação das medidas legais e infralegais dos governos anteriores e das privatizações de setores estratégicos.

Coerente aos objetivos acima, defendemos a seguinte plataforma de lutas:

- a) Por um Projeto para o Brasil pela classe trabalhadora, articulando demandas populares imediatas com um projeto anticapitalista e anticolonial no país e na América Latina, combatendo os monopólios privados, o agronegócio, a mineração, o imperialismo e a concentração de renda e riqueza.
- b) Não ao Arcabouço Fiscal! Pela Auditoria da Dívida Pública. A Dívida com o Povo Brasileiro é a nossa prioridade.
- c) Pela revogação da Autonomia do Banco Central. Fora Roberto Campos Neto!
- d) Pela estatização dos bancos, do sistema financeiro!
- e) Lutar em defesa dos serviços e servidores públicos e contra toda forma de privatização!
- f) Retomar o controle, reverter o desmantelamento da Petrobrás e torná-la uma empresa pioneira na construção de alternativas ambientalmente viáveis para uma transição energética socialmente justa.
- g) Reverter a privatização da Eletrobrás.
- h) Desmatamento zero! Lutar em defesa da Amazônia e dos outros biomas brasileiros.
- i) Por uma Reforma Tributária que taxe os ricos e desonere os mais pobres e a classe média.
- j) Lutar pela democratização das relações de trabalho no Brasil, com reconhecimento do trabalho de cuidados e de reprodução social, com divisão das tarefas domésticas. Pelo fortalecimento da representatividade dos sindicatos, incluindo trabalhadores informais. Por mais empregos e aumento real do salário, a partir da redução da jornada de trabalho. Pelo fim de toda a terceirização do trabalho.
- k) Lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Pela legalização do aborto! Por orçamento público para garantir aplicação da Lei 14.541/23 que determina o funcionamento integral das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Por políticas educacionais, de emprego e renda direcionadas às mulheres. Não à violência contra as mulheres e à violência política de gênero.

- l) Em defesa dos territórios indígenas, quilombolas e povos tradicionais. Contra o Marco Temporal.
- m) Combater o racismo em todas as suas manifestações, lutar pelo direito à vida da juventude negra. Pelo fim da Guerra às Drogas, verdadeira guerra contra pobres negros e negras.
- n) Em defesa dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+, contra o pânico moral que alimenta uma guerra cultural de extrema-direita anti-trans e anti-direitos para a comunidade;
- o) Em defesa do SUS com ampliação do seu orçamento!
- p) Contra o capacitismo! Em defesa de políticas públicas de atenção e inclusão das Pessoas com Deficiência.
- q) Garantir a participação política e a expressão das demandas dos povos imigrantes e refugiados no Brasil através do direito ao voto, levando-se em conta tempo mínimo de residência.

Plano de lutas para o SINASEFE no próximo período:

1. Lutar contra a reforma administrativa!
2. Lutar por reajuste geral de salários, corrigindo proporcionalmente as perdas acumuladas dos servidores públicos federais;
3. Lutar pela reorganização e valorização das carreiras docente (EBTT) e técnico-administrativa (TAE);
4. Lutar pelo estabelecimento de data-base para o reajuste dos salários dos servidores públicos federais;
5. Construção da greve unificada dos servidores públicos federais por reajuste salarial e em caso de risco de aprovação da reforma administrativa;
6. Lutar contra a reforma do Ensino Médio, em defesa de uma educação emancipadora;
7. Pela revogação de todas as portarias e Instruções Normativas elaboradas nos governos Temer e Bolsonaro que tiram direitos, em especial a portaria 983 do MEC, que inviabiliza as atribuições da carreira EBTT, Revogação já!
8. Lutar contra a instituição do ponto eletrônico tanto para docentes quanto para técnicos-administrativos, pelo seu evidente teor de assédio moral institucional;
9. Lutar pela equiparação dos valores dos benefícios entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, em especial do auxílio alimentação, auxílio creche, vale transporte e saúde complementar;

10. Lutar para que haja concursos públicos para todas as funções existentes nas nossas Instituições Federais de Ensino, inclusive os cargos de nível médio dos TAES, e pelo aumento de vagas de assistentes de alunos;
11. Lutar contra a terceirização já existente na nossa rede e evitar que ela se amplie, como já foi anunciado em diversas ocasiões;
12. Lutar contra as diversas formas de opressão que seguem existindo no ambiente de trabalho, como o racismo, o machismo, a LGBTQIAPN+fobia, o assédio moral e o assédio sexual;
13. Lutar para que o assédio moral tenha sua especificação na legislação federal referente aos servidores públicos;
14. Lutar contra as diversas formas de violência nas nossas instituições de ensino;
15. Lutar pela expansão das bolsas de acesso e permanência aos estudantes, bolsas de pesquisa para TAEs.

Assinam esta tese

Vinícius Almeida (IFMT)

Magda Furtado (SINDSCOPE)

Fabiano dos Santos (IFBA)

Jean Zeferino (IFSP)

Rogério Silva (IFBA)

Ronaldo Naziazeno (IFBA)

Roberto Araújo (IFCE)

Roberta Menezes (IFCE)

## 09 - O SINASEFE e as Centrais Sindicais

Em decisão acertada e consciente o SINASEFE decidiu em seu último congresso estatutário realizado em 2019 se desligar da CSP Conlutas, devido ao fato de que em muitas ocasiões a referida central tomava posições divergentes em questões centrais da conjuntura com a base do SINASEFE, como foram os casos das decisões de enfrentar o impeachment da Presidenta Dilma, que a central apoiava, a decisão de lutar pela libertação do Presidente Lula, de atuar junto à Frente Povo Sem Medo, entre outras.

Todas essas deliberações da base tomadas em congresso ou plenárias demonstravam a incompatibilidade de permanecer em uma central que desenvolvia uma política isolacionista e sectária, que acabou por contribuir com o golpe e a eleição de Bolsonaro, ambos graves ataques ao conjunto da classe trabalhadora brasileira e dificultou o enfrentamento às políticas implementadas por esses governos impostores como as reformas trabalhistas, da previdência e a política genocida durante a pandemia.

Entretanto, para os eu, como nós, compreendem que nenhuma vitória de categoria é consistente e algumas mesmo sequer são possíveis, se apartados do conjunto das lutas da classe, a situação de permanecer sem um vínculo com uma central sindical limita os debates classistas e de enfrentamento às opressões e a própria atuação junto a lutas importantes da classe.

Agora que conseguimos à duras penas eleger um governo no executivo progressista e com alguns compromissos com a classe, especialmente o de que a classe seja ouvida em determinados debates junto ao governo, a situação de estarmos sem vinculação com nenhuma central pode nos deixar incapazes ou com dificuldades de acompanhar importantes debates que nos afetam diretamente, entre os quais destaco 3 deles: os debates sobre a regulamentação da negociação coletiva no serviço público que poderá na prática instituir a data base, os debates sobre a reforma sindical, que versará sobre a organização sindical, registro, direitos e estrutura e os debates sobre a regulamentação e garantia de direitos aos trabalhadores de aplicativos, que parecem ser o futuro do tipo de vínculo funcional da maioria da classe em breve, nos apartamos do embate da classe contra o aprofundamento da proteção ao trabalho no nosso país.

O nosso acompanhamento sobre o primeiro tema, sendo aquele que nos afeta mais diretamente, só não é pior porque tendo participado do congresso Nacional da Intersindical Central da Classe Trabalhadora na condição de representante de fração minoritária de direção, a Coordenadora Geral Elenira Vilela, é uma das representantes da referida central nos debates sobre esse tema, tendo

participado inclusive da oficina do GT no dia 25 de outubro e de várias outras reuniões e debates sobre o tema.

É interessante destacar que a própria Unidade Sindical Primeiro de Maio (#1M) foi criada no 31º CONSINASEFE em torno de uma tese escrita sobre a Intersindical CCT e sua atuação histórica, mesmo não sendo a atuação na referida central obrigatória ou condicionante para ser membro do #1M.

A Intersindical CCT tem à sua frente como Secretária Geral da entidade a companheira Nilza Pereira, operária do sindicato dos químicos unificados de Osasco sendo a primeira central sindical a ser dirigida em seu principal cargo por uma mulher da história do Brasil. A companheira recebeu inclusive reconhecimento por parte do Presidente Lula ao ser convidada a ser membro do chamado “Conselhão”, espaço instituído pelo Presidente Lula para debates sobre os rumos do governo e decisões sobre o futuro do Brasil.

Sendo uma central da classe trabalhadora, não se permite organizar e defender apenas trabalhadores e trabalhadoras com carteira de trabalho ou servidor público estatutário, mas recebe todas as organizações classistas de trabalhadores, incluindo entre seus membros organizações de camelôs, trabalhadores autônomos, as “Brigadas Populares” entre outras organizações autônomas e tem sido reconhecida em seu papel importante na organização, apoio e contribuição ao debate da instituição de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras por aplicativo.

Recentemente a Seção Videira do SINASEFE deliberou em assembleia se tornar membro da Intersindical CCT. Na estrutura da Intersindical há sindicatos de bancários, químicos, de servidores públicos municipais e estaduais (como é o caso do Sindsaúde SC), entre vários outros. Ao contrário da central a qual estávamos vinculados anteriormente, o histórico de atuação da Intersindical CCT é de bastante proximidade com a ampla maioria de decisões e de visão sindical adotada pela base do SINASEFE desde sua criação.

Também há compatibilidade na compreensão e luta política internacional, sendo membro da Federação Sindical Municipal (FSM) que segue, por exemplo, a mesma compreensão de respeito e defesa de Cuba contra o bloqueio estadunidense, condenou o golpe e a prisão ilegal de Lula, entre muitas outras posturas internacionais compatíveis com nossas deliberações, nossa concepção de organização sindical e nossa postura de ação internacional via Confederação de Educadores Americanos CEA.

Consideramos que é fundamental que tanto as seções, quanto o SINASEFE Nacional organizem um debate profundo e que envolva o conjunto dos (as) sindicalizados (as) da importância de compor uma central sindical, visto a

importância estratégica e tática dessa vinculação, ao permitir que os debates da categoria estejam sempre em contato e articulação com as lutas gerais da classe, na linha mais clássica do conhecimento e da luta política operária, resumido na famosa frase “Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”.

Para estes debates, a Intersindical CCT se coloca totalmente à disposição a todas as seções e ao sindicato nacional que quiserem conhecer os documentos, estrutura organizativa e atuação na luta da central, as entidades e forças políticas que compõem a central atualmente para que todos e todas possamos tomar uma decisão consciente e fundamentada.

Proposta: proposição pela Direção Nacional do SINASEFE de debates sobre a importância de associação do sindicato à uma central sindical e debates que permitam conhecer as centrais do campo de esquerda do Brasil e fomentar uma metodologia com um cronograma para que o SINASEFE possa tomar uma decisão sobre filiação ou não a uma central sindical e qual.

Diego Rodolfo Simões Lima

Elenira Oliveira Vilela

## 10 - SINASEFE INDEPENDENTE, DEMOCRÁTICO, INCLUSIVO E DE LUTAS

*“Lênin os bolcheviques e a questão da independência dos sindicatos: Contra inúmeras mentiras, convém estabelecer a posição de Lênin e do Partido Bolchevique sobre a independência dos sindicatos, nas suas relações com os partidos políticos e com o Estado. Na Carta de Amiens de 1906 afirma-se: “O sindicalismo prepara a emancipação completa (das trabalhadoras e) dos trabalhadores, que só pode realizar-se com a expropriação capitalista” e “defende a greve geral como meio de ação”.*

*Lênin explica, em 1921: “Nem o Partido Comunista, nem o poder dos soviets, nem os sindicatos podem, de nenhum modo esquecer, e não devem ocultar (das operárias), dos operários e das massas trabalhadoras, que o recurso à luta grevista num estado no qual o poder político pertence ao proletariado, pode unicamente explicar-se e justificar-se pelas deformações burocráticas do Estado proletário e por todo o tipo de sobrevivência do passado capitalista e de suas instituições”.*

*Isso foi escrito em 1921. Havia o Estado operário, a União Soviética não havia degenerado ainda. Portanto, em 1921 Lênin disse: “(As operárias e) os operários têm o direito de fazer greve contra seu próprio Estado”. Lênin já estava preocupado com as deformações burocráticas do Estado operário; preocupação que em 1922 – até que mergulha na inconsciência e, depois na morte –, o levaria a empreender a batalha contra Stalin. Todas as calúnias divulgadas contra o bolchevismo devem ser varridas.*

*Naturalmente, houve uma discussão muito dura no Partido Bolchevique. A situação na Rússia sitiada era muito difícil. Esta discussão sobre a independência dos sindicatos teria consequências muito práticas, imediatas.*

*O que Lênin disse: “A ação dos sindicatos é a defesa real, em todos os âmbitos, da massa operária.*

*De modo algum se pode exigir (das filiadas e) dos filiados determinadas posições políticas. E, a este respeito, os sindicatos devem estar a margem do partido...”*

*Ele se pronuncia contra a admissão em bloco de todos as assalariadas e assalariados nos sindicatos. Na sua opinião, seria preciso, imediatamente, adotar, reintegrar o princípio da adesão livre das filiadas e filiados ao sindicato.”.*

*Pierre Lamber-militante do movimento sindical francês.*

*As notas a seguir, são partes das que foram encontradas na mesa de Trotsky no momento do seu assassinado, em 20 de agosto de 1940, um ano após o início da 2ª Guerra Mundial. Elas são o projeto inacabado do artigo que preparava, sobre as características do movimento sindical. Apesar de sua forma inacabada e necessariamente incompleta, representa uma análise profunda da questão:*

*“A integração dos sindicatos ao poder do estado*

Há uma característica comum no desenvolvimento ou, para sermos mais exatos na degeneração das modernas organizações sindicais de tudo o mundo: sua aproximação e sua vinculação mais estreita com o poder do estado. Esse processo é igualmente característico dos sindicatos neutros, social-democratas, comunistas e anarquistas. Somente este fato demonstra que a tendência a “estretar vínculos” não é própria dessa ou daquela doutrina, mas provem de condições sociais comuns a todos os sindicatos.

*O capitalismo monopolista não se baseia na concorrência e na livre iniciativa privada, mas numa direção centralizada. As camarilhas capitalistas, que encabeçam os poderosos trustes, monopólios, bancos etc., controlam a vida econômica como o faz o poder do Estado, e a cada passo exige sua colaboração. Os sindicatos dos ramos mais importantes da indústria, nessas condições, veem-se privados da possibilidade de aproveitar a concorrência entre as diversas empresas. Devem enfrentar um adversário capitalista centralizado, intimamente ligado ao poder de estado. Daí a necessidade que os sindicatos têm – na medida em que se mantenham numa posição reformista, ou seja, de adaptação à propriedade privada – de se adaptar ao Estado capitalista e de buscar sua cooperação.*

*Aos olhos da burocracia sindical, a tarefa essencial é a de “liberar” o Estado de suas amarras capitalistas, de enfraquecer suas dependências com os monopólios e de voltá-las a seu favor. Esta posição está em harmonia com a posição da aristocracia e da burocracia operária, que lutam para obter algumas migalhas do sobre lucro do imperialismo capitalista.*

*Em seus discursos, os burocratas fazem todo o possível, em palavras e nos fatos, para mostrar ao Estado “democrático” o quanto eles são dignos de confiança e indispensável em tempos de paz e, especialmente, em tempos de guerra. O fascismo, ao transformar os sindicatos em organismo do Estado, não inventou nada de novo: simplesmente levou até às últimas consequências as tendências inerentes ao imperialismo.*

*Os países coloniais e semicolônias não estão sob o domínio de um capitalismo nativo, mas do imperialismo estrangeiro. Este fato fortalece, em vez de debilitar, a*

*necessidade de laços diretos, diários e práticos entre os magnatas do capitalismo e os governos que deles dependem, nos países coloniais e semicoloniais.*

*À medida que o capitalismo imperialista cria nas colônias e semicolônias um extrato de aristocratas e burocratas operários, estes solicitam o apoio dos governos coloniais e semicoloniais como protetores e tutores e, as vezes árbitros. Esta é base social mais importante do caráter bonapartista e sem bonapartista dos governos das colônias, e em geral dos países "atrasados". Essa é também a base da dependência dos sindicatos reformista em relação ao Estado.*

*No México, os sindicatos transformaram-se por lei em instituições semi-estatais, e assumiram, por isso, um caráter Simi totalitário. Segundo os legisladores, a estatização dos sindicatos foi introduzida em benefício dos interesses (das operárias e) dos operários, para lhes assegurar certas influências na vida econômica e governamental. Mas enquanto o imperialismo estrangeiro dominar o estado nacional e puder, com ajuda de forças reacionárias internas, derrubar a instável democracia e substituí-la por uma ditadura fascista declarada, a legislação sindical pode se transformar facilmente numa ferramenta da ditadura imperialista.*

*Palavras de ordem pela independência dos sindicatos: Assim, parece fácil concluir, à primeira vista, que os sindicatos renunciaram a serem eles mesmo na época imperialista, na qual não há espaço para a democracia operária que, nos bons e velhos tempos, quando o livre comércio dominava a arena econômica, constituía a essência da vida interna das organizações operárias. Se poderia estimar que, na ausência da democracia operária, não há qualquer possibilidade de lutar livremente para influenciar os membros dos sindicatos, e com isso desapareceria a arena principal do trabalho revolucionário nos sindicatos. Essa posição seria totalmente falsa.*

*Não podemos escolher a nosso bel prazer nem o campo nem as condições de nossas atividades. É infinitamente mais difícil lutar para conseguir influenciar sobre as massas operárias dentro de um Estado totalitário ou semitotalitário do que numa democracia. Isto também se aplica aos sindicatos, cujo destino reflete a mudança produzida no destino dos estados capitalistas. Não podemos renunciar a luta com (as operárias e) os operários alemães simplesmente porque ali o regime totalitário torna esta tarefa muito mais difícil.*

*Do mesmo modo não podemos renunciar à luta dentro das organizações operárias de filiação compulsória criadas pelo fascismo. Menos ainda podemos renunciar ao trabalho sistemático de um regime totalitário ou semitotalitário, somente porque dependem, direta ou indiretamente, do Estado operário ou porque a burocracia não dá aos revolucionários a possibilidade de intervir livremente neles. É necessário continuar a luta sob as condições concretas criadas pela evolução*

anterior, na qual é necessário incluir os erros da classe operária e os crimes de seus dirigentes.

Nos países que estão sob o fascismo e o semifascismo, todo o trabalho revolucionário só pode ser clandestino e ilegal. Temos de nos adaptar às condições concreta existentes nos sindicatos de em cada país para mobilizar as massas não somente contra a burguesia, mas também contra o regime totalitário dos próprios sindicatos e contra os dirigentes que sustentam esse regime.

A palavra de ordem essencial desta luta é: independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista. Isso significa lutar para transformar os sindicatos em organismo das grandes massas exploradas e não da aristocracia operária. A segunda palavra de ordem é: democracia sindical. Esta palavra de ordem deriva diretamente da primeira e pressupõe, para a sua realização, a independência total dos sindicatos em relação ao Estado imperialista, semicolonial ou colonial.

Em outras palavras, na época atual, os sindicatos não podem ser simplesmente órgãos da democracia, como na época do capitalismo concorrencial, e já não podem ser politicamente neutros, ou seja, somente limitar-se a defender os interesses cotidiano da classe operária. Não podemos seguir sendo anarquistas, quer dizer, não podem ignorar a influência decisiva do Estado na vida dos povos e das classes. Já não podem ser reformistas, porque as condições objetivas não dão espaço a nenhuma reforma séria e duradora. Os sindicatos do nosso tempo podem ou servir como auxiliares do capitalismo imperialista para subordinar e disciplinar (as operárias e) os operários e para impedir a revolução ou, ao contrário transformar-se na ferramenta do movimento revolucionário do proletariado.

A neutralidade dos sindicatos é total irreversivelmente coisa do passado. Morreu junto com a "livre democracia" burguesa.

Necessidade do trabalho dentro dos sindicatos: De tudo que foi dito, depreende-se claramente que, apesar da degeneração progressiva dos sindicatos e de sua integração progressiva ao Estado imperialista, o trabalho neles não só perdeu a importância, como em certa medida se converteu em um trabalho revolucionário.

Trata-se essencialmente de lutar para ganhar influência sobre a classe operária. Toda organização, todo o partido, toda fração que tenha uma posição ultimata em relação aos sindicatos, somente por não ter acordo com suas posições, de fato vira as costas para a classe operária, e está condenada a morrer. E merece isso." Leon Trotsky, agosto de 1940.

## 11 - SÓ A LUTA MUDA A VIDA

O mundo está em guerra e não, esta guerra não começou dia 7 de outubro deste ano quando o Hamas atacou o Estado de apartheid de Israel, nem no dia 24 de fevereiro de 2022 quando a Rússia desferiu os primeiros bombardeios ao território e ao povo ucraniano, o mundo sempre esteve em guerra, somente Israel matou meio milhão de sírios, dos quais em torno de 300 mil civis e os EUA tem assassinado pessoas e populações civis em todo o mundo desde que enviou as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki assassinando quase 200 mil civis imediatamente e milhares pelos efeitos contínuos da radiação ao longo de décadas.

E essas guerras são sangrentas e não respeitam nenhum tratado internacional, mulheres estupradas como tática de guerra, uso de armas químicas como o agente laranja contra o Vietnã e agora o fósforo branco contra os palestinos. Os bilionários da guerra seguem enriquecendo e as agências de propaganda que eles mantêm como a Reuters, a CNN ou as organizações Globo seguem manipulando a opinião pública como fez recentemente o jornalista (sic!) Jorge Pontual ao defender em rede nacional o extermínio do povo palestino pelo Estado de Israel como forma de vingança pelos ataques do Hamas, sendo que o Hamas não representa nem 0,5% da população palestina, composta por 2 milhões de habitantes, dos quais mais de 1 milhão tem menos de 14 anos.

Além de guerra, vivemos a crise climática em ritmo acelerado. Apesar de tratados e discursos, os países maiores responsáveis pela emissão de gases do efeito estufa seguem acelerando as emissões e apenas fazendo mais política e mais exploração sobre os países pobres, sem alterar sua matriz energética e seguindo o ritmo de exploração da natureza que querem seus capitalistas e as consequências estão cada vez mais sentidas pelos mais pobres, como as populações ribeirinhas da Amazônia que enfrentam uma seca sem precedentes a caminho da já prevista desertificação onde fica a maior floresta tropical do mundo e os indígenas Laklanõ Xokleng de SC e demais pessoas que vivem às margens do Rio Itajaiaçú que registra cheia sem precedentes e cuja barragem de José Boiteux ameaça romper e alagar definitivamente toda a área, enquanto o prefeito fascista quer manter a Oktoberfest e o inelegível vem dar um passeio e contar piadas enquanto a maioria da população sofre com alagamentos e deslizamentos.

Tanto as guerras, quanto os efeitos da crise climática e o crescimento da extrema direita nazista no mundo são rearranjos ou efeitos de um capitalismo que segue vencendo e levando a humanidade a se aprofundar na barbárie já instalada em maior ou menor grau em todo o globo e quiçá à extinção da espécie humana.

Nunca a insígnia “socialismo ou barbárie” foi tão visível a olho nu pela maioria da população do mundo.

Eleições na América Latina, especialmente o segundo turno no Equador e as eleições na Argentina, além da constituinte chilena e a situação na Bolívia, na Venezuela e no Peru deixam claro que vencer eleições presidenciais por governos progressistas não é suficiente. Os nazistas e fascistas mantêm poder nos parlamentos, judiciários, nas mídias corporativas (que atuam como agências de propaganda dos interesses neoliberais fascistas) seguem boicotando qualquer iniciativa, por mais sutil que seja, de garantir direitos das populações exploradas e oprimidas, promovendo novos massacres e o crescimento de forças políticas cada vez mais fundamentalistas e mantendo governos progressistas sob ataque cotidiano.

O Brasil, a educação brasileira e o SINASEFE encontram-se em momento delicado: ao mesmo tempo promissor, com abertura de possibilidades, porém, com riscos e possibilidades de crises. A crise orgânica do capital traz o retorno ao pensamento fascista, que deve ser veementemente combatido. Nota-se que em muitos lugares ele não se consolida, justamente pela força da mobilização dos povos, de movimentos sociais, de sindicatos e de partidos. Entretanto, todos com debilidades e fragilidades em uma conjuntura que chamar de desafiadora é apenas um eufemismo.

Sabemos que somente a luta pode mudar tal conjuntura. Mas uma luta organizada, efetuada a partir de uma análise correta de nossas forças e capacidades e de que inimigos enfrentamos. Tal luta deve permanecer no ponto correto para que a revolta antissistema legítima da classe trabalhadora, das mulheres, dos negros e indígenas, das LGBTQIAP+, das pessoas com deficiência, dos camponeses que nunca viram o sistema atuar em seu favor não se transforme em força para os fascistas explorarem em favor de seus ideais opressores.

No último dia 31 de agosto uma importante reunião entre mais de 80 entidades, movimentos e organizações políticas reiniciou uma articulação para retomar ações que enfrentem o fascismo. Tal articulação busca reorganizar a luta geral da classe trabalhadora brasileira, visando retomar o combate para além da mera resistência. É óbvio que cada entidade ou movimento tem suas lutas específicas. Porém, nenhuma dessas lutas pode ser efetivamente vitoriosa sem o enfrentamento geral ao fascismo e aos ataques neoliberais empreendidos contra a soberania do nosso país. Fruto dessa articulação houve uma plenária, dia 19 de setembro, e mobilizações nacionalmente em defesa da Petrobrás, contra o fascismo e em defesa dos direitos, notadamente as paralisações da SABESP, Metrô e CBTM

em São Paulo, além das mobilizações dos servidores federais em todo o Brasil mostram o reinício de mobilizações conjuntas fundamentais.

### Os ataques à Educação continuam constantes

No campo da educação os ataques seguem constantes. O Novo Ensino Médio segue em implementação, ainda que com percalços impostos pela nossa luta; os ataques aos profissionais da educação, especialmente às professoras, seguem de maneira coordenada e sistemática, promovendo desde uso de violência, autocensura até a deslegitimação da profissão, da ciência e das instituições escolares e se fortaleceu com a recém-criada Frente “Parlamentar da Mordaga”.

Diante disso, a articulação em torno da luta em defesa dos serviços públicos e do Estado para o povo trouxe algumas vitórias importantes e também algumas derrotas significativas. O Teto de Gastos foi revogado, mas substituído por uma nova regra fiscal bem problemática. A PEC 32 não foi aprovada e parecia derrotada pela nossa luta contra o governo Bolsonaro, mas os fascistas e os neoliberais conseguem mantê-la viva e retomam como se fosse uma agenda premente do povo brasileiro em uma campanha que inclui a mídia hereditária, o congresso nacional e a pressão do mercado financeiro. O governo parece ceder para o enfraquecimento do Estado quando admite que vai propor uma reforma administrativa, ou quando envia uma Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) sem previsão de reajuste, com baixíssima previsão de investimento e quase nenhum recurso para reconstrução do Estado, ou quando mantém a política de privatizações.

O governo tem acertado bastante na disputa ideológica e política a respeito da política externa, na construção de laços políticos e comerciais no sul global, especialmente quanto ao fortalecimento dos BRICS assim como na política de enfrentamento à miséria e criação de empregos. Mas tem errado de maneira contumaz na disputa ideológica sobre a pauta neoliberal e sobre a pauta democrática e de segurança pública (salvo exceções no Ministério dos Direitos Humanos, Ministérios das Mulheres e no Ministério da Justiça, Segurança Pública e Cidadania). A comunicação do governo é tímida, mal coordenada e incapaz de coordenar a disputa com o campo fascista.

Tudo isso torna a importância da articulação da luta e de seu fortalecimento prementes. Não temos dúvidas que as condições de luta são diametralmente diferentes com a vitória de Lula do que seriam caso Bolsonaro tivesse sido vitorioso em sua cruzada anti-povo. Mas também não há dúvidas de que a fundamental

derrota de Bolsonaro e sua quadrilha está longe de ser a derrota do campo fascista neoliberal.

Nesse contexto, urge avançar na organização para lutar pela pauta emergencial de nossa categoria que foi tão prejudicada por 6 anos desde o golpe. Todos nós perdemos qualidade de vida e poder de compra. Alguns encontram-se endividados. A situação é delicada para todos, especialmente para nossas companheiras e companheiros Técnicos Administrativos em Educação, cujos salários estão achatados. O reajuste de 9% e o aumento em 200 reais no vale alimentação, ainda que importantes, não foram capazes de alterar significativamente nossa realidade.

Neste momento temos 4 frentes de luta

- Atuar fortemente frente a essa rearticulação para fortalecer as conquistas da pauta da classe, acompanhando o calendário de lutas, especialmente nos preparando para que o dia 3 de outubro seja realmente um momento de fortes mobilizações populares em todo o Brasil;
- Atuar pressionando Governo e Congresso para que a Mesa de Negociação Permanente arranque um nível de reajuste de salário e benefícios linear, com a diferenciação entre aqueles que conseguiram reajustes diferentes antes do golpe. Nessa luta é preciso atuar tanto para forçar o governo a se posicionar firmemente e de maneira coerente com as promessas de campanha em torno dos valores para essa recomposição, ao mesmo tempo que devemos manter pressão sobre o congresso na tramitação da LDO e da LOA que garantam recursos para essa recomposição de maneira efetiva. Tudo isso garantindo a manutenção dos direitos dos mais pobres, com os quais temos todo o compromisso;
- Atuar no debate e na pressão para que as mesas específicas e temporárias possam de fato reestruturar as carreiras do PCCTAE e do Magistério Federal, além de garantir a incorporação a essas carreiras dos sindicalizados da nossa entidade que estão fora dessas carreiras, caso de servidores que atuam em instituições educacionais ligadas ao Ministério da Defesa ou oriundos dos ex-territórios, de acordo com os debates que construímos. Atuar também para que as mudanças se efetivem o quanto antes. Por outro lado, nossa atuação e mobilização nas mesas não pode nos fracionar como servidoras e servidores públicos nem entre nós ou na defesa do Estado que atende o povo em conjunto com as demais categorias com quem temos atuado (ainda que com diversos problemas) na bancada sindical na MNNP (centrais, Fonasefe e Fonacate).

- Acompanhar os debates dos GTs de construção da regulamentação da Convenção 151 da OIT, o GT de reestruturação da organização sindical no Brasil e do GT de enfrentamento à discriminação e ao assédio no serviço público. O Primeiro tem a capacidade de conquistarmos nosso direito à negociação coletiva, quando muitas vezes temos que fazer greve somente para garantir a abertura de negociação, nesse GT a classe está representada pelas centrais sindicais que já tem um avançado debate de como deve se dar essa regulamentação. O segundo vai interferir na organização, legitimidade, no número de entidades e no financiamento das entidades sindicais. Já o GT de enfrentamento ao assédio não tem representação de entidade sindicais em sua composição, mas há uma promessa de que sejamos ouvidas (os), afinal antes de qualquer outro espaço social, somos nós, os sindicatos que recebemos as primeiras denúncias e que conquistamos o reconhecimento de assédio como violência, como crime e como inaceitável no ambiente de trabalho.
- Participar de todas as etapas da Conferência Nacional de Educação, convocada para 2024, visando contribuir para a elaboração de um Plano Nacional de Educação que atenda às necessidades da educação no âmbito nacional com vistas a oferecer uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos as brasileiras e brasileiros indiscriminadamente.

Sabemos que há ainda mais lutas, como a luta por concursos, pelo revogaço, pela contratação de Tradutor e Intérprete de LIBRAS, pela resolução do problema da margem consignável, entre as lutas conjunturais que temos e as lutas pelo respeito à vida e pela democratização efetiva que passam pelo enfrentamento de toda forma de opressão, discriminação e desigualdade.

Não podemos nos perder numa disputa fratricida

Nesse contexto, o SINASEFE tem mostrado sua importância, inclusive ganhando protagonismo em vários desses espaços. Protagonismo esse por vezes ofuscado porque parte da direção e uma pequena parte da militância têm priorizado a disputa fratricida internamente, baseada na perseguição, na misoginia, na instrumentalização das pautas democráticas e nas acusações levianas. Infelizmente alguns, sem compreender a gravidade e ao mesmo tempo a importância do momento, se apegam em denunciamentos, desrespeitando não os supostamente denunciados, mas a importância da entidade que construímos. Teorias da conspiração, perseguições, tentativas de enfiar pessoas como representantes sem que essas tenham sido eleitas por ninguém ou burlando a

lógica dos fóruns e instâncias que construímos, tentando desorganizar a nossa frágil democracia interna.

Seriam muitos os fatos a serem descritos, infelizmente. Mas a postura política que propomos construir com esse documento é exatamente a oposta: priorizar a luta da classe e da categoria em detrimento de quem despolitiza e somente quer criar factoides para tentar fortalecer seus grupos ou frágeis lideranças apostando na confusão, na desinformação ou no desvio para o fato de que esses são incapazes de atuar com qualidade no que realmente importa: lutar e conquistar. Quem age assim é inimigo da luta da categoria e da classe e precisa ser parado.

Nos cabe adotar uma postura de organizar a luta enfrentar o fascismo defendendo nossos direitos. Para tanto defendemos:

- Solidariedade a todos os povos vítimas das guerras dos capitalistas e defesa do direito de autodeterminação! Pelo fim de qualquer atitude colonialista e que as organizações multilaterais parem o genocídio aos palestinos. Pela construção da paz no mundo, mas garantido o direito à legítima defesa de todos os povos oprimidos, como palestinos, sudaneses, nigerinos, iemenitas e negros e indígenas no Brasil e no mundo.

- atuar fortemente nas 4 frentes de luta descritas no texto, sem jamais negligenciar a luta da classe, fortalecendo a rearticulação dos movimentos sociais e suas mobilizações, já se preparando inclusive para o próximo dia nacional de mobilização em 20 de novembro (atenção que sendo logo depois do nosso congresso, precisa ser organizado logo) participando das mobilizações regionais e em Brasília; nem as lutas do conjunto do serviço público, junto ao FONASEFE, que tem a próxima semana de mobilização logo antes do congresso do sindicato, no dia 7 de novembro; das lutas da categoria, como os debates e pressão pela reestruturação de carreira e condições de trabalho (como a pressão sobre o MGI nas mesas setoriais), mas também pressionando MEC e MGI sobre a revogação do ponto eletrônico a docentes, as condições de trabalho remoto para quem adere ao PGD, o respeito aos períodos de férias, entre outros e na Conferência extraordinária de educação, que será aprofundado em outra tese que apresentamos.

- entender que Arthur Lira atua como o maior representante da classe dominante financeira burguesa neoliberal fascista brasileira e pressionar o Congresso Nacional contra a Reforma Administrativa e demais projetos de lei que tiram direitos de oprimidos e explorados, como é o caso do Marco Temporal, do fim do casamento LGBTQIAP+, pela revogação de medidas contra trabalhadoras (es) como a EC 109 (reforma da Previdência) e da Reforma Trabalhista, projetos que atingem a soberania nacional, entre outros.

- pressionar o governo por uma política fiscal que não impeça o cumprimento do programa de governo no que diz respeito à defesa da classe trabalhadora, como a reconstrução do Estado, com abertura de concursos de maneira que o “pobre (realmente) entre no orçamento” e explicitando que é absolutamente inadmissível que o governo apresente ou não atue firmemente contrário à qualquer medida que altere os mínimos constitucionais de saúde e educação). Incluindo como cumprimento da proposição de redução da desigualdade de gênero a valorização acima da média de remuneração de trabalhadoras de profissões majoritariamente femininas como é o caso de saúde e educação, inclusive atuando para que sejam respeitados os pisos salariais tanto do magistério quanto da enfermagem e na própria política salarial do governo em relação aos servidores federais.

- defender a imediata solução do problema da restrição de uso do aumento da margem consignável acima dos 35% ao uso de financiamento via cartão consignado e posterior construção de programa de redução do endividamento do servidor(a) público (a) inspirado no Desenrola para que seja possível uma redução suave e organizada, com renegociação de dívida, redução dos juros e reorganização das finanças dessas categorias, cujo crescimento do endividamento se deu pela política de congelamento salarial dos governos golpistas e de apoio dessas pessoas ao familiares desempregados ou que tiveram queda abrupta de renda devido à pandemia, aos patamares de 2014.

Só a luta muda a vida!

Unidade Sindical Primeiro de Maio

Assinam:

Alexandra Filipak - Seção São Paulo

Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção CMRJ

Antonio Marcos Conceição - Seção: SINASEFE-SP

Antônio Nobre - Seção: Cáceres MT

Ariovan da Silva Martins- Seção Barbacena

Camila Tenório Cunha - Seção Brasília DF

Carlos Henrique Xavier Endo - Seção SINASEFE-SP

Christian Gianotti - Seção São Paulo

Cleiton Mariano da Silva - SINDSIFPE

Davi César da Silva - Seção Videira/SC

Denilza da Silva Frade - Seção São Paulo e DN

Dhieggo Glaucio Evaristo Gomes Nascimento - Seção SINTEF-PB

Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira/SC  
Elaine Cristina dos Santos - Seção São Paulo  
Elenira Vilela Seção IFSC e DN  
Elizângela Maria Esteves de Barros - Seção SINASEFE-SP  
Emiliana da Consolação Ladeira - Seção Barbacena-MG  
Euza Raquel - Seção Mossoró  
Felipe Oliveira Silva - Seção Assines Ssind e DN  
Flávia Cândida do Nascimento de Souza - Seção SINASEFE Ifes  
Gabriel Renan Neves Barros - Seção IFPA, CTRB e CIABA  
Herlon Iran Rosa - Seção LITORAL / SC  
Hilario Paes de Almeida - Seção SINASEFE-SP  
Laís Andrade Souza - Seção IFBA/CMS  
Marcelo de Oliveira Assunção - Seção CMRJ  
Marcio Rogerio Tomazzi Estevo - Seção SINASEFE-SP  
Maria da Conceição Castro Cordeiro - Seção: Sintefpb  
Mário Luiz Madeira Ferreira - Seção Litoral  
Nadja Maria de Lima Costa - Seção SINASEFE Natal/ RN  
Nadjar Aretuza Magalhães - Seção Brasília  
Ramon José Ribeiro da Fonseca - Seção Norte de Minas  
Silvio Sérgio Rodrigues - SintefPB  
Teresa de Souza Bahia - Seção IFBA/CMS

## **12 - O QUE FAREMOS JÁ NO SEGUNDO ANO DE MANDATO DE LULA?**

Não podemos e nem devemos ignorar toda a luta da qual participamos e o quanto foi importante para nós e para toda a sociedade brasileira a vitória de Lula e o expurgo daquela gente do poder e da gestão das Instituições Públicas.

Desde o golpe de Estado contra Dilma, com o qual o SINASEFE acabou colaborando a partir do seu bloco majoritário, no mínimo por omissão e também por um erro conceitual do que significava tudo aquilo para a democracia brasileira e para vida de todas e todos, tendo a nossa vida ficado muito difícil de lá até 2022. Nada foi fácil, mas acabamos chegando a um novo horizonte, com o céu bem mais limpo e porque não dizer com muitas esperanças de que podemos contribuir novamente para uma melhora da sociedade, e de que podemos intervir na realidade e ter algum nível de consequência nas negociações com o atual governo.

Não queremos dizer aqui que estamos em uma situação que a eleição de Lula seja um fim nela mesma, iremos continuar lutando para alcançar nossos objetivos. Não podemos e nem devemos abaixar as bandeiras e deixar a luta de lado, afinal sempre conseguimos as coisas através da luta, e nada nunca veio de graça. Precisamos, inclusive, manter a atenção e a disposição de luta, mas entendendo que estamos lidando com um novo governo, que ajudamos a eleger, inclusive, em um momento político, econômico e social ainda bastante influenciado pela conjuntura anterior.

Cabendo aqui o alerta para que setores da esquerda não esqueçam do erro cometido, quando sentaram no colo da direita e reproduziram um discurso “radicalóide” do “Fora Todos!”. Precisamos ter mais discernimento e responsabilidade, pois não estamos no SINASEFE fazendo disputas ideológicas entre correntes político-partidárias e sim representando a toda uma categoria, que espera que o SINASEFE possa levá-la a avanços e vitórias e não servir como mero instrumento de disputas de quem diz defender a classe, mas na verdade não têm qualquer compromisso com ela e com os resultados obtidos por conta de tais ações e atitudes. Hoje todo mundo quer ficar “bonito na fita”, mas se fizermos uma retrospectiva, sabemos bem onde encontraremos estes/as militantes e dirigentes do SINASEFE: no colo do golpe e na luta pela derrubada de Dilma Rouseff. Toda atenção a isso é importante, até para não permitirmos que nos levem nesta aventura novamente.

Confessamos que nos surpreendeu a rapidez com que Lula tomou as rédeas do governo, além do fato da demonstração de disposição de negociação

demonstrada como mais ampliada do que em governos anteriores. Entretanto, também nos surpreende como o PT continua indicando cometer alguns dos mesmos erros anteriores, por mais que ainda consideremos os acenos muito mais favoráveis às mudanças do que a repetição dos erros.

Talvez estejamos mais otimistas porque fazemos comparativos com o passado próximo, que de tão ruim acaba transformando o atual governo num céu de brigadeiro. Mas tem sido muito claro que o governo Lula de agora acena com muito mais rapidez com coisas que não acenou no período de em 2003 a 2006. E olha que consideramos que os dois governos que antecederam aos dois mandatos de Lula, o primeiro e o de agora, eram igualmente ruins.

Enfim, sobre esta pequena introdução, nossa leitura conjuntural é de que temos condições de arrancar muito mais em negociações com o governo, desde que saibamos atuar como um Sindicato que organiza dois setores do Serviço Público: Docentes e Técnicos Administrativos em Educação – lotados/as na RFEPCT, nas IFs do Ensino Básico (incluídos nestas o INES e IBC), IFs Militares e Ex-Territórios. E quando apontamos isso, miramos numa questão central que é a escolha do caminho prioritário que seguiremos, que não significa acabar com a unidade com os outros setores do Serviço Público, mas recuperar questões que para nós são emergenciais, como é o caso da malha salarial dos TAEs.

A luta é conjunta, mas nossas questões emergenciais precisam ser prioridade

Quando apontamos isso, o fazemos por entendermos como um erro a continuidade de uma Campanha Salarial Unificada, ainda em 2023, o que acabou colocando em risco – se é que já não inviabilizou para 2024 – a reestruturação das nossas carreiras. Dizemos isso com a tranquilidade de quem sempre defendeu a CNESF e a construção da unidade no Serviço Público Federal, mas os problemas e os resultados dos ataques ao Serviço Público na última década foram diferenciados e para nós sobrou a parte mais amarga.

Precisamos apontar caminhos e táticas que continuem nos mantendo na unidade com os demais setores, porém nunca deixando de registrar a situação de diferença salarial e de benefícios que grande parte da nossa base tem com o conjunto do funcionalismo federal.

É chegada a hora, portanto, de recuperarmos as questões perdidas e podermos dialogar no conjunto, após as nossas reestruturações começarem a andar nas mesas. O próprio governo nas últimas reuniões, através do Feijó, já repetiu por algumas vezes que a Educação é o setor que precisa ser mais valorizado no momento, devido as perdas anteriores. Entendemos que ele não diz isso à toa,

sua posição expressa exatamente a importância dispensada ao setor – cerca de 1/3 do Serviço Público Federal – e a falta do amparo que principalmente os TAEs tiveram nos seis anos anteriores ao atual governo Lula.

Sabemos que daqueles erros anteriores mencionados acima, existe aquela visão tecnocrata demonstrada pelos seus técnicos e por alguns arautos da “nova política” para o setor público, reproduzindo muitos dos discursos de Bresser Pereira e Cláudia Costin, quase que como um mantra do mercado, que sempre visou reduzir as ações do Estado e procurar com seus tentáculos arrancar ainda mais nas relações promíscuas que sempre se pretendeu implementar.

Entretanto, temos condições de não só ficar dizendo NÃO! e apresentar projetos e propostas que impeçam isso, que disputem este espaço, fazendo inclusive que o conjunto da nossa base possa entender o que está por trás dos discursos e matérias que vêm sendo plantadas na mídia quanto à reestruturação do Estado. Se o governo pretende fazer uma Reforma Administrativa, como já anunciado, a partir de modificações pontuais, nós podemos construir ações que inibam isso na nossa Rede. Podemos estar juntos com o conjunto do Serviço Público, desde que os interesses sejam os mesmos, pois parece que na ampla maioria são interesses distintos. O que vemos é o FONASEFE bradando unidade com as suas lideranças e as iniciativas das direções de cada Sindicato, Federação e Confederação demonstrando outros caminhos.

Precisamos, enfim, retomarmos o trabalho da CNS no MEC, finalizarmos um processo negocial pela reestruturação prioritária do PCCTAE e logo a seguir da Carreira Docente. Dialogar com o ANDES e FASUBRA para esta unidade, sem subterfúgios ou qualquer outro penduricalho que temos visto quando sentamos para dialogar. Querem unidade ou manutenção da sua posição? Precisamos definir isso também.

No caso da Carreira dos TAEs, precisamos definir a reestruturação que conseguiremos e retomar o debate sobre a racionalização dos nossos cargos e no caso da Carreira Docente poderemos finalizar uma série de normas que precisam de revisão e que poderão ser remodeladas a partir da reestruturação que estamos por negociar – pelo menos esperamos que estejamos no caminho de fazê-la.

Uma tarefa fundamental também para o período próximo, e que continuará como fundamental também para o próximo ano, é a luta pela revogação/revisão da nova proposta de Ensino Médio que o Governo Lula melhorou em relação à anterior, mas que continua ainda bem aquém daquilo que pretendemos e que já discutimos nas instâncias do SINASEFE e certamente o faremos neste Congresso. Precisamos estar muito atentos e preparar a base para o discurso fácil que virá para a aceitação do que vem sendo gestado no gabinete do Ministro da Educação, em

conjunto com setores que nos querem muito mal, como é o caso do “Todos pela Educação”. É fundamental recuperarmos o que temos pautado ao longo das décadas e lutar para que o Ensino Médio que queremos seja aquele que já construímos, como ponto de partida, não aceitando qualquer retrocesso nesta construção. Afinal, é uma enorme contradição construir uma Rede como a nossa e depois permitir que o EM se transforme nisso que se avizinha, mesmo que com um teor mais brando e uma máscara mais palatável.

Inclusive é fundamental que o SINASEFE possa se aproximar ainda mais de outros Setores da Educação Pública, fazendo eventos conjuntos com aqueles que estejam disponíveis para realizar o contraponto a este projeto. Quanto mais atores e atrizes envolvidos, melhor.

### Como chamar a base para a nossa luta?

Algo que o SINASEFE já praticou, porém deixou de lado na última década. Precisamos retomar a construção das ações pela base, com menos Brasília e mais Regiões, mais Seções, mais local de trabalho. Não estamos defendendo acabar com as instâncias nacionais, agora continuar com PLENAS presenciais ou híbridas, sem oportunizar e construir a pauta do Sindicato pela Base, significa apenas dar a condição de meros coadjuvantes e observadores para a base, quando esta deveria protagonizar o processo.

Como instrumentos concretos para isso, defendemos a retomada de dois Encontros Regionais do SINASEFE, por ano, onde podemos definir uma pauta em construção e a partir do debate nas Bases poderemos construir uma pauta para 2024 que realmente represente os anseios dos Docentes e TAEs do SINASEFE. Sempre quando o SINASEFE optou por este modelo de construção obteve sucesso, inclusive com a ampliação de participação, criação de novas Seções, mobilização de Assembleias mais cheias. Todas as greves anteriores a 2012 acabaram ocorrendo muito da participação das bases naquela construção e os Encontros Regionais foram fundamentais para que mais gente pudesse tomar conhecimento da pauta e influenciar na sua construção também.

Os Encontros Nacionais são importantes, mas a sua realização não deve inviabilizar ou inibir os Encontros Regionais, onde todas e todos que vão participar tem os mesmos interesses que é a pauta geral da categoria. Além de você poder mesclar o processo de formação político-sindical também, para muito mais gente, fundamental para a formação de novas/os militantes e dirigentes das Seções e do Sindicato Nacional.

Outra questão fundamental é a retomada dos GTs, onde conseguimos institucionalizar toda a pauta do SINASEFE, incluindo os temas sociais, garantindo que a construção passe por dentro da estrutura, da militância e de quem realmente constrói o SINASEFE no seu dia a dia. Reafirmamos a necessidade dos Encontros Nacionais Temáticos, mas os GTs são fundamentais para dar corpo a toda discussão por temas e garantir a formatação dos instrumentos que desejamos para disputar no campo institucional o que pretendemos.

Uma outra retomada importante, aí já para a construção da unidade no setor público federal, é a volta da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores/as Federais). O modelo do FONASEFE propicia apenas as correntes políticas, a representação de “Capas Pretas”, geralmente desanteados e totalmente afastados dos objetivos centrais da categoria. A disputa pelos holofotes ou pelos lugares à mesa central com o governo transformaram aquele fórum num pequeno Petit Comitê e quem irá ser a próxima ou próximo dirigente a ser reconhecido numa mesa de enrolações ou homenageada/o nas cerimônias palacianas, sempre com muita foto e pouca negociação e resultado para o conjunto da categoria. Não conseguiram sequer fazer uma negociação para o reajuste Linear desse ano. Tinha dirigente alardeando que chegaríamos a um reajuste linear de mais de 25%, mas sequer conseguiram unificar posicionamentos naquele fórum a respeito dos 13% ou dos 9%, e por sorte o governo não nos deu os 7% iniciais. Enfim, também defendemos a retomada da CNESF porque as famosas Plenárias Nacionais traziam delegações das bases e permitiam que essas bases das entidades se juntassem e acabassem com o famoso bloqueio que algumas direções patrocinam hoje no FONASEFE em nome de estar falando pela categoria. Todas as vezes que você amplia a participação das Bases expõe o oportunismo de algumas “lideranças” e acaba por contribuir para a aproximação do conjunto para as pautas de interesse do coletivo.

#### PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTOS DA TESE PARA O PRÓXIMO ANO:

- 1) Calendário de Reuniões do GT Carreira e do GT de Políticas Educacionais para tratar e construir os documentos necessários para municiar a Direção e as/os negociadoras/es que nos representarão quando necessário;
- 2) Realização de dois Encontros Regionais, nos próximos dois anos, com a definição da pauta mínima em PLENA e a flexibilização de uma pauta regional que atenda às questões mais locais também. Nestes Encontros seriam acoplados os Cursos de Formação Sindical;

3) Retomada da CNESF com o SINASEFE defendendo essa tese dentro do FONASEFE. Não sendo obrigatório o consenso no FONASEFE, basta que as Entidades que historicamente construíram a CNESF queiram retomar aquele fórum.

- Alice Gomes (Colégio Pedro II)
- Aline Lima (INES)
- Altemir Roque (IFMT)
- Antonildo Pereira (IF Baiano)
- Carlos Magno (IF Baiano)
- Edmar Marques (Colégio Pedro II)
- Elcio Moura (IFSP)
- Elias Camargo (Sertão/RS)
- Elisabeth Dutra (Colégio Pedro II)
- Flavia Hiroshi (Pimenta Bueno/RO)
- Ivo da Silva (IFMT)
- José Roberto Costa (IFAM)
- Lucrecia Iacovino (Colégio Pedro II)
- Marcio Costa (IFSULMG- Rio Pomba/MG)
- Nicelda Lovo (Pimenta Bueno/RO)
- Núbia Xavier (Colégio Pedro II)
- Ricardo Castilho (Colégio Militar de PoA/RS)
- Thiago Lins (IFRO), Wildson (IFSULMG- Rio Pomba/MG)
- William do Nascimento Carvalho (Colégio Pedro II)

## **13 - A CRISE DO CAPITAL SE APROFUNDA: QUE OS RICOS PAGUEM PELA CRISE. O SINASEFE DEVE ESTAR A SERVIÇO DOS/AS TRABALHADORES/AS**

*Tese de conjuntura internacional e nacional  
Tendência sindical Unidos pra Lutar – Construindo a CSP-Conlutas*

Considerando que:

Existe uma brutal crise econômico-social, ambiental e de dominação imperialista no mundo. Há, portanto, uma intensificação da polarização social. O mundo apresentado nas ficções do cinema ou na literatura ficou bem mais próximo com o avanço da revolução tecnológica. A popularização das ferramentas cibernéticas, o avanço das pesquisas e experimentações em inteligência artificial intensificaram o consumo de serviços e manufaturas.

O mesmo mundo que vive a rápida transformação tecnológica, convive com o aumento da fome, a deterioração das condições de vida, a desproteção das legislações laboral, previdenciária, social e ambiental. As guerras e as epidemias ainda assolam milhões de seres humanos, além do intenso impacto do aquecimento global, potencializada por uma crise climática provocada pela ação sistêmica da economia de mercado. Essa distopia que vive a humanidade, expressa o grau absoluto e irreversível da decadência do capitalismo que empurra toda a humanidade e a vida planetária rumo à maior barbárie já vista na história.

A atual crise econômica global, sistêmica, radicalizada em 2008 e aprofundada pela pandemia da Covid-19, deu um novo salto de deterioração com as guerras na Ucrânia e na Palestina e não há previsão de recuperação à vista. Organismos internacionais que regulam e buscam manter a ordem do sistema econômico vigente, como o FMI, a OMC e a OCDE indicam a permanência da recessão global. A raiz da crise está na tendência de queda da taxa de lucros da burguesia. O capitalismo não tem saída, a não ser aumentar a exploração humana e ambiental. Isso explica, os governos capitalistas, adotarem uma contrarrevolução econômica permanente contra a classe trabalhadora e devastar o planeta.

Os capitalistas não têm plano B diante da crise. Por isso, onde não conseguem aplicar seus planos de ajuste econômico, recrudesce a repressão para tentar disciplinar os setores que se mobilizam e lutam. Na França, após sete greves gerais, vive uma nova rebelião contra o racismo estrutural que tirou a vida do adolescente de dezessete anos, Nahel, estudante e entregador de comida, assassinado pela

polícia racista de Macron. Os protestos, proporcionais a indignação da população pobre e trabalhadora, às políticas neoliberais, racistas e excludentes, abriram uma nova crise política no governo que acaba de aprovar uma contrarreforma da previdência aumentando para 64 anos a idade mínima para aposentadoria. No coração do sistema capitalista, nos Estados Unidos, depois de greves no meio dos profissionais da educação que fecharam milhares de escolas no primeiro semestre, cerca de 30 mil operários de montadoras de automóveis protagonizaram uma mega greve geral em setembro, por aumento salarial, que parou cerca de 40 fábricas em mais de 20 estados, causando alerta à burguesia e impactando o processo eleitoral estadunidense.

A guerra da Ucrânia, sem previsão de fim, toma novos contornos, após o levante do grupo mercenário Wagner que gerou mais desconfiança na possibilidade de Putin vencer a resistência popular ucraniana. Na Palestina, antes da intensificação do conflito, o governo corrupto do sionista Netanyahu já bombardeava a cidade de Jenin, na Cisjordânia ocupada. Agora o estado genocida israelense desloca e mata milhares de palestinos dentro da Faixa de Gaza, enquanto no plano interno protestos da população local contra as tentativas antidemocráticas de retirar poderes do judiciário, concentrando superpoderes no primeiro-ministro corrupto.

América Latina mergulhada na crise econômica e social com a Argentina no epicentro, foi palco de fortes protestos na província de Jujuy contra a reforma constitucional do governo Gerardo Morales que deseja restringir e criminalizar manifestações e protestos. Aliás o ataque aos direitos democráticos é um fenômeno mundial, diante da incapacidade da reação democrática em desviar as lutas e protestos para a institucionalidade burguesa dos processos eleitorais.

A palavra de ordem “ecossocialismo ou barbárie” resume um dos principais dilemas do atual momento histórico. O capitalismo destrói tudo num ritmo acelerado. O aquecimento global só cresce e provoca desastres ambientais, que ceifam vidas da classe trabalhadora, obrigada a morar nas áreas mais vulneráveis, fatos vivenciados nos últimos meses no Brasil, com a intensa seca na região amazônica e nas intensas chuvas e alagamentos nos estados sulistas.

O aumento do fluxo migratório global, decorrente da crise climática, tende a se intensificar. O agronegócio e a indústria extrativa avançam sobre as florestas, rios, montanhas e oceanos, matando e depredando tudo, para garantir a produção de bens que enriqueçam 1% da população mundial e deixam sem futuro outros 99%. A matriz produtiva do capitalismo, além de destruir nosso planeta, é produtora de desigualdade, pobreza e fome. Para extrair ouro, contamina rios e reservas de água,

condenando populações inteiras às doenças e morte. Cria-se gado e produz-se grãos além do necessário para alimentar toda a humanidade, mas a fome cresce.

Não há futuro sem mudar completamente a lógica capitalista. Construir o ecossocialismo, planificar as bases de uma sociedade sem desigualdade e violência, organizar democraticamente a produção, distribuição e o consumo social, são tarefas anticapitalistas e socialistas inadiáveis. Os povos originários e tradicionais da Amazônia defendem com suas vidas e a floresta, contra o capital, empresas e garimpo. O capitalismo tornou-se o motor do genocídio, da extinção em massa. Portanto o movimento sindical e os movimentos sociais devem cumprir um papel revolucionário, entendendo que suas lutas específicas são parte de uma luta maior, anticapitalista, pela emancipação da classe trabalhadora, por nossas vidas e preservação da nossa casa, o planeta terra.

Para nós, o “progressismo e o possibilismo” alimentam a extrema-direita e todo projeto que propôs radicalizar a democracia, frear o neoliberalismo, redistribuir a riqueza ou melhorar as condições de vida das massas, sem destruir o capitalismo, fracassou! Todos os governos ditos “progressistas”, acabaram aplicando os mesmos planos de ajustes que os governos de direita e ultradireita. Grandes projetos de esquerda como SYRIZA (Grécia) ou PODEMOS (Espanha), ou figuras radicais como Boric (Chile) e Pedro Castillo (Peru), também se tornaram administradores dos ajustes econômicos do mercado financeiro ao chegarem no governo. É impossível grandes mudanças a favor dos de baixo dentro do capitalismo, medidas mais moderadas não são toleradas por um sistema que sobrevive da exploração e repressão. Não há espaço para concessões reformistas.

Assim, governos de frente ampla ou de conciliação de classe, como o de Lula-Alckmin, chegam ao poder acompanhados de apoio social e gerando expectativas nas massas, mas gradativamente se dissolvem as ilusões. Essa frustração, na inexistência de alternativas radicais anticapitalistas e verdadeiramente socialistas abre espaço para a direita e extrema-direita, que ganham base social para sua ideologia e política.

No governo Lula vemos promessas não cumpridas, práticas neoliberais e bolsonarização de sua base aliada no Congresso Nacional (atraindo o União Brasil, Republicanos, Podemos e outras legendas de direita), via o uso dos cargos de primeiro e segundo escalão nos Ministérios, a distribuição das obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), além da política fisiológica das emendas parlamentares. Nesses quase um ano de governo vemos medidas do governo Bolsonaro sendo implementadas e o rumo é oposto às promessas de campanha. Medidas aprovadas como o “novo” arcabouço fiscal, o marco temporal e a proposta de reforma tributária não apontam à reversão da crise econômica e social que o

país enfrenta, menos ainda à preservação da Amazônia e dos demais biomas em nosso território.

O desemprego e subemprego cresceram no primeiro semestre de 2023, são 9,2 milhões sem trabalho formal, cresce a informalidade sobretudo nas regiões Norte e Nordeste. Também está em alta o endividamento das famílias, o maior nível histórico já registrado, 78,3% da população. Não à toa, o crescimento raquítico do PIB, de apenas 1,6%, fez até o setor financeiro revisar o crescimento em 2023 para 0,7%, bem abaixo das expectativas do governo de 1,9%. A projeção da inflação medida pelo IPCA aumentou de 5,31% para 5,58%, bem acima da meta de 3,25% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), aumentando o custo de vida.

Existem retrocessos nas políticas ambientais quando o governo Lula-Alckmin flexibiliza regras facilitando a exploração em áreas de preservação como no bioma da Mata Atlântica, além do esvaziamento dos ministérios do Meio Ambiente de Marina Silvia (Rede) e dos Povos Originários de Sonia Guajajara (PSOL), para atender a bancada ruralista e do agronegócio, permitindo que a 'boiada passe'. Assim se retirou as principais atribuições como a expedição de licenças ambientais para exploração de minérios em áreas de conservação e a demarcação de terras indígenas. O governo em aproximação com parlamentares da direita, contingenciou R\$ 8 bilhões de reais do orçamento público para o pagamento das emendas parlamentares aos deputados ligados ao centrão que, liderados por Arthur Lira, vão aos poucos dando as cartas no governo.

Por tudo isso, não tem cheque em branco dado pelo conjunto da classe trabalhadora. Crescem as lutas por direitos, contra as direções derrotistas e governistas. A greve dos trabalhadores em educação de Brasília-DF, Amapá e Rio de Janeiro, pelo piso salarial, e as inúmeras mobilizações que vem ocorrendo por todo o país demonstram uma mudança na situação política nacional, onde categorias de trabalhadores e setores populares, deixando para trás a lua de mel com o governo, saem a lutar por reajuste salarial e melhoria nas condições de vida. Algumas vezes, como na educação do DF, o movimento passou por cima das direções contrárias à luta direta – neste caso a CNTE/CUT. Recentemente a greve dos estudantes, professores e funcionários na USP e UNICAMP, assim como as mobilizações de servidores do estado de São Paulo contra a privatização do metrô e da SABESP, demonstram o caminho da luta via a independência de classe.

As instituições burguesas, a justiça em particular, tem aplicado muitas duríssimas contra sindicatos e dirigentes sindicais, criminalizando o movimento para garantir a aplicação dos ajustes neoliberais, dificultando a ampliação de direitos dos trabalhadores e da população como no caso do Piso Nacional da Enfermagem,

como os entraves no julgamento pelo STF que, por outro lado, considerou constitucional a redução das pensões do INSS.

A manutenção do ajuste fiscal via o teto dos gastos, a não REVOGAÇÃO do Novo Ensino Médio e das demais contrarreformas de Estado dos governos Temer e Bolsonaro, a Lei das Terceirizações, a Trabalhista e a Previdenciária, além da manutenção da lógica neoliberal via o plano nacional de desestatização e do retorno do PAC calcado nas Parcerias Público e Privada (PPPs), são exemplos de ataques ao povo pobre e trabalhador e as suas mobilizações. No campo dos servidores públicos federais, a enrolação nas negociações na reestruturação dos Planos de Carreira e a humilhação em torno da proposta da Campanha Salarial 2024, demonstram a manutenção da desvalorização do trabalho efetuado pelos servidores.

A nova traição poderá ser uma “Reforma Administrativa” do funcionalismo federal, própria do governo petista, via a unificação de carreiras e a conversão de carreiras do Regime Jurídico Único (RJU) para celetistas. No plano sindical é uma pelegagem o que fazem as burocracias sindicais, sobretudo as ligadas à CUT/PT e à CTB/PCdoB, que tentam impedir qualquer processo de mobilização, isolam as lutas e chegam a caluniar as categorias em luta, chamando-as de bolsonaristas. Lula é quem se alia ao bolsonarismo e ao projeto neoliberal contra os trabalhadores.

A unificação e as vitórias do povo pobre e trabalhador é nas lutas, combatendo o derrotismo e as ilusões da conciliação de classes. O governo Bolsonaro foi produto da fracassada política de conciliação de classes da frente popular que governou o país durante quatro mandatos, combinada com a falta de uma alternativa de esquerda, de ruptura com o capitalismo, classista e com influência de massas. O discurso da onda fascista ou reacionária foi a política reformista que engessou a luta, e que, equivocadamente, caracterizou as jornadas de junho de 2013 como um “movimento conservador e/ou fascista”. Dessa forma se pavimentou o terreno para o avanço da ultradireita no Brasil.

PROPOMOS:

- O SINASEFE deve ser um sindicato combativo no cenário da luta de classes. Combater o bolsonarismo e agitação da direita no país, sem, entretanto, ser uma ferramenta de apoio ao governo, resguardando sua independência de classe e combatendo as práticas neoliberais e anticlassistas do atual governo. Se colocar a serviço da unificação da luta dos trabalhadores/as e da construção de uma nova direção sindical combativa e classista no Brasil;

- Fortalecimento da unidade sindical internacional dos/as trabalhadores/as, via a solidariedade de classe e em campanha de publicidade e, em especial, pela libertação dos presos políticos nos países que lutam contra a austeridade fiscal e criminalização das lutas;
- Fortalecer o FONASEFE enquanto ferramenta de unidade política dos servidores públicos federais, resguardando sua independência de classe, e tendo o SINASEFE como protagonista;
- Pelo fim das Guerras da Ucrânia e na Palestina. Pelo fim da intervenção da OTAN no governo ucraniano e pelo fim da invasão das tropas russas! Pela criação de um Estado Palestino, soberano, laico e democrático!
- Fazer uma forte campanha pela suspensão do pagamento da Dívida Pública com auditoria imediata, se contrapondo ao ajuste fiscal e, em especial, ao novo arcabouço fiscal, a continuidade da privatização de bens públicos e de demais políticas neoliberais;
- Fazer campanha pela revogação da Lei das Terceirizações, das Reformas Trabalhistas e Previdenciária, além da real revogação – e não ajustes paliativos – do “Novo” Ensino Médio e sua Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Participar ativamente das discussões sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), batalhando pelo cumprimento dos 10% do PIB para educação e pela recomposição orçamentária das Instituições Federais de Ensino (IFEs);
- Intensificar a campanha pela recomposição salarial dos Servidores Públicos Federais e pela revisão das carreiras, denunciando o desrespeito do Governo Lula nas negociações e a perspectiva de uma “Reforma Administrativa” que aglutine carreiras visando transformar algumas de RJU para celetistas;
- Fortalecer a pauta ecossocialista e de luta contra a crise ambiental.

Assinam

Lucas Barbosa de Melo (Seção Brasília);

Matheus Pontes (Seção Cáceres);

Gabriel de Melo Neto (Seção Urutai).

## 14 - SINASEFE DEMOCRÁTICO, INDEPENDENTE, INCLUSIVO, FORTALECIDO E DE LUTAS

*“Lênin, os bolcheviques e a questão da independência dos sindicatos: Contra inúmeras mentiras, convém estabelecer a posição de Lênin e do Partido Bolchevique sobre a independência dos sindicatos, nas suas relações com os partidos políticos e com o Estado.*

*Na Carta de Amiens de 1906 afirma-se: “O sindicalismo prepara a emancipação completa (das trabalhadoras e) dos trabalhadores, que só pode realizar-se com a expropriação capitalista” e “defende a greve geral como meio de ação”.*

*Lênin explica, em 1921: “Nem o Partido Comunista, nem o poder dos soviets, nem os sindicatos podem, de nenhum modo esquecer- e não devem ocultar (das operárias), dos operários e das massas trabalhadoras- que o recurso à luta grevista num Estado no qual o poder político pertence ao proletariado, pode unicamente explicar-se e justificar-se pelas deformações burocráticas do Estado proletário e por todo o tipo de sobrevivência do passado capitalista e de suas instituições”.*

*Isso foi escrito em 1921. Havia o Estado operário, a União Soviética não havia degenerado ainda. Portanto, Lênin disse: “(As operárias e) os operários tem o direito de fazer greve contra seu próprio Estado”. Lênin já estava preocupado com as deformações burocráticas do Estado operário; preocupação que em 1922 – até que mergulha na inconsciência e, depois na morte, em 21 de janeiro de 1924 –, o levaria a empreender a batalha contra Stalin. Naturalmente, houve uma discussão muito dura no Partido Bolchevique. A situação na Rússia sitiada era muito difícil. Esta discussão sobre a independência dos sindicatos teria consequências muito práticas, imediatas.*

*O que Lênin disse: “A ação dos sindicatos é a defesa real, em todos os âmbitos, da massa operária. De modo algum pode-se exigir (das filiadas e) dos filiados determinadas posições políticas. E, a este respeito, os sindicatos devem estar à margem do partido...”.*

*Ele se pronuncia contra a admissão em bloco de (todas, todex e) todos os assalariados nos sindicatos. Na sua opinião, seria preciso, imediatamente, adotar, reintegrar o princípio da adesão livre de (filiadas e) filiados ao sindicato.”.*

*Pierre Lambert (1920-2008) - sindicalista francês.*

*Agora, 16 de outubro de 2023 no Brasil, trabalhadoras e trabalhadores do Serviço Público Federal (SPFs), estão em “Campanha Salarial Unificada”,*

reivindicado do Governo Lula, reajuste salarial para 2024. É uma segunda “Jornada Nacional de Mobilização” que será nos dias 7 e 8 de novembro de 2023, está sendo organizada pelo FONASEFE (Fórum de Entidades Sindicais Nacionais de Servidoras e Servidores Públicos Federais), FONACATE (Fórum Nacional Permanente de Carreira Típicas de Estado) e as centrais sindicais: CUT, CTB, CSP-Conlutas, INTERSINDICAL-Central da Classe Trabalhadora, CSPB e CGTB.

Sem ter ainda direito à negociação coletiva anual (Convenção nº 98/OIT), as e os SPFs, estão desde o Golpe de 2016, sem nenhuma negociação para ter reajustes salariais, a última negociação efetiva foi no Governo Dilma, na vitoriosa Greve Nacional Unificada de SPFs de 2015.

Com a eleição de Lula (Eleger Lula para derrotar Bolsonaro-34º CONSINASEFE-maio de 2022), 2023 viu a volta das “Mesas de Negociação” e, em consequência, a mobilização organizada por sindicatos, com suas reivindicações parciais, sobretudo reestruturação ou criação de planos de carreira. Ao mesmo tempo, o conjunto da categoria, busca unificar o movimento de SPFs para exigir do Governo Lula, a recomposição das perdas salariais, que só no período Temer golpista-Bolsonaro fascista, são mais de 27%, somada à inflação de 5,2%, acumulada de janeiro à setembro de 2023. Houve a recuperação de 9%, sendo que a inflação de 2022 foi de 5,8%, e um reajuste de 43,6% no Auxílio-Alimentação, ambos a partir de maio de 2023. Mas ainda falta muito, e a perspectiva para novos reajustes salariais foi bloqueada pela adoção, do chamado Novo Arca bolso fiscal (NAF), proposto pelo próprio Governo Lula.

Foi apoiando-se no NAF e na absurda meta de “déficit zero” para 2024, que o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), em reunião em 29 de agosto, declarou que não tinha como apresentar uma proposta e que vai “trabalhar para ampliar os recursos disponíveis”, acrescentando que “se houver aumento de arrecadação, haverá espaço para o reajuste”. Acontece que toda a possibilidade de “aumento de arrecadação”, é sistematicamente bloqueada pelo Presidente da Câmara, Arthur Lira, cuja política é impor o “projeto” derrotado nas eleições (Eleger Lula para derrotar Bolsonaro), pisoteando a soberania popular, enquanto alimenta sua base reacionária com as imorais “emendas parlamentares secretas”.

Para piorar, Lira chantageia ameaçando votar a PEC 32, da Reforma Administrativa de Guedes e Bolsonaro, que destrói os serviços públicos. E após à uma reunião a portas fechadas com o Ministro Haddad e a Ministra Simone Tebet, Ester Dweck do MGI, convocou a imprensa para negar essa “Reforma Administrativa”, mas anunciou alterações por legislação infraconstitucional.

Quanto, ao reajuste para repor a defasagem salarial das e dos SPFs, jogou para maio de 2024 a possibilidade de, na revisão da arrecadação de 2024, prevista

pelo NAF, abrir crédito extra para liberar os recursos necessários. Com Lira na Câmara e Roberto Campos no Banco Central, é uma ilusão.

O fato de muitas e muitos SPFs, estarem em teletrabalho, deu a ilusão de que, laives e plenárias virtuais pudessem por si só, resolver o problema. Com isso, o FONASEFE, FONACATE e centrais sindicais, organizaram a primeira “Jornada Nacional de Mobilização” com manifestação em Brasília e nos estados, em 3 de outubro, e no dia 7 a realização de uma “Plenária Nacional de SPFs” presencial em Brasília, que indicou a construção da segunda “Jornada Nacional de Mobilização” nos dias 7 e 8 de novembro, com a realização de uma nova “Plenária Nacional de SPFs”, presencial em Brasília.

Sem os arroubos esquerdistas (*Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo.*” Lênin), das proclames vazias, exclamando “Lula traidor das e dos SPFs”, e “greve já”, que todas, todex e todos sabem, não vai acontecer nesse momento. Contudo, essa primeira “Jornada Nacional de Mobilização”, de 2 à 7 de outubro, marcou um primeiro passo prático para cobrar do Governo Lula, reajustes salariais, e retomar a luta contra a PEC 32, que já conta com a adesão de organizações sindicais de trabalhadoras e de trabalhadores do Serviços Público Estadual e do Municipal, além de movimentos populares.

O SINASEFE tem o desafio de “amassar o barro e construir a obra”, indo ao encontro das trabalhadoras e dos trabalhadores da categoria que representa, nos seus locais de trabalho, sendo que a eleição de delegadas e delegados ao 35º CONSINASEFE, que vai até 26 de outubro, é um período ímpar para mobilizar, e o SINASEFE deve aproveitar essa oportunidade.

Na obra “*Esquerdismo Doença Infantil do Comunismo*”, publicada em 1920, Lênin, procura convencer militantes comunistas alemães e italianos, da gravidade dos erros esquerdista, que ele classificou como “doença infantil”, porque essas e esses militantes estão exacerbados pela violência da repressão desenvolvida pelo Partido Social Democrata em colaboração com os generais do Império Alemão e pela passividade de dirigentes sindicais que se esforçam para conter e desagregar a greve para salvar o capitalismo, tanto na Itália quanto em toda a Europa.

Lênin indica que esse dogmatismo de esquerda é muito perigoso se não for superada rapidamente. Uma discussão aprofundada sobre essas questões se desenvolveu no 3º Congresso da Internacional Comunista, em 1921, a qual levou aos princípios da estratégia de “Frente Única Operária”.

Em seguida o dogmatismo de esquerda foi instrumentalizado como meio de desagregar, com frases radicais (a frase “revolucionária”), o movimento da classe trabalhadora. Assim Stalin impôs a linha dita do “terceiro período” da Internacional Comunista e proibiu a Frente única Operária PSD-KPD, ou seja, dos partidos, Social

*Democrata e Comunista, que juntos representavam a unidade da classe operária alemã, contra Hitler, favorecendo as condições à ascensão do nazismo.*

*No decorrer e depois da greve geral de maio, em junho de 1968 na França, vários grupos com “postura revolucionária”, saídos da crise do stalinismo, procuraram desagregar o combate da juventude, de trabalhadoras e trabalhadores. Definimos então esses grupos, como “esquerdistas decompostos”, para assinalar que eles não tinham mais nada a ver com o infantilismo ou uma impaciência, característica dada por Lênin em 1920. O ponto comum de todos os dogmatismos de esquerda é que recusam a estratégia da “Frente Única Operária”, a qual buscam realizar a unidade da base à cúpula das fileiras contra o capital, e cujo primeiro elemento é a independência das organizações em relação à burguesia.*

*“A luta de classe exige que se respeite à independência. Em primeiro lugar a independência do partido político em relação ao Estado: no último ano de sua vida, Lênin procurou as vias e meios para garantir a independência do Partido Bolchevique em relação ao Governo soviético. Difícil tarefa que terminou em fracasso. Em segundo lugar: o sindicato – que reúne assalariadas e assalariados sem distinção de opinião política, filosóficas ou religiosas – para assumir as suas tarefas deve, necessariamente, preservar a sua independência face ao Estado e aos partidos políticos. O agrupamento em federação é a forma de organização do sindicato que, dada a sua composição e as suas tarefas, não poderia construir-se e funcionar com base num programa acabado.”*

*Pierre Lambert*

*“Para que os sindicatos sejam capazes de reunir, educar e mobilizar o proletariado para uma luta de libertação, precisam superar os métodos totalitários do stalinismo. Os sindicatos devem abrir as portas (as trabalhadoras e) aos trabalhadores de todas as tendências políticas, desde que seja respeitada a disciplina na ação. Qualquer um que transforma o sindicato em um instrumento para perseguir objetivos estranhos a ele, e particularmente instrumento da burocracia stalinista e do imperialismo “democrático”, inevitavelmente divide a classe operária, enfraquece a luta (das trabalhadoras e) dos trabalhadores e favorece a reação. Uma democracia Plena e honesta dentro dos sindicatos é condição mais importante para a democracia em um país.” Leon Trotsky-1938.*

*Autores da Tese de análise de conjuntura SINASEFE DEMOCRÁTICO, INDEPENDENTE, INCLUSIVO, FORTALECIDO E DE LUTAS, são:*

*Antônio Nobre da Seção Sindical Cárceres;*

*Felipe Acácio Jacques da Seção Sindical SINASEFE-IFSC;*

*José Xavier Filho da Seção Sindical IFMG e*

*Luiz Gregório Martins da Seção Sindical SINASEFE-IFSC.*

## **15 – Técnicos-administrativos(as) em Educação: na luta por visibilidade, representatividade e melhores condições de trabalho**

A educação, no que tange a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispõe, explicitamente, como um de seus princípios basilares, sobre a solidariedade humana, sendo este verbete, solidariedade, definido por “*Oxford Languages*” como o compromisso pelo qual as pessoas se obrigam umas às outras e cada uma delas a todas. Sendo assim, torna-se presumível, pelo óbvio, o entendimento de que no âmbito educacional deva imperar a relação de conexão interdependente entre as pessoas que compõem a comunidade acadêmica, em especial, suas duas carreiras educacionais: TAEs e Docentes EBTT.

Tais carreiras possuem suas tipificações, especificidades e atribuições, dispostas em normativas específicas relativas a cada uma delas, todavia, esses trabalhadores são umbilicalmente amarrados pela natureza de suas atividades finalísticas, nas quais encontram-se o ensino, a pesquisa e a extensão. Essa tríade educacional está presente tanto nas legislações vigentes inerentes aos TAE quanto aos Docentes EBTT, ora de forma explícita, ora implícita, como atribuições finalísticas para ambas as carreiras.

Portanto, os atributos que separam um servidor docente EBTT de um TAE são absolutamente menos numerosos em comparação aos que atam os braços dessas duas categorias de trabalhadores. Em razão disso, diante da inexistência de quaisquer condicionantes que diferenciam funcionalmente ou, ainda, hierarquicamente essas carreiras, faz-se fundamental que ambas coexistam de forma harmônica e paritária.

Atualmente, no entanto, nos ambientes de trabalho, nos fóruns, nas assembleias e plenárias, trabalhadoras e trabalhadores técnicos administrativos em educação manifestam-se profundamente desmotivados com a carreira em evidente decadência no modelo atual, diante da ausência de comprometimento com a qual as demandas da categoria profissional são tratadas pela alta gestão das IFES, diante da falta de acolhimento de suas dores e sentimento de falta de representatividade no ambiente sindical.

O Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas/CGU, no ano de 2021, emitiu relatório de avaliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica<sup>2</sup> onde classificou o PCCTAE como carreira desatualizada e

---

<sup>2</sup> <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2021/gastos-diretos/rfepct-relatorio-de-avaliacao.pdf>

decadente. Para as trabalhadoras e trabalhadores técnicos administrativos em educação, já tão descrentes de sua força e importância na Educação Pública, tal parecer soou como o último suspiro de vida da carreira, aumentando o sentimento de desânimo e abandono da categoria.

Não obstante a situação declaradamente precária do PCCTAE, as TAEs e os TAEs do PCCTAE e do PGPE enfrentam muitas disparidades em suas instituições, onde seus direitos e amplitude de atuação ficam a bel-prazer da alta gestão. Encontramos IFEs com regulamentação da carga horária dos técnicos administrativos em educação contabilizando e incentivando a participação em pesquisa e extensão, enquanto em outras IFEs os TAEs cumprem suas 40 horas semanais estritamente em seu setor de lotação. São inúmeros também os relatos sobre maior restrição na oferta de vagas e parecer favorável para licença capacitação, para mestrado e doutorado em algumas instituições do que em outras. O sindicato não pode se abster diante de tamanhas disparidades na realidade das trabalhadoras e trabalhadores.

Quando se trata de representatividade e participação nos espaços decisórios, notamos o quanto as restrições legais para técnicos administrativos ocuparem cargos de Direção Geral e Reitor impactam na realidade vivenciada nos ambientes de trabalho. O movimento TAEs na Luta, através de seu canal de diálogo coletivo em um aplicativo de mensagens, das oficinas e *lives* realizadas presencialmente em diversos campi das IFES, em reuniões remotas e plataformas de compartilhamento de vídeo, recebeu e recebe os mais diversos relatos de tratamento depreciativo, gestões autoritárias, gestões ocupadas majoritariamente ou em sua totalidade pela categoria docente, tomadas de decisão no âmbito do Colégio de Dirigentes, e ainda assédio moral. A própria composição das IFES coloca a categoria TAE em condição de minoria. Quando não há a garantia de representatividade, ocupação e voz dos técnicos administrativos em educação nos diversos espaços de construção e decisão, seus saberes, vivências, competências e suas dores não são devidamente acolhidos e conhecidos.

A totalidade da situação vivenciada pela categoria TAE, englobando a carreira defasada, a péssima remuneração, a falta de representatividade nos espaços construtivos e decisórios, o tratamento de “subcategoria”, e a precariedade no ambiente de trabalho inflama o tensionamento entre as categorias TAE e Docente. Acreditamos que o melhor caminho para solucionar esse tensionamento é o verdadeiro acolhimento das dores da categoria TAE, tão invisibilizada não só dentro de sua própria instituição, mas também diante da sociedade, e a garantia de representatividade e voz dentro do seu legítimo espaço de luta, que é o sindicato.

Por isso, propomos:

1. Que o SINASEFE destaque em seu site um campo para as notícias com foco na luta pelas carreiras TAE e Docente (como as notícias sobre as mesas, GTs de Carreira e comunicados da pasta de pessoal);
2. Que o SINASEFE, através da pasta de pessoal, crie um canal de acolhimento dos relatos das vivências da categoria TAE, como forma de aproximação da base;
3. Que, a partir do acolhimento dos relatos, o SINASEFE trabalhe no diagnóstico das disparidades encontradas nas IFEs: oferta de licenças, regulamentação da carga horária, participação dos TAEs nos cargos de liderança e ambientes decisórios;
4. Estímulo à paridade representativa das categorias TAE e Docente nos espaços de construção coletiva dentro e fora do SINASEFE - coordenações, GTs, comissões, conselhos universitários, eleições internas e outros -, atuando junto à Fasubra e ao Andes nesse sentido.

É preciso acolher e considerar legítimo o sentimento e a exposição das dores da categoria TAE. O SINASEFE deve trabalhar na mitigação de eventuais conflitos advindos dessas dores, não refutando os relatos sob o pretexto de um sindicato unificado, mas sendo propositivo para conquistar mudanças efetivas a fim de aproximar tanto quanto possível a realidade de ambas as categorias as quais representa. É preciso seguir na união, mas cientes das desigualdades existentes.

Acreditamos que o caminho para a unidade das trabalhadoras e trabalhadores da Educação se dá a partir da escuta, na redução das desigualdades, e na garantia da representatividade.

Assinaram a tese:

Alice de Souza Ribeiro	São Vicente do Sul - RS
Anderson Polo de Faria	SINTIFRJ
Andresson Cícero Silva Keal	SINTEFPB
Angela Nayva da Silva Souza Corrêa	IFRR
Anna Luiza Azevedo da Silva Moura	SINDSCOPE
Artur Barbosa dos Anjos	SINTIETFAL
Bianca Ponciano Prell	SINTIFRJ
Carlos Eduardo Giglio franco	SINTIFRJ
Clarival Araújo dos Santos Júnior	IFTO
Daniel Mendes Pires Haack	SINTIFRJ
Danilo Anderson de Castro	Muzambinho - MG

Davis Wilian Graciano de Toledo	IFSP
Domingos Ricardo Sampaio da Silva	Codó - MA
Eugênio Marquis de Oliveira	Muzambinho - MG
Felipe Gramonski dos Santos	SINTIFRJ
Francisco Jorge Costa Ribeiro	SINDSIFCE
Germano Godoy	IFFluminense
Gleydson José Pereira Vidigal	Machado - MG
Guilherme Oliveira Abrão	Muzambinho - MG
Gutembergue Lopes de Souza Junior	SINTIFRJ
Henrique Jordon Santos de Medeiros Silva	Natal - RN
Jefferson Machado de Assunção	SINTIFRJ
Juliana Alexandra Parente Sa Barreto	SINDSIFCE
Kelson de oliveira monteiro	SINDSIFCE
Leewertton de Souza Marreiro	SINTEF-PB
Lidia Farias Lima	SINDSIFCE
Marcony Soua da Silva	Monte Castelo - MA
Moacir José Rossetti Junior	IFRR
Nathália Lopes Caldeira Brant	Machado - MG
Nelson Damião	Muzambinho - MG
Patrícia Conceição de Souza	IFBA / CMS - BA
Paulo Andre Ferreira	SINTIFRJ
Paulo Vitor Ribeiro Chagas	IFFluminense
Poliana Coste e Colpa	Muzambinho-MG
Rafael Martins Neves	Muzambinho-MG
Raimundo Klaus Reis Santos	IFPA, CTRB e CIABA
Roberto Wallace Viana	IFES
Rodrigo Cima	IFES
Romero Gomes da Silva	IFRR
Ronildo Roberto de Oliveira	SINTEF-PB
ROSENIR Martins Nunes Chaves	Brasília-DF
Rosinaldo Silveira	IFPA-CTRB-CIABA
Rucélio Gomes Sarmiento	SINTEF-PB
Saulo Ramos de Oliveira	SINTEF-PB
Thaise Munea Vieira	SINDSIFCE
Tiago Gomes da Silva Ribeiro	IFFluminense
Victor Andre Rego	SINTIFRJ
Victor Hugo Nogueira das Neves	IFFluminense

## **16 - ESCOLA “SUI GENERIS” NÃO EXISTE! PELO RECONHECIMENTO DAS ESCOLAS ASSISTENCIAIS DA REDE SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL E DE OUTRAS SIMILARES NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA DEFESA COMO ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO BÁSICA; MINISTÉRIO DA DEFESA; DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.

### INTRODUÇÃO

A rede Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) é composta por 15 escolas de Educação Básica espalhadas por 12 estados do país, subordinadas ao Departamento de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA) do Exército Brasileiro (EB). Como o próprio nome do órgão que as gerencia indica, trata-se de escolas que têm suas vagas majoritariamente reservadas para dependentes de militares, visando assisti-los em determinadas circunstâncias e prepará-los para o ingresso em carreiras militares. Atualmente, menos de 10% das vagas são preenchidas por meio de concurso de ampla concorrência.

Nessas escolas, além de cursarem o currículo previsto para a Educação Básica, os alunos são submetidos a uma verdadeira imersão no militarismo: seguem código padronizado de vestimenta e apresentação pessoal, participam de ritos e solenidades militares e, principalmente, aprendem os "valores" do EB. Apesar disso, não saem formados em nenhuma patente militar ou têm qualquer tipo de facilitação em concursos de admissão para as carreiras militares. Obtêm apenas diploma de ensino básico e são reconhecidos como alunos de escola pública com direito a cotas em processos seletivos de universidades públicas.

Esse modelo atípico de escola em nosso sistema educacional, têm servido de referência e sido replicado nas chamadas escolas cívico-militares, cujo funcionamento foi declarado inconstitucional pelo TJ-SP e cujo programa, instituído durante o governo Bolsonaro, foi descontinuado pelo governo Lula, após pressão popular. No entanto, as escolas cívico-militares subsistem como agenda de políticos e grupos radicais.

Por sua vez, as escolas do SCMB (assim como outras similares dentro do Ministério da Defesa) mantêm-se intocáveis, sem qualquer tipo de questionamento

à sua pertinência no Brasil do século XXI. Seguem abrindo novas unidades (como a inaugurada este ano na Vila Militar do Rio de Janeiro) e apresentando práticas pedagógicas que vão de encontro às diretrizes da LDB, ancorados no argumento de que a rede SCMB se trata de uma instituição de ensino "sui generis".

A presente tese tem como objetivo expor as origens de tal argumento e mostrar a urgência de o SINASEFE NACIONAL buscar ações para contrapor tal narrativa.

## ESCOLAS *SUI GENERIS*: A ORIGEM DA NARRATIVA

No final de 2013, a Procuradoria Geral da República (PGR) entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5082, contestando a cobrança compulsória de contribuições de alunos de Colégios Militares. E foi, na tentativa de justificar essa cobrança, que o Ministro Fachin, empregou o termo *sui generis* (único do seu gênero, original) para designar essas escolas.

No entanto, esse termo não é encontrado em ponto algum da LDB como fazendo parte da classificação do Sistema Nacional de Educação. Para a LDB os níveis escolares se restringem à educação básica – formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio – e à educação superior. (Art. 21, I, II). Além disso, a LDB menciona o ensino militar, mas afirma que ele “é regulado em lei específica” (Art. 83).

Ao tentar justificar sua narrativa de escola *sui generis*, o Ministro Fachin parte do argumento de que as escolas do SCMB se enquadrariam em tal categoria, quando alega que *o “ensino militar tem como pressuposto a capacitação de quadros para o exercício das funções institucionais das Forças Armadas da República”, “o que representa importante discrimen pedagógico, o qual reverbera em toda estrutura educacional”*.

A partir dessa problemática justificativa de classificação dos colégios do Exército como *sui generis*, a instituição tem feito uso do termo de forma indiscriminada, deturpando-o assim, de seu emprego original, restrito à questão da cobrança de quota mensal escolar. Vale a pena citar aqui a época da Pandemia, quando foi fundamental o isolamento social para se evitar a propagação do vírus. Nesse contexto, os colégios forçaram a presença dos professores civis e militares, bem como dos alunos e alunas, alegando que essa sua “singularidade” o dispensava de seguir as normas sanitárias vigentes, expondo a risco desnecessário milhares de pessoas.

Considerando o público atendido por essas escolas (crianças e adolescentes do ensino básico) e seu declarado objetivo assistencial e preparatório, cabe,

entretanto, o questionamento: seriam as escolas da rede SCMB realmente enquadradas no chamado ensino militar, conferindo-lhes um caráter “sui generis” que lhe possibilita autorregulação irrestrita para todos os fins?

#### AS ESCOLAS DO SCMB SÃO INSTITUIÇÕES DE ENSINO MILITAR?

Ao instituir que o “ensino militar” possui legislação própria, o texto da LDB não define o termo. No entanto, se traçarmos um histórico de sua utilização nos próprios documentos que regem o EB, veremos que seu uso está associado à formação de quadros militares (tropa), o que não é o caso das(os) estudantes da rede SCMB. As leis nº 5.756/1971 e 6.265/1975 utilizam claramente o termo “ensino militar” para designar duas linhas distintas de “preparo e adestramento” de pessoal para realização de atividades nos quadros do EB: Ensino Militar Bélico e Ensino Militar Científico-Tecnológico.

Por sua vez, na lei 9786/1999, atualmente em vigor, a expressão só é empregada uma vez, no art. 12, para tratar de cursos de pós-graduação ofertados pelo EB. No entanto, ao descrever no Capítulo IV as modalidades e cursos ofertados no Sistema de Ensino do Exército, o documento lista, no art. 6, sete modalidades de curso e apresenta no art. 7, “de forma adicional às modalidades militares propriamente dita”, o ensino preparatório e assistencial de nível fundamental e médio, por intermédio dos Colégios Militares.

Assim, os próprios documentos do EB apontam as escolas da rede SCMB como algo paralelo ao ensino militar ofertado pela instituição.

Nesse sentido, cabe mencionar parecer publicado no D.O.U. de 22/03/2012 referente a consulta acerca do regime de subordinação do Colégio Brigadeiro Newton Braga (CBNB), escola assistencial de natureza similar às da rede SCMB, subordinada à Aeronáutica. No documento, o relator reconhece que o colégio deve ser administrado pela Aeronáutica, mas faz a seguinte ressalva: “não porque ministre ensino militar, mas pela sua condição jurídica de estabelecimento militar de Ensino Médio”. E segue afirmando que, para garantir a Plena equivalência dos estudos ali realizados aos do sistema nacional de ensino, tal instituição deve “se orientar e cumprir o que é determinado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como as respectivas normas educacionais complementares”.

Diante do exposto, urge esclarecer a real condição jurídica das escolas da rede SCMB e de outras similares existentes da estrutura do Ministério da Defesa: não são escolas de ensino militar, com legislação própria não subordinada à LDB, mas escolas de Educação Básica administradas pelas forças armadas e, portanto,

pedagogicamente, submetidas às mesmas diretrizes que outras instituições de ensino básico.

## CONCLUSÃO

Em seu texto, a LDB só prevê a existência de três tipos de escolas: públicas, privadas e comunitárias. A rede SCMB é mantida pelo erário público e administrada por um órgão público: o Exército Brasileiro. Não se trata, portanto, de uma instituição de ensino "sui generis", categoria inexistente na legislação brasileira. Os colégios da rede SCMB são escolas de Educação Básica e devem, desse modo, respeitar e seguir a legislação prevista para o ensino básico do país.

Nesse sentido, urge que o SINASEFE NACIONAL, como um Sindicato de trabalhadoras(es) da Educação Básica, encampe, junto com as(os) servidoras(es) lotadas(os) nessas instituições a luta para quebrar a narrativa de que as escolas do SCMB e outras similares na estrutura do Ministério da Defesa são instituições de ensino "sui generis", narrativa essa que vem sendo ideológica e politicamente utilizada pelos gestores de tais instituições para impor livremente normas e costumes de quartel a estudantes e servidoras(es) civis, desrespeitando as leis que as(os) regem e/ou amparam.

## PROPOSTAS

- 1) Que o SINASEFE NACIONAL encampe oficialmente a luta pelo reconhecimento das escolas da rede SCMB e de outras similares administradas pelas forças armadas como instituições de Educação Básica e, portanto, subordinadas às leis que regem a Educação no Brasil;
- 2) Que o SINASEFE NACIONAL se contraponha à narrativa do EB e passe a referir as escolas do SCMB, bem como outras de natureza similar, como instituições de Educação Básica vinculadas ao MD em documentos e materiais de divulgação do Sindicato;
- 3) Que o SINASEFE NACIONAL promova/fomente a organização de eventos ou a criação de materiais de conscientização de base, que esclareçam a real natureza dos colégios do SCMB;
- 4) Que o SINASEFE NACIONAL articule ações para que as escolas da rede SCMB e outras similares sejam legal e juridicamente tratadas de acordo com sua real natureza, ou seja, como instituições de Educação Básica.

Assinam esta tese:

Lissa Mara Saraiva Fontenele - SINDSIFCE/CMF;  
Juliene Kely Zanardi - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Amaury Garcia dos Santos Neto - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Marcelo de Oliveira Assunção - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Beatriz Rietmann da Costa e Cunha - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Rosiane Silva de Souza - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Maurício Mendes - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
José Raphael Moreira da Silveira - SINDSIFCE/CMF;  
Vinícius Vanir Venturini - SINDSIFCE/CMF;  
Maria Liliana Miranda da Costa - SINDSIFCE/CMF;  
Gláucia Maria Bastos Marques - SINDSIFCE/CMF;  
Máira Cristina Dórea Barretto - SINDSIFCE/CMF;  
Lídia Farias Lima - SINDSIFCE;  
Lourdes Rafaella Santos Florêncio - SINDSIFCE;  
Elenira Oliveira Vilela - Seção IFSC e DN;  
Flavio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE;  
Emiliana da Consolação Ladeira - SINASEFE Barbacena - EPCAR;  
Rubens Cesar Ferreira Pereira - Mato Grosso do Sul;  
Maria Inês Barreto da Costa - SSCMB;  
Thiago Maciel de Oliveira - SSCMB;  
Elaine Cristina dos Santos - Seção São Paulo;  
Vanessa J. R. Mandriola - ASSINES;  
Joaquim Francisco de Lira Neto - SINASEFE- AM;  
Angela de Nazaré Silva de Souza Maximin - IFPA, CTRB, Pará;  
Denilza da Silva Frade - Seção São Paulo e DN;  
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira/SC;  
Nadjar Aretuza Magalhães - Seção Brasília;  
Felipe Oliveira Silva - Assines Ssind e DN;  
Mário Luiz Madeira Ferreira - Seção Litoral;  
Ramon Fonseca - Norte de Minas;  
Antônio Nobre - Cáceres MT;  
Gabriel Renan Neves Barros - IFPA, CTRB e CIABA;  
Cleiton Mariano da Silva - SINDSIFPE;  
Euza Raquel - Seção Mossoró.

## **17 - Por uma educação profissional e tecnológica a serviço dos(as) trabalhadores(as), da democracia e pela soberania nacional**

*Tese sobre Políticas Educacionais  
Tendência sindical “Unidos pra Lutar” – Construindo a CSP-Conlutas*

### INTRODUÇÃO

A derrota de Jair Bolsonaro nas urnas não significou o recuo do pensamento e das práticas neoliberais e meritocráticas na educação brasileira, incluindo a educação federal (Institutos e Universidades), que possui autonomia constitucional na gestão administrativa e pedagógica em suas autarquias. Na prática, desde a Constituição de 1988 e da LDB de 1996, ocorre um permanente avanço do pensamento (neo)liberal nas políticas educacionais, com raras fissuras de experiências emancipatórias que não abalaram a ordem dominante.

A Lei nº 11.892, do final de 2008, de constituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e de criação dos Institutos Federais, faz parte de uma demanda histórica da sociedade brasileira para expansão das vagas na EPT. Entretanto, no cenário do segundo governo de Lula, calcado na conciliação de classes e no desenvolvimentismo econômico, muitos dos novos *campi* e cursos abertos atendiam demandas das oligarquias regionais e do grande capital na formação de mão-de-obra barata e especializada em instituições educacionais de referência. Muitos dos cursos abertos atendem demandas dos setores do agronegócio, das mineradoras, de montadoras, de grandes empresas da área de logística, dentre outras grandes empresas. Na mesma lógica foi o advento das novas Universidades Federais, de novos *campi* e cursos superiores via o REUNI.

Por outro lado as modalidades de ensino com perfil popular voltados a atender demandas sociais para emancipar as camadas mais pobres da população, previstas na Lei nº 11.892, foram gradativamente sendo marginalizadas nas estruturas dos Institutos Federais, desde o segundo mandato de Dilma até o tempo presente. As matrículas na maioria dos Institutos Federais, na Educação de Jovens Adultos (EJA), nas licenciaturas e em cursos voltados a população do campo, comunidades tradicionais e demais populações em vulnerabilidade, não atendem a porcentagem mínima prevista em legislação. E quando atende, esses cursos possuem caráter empreendedor/empresarial e são ofertados predominantemente

através da Educação a Distância (Ead), através de estruturas precárias. E até mesmo os cursos de Ensino Médio Integrado (EMI), visto como um modelo educacional avançado e de potencialidade emancipadora – predominantes nas matrículas dos Institutos Federais –, estão sendo gradativamente esvaziados e ameaçados pelas políticas públicas governamentais e pelo oportunismo de determinadas reitorias.

A permanente precarização do trabalho dos educadores (TAEs e docentes), aliada as grandes limitações da gestão democrática na maioria dos Institutos Federais, também compõe o cenário que facilita a implantação de políticas neoliberais e leva o desincentivo e a criminalização de movimentos da juventude, através dos seus coletivos e entidades estudantis, e da atuação de um movimento sindical classista e autônomo.

Nesta tese queremos abordar quatro eixos temáticos, com um conjunto de proposições de resoluções: 1º) o desmonte do EMI, EJA, Licenciaturas e da educação popular na Rede Federal de Educação Federal; 2º) a continuidade da precarização do trabalho dos/as TAEs e Docentes EBTT; 3º) a limitação da gestão democrática nos Institutos Federais; e, 4º) a continuidade da perspectiva de expansão dos Institutos Federais numa lógica oligárquica e de atender demandas do grande capital.

## FORTALECER O EMI, A EJA, A FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS

A reestruturação neoliberal no ensino médio brasileiro é anterior a Lei nº 13.415/2017. O retorno do tecnicismo como política pública educacional de nível médio sempre foi uma defesa do PSDB, seja nas experiências dos governos estaduais em São Paulo nas gestões de Serra e Alkmin, em Goiás com Marconi Perillo e em Minas Gerais nos mandatos de Aécio Neves e Anastasia, como nas proposições feitas em pleitos eleitorais para presidência da república: cursos técnicos de curta duração para atender as demandas do mercado. Tal perspectiva neoliberal, ligada as orientações dos organismos internacionais e, em especial o Banco Mundial e o FMI, também adentraram nas propostas petistas na disputa pelo poder presidencial, como a redução de disciplinas no Ensino Médio para pretensamente reduzir a evasão e a retenção escolar, feitas por Dilma Rousseff no processo de reeleição em 2014 e, abordadas posteriormente, no Conselho Nacional de Educação (CNE) do MEC, servindo de base para futura Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, no final do governo de Michel Temer.

O “Novo Ensino Médio”, advindo da Lei nº 13.415/2017, foi a primeira contrarreforma robusta do odioso governo de Temer. Com viés tecnicista, a

legislação prevê a criação de cinco itinerários formativos para preparar o jovem na inserção do mercado de trabalho de forma precoce e sem estímulos a verticalização dos estudos. A formação geral básica calcada nos componentes curriculares científicos teve sua carga horária limitada a 1800 horas, enquanto os itinerários teriam o mínimo de 1200 horas podendo chegar até 2400 horas! Isto é, o Ensino Médio brasileiro retornou aos patamares da LDB de 1971 da ditadura militar, ao tornar o aspecto tecnicista como compulsório na formação da nossa juventude. Para agravar a situação, apenas a língua portuguesa e a matemática são componentes curriculares obrigatórios ao longo dos três anos, os demais podem ser vistos apenas numa parte do processo formativo, sendo que parte do currículo pode ser ofertado no regime a distância – particularidade que será normatizada posteriormente por uma Diretriz Curricular Nacional (DCN) de “atualização do ensino médio”, em 2018.

Nos Institutos Federais, por mais que o SINASEFE adentre numa greve em 2016 contra a Medida Provisória (MP) do Ensino Médio e vários *campi* da rede são ocupados por estudantes, após a promulgação da legislação pelo parlamento o tema não foi abordado a contento pelas reitorias e pelo CONIF que, só tomarão uma atitude, após a promulgação da BNCC pelo CNE/MEC e após a vitória eleitoral de Bolsonaro. No final de 2018, assustados pela conjuntura, o CONIF emitiu um texto com 23 diretrizes no intuito de resguardar o modelo do ensino médio integrado na Rede Federal, contra a fragmentação curricular e o (neo)tecnicismo, e faz um apelo para que o teor do documento seja aprovado nos Conselhos Superiores das instituições. O documento por mais que reafirme conceitos e aspectos positivos da formação politécnica e emancipadora na EPT, por outro lado estimula a redução da carga horária dos cursos – adequando a lógica neoliberal do ajuste fiscal no orçamento das instituições – retirando o perfil da escola em tempo integral e limitando a possibilidade da formação integrada.

Na prática, ao longo do nefasto governo de Bolsonaro, a maioria das reitorias dos Institutos Federais não aprovaram as diretrizes indicadas pelo CONIF, muitas aplicaram aspectos da Lei 13.415/2017, aderiram aos novos livros didáticos do PNLD adaptados a recém BNCC, e aplicaram as normativas da nova DCN Geral da EPT de 2021, que autorizou 20% da carga horária dos cursos diurnos pudessem ser EaD e 80% nos cursos EJA/EPT. Além disso, muitos Institutos Federais colaboraram com o “Programa Novos Caminhos” de Bolsonaro, aumentando a oferta de cursos curtos na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FICs) para atender o mercado e na formação genérica de professores na lógica do “Novo Ensino Médio” – via licenciaturas, graduação para bacharéis não licenciados e especializações em EaD – para atuar nos itinerários formativos. Por mais que a letal legislação do “Programa

Futura-se” não foi adiante, muitas reitorias organizaram suas “fundações de apoio” para aprofundar a arrecadação orçamentária via as Parcerias Público e Privadas (PPPs) e adaptaram parte dos seus currículos na “nova cultura” empreendedora/empresarial para adequar o jovem ao desregulado mundo do trabalho, sem garantias de leis laborais e previdenciária.

A vitória de Lula gerou expectativas de um “revogaço” perante as legislações neoliberais dos governos anteriores, inclusive do “Novo Ensino Médio”. A rejeição inicial do atual Ministro da Educação, Camilo Santana, e, de sua equipe, em produzir uma nova legislação sobre o tema, provocou uma intensa movimentação do movimento estudantil, de educadores e de entidades científicas no país, obrigando o governo a realizar uma consulta pública. Apesar da superação de alguns gargalos, a recém minuta da nova legislação do ensino médio ainda mantém a lógica dos itinerários formativos, mantém a possibilidade de parte do currículo ser via Ead e não aponta para revogação da BNCC e das DCNs neoliberais que normatizam a aplicação da Lei 13.415/2017, como as DCNs Gerais da EPT de 2021. Tal contexto demonstra que ainda é necessária muita luta para revogação Plena da lógica neoliberal do “Novo Ensino Médio” e seus desdobramentos na EPT, na formação de professores, na EJA etc.

Propomos:

- Por um ensino médio que promova a formação integral, holística e emancipadora ao jovem, numa escola em tempo integral com políticas de assistência estudantil que garanta a permanência e o êxito nos estudos;
- Por um EMI em tempo integral que garanta práticas de pesquisa, extensão, cultura, esporte e participação do estudante nos órgãos de gestão dos Institutos Federais;
- Por cursos na EPT que atendam demandas populares e a soberania nacional, promovendo os direitos humanos, a consciência de classe, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental e social;
- Pela revogação de todos aspectos neoliberais do “Novo Ensino Médio”, da BNCC e das recém DCNs de atualização do ensino médio (2018) e da Geral da EPT (2021). Pela revogação da BNC-Professor;
- Pela valorização das licenciaturas presenciais nos Institutos Federais. Pela retomada de experiências de cursos presenciais fora de sede e da pedagogia da alternância, em comunidades com baixa densidade populacional e/ou lugares remotos;

- Pela retomada da abertura de vagas na EJA integrada a EPT nos Institutos Federais.
- Pela dissolução da cultura empreendedora/empresarial e meritocrática na educação brasileira.

## VALORIZAÇÃO DOS/AS SERVIDORES/AS FEDERAIS DA EPT

A ascensão de Lula na presidência gerou uma expectativa de recomposição das perdas salariais dos/as Servidores/as Públicos/as Federais (SPFs). No caso dos/as servidores/as da Rede Federal de Educação, os TAEs chegaram a terem perdas de 60% do poder de compra dos seus salários e os docentes EBTT próximo da casa de 40%. Os 9% de reajuste em junho de 2023 foram pífios frente a totalidade das perdas dos últimos e a “negociação” da campanha salarial de 2024 está sendo desrespeitosa e frustrante por parte do governo. Por outro lado, o arcabouço fiscal aprovado pelo governo aponta que o arrocho salarial irá permanecer, e que a negociação da revisão das carreiras pode se tornar uma enrolação e, ou pior, uma nova versão de “Reforma Administrativa” que retire ou limite direitos históricos dos/as servidores federais.

Medidas pontuais como a revogação da Portaria 983/2020 do MEC que precariza o trabalho docente, como também a revogação de Decretos e Portarias dos governos Temer e Bolsonaro que extingue cargos dos TAEs ou que estimulam o avanço das terceirizações da força de trabalho nos Institutos e Universidades Federais, não demonstram sensibilidade do governo e da equipe do MEC. Os concursos públicos pendentes de expansões promovidas ainda no segundo governo de Dilma ou advindas de aposentadorias, falecimentos e exonerações, andam a passos inexpressivos, limitando a prestação dos serviços e adoecendo inúmeros/as colegas servidores/as.

Propomos:

- Intensificar e resguardar a autonomia classista do SINASEFE nas negociações da campanha salarial e da reformulação das carreiras junto ao governo. Construir a greve dos SPFs;
- Intensificar a revogação da Portaria 983/2020 junto ao MEC/SETEC e CONIF;
- Intensificar a revogação dos Decretos e Portarias que terceirizam a força de trabalho dos TAEs;

- Não a “Reforma Administrativa” de Bolsonaro/Lira. Não à projeção de um novo projeto de “Reforma Administrativa” no serviço público federal que unifique carreiras e retire servidores do modelo RJU para serem celetistas.

## DEMOCRATIZAR OS INSTITUTOS FEDERAIS

Infelizmente ainda reina na maioria dos Institutos Federais o autoritarismo dos/as gestores/as e o assédio moral, seja no âmbito das reitorias como nas direções dos *campi*. Passados 15 anos de criação da Rede Federal e das novas autarquias, muitos grupos gestores são das mesmas e velhas mentalidades oligárquicas dos tempos dos CEFETs e das Escolas Agrícolas. Utilizam abertamente dos cargos de confiança, das barganhas, da coerção e da falta de democracia e transparência para perpetuarem no poder.

Em muitos Institutos Federais os gestores não têm pudor em transformar o Colégio de Dirigentes (CODIR) em instância deliberativa burlando a legislação, seja modificando Estatuto e Regimento Interno e/ou na informalidade no cotidiano da gestão. A maioria dos Conselhos Superiores (CONSUP) são órgãos burocráticos de faixada que não discutem políticas públicas, cujo o reitorado tem a maioria dos assentos e a representatividade de cargos eletivas dos segmentos é baixíssima. Nos mais de 600 *campi* no Brasil, muitos Diretores/as atuam como “senhores feudais” absolutistas sem existência ou funcionamento dos conselhos deliberativos com representantes, burlando a Constituição, a LDB e o atual Plano Nacional de Educação (PNE). A falta de transparência na gestão dos recursos orçamentários e nas ações dos órgãos colegiados é outro fator corriqueiro.

Propomos:

- Que o SINASEFE e suas Seções Sindicais tenham autonomia política frente aos gestores (reitoria e diretores de *campi*), cobrando mais gestão democrática e transparência nos espaços decisórios na instituição;
- Denunciar os Institutos Federais que usam do CODIR como espaço deliberativo. Promover campanha pela ampliação da participação da comunidade no CONSUP;
- Pelos Conselhos Deliberativos nos campi, eleitos pela comunidade.

## EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS COM RESPONSABILIDADE E NÃO VIA AS BARGANHAS ELEITORAIS

É esperado pela sociedade brasileira a expansão das vagas nos Institutos Federais. Entretanto, na lógica de um governo de conciliação de classes e com inúmeros/as gestores/as oportunistas, a expansão tende a ocorrer de forma precária e rebaixando a qualidade educacional das instituições.

Existem muitos reitores reduzindo a carga horária dos cursos do EMI e transformando as licenciaturas presenciais em EaD, para potencializar a abertura de novos cursos e novas vagas, demonstrando uma pretensa “eficiência” na gestão. Parte desses gestores estão desejosos para perpetuar na estrutura administrativa de suas instituições ou estão planejando participar da vida eleitoral em 2024 ou 2026. As eleições municipais em 2024 e a ampliação da base parlamentar de Lula junto a agremiações de centro e de direita, que antes davam a suporte a Bolsonaro, também servem de pressão para a criação de novos *campi* e para mudar a tipologia de *campi* como estruturas pequenas em número de servidores/as. A grande maioria dessas expansões não são dialogadas com as comunidades e com o conjunto das instituições, são atitudes baseadas nas barganhas palacianas e impositivas aos docentes e TAEs.

#### PROPOMOS

- Que novas expansões da Rede Federal de Educação esteja a serviço dos interesses dos/as trabalhadores/as, que seja dialogada com as comunidades e não usadas como ferramenta de barganha de gestores oportunistas ou de parlamentares desejos por reeleições ou para agradar seus apadrinhados políticos nos municípios;
- Que novas expansões da Rede Federal de Educação ocorram com a recomposição orçamentária das instituições e com os devidos concursos para novos servidores/as.

-----  
Assinam: Lucas Barbosa (Seção Brasília); Matheus Pontes (Seção Cáceres); Gabriel de Melo Neto (Seção Urutaí).

## **18 - AVANÇANDO NA LUTA: Por instituições de ensino mais democráticas nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa**

Nós, servidores públicos das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa (MD) temos um desafio enorme nas relações de trabalho nessas instituições, em função de sua estrutura militar e de ter sua valorização muito mais pautada em sua hierarquia e sua disciplina do que no saber e na construção pedagógica para melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Há bastante tempo, essas instituições vêm desenvolvendo um processo gradativo de substituição do servidor público civil pelo militar em todas as áreas do ensino, seja docente ou técnico administrativo, muitas dessas substituições são feitas por militares da reserva que retornam às atividades com um acréscimo de 30% do seu salário, ou mesmo por militares temporários. Desde 1995 (último concurso para servidor técnico administrativo) e 2004 (último concurso para docentes), não temos renovação dos quadros nessas instituições, pois muitos já estão se aposentando e o Quadro de Lotação de Pessoal Civil (QLPC) vem reduzindo drasticamente do Previsto para o Existente e, a cada ano, essas instituições não solicitam concurso público para preenchimento do QLP. Temos que mudar essa realidade.

Pós eleições de 2018, essa questão agravou-se mais ainda, com um governo de características de extrema direita e de posturas antidemocráticas, pois esses cargos, antes ocupados por civis, foram dando lugar a centenas de militares espalhados pelo serviço público em geral, e em particular, nas nossas instituições. Essa postura de enraizamento dos militares nas instituições ligadas ao MD potencializou uma série de problemas que já tínhamos, tanto nas relações de trabalho (assédio moral, aberturas de processos administrativos, sindicâncias, etc), quanto na construção pedagógica e, conseqüentemente, no processo de ensino-aprendizagem.

Esse processo foi aumentando com a proximidade das eleições de 2022, quando as instituições do MD já tinham tomado toda uma postura de instituições de governo (do governo Bolsonaro), ao invés de seguir, em tese, com sua postura de instituição de Estado. Infelizmente, o saldo disso tudo repercute até hoje.

Com a eleição do Governo de Lula, abriu-se uma possibilidade de negociação de nossas pautas, o que, desde o impeachment da Presidenta Dilma, tornou-se um

fato inexistente para entidades sindicais. Nessa nova perspectiva, urge um objetivo essencial para a solicitação do cumprimento dessas pautas, dentre elas (citadas nos encaminhamentos abaixo), a abertura de concurso público para suprir a falta de servidores civis em nossas instituições.

Diante disso, fazemos vários questionamentos e indagações que nos farão tomar caminhos diversos: 1) porque o Ministério da Defesa, desde 1995, não solicitou mais concurso público para suprir as vagas existentes? Teriam eles já decidido em nos substituir por militares? 2) Podemos fazer uma análise que esta é uma iniciativa de uma possível terceirização do serviço público nessas instituições, fruto do projeto capitalista neoliberal do Estado Mínimo? Acreditamos que sim. 3) É salutar solicitarmos nossa redistribuição para as instituições de ensino ligadas ao Ministério da Educação, já que não querem mais civis nessas instituições? 4) Ou ainda tentamos, de forma hercúlea e incisiva, solicitar concurso público para servidor civil docente e administrativo, numa luta contra a ocupação de nossas vagas pelos militares temporários e da reserva?

Essas e outras questões sempre foram e serão discussões nos nossos ESCIMEs, dado o espírito constante de luta contra os desmandos e descasos que essas instituições nos impõem. É necessário que façamos discussões profundas para, coletivamente, tomarmos o melhor caminho. Não dá mais para assistirmos passivamente a todo esse descaso conosco, servidores que têm contribuído para essas instituições há décadas, mas que não têm a valorização devida do Ministério da Defesa.

**SIGAMOS NA LUTA COM ESPERANÇA E RESISTÊNCIA!**

Portanto, solicitamos a este 35º CONSINASEFE, a aprovação dos encaminhamentos listados abaixo:

a) Solicitação imediata ao Presidente Lula e ao Ministério da Defesa para realização de concurso público para servidores civis docentes e técnicos administrativos nas nossas instituições;

b) Solicitação imediata ao Presidente Lula e ao Ministério da Defesa para liberação voluntária dos servidores civis docentes e técnicos administrativos das nossas instituições para redistribuição nas instituições de ensino ligadas ao Ministério da Educação;

c) Solicitação imediata ao Presidente Lula e ao Ministério da Defesa da transposição dos servidores civis técnico administrativos do PGPE (Plano Geral do Poder Executivo) para o PCCTAE (Plano de Cargos e Carreira de Técnico Administrativo em Educação);

d) Solicitação imediata ao Presidente Lula e reiteração ao Ministério da Defesa e Comando da Marinha do pagamento em pecúnia do auxílio alimentação aos servidores da Marinha;

e) Solicitação imediata ao Presidente Lula, da equiparação de todos os auxílios com o judiciário e legislativo;

Assinam essa Tese os companheiros e companheiras das seções sindicais:

Flávio dos Santos Barbosa (CMR-EAMPE)  
Karla Simões Bertotti (CMR-EAMPE)  
Marcelo Teixeira da Silva (CMR-EAMPE)  
Gizella Menezes Rodrigues (CMR-EAMPE)  
Alúcio Gomes Coelho (CMR-EAMPE)  
Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca (CMR-EAMPE)  
Marliete Cristina da Luz (CMR-EAMPE)  
Anamaria Freitas do Nascimento (CMR-EAMPE)  
José Marcos Monteiro das Chagas (CMR-EAMPE)  
Valéria do Nascimento (CMR-EAMPE)  
Vagner dos Santos Henriques (CMR-EAMPE)  
Ronaldo Miguel da Hora (CMR-EAMPE)  
Francisco Chaves Bezerra (CMR-EAMPE)  
Denise Brito Monteiro (CMR-EAMPE)  
Valmir José da Silva (CMR-EAMPE)  
Maria Solange dos Santos Gama (CMR-EAMPE)  
Evandro Marques Bezerra da Silva (CMR-EAMPE)  
Gabriel de Oliveira Rodrigues (AprofCMPA)  
Cristina Kaszuba de Freitas (AprofCMPA)  
Maria Helena Gravina (AprofCMPA)  
Paulo Sérgio Fioravanti Jardim (AprofCMPA)  
Tatiana Prevedello (AprofCMPA)  
Suzana Gutierrez (AprofCMPA)

Leandro Batista da Silva (AprofCMPA)  
Carlos Alberto Genz (AprofCMPA)  
Rosa Maria Cardoso dos Santos (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Cláudio Henrique Afonseca de Souza (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Amaury Garcia dos Santos Neto (CMRJ/FO/CN/CEP)  
André Sarmento (IFBA/CMS)  
Maria Eliana Almeida Matos (IFBA/CMS)  
Helenluce Macedo Barigchun (IFBA/CMS)  
Agnaldo Pedro Santos Filho (IFBA/CMS)  
Dalila Flora Cardoso Varino (IFBA/CMS)  
Luciana Santos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Cirlene Passos Kayanoki (IFBA/CMS)  
Nadja Miranda (IFBA/CMS)  
Margarete Rodrigues Neves Oliveira (IFBA/CMS)  
Maria Luiza Araújo (IFBA/CMS)  
Joilson Cruz da Silva (IFBA/CMS)  
Saulo Daniel Campos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Jorge Otte (IFSC/EAMSC)  
Milton Máximo Ferrari (CMSM)  
Maria Inês Barreto da Costa (CMB)  
Maria Aparecida Porfirio (CMB)  
Gabriela Menezes de Souza (CMB)  
Claudia Cristina de Faria (CMB)  
Alex Antônio de Oliveira (CMB)  
Emiliana da Consolação Ladeira (Barbacena-EPCAR)  
Sônia Maria da Costa Leite (IFPA/CTRB/CIABA)  
Rita Gil (IFPA/CTRB/CIABA)  
Isabel Cristina (IFPA/CTRB/CIABA)  
Clarissa Maciel Cavalcante (IFPA/CTRB/CIABA)  
Luiz Otávio Monteiro Barroso (IFPA/CTRB/CIABA)  
José Raphael Moreira da Silveira (SINDSIFCE-CMF)  
Eluziane Gonzaga Mendes (SINDSIFCE-CMF)  
Lissa Maria Saraiva Fontenele (SINDSIFCE-CMF)  
Lourdes Rafaella Santos Florêncio (SINDSIFCE-CMF)  
Artemis Martins (SINDSIFCE-CMF)  
Alice de Araújo Nascimento Pereira (SINASEFE IF Fluminense)  
Marco Vinícius Moreira Lamarão (SINASEFE IF Fluminense)  
Tânia Regina Barbosa de Sousa (SINASEFE Sergipe)

José Correia Neto (SINASEFE Sergipe)  
Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC)  
Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo (SINTEFPB)  
Hélio de França Gondim (SINTEFPB)  
Grazielle Nayara Felício Silva (SINASEFE-SP)  
Michelangelo Torres (IFRJ)  
Fernanda Rosá (seção IFSC)  
Sônia Regina Adão (seção IFSC)  
Jean Magno (IFMA São Luís Maracanã)  
Claudicea Alves Durando (IFMA Monte Castelo)  
Luís Sérgio (SIDSCOPE)  
Diacuy Pereira de Andrade Felipe (Seção Crato Ceará)  
Rafael Bernardo Silveira (seção Rio do Sul SC)  
Glábia Dutra (IFMG)  
Pedro Luiz Teixeira de Camargo (IFMG)  
José Xavier da Silva (IFMG)  
Ricardo Eugênio Ferreira (IFMG)  
Júlio Cesar Bello (Seção Sindical IFES)  
Manoel José Porto Júnior (IFSUL)  
Cleiton Mariano da Silva (SINDSIFPE)



***TESES DE POLÍTICAS  
EDUCACIONAIS***



## **01 - Tese da Corrente Proletária na Educação CPE-POR ao 35º CONSINASEFE**

### **Unificar as lutas da Educação com as lutas gerais dos explorados**

#### I. Apresentação

O 35º Congresso Nacional do SINASEFE (CONSINASEFE) se dá em um momento em que o governo burguês de frente ampla Lula/Alckmin deixa claro ao que veio: nos últimos meses houve contingenciamento de verbas para a Educação e Saúde, não há qualquer indício de recomposição das verbas cortadas da Educação Federal, o governo usa as tais “mesas de negociação” para dividir o funcionalismo e propor reajustes menores ou igual a 1% para 2024 e, mais recentemente, mostra que pretende aprovar a sua versão da Reforma Administrativa.

Esses e outros ataques à categoria se assentam ou são a continuidade de ataques anteriores que o governo federal pretende manter: ao rebaixar os salários iniciais do funcionalismo público, como pretende com sua reforma administrativa, mostra clara intenção de equipará-los aos do setor privado, que há anos sofrem com a aplicação da reforma trabalhista e da lei da terceirização; a manutenção dos cortes se alinha com as políticas de privatismo interno, dentro do cenário geral de entreguismo de empresas públicas ao imperialismo; bem como a manutenção do arrocho salarial, uma política geral de ataque aos explorados, com intenção de manter o parasitismo patronal e pró-dívida diante da continuidade da crise do capitalismo.

É urgente que os debates e os encaminhamentos aprovados no 35º CONSINASEFE deixem claro a relação entre os ataques a nossa categoria com o cenário geral de ataques da burguesia e seu Estado ao conjunto dos explorados. Mais ainda, devemos aprovar um plano de lutas com bandeiras que rompam com o corporativismo e permitam partir das reivindicações mais sentidas de nossa categoria – salários, cortes, condições de trabalho – para nos direcionarmos a uma luta unificada com os demais sindicatos e movimentos sociais do país e toda a luta dos explorados.

#### II. Resolução educacional e a defesa do sistema único de ensino voltado à produção

O 35º Congresso do SINASEFE está diante de uma grande tarefa, que é a defesa da educação pública gratuita, laica, científica, ligada à produção social e integralmente financiada pelo Estado. Tarefa essa que foi aos poucos sendo abandonada, dando lugar à revisionismos que vão desde a coexistência com o setor educacional privado, até a aceitação da veiculação de verbas públicas para grandes conglomerados de educação privada, baseando-se na farsa da regulamentação do ensino privado. Até a bandeira de verba pública apenas para a educação pública tem desaparecido dos sindicatos e da sua agenda de luta.

É urgente que o congresso direcione a categoria e, em particular, os delegados que a representam, que estamos diante de um governo que não irá revogar os violentos ataques à educação pública. Nesse pacote de ataques, que o governo Lula pretende manter e dar continuidade, estão o Novo Ensino Médio (NEM) e o Ensino a Distância (EaD). A política educacional do governo Lula, desde o MEC, reflete os ditames dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, o FMI, a ONU e outros mecanismos à serviço do imperialismo. Nesse sentido, ele aplica a linha determinada pelos grandes monopólios do setor. Por isso, sua política está voltada ao aprofundamento da precarização e destruição da Educação pública, dentro da lógica de enxugamento do orçamento estatal, tendo em vista a necessidade de preservar o parasitismo do capital financeiro, particularmente em relação à extorsiva dívida pública, bem como abrir caminho para a valorização de capitais que vão se vinculando ao campo da Educação, fortalecendo e naturalizando a lógica de serviço e mercadoria dentro das escolas, das secretarias e dos institutos e universidades. Ao mesmo tempo, esses ataques expressam a intenção dos governantes de se desfazerem gradativamente da responsabilidade de financiar a educação, deixando mais e mais fatias para serem predadas pelos empresários do setor privado.

Daí que a realidade vivenciada pela categoria em cada escola, em cada *campi*, manifesta o estágio de decomposição do ensino, reflexo da desagregação geral do sistema capitalista. Formas concretas dessa decomposição do ensino podem ser encontradas, por exemplo, na ausência de condições para atender os alunos com deficiência; nos baixíssimos salários de professores e ainda mais dos técnicos-administrativos; na expansão do EaD; na aplicação do Novo Ensino Médio, nas contradições da escola de tempo integral etc. Outra forma de expressar essa decomposição é o avanço da terceirização, da militarização e do controle ideológico, a exemplo do movimento reacionário “Escola sem Partido” etc. Com tais exemplos, mostra-se como a crise econômica do capitalismo está na base dos ataques que acontecem diariamente e a falência dos sistemas educacionais. A crise educacional não é uma crise de modelo, de projeto, de financiamento nem de gestão, embora

possamos encontrar na realidade traços de cada um desses aspectos. Não! A raiz da falência do ensino é mais profunda, encontra-se na separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento. A propriedade privada dos meios de produção não pode permitir um genuíno entroncamento entre ciência e produção social, pois isso potencializaria ainda mais as forças produtivas, num contexto de crise de superprodução.

III. Resolução “Superar o corporativismo adotando os métodos próprios e unificadores da luta dos explorados”.

Nota-se, nos últimos anos e nos últimos congressos, um maior corporativismo por parte do SINASEFE, que se manifesta nas pautas e bandeiras aprovadas e, sobretudo, nos “métodos de luta” aplicados pela direção sindical, que estão focados sobretudo na pressão parlamentar e jurídica, que eventualmente incluem atos setorizados em Brasília, sem a participação da base, e no reconhecimento das “mesas de negociação permanente” como uma conquista da categoria e um elogio à disposição do atual governo em dialogar com o sindicato. É preciso compreender os problemas de tais “métodos” e como eles dificultam a unificação das lutas imediatas de nossa categoria com as lutas gerais que podem reunir o conjunto dos explorados, que há anos seguidos amargam derrotas históricas, como a aprovação e aplicação das contrarreformas trabalhista e da previdência, da lei de terceirização, do NEM, do avanço do EaD e da agenda de privatização e do privatismo interno dentro das instituições federais de ensino.

Confiar no parlamento e na justiça burguesas tem levado a derrotas e perda de direitos que manifestam de forma latente como a crise estrutural do capitalismo é descontada sobre os explorados de forma geral e, em particular, sobre a classe operária. Não é pressionando parlamentares e membros do judiciário que se avança nas reivindicações mais sentidas, pois tais espaços protegem os interesses dos capitalistas e, no caso da formação capitalista do Brasil enquanto semicolônia, protege os interesses oligárquicos expressos, sobretudo, pelas bancadas parlamentares. O caminho para superar o corporativismo não é fortalecer tais espaços, nem confiar nas “mesas de negociação” retomadas pelo governo Lula/Alckmin, que estão sendo explicitamente usadas para especificar, entenda-se separar, as demandas e pautas de cada setor do funcionalismo e, como isso, avançar no corporativismo das lutas do SINASEFE e outros sindicatos que formam o FONASEFE. Para ligar nossa pauta a luta geral dos explorados, por salários, empregos, direitos, educação e saúde públicas, moradia etc.; apenas os métodos próprios da classe operária e dos explorados nos servem: assembleias e plenárias unificadas, dias nacionais de luta com ampla participação da base, paralisações e

bloqueios, atos massivos de rua! Esse é o caminho que o 35º CONSINASEFE deve aprovar e colocar em prática com urgência!

Diante disso a CPE/POR defende as bandeiras: Abaixo ao governismo! Não confiar no parlamento e na justiça burguesas, nem nas “mesas de negociação” que são manobradas pelo governo! Confiar nas próprias forças e na luta massiva da maioria explorada e oprimida.

#### Resolução “Lutar contra o avanço do EaD e revogação do NEM”

São inúmeras as notícias e dados veiculados nos últimos anos, inclusive pela mídia burguesa, que atestam o fracasso do avanço e generalização da modalidade EaD e a evasão e precarização impostas aos estudantes e professores do Ensino Médio com a aplicação do NEM em todo o país. A implantação e expansão do Ensino a Distância (EaD) foi naturalizada pelas direções sindicais, em particular as da educação, como a CNTE. Muito se fala em qualidade da educação, mas essas direções fecham os olhos perante a situação em que boa parte do professorado conclui a graduação por meio do EaD. Ocultam que as reformas e medidas que vêm destruindo a educação presencial correspondem aos interesses econômicos dos capitalistas, como o fornecimento generalizado de materiais didáticos, serviços de internet e de plataformas de ensino. E os governantes se utilizam dessa modalidade para se desfazer gradativamente da responsabilidade de manutenção da educação pública, ludibriando a categoria e a população sobre falsas vantagens desse modelo, quando no fundo a razão econômica por trás do seu avanço é economizar dinheiro público para garantir o pagamento da dívida pública e dar garantia aos interesses dos credores parasitas.

É preciso compreender que Lula e o PT tem um longo histórico pró-EaD, desde a flexibilização de leis para a expansão dessa modalidade, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a manutenção do orçamento estrangulado para a Educação e, mais recentemente, a não revogação do NEM. A Corrente Proletária se esforça em mostrar que o EaD é a expressão mais acabada do divórcio entre a escola e a produção social, o abismo entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o manual. Com o avanço do EaD, e aplicação do NEM, a desigualdade entre a educação que é dada à burguesia e altas classes médias, com relação àquela dada ao conjunto da maioria explorada, salta aos olhos de todos. Aí está o fundamento de classe de tais ataques!

Diante disso, os debates no 35º CONSINASEFE deve aprovar bandeiras que se coloquem contra o avanço do EaD e pela revogação do NEM. A CPE/POR defende: 1 – Revogação total do NEM; 2 – Não ao avanço do EaD na Educação Básica; 3 – Financiamento integral da educação presencial pelo Estado; 4 – Fim do

FIES e PROUNI; 5 – Garantir vagas nas instituições públicas a todos que quiserem seguir com seus estudos; 6 – Educação gratuita, laica e vinculada à produção social; 7 – Unificar as lutas por salários, empregos, direitos e condições de trabalho e de estudo; 8 – Dia Nacional da Lutas unificado com total participação da base dos sindicatos e movimentos sociais de todo o país.

Assinam esta tese:

Emanuelle de Souza Barbosa – IFCE

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Ledevande Martins da Silva – IFPB

Rafaella Fernanda Vila Nova da Silva

Verônica Maria do Nascimento – IFPE



# ***TESES ESTATUENTES***



## 01 - TESE DE MODIFICAÇÃO DO ARTIGO 33

### ESTATUTO ATUAL

Artigo 33. O Conselho Fiscal é constituído por três (03) membros titulares e três (03) suplentes, com mandato de dois (2) anos.

### PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO

Artigo 33. O Conselho Fiscal é o órgão técnico de inspeção e fiscalização da gestão econômico-financeira do SINASEFE, composto de três membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos individualmente entre o(a)s filiados(a)s efetivos(a)s e aposentados(a)s, em votação direta e secreta, em eleição desvinculada das chapas candidatas à Direção Nacional.

### JUSTIFICATIVA

A inclusão deste artigo no estatuto do SINASEFE é fundamental para fortalecer a transparência e a independência com relação a gestão do sindicato. Ao formalizar o papel e as responsabilidades do Conselho Fiscal, a proposta tem por objetivo reforçar o compromisso da organização com os seus membros e filiados(a)s do SINASEFE.

José do Nascimento Junior – SINASEFE – SINTEFPB

## 02 - TESE DE INSERÇÃO DE PARÁGRAFO DO ARTIGO 33

Artigo 33.

Parágrafo Único. O cargo de Conselheiro Fiscal é incompatível com o de dirigente de qualquer outra instância organizativa do SINASEFE

PROPOSTA DE ADIÇÃO DE  
PARÁGRAFO

Artigo 33.

§ 1º - As decisões do Conselho Fiscal devem ser tomadas em colegiado, assegurado ao voto vencido, se desejar, registrar em ata as respectivas razões

JUSTIFICATIVA

O artigo em questão garante que as decisões do Conselho Fiscal sejam tomadas em colegiado. Isso promove a transparência nas atividades do SINASEFE, garantindo que as decisões não sejam tomadas por um único indivíduo, mas sim por um grupo de representantes. A possibilidade de registrar em ata as razões do voto vencido também demonstra um compromisso com a prestação de contas, pois permite que as divergências de opinião sejam documentadas e detalhadas pelos membros do sindicato.

A permissão para que o voto vencido seja registrado em ata é fundamental para garantir que as opiniões minoritárias sejam respeitadas. Isso contribui para evitar que decisões unilaterais prevaleçam sobre a vontade de todos os membros do Conselho Fiscal, promovendo a justiça e a igualdade na tomada de decisões.

José do Nascimento Junior – SINASEFE – SINTEFPB

### 03 - TESE DE ADIÇÃO DE ARTIGO

ESTATUTO ATUAL

CAPÍTULO V  
DO CONSELHO FISCAL - CF  
PROPOSTA DE ADIÇÃO DE  
ARTIGO

Art. \*\* Ocorrendo vacância dos membros do Conselho Fiscal e não mais havendo suplente para assumir o mandato, este será destituído.

Parágrafo único. Na ocorrência do previsto no 'caput' deste artigo, a Direção Nacional convocará a Assembleia Geral extraordinária, que elegerá os novos membros para a conclusão do mandato vago

JUSTIFICATIVA

O artigo do SINASEFE que descreve o procedimento para a destituição do Conselho Fiscal e a eleição de novos membros em caso de vacância tem por objetivo garantir a continuidade e a transparência nas operações da Entidade sindical. A aprovação desse artigo pode ser justificada pelos seguintes motivos:

**Garantia de Fiscalização Contínua:** A presença de um Conselho Fiscal é fundamental para a supervisão e fiscalização das atividades financeiras e administrativas de uma organização. A destituição e a eleição de novos membros em caso de vacância garantem que essa fiscalização continue, mesmo em situações imprevistas.

**Responsabilidade e Transparência:** Ao estabelecer um procedimento claro para a destituição e a eleição de novos membros, o artigo demonstra um compromisso com a responsabilidade e a transparência na gestão dos recursos e operações da Entidade sindical.

**Continuidade das Atividades:** A realização de uma Assembleia Geral extraordinária para eleger novos membros garante a continuidade das atividades do Conselho Fiscal, evitando interrupções que prejudiquem o bom funcionamento da Entidade Sindical.

José do Nascimento Junior – SINASEFE – SINTEFPB

## **04 -Tese de alteração Estatutária/ Art. 74 e adição de Parágrafo único na alínea a)**

### TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 74 É vedado, a qualquer tempo, o exercício simultâneo de qualquer cargo previsto neste Estatuto com:

ART. 74 É vedado, a qualquer tempo, o exercício simultâneo de qualquer cargo e representação dentro do SINASEFE e previsto neste Estatuto com:

Cargos de Direção (CD)

Parágrafo Único. Não poderão em hipótese nenhuma os detentores de CD serem votados, indicados e representarem o SINASEFE, nas Bases bem como em nível Nacional.

Justificativa: Quando o trabalhador opta por ser Cargo de Direção o que lhe é de direito, é inegável que no caso da representação dentro do SINASEFE, além do conflito de interesse, isto fica indefensável também, aja vista a gama de Companheiras(os) que podem fazer esta representação tanto nas Bases, como em Nível Nacional, não obstante este trabalhador com CD poderá sim, como observador, participar dos Fóruns da Entidade até o limite a ser avaliado pelas Plenárias, Reuniões e afins (Deliberações de Estratégias e Lutas contra Governos).

Assinam a Tese:

Coletivo MEI;

Márcia Regina Marques Amado da Silva;

Clério Guaitoline,

Diego Rodolfo

## **05 - TESE ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA – SINASEFE CONCÓRDIA**

### JUSTIFICATIVA

A definição clássica de economia versa sobre a necessidade de gerir recursos escassos, considerando que as necessidades são ilimitadas. Assim, ponderando que os recursos financeiros do SINASEFE se constituem da contribuição dos filiados e este atua para o filiado, justificamos a presente Tese em defesa da manutenção salutar dos recursos financeiros do SINASEFE e, por consequência a existência deste, haja visto que, há uma insegurança e desconfiança a respeito do futuro e da capacidade da Direção Nacional em gerir os recursos financeiros, ora temos um deficit na receita e um aumento nas despesas.

Diante de um cenário retrógrado, devemos reexaminar os investimentos e despesas, revisar os gastos e reduzir custos, contribuindo para decisões econômicas e financeiras mais próximas da realidade, não afetando a saúde financeira do sindicato.

A adoção de alternativas que visam a economia dos recursos financeiros devem ser práticas corriqueiras adotadas pela Direção Nacional, a exemplificar a realização de ações virtuais, sempre que possível e na falta de recursos, nos moldes adotados no período da pandemia, a priorização das atividades que são realizadas e a ponderação do emprego dos recursos.

Portanto, a presente tese tem por objetivo incluir um artigo no Regimento/Estatuto, elencando a prioridade do emprego dos recursos financeiros nos eventos e/ou atividades presenciais, levando em consideração o anseio da base dos sindicalizados da Seção SINASEFE Concórdia, que entendem no momento que devem ser priorizados os assuntos relacionados a Carreira, apesar de não esquecer ou sub julgar os demais temas importantes abordados pelo sindicato.

Inserção de artigo no TÍTULO VI- “DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA” do Regimento/Estatuto

Art. 71. Todos os encontros deliberativos, consultivos, organizacionais e de formação do SINASEFE, só poderão ser realizados de forma presencial, com ônus total ou parcial da Direção Nacional, em caso de haver, na data de aprovação da realização

do evento, saldo disponível e líquido de no mínimo três vezes o valor médio mensal atual, da arrecadação da consignação dos 15% da Direção Nacional;

§ 1º Na restrição de recursos financeiros conforme Art.T 71, a forma de encontro presencial deve ser priorizada na seguinte ordem:

- CONSINASEFE;
- Plenárias Nacionais;
- Encontro de Comissões e Conselhos que tratem de Carreira dos servidores;
- Encontro de todas as ordens;
- Representação em Fóruns promovidos por outras entidades.

§ 2º Quando definido pela presencialidade do evento e/ou atividade, este deverá constar no planejamento anual de eventos e/ou atividades presencial da Direção Nacional e só poderá extrapolar o orçamento inicial previsto para o evento em no máximo 15% do seu montante total aprovado pela assembleia.

Redatores da tese:

Andréia Dalla Rosa,

César A. Schneider,

Fernanda F. De Souza,

Solange A. Zotti

Thiago Luiz Moretto

## **06 - Tese unificada de mulheres 3: Alterações Estatutárias (Proposta de Alteração)**

A luta pelas condições igualitárias da ocupação dos espaços na sociedade, sobretudo nos espaços de formulação política, para que nossas realidades sejam debatidas e nossas vozes ouvidas e consideradas, têm nos aglutinado e, em unidade, nos movido por avanços mais profundos de nossas representatividades e da democracia.

Considerando as duas teses conjuntas apresentadas pelas mulheres do SINASEFE, bem como o resultado dos acúmulos dos debates realizados nos últimos anos de encontros, seminários e congressos, alguns encaminhamentos e reivindicações foram identificados como passíveis de serem incluídos em nosso estatuto, para que a atuação das mulheres e suas condições de permanecer na luta sindical esteja protegida de quaisquer ataques e retrocessos:

### 1. Proposta de Mudança de redação

Art. 10º. O CONSINASEFE é a instância máxima de deliberação do SINASEFE, constituído pelos(as) delegados(as) eleitos(as) nas Assembleias Gerais das Seções Sindicais.

§ 1º. Os(As) delegados(as) das Seções Sindicais serão eleitos(as) por chapa nas respectivas Assembleias Gerais, obedecendo aos mesmos critérios de proporcionalidade qualificada previstos para as eleições da Direção Nacional do SINASEFE.

Sugestão de texto para alteração:

Art. 10º. O CONSINASEFE é a instância máxima de deliberação do SINASEFE, constituído pelos(as) delegados(as) eleitos(as) nas Assembleias Gerais das Seções Sindicais.

§ 1º. Os(As) delegados(as) das Seções Sindicais serão eleitos(as) por chapa nas respectivas Assembleias Gerais, obedecendo aos mesmos critérios de proporcionalidade qualificada e da paridade de gênero, previstos para as eleições da Direção Nacional do SINASEFE.

### 2. Proposta de Mudança de redação

Art. 16. A Plenária Nacional - PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por dois(uas) delegados(as) de

cada Seção Sindical, sendo garantida a participação dos membros da Direção Nacional - DN, sem direito a voto.

§ 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, o outro será de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco (05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma.

Sugestão de texto para alteração:

Art. 16º A Plenária Nacional - PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por dois(uas) delegados(as) de cada Seção Sindical, sendo garantida a participação dos membros da Direção Nacional - DN, sem direito a voto.

§ 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, o outro será de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco (05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma. O envio de delegados pelas seções sindicais para PLENA deverá respeitar a paridade de gênero por seção.

Assinam essa tese:

1	Abraão Romão Batista	Docente	SINTEFPB
2	Adão de Assis		IFRJ
3	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	IFSP
4	Adriana Nascimento de Jesus		IFSP
5	Aelcio Vander dos Santos		IFNMG - ARINOS
6	Afonso de Ligory Brandão Saife	Docente	Pará
7	Alessandra Meira de Oliveira		SINTEFPB/IFPB
8	Alessandro de Paula Silva		SINASEFE Seção Norte de Minas
9	Alexandre dos Santos Souza		SINTEFPB/IFPB
10	Alfranio Pedroso Soares		IFMS
11	Alice de Araujo Nascimento Pereira	Docente	SINASEFE IFFluminense
12	Allan Costa		IFPB
13	Aloisio Henrique Pereira de Souza		IFSC Canoinhas
14	Amalia Cardona Leites	Docente	Rio do Sul
15	Ana Flavia Melillo	TAE	IFMG

16	Ana Kelly Arantes	TAE	IFMG
17	Ana Paula da Silva	Docente	SINTIFRJ
18	Ana Paula Lopes Siqueira	Docente	IFFLUMINENSE Macaé
19	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce- Campus Canindé
20	André Brito de Sousa		SINTEFPB/IFPB
21	Andréa Flores Oliveira	TAE	Norte de Minas Gerais
22	Andréa Moraes	Docente	IFAL
23	Andréia Fernanda Silva iocca	Docente	SINASEFE Mato Grosso
24	Anny Querubina de Souza Barros	Docente	SINTIETFAL
25	Antonia Karla Bezerra Gomes	Docente	SINDSIFCE
26	Antônio Jesus Souza Melo Neto		SINTEFPB/IFPB
27	Antônio Luceni		IFSP
28	Antônio Nobre da Silva	Docente	Cáceres
29	Arielly Dayane Lima Ribeiro		IFAC
30	Ariovan da Silva Martins	Docente	Seção Barbacena do SINASEFE
31	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
32	Áureo Mendonça		SINASEFE Monte Castelo
33	Caetano José de Lima	Docente	SINTEF PB
34	Camila França Barros	Docente	IFFLUMINENSE
35	Camila Tenório Cunha	Docente	Brasília
36	Carlos Batel		SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
37	Clarissa Maciel Cavalcante		SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
38	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	Sindsifce
39	Claudia Marcia Pereira Alves	TAE	SINASEFE IF FLUMINENSE
40	Claudia Marcia Pereira Alves	TAE	SINASEFE IF FLUMINENSE
41	Claudiane da Silva Ladislau	Docente	Seção Para, IFPA, ETRB, Ciaba
42	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó MA
43	Cristiane Sousa		IFCE/Sindsifce
44	Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão		SINTEFPB/IFPB
45	Damile Menezes Pessoa Mata	Docente	IFBA
46	Daniela Hilda de Souza Siqueira	TAE	Sintef-GO
47	Sorines Brunetto	TAE	Concórdia
48	Daniela Zanotti da Silva	TAE	SINTIFRJ

49	Danielle de Farias Tavares Ferreira	TAE	SINDSIFPE
50	David Lobão	Docente	IFPB
51	Dhieggo Glaucio Evaristo Gomes Nascimento	TAE	SINTEF-PB
52	Diógenes Sgarbi	Docente	SINASEFE-SP
53	Dione Cabral		SINASEFE-SP/ IFSP
54	Domingo Stalin Agüero Martinez	Docente	Simões Filho
55	Edgar Gomes Júnior		IFNMG/SINASEFE Arinos
56	Eduardo Machado dos Santos		IFMT
57	Eliana Silva da Silva	TAE	SINASEFE Seção Videira
58	Elielsom Oliveira dos Santos		Instituto Nacional de Educação de Surdos
59	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEF PB
60	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
61	Emanuelle Karenyne Mota Chaves		SINASEFE IFMA- Seção Codó
62	Êmy Virginia		IFCE/Sindsifce
63	Erickson Melo Albuquerque		SINTEFPB/IFPB
64	Evaldo Gonçalves silva	TAE	Jataí
65	Evandina Argena da Silva	TAE	Litoral
66	Fabio de Oliveira Dias		IFSul Gravataí
67	Fábio Sampaio dos Santos Câmara		SINTEFPB/IFPB
68	Fátima Pereira Gomes	Docente	IFFLUMINENSE
69	Fernanda Conceição da Silva Cherem	TAE	IFSC
70	FERNANDA FERNANDES DE SOUZA	TAE	CONCÓRDIA -SC
71	Fernanda Rosá	TAE	IFSC
72	Fillipe Perantoni Martins		SINTEFPB/IFPB
73	Flávio de Almeida Queiroz		SINTEFPB/IFPB
74	Flávio dos Santos Barbosa	TAE	CMR-EAMPE
75	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo		IFPB - Campus João Pessoa

76	Francisco de Assis Queiroga		SINTEFPB
77	Francisco Raimundo de Freitas		IFPB
78	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	AProfCMPA
79	Gabriela Borges Barbosa	TAE	Mato Grosso
80	George Pinheiro		IFCE/Sindsifce
81	Gilvania Antunes Meireles	TAE	Norte de Minas
82	Giovana Lopes da Silva		Seção Codó - IFMA
83	Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo		SINTEFPB CG
84	Grazielle Nayara Felicio Silva	TAE	IFSP
85	Greice Lopes Maia Fonseca	TAE	Sessev/RS
86	Guery Tã Baute e Silva	TAE	São Paulo
87	Maria da Conceição Castro Cordeiro	Docente	Sintefpb
88	Helena Mara Dias Pedro	TAE	IFMG
89	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB/IFPB
90	Henrique Nascimento da Silva		IFMS
91	Hidemi Soares Myamoto		SINTEFPB/IFPB
92	Hugo Manso		IFRN, CNat
93	Igor Lima Rodrigues		IFCE/Sindsifce
94	Indira Oliveira		IFPA Breves
95	Inez Sales de Aguiar		Seção Manaus
96	Irismar Monteiro Brasil	TAE	SINASEFE - Pa
97	Isabel Cristina Lopes da Silva	Docente	SINASEFE Pará
98	Iziane Silvestre		IFCE/Sindsifce
99	Jackson Gomes Soares Souza	Docente	IFSP
100	Janice Queiroz de Pinho Gonçalves	Docente	IFMG
101	Jefferson Oliveira Lima		SINASEFE Pará
102	João Edson Rufino		SINTEFPB/IFPB
103	João Paulo França		IFPB
104	João Rocha Júnior		IFTM
105	Joaquim Teixeira		SINASEFE Monte Castelo
106	Josâne Geralda Barbosa	TAE	Ouro Preto
107	José de Araujo Pereira		SINTEFPB/IFPB
108	José do Nascimento Junior		IFPB

109	José Eurico Ramos de Souza	Docente	IFAM
110	José Grangeiro Sobrinho		SINTEFPB/IFPB
111	Juliana Das Oliveiras	TAE	SINDSIFPE
112	Júlio César Ferreira Rolim		IFPB
113	Larissa Leal Neves		SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
114	Larissa Vancoscelos		SINTEFPB/IFPB
115	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
116	Leandro Oliveira		IFSP
117	Leewertton de Souza Marreiro		SINTEFPB/IFPB
118	LEILA DE ALMEIDA CASTILLO	Docente	Seção IFRS campus Sertão (SEISISFRS)
119	Leonardo Carretta da Silva	TAE	SINTIFRJ
120	Leonardo Gomes		IFPB
121	Leonardo Victor Dias		IFS
122	Lídia Farias Lima	TAE	Sindsifce
123	Lissa Fontenelle		IFCE/Sindsifce
124	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	SINASEFE Seção Bento Gonçalves
125	Lourdes Rafaella Santos Florêncio	Docente	Sindsifce
126	Luandson Luis da Silva		IFRN
127	Luanna Louyse Martins Rodrigues		IFMA
128	Luciana Bitencourt Oliveira	Docente	SINASEF SERGIPE
129	Luciana Gaspar dos Santos Ramos	TAE	SINASEFE /IFBA CAMPUS SEABRA
130	Luciene da Silva Santos		IFBAIANO/Catu
131	Luís Antônio Papa		IFBA
132	Luisa Ramos Senna Souza	Docente	SINASEFE IFBA-CMS
133	Maíra Ferreira Martins	TAE	IFSP
134	Marcelo Alison Sousa dos Santos	Docente	SINASEFE
135	Márcia Soraya Teani	Docente	SP
136	Márcio Alves de Oliveira	Docente	São Paulo
137	Marco Antonio Almeida Llarena		SINTEFPB/IFPB
138	Marco Aurélio Borges		IFSULDEMINAS - Machado

	Quintanilha		
139	Marco V M Lamarao		IFFLUMINENSE
140	Marcos Antonio Amaral Lins		SINTEFPB/IFPB
141	Marcus Vinicius guedes da Mota		ifnmg (SINASEFE Pirapora)
142	Margarete Rodrigues Neves Oliveira	Docente	IFBA/CMS
143	Maria Amélia Ferracciú Pagotto	Docente	IFSP
144	Maria Artemis Ribeiro Martins	Docente	Sindsifce
145	Maria da Conceição da Silva Rodrigues		IFCE/Sindsifce
146	Maria de Fátima Silveira Medeiros	TAE	SINASEFE IFSUL
147	Maria Eliana Almeida Matos	Docente	IFBA/CMS
148	Maria José Bispo Pacheco	TAE	Campi São Vicente
149	Maria Jucilene Borges de Souza	Funcionária do sindicato	SINDSIFCE
150	Maria Oseia Bier	Docente	Seção Mato Grosso
151	Maria Suely		IFAM
152	Mariana Oliveira	Docente	Sessão MS
153	Marilise Schmitz Braibante	Docente	Rio do Sul
154	Marival Baldoino de Santana		SINASEFE SP
155	Marta de Souza França	Docente	SINASEFE IFBA
156	Maura Cândida Santos Bomfim	Docente	SINASEFE-ES
157	Meirelis Corin de Oliveira	TAE	IFSul
158	Michel Torres	Docente	IFRJ
159	Montesquieu da Silva Vieira		SINTEFPB/IFPB
160	Morgana Dias Johann	TAE	IFSC
161	Mylene Hafemann	TAE	SINASEFE rio do sul
162	Nadja Maria de Lima Costa	Docente	SINASEFE Natal/RN
163	Nadjar Aretuza Magalhães	TAE	Brasília
164	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
165	Neusa Maria Gonzalez	Docente	São Paulo
166	Newmark Heiner da Cunha		SINTEFPB CG IFPB

	carvalho		
167	Oscarlino Souza Ferreira		IFBAIANO/CATU
168	Pablo Melquisedeque Souza e Silva		IFMA
169	Patricia Nunes de Sousa Lôbo	TAE	SINASEFE-Ba
170	Paulo Raimundo Stering Malta	Docente	IFBA
171	Pedro Ribeiro		SINASEFE Monte Castelo
172	Philippe Soares		IFPB
173	Priscila Ferrari Paulino	TAE	São Vicente da Serra
174	Priscila Porto Ribeiro Silva	TAE	Monte Castelo
175	Priscila Ribeiro		SINASEFE Monte Castelo
176	Raimundo Joaquim Façanha Serra		IFPA
177	Raquel Mesquita dos Santos Ramos		SINTEFPB/IFPB
178	Regiane Maria Soares Ramos	Docente	SINASEFE Bambuí
179	Renata Crizanto		IFMT
180	Rita de Cássia Silva da Fonseca	TAE	seção IFBA
181	Rita Sidmar Alencar Gil	Docente	SINASEFE IFPa, ETRB, CIABA
182	ROBERTA VALESKA SANTANA VIEIRA	Docente	SINASEFE IFSUL
183	Rogério Alves de Amorim		Seção Norte de Minas
184	Rogério de Souza		SINASEFE Seção São Paulo
185	Rogers Barbi	TAE	SINASEFE SC
186	Rômulo Alexandre Silva		IFPB/CG
187	Rosa Amélia Barbosa	Docente	IFSP
188	Rosa Maria Cardoso dos Santos	Docente	CMRJ/CN/FO
189	Rosiane Magalhães de Lima	TAE	Litoral
190	Ruy França		SINASEFE Monte Castelo
191	Sady Salomão da Silva Alves		IFPA
192	Samantha Macedo		IFCE/Sindsifce
193	Sandra Beatriz Koelling	Docente	Sinaefe
194	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS

195	Saulo Ramos de Oliveira		SINTEFPB/IFPB
196	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	SINASEFE IFPA CTRB CIABA
197	Silvania Trajano de Souza		SINTEFPB/IFPB
198	Solange Rodrigues	Docente	SINASEFE IFMG
199	Sônia Regina Adão	TAE	Seção Sindical IFSC - Santa Catarina
200	Soraya Rocha Melo	TAE	SINASEFE
201	Stânio de S. Vieira	Docente	IFTO
202	Suelânio Viegas		IFPB
203	Sueli Pereira de Andrade		SINTEFPB/IFPB
204	Suely Maria Anderle	TAE	Santa Catarina
205	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
206	Tátia Áquila Vieira	Docente	SINTIFRJ
207	tayanna.sbrana@ifpa.edu.br	Docente	SINASEFE - PA - Paragominas
208	Thais Surian	TAE	São Paulo
209	Therezinha Gauri Leitão	Docente	IFBA Seabra
210	Thiago Marçal da Silva		IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES
211	Tiago Thomáz de Assis		SINASEFE MS
212	Valéria Correia Lourenço	Docente	SINDISIFCE
213	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	SINDSIFCE
214	Vanessa Mandriola	TAE	ASSINES-SSIND
215	Victor Rodrigues		SINTEFPB/IFPB
216	Vinicius Venturini		IFCE/Sindsifce
217	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	IF Baiano - Campus Guanambi
218	Zuila Couto		SINTEFPB/IFPB

## **07 -Tese unificada de mulheres 4: Alterações Estatutárias (Proposta de Inclusão)**

A luta pelas condições igualitárias da ocupação dos espaços na sociedade, sobretudo nos espaços de formulação política, para que nossas realidades sejam debatidas e nossas vozes ouvidas e consideradas, têm nos aglutinado e, em unidade, nos movido por avanços mais profundos de nossas representatividades e da democracia.

Considerando as duas teses conjuntas apresentadas pelas mulheres do SINASEFE, bem como o resultado do acúmulo de debates realizados nos últimos anos de encontros, seminários e congressos, alguns encaminhamentos e reivindicações foram identificados como passíveis de serem incluídos em nosso estatuto, para que a atuação das mulheres e suas condições de permanecer na luta sindical esteja protegida de quaisquer ataques e retrocessos:

1. Proposta de Inclusão de parágrafos:

### TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 81.

§ 4º Os encaminhamentos do Encontro Nacional de Mulheres serão aprovados em PLENA ou CONSINASEFE de maneira automática, sem a necessidade de debate e votação. Tendo em vista sua discussão e deliberação no referido encontro.

§ 5º Ao Encontro Nacional de Mulheres, são aplicadas as regras dispostas no Art. 15º e seus parágrafos.

§ 6º É garantido a toda e todo sindicalizada e sindicalizado, espaço para crianças e adolescente até 14 anos sob sua tutela em todos os eventos do SINASEFE e de suas seções sindicais. O espaço deverá obedecer aos critérios estabelecidos no projeto Sinasefinho, destinado aos espaços infantis/adolescentes do SINASEFE, disponibilizados pela Pasta de Políticas para Mulheres no website do sindicato.

§ 7º Nos eventos de base, de seção ou regionais o Sinasefinho deverá ser custeado pela/as seção/ões organizadora/as do respectivo evento. E este deverá seguir critérios estabelecidos em projeto destinado aos espaços

infantis/adolescentes do SINASEFE, disponibilizados pela Pasta de Políticas para Mulheres no website do sindicato.

§ 8º As monitoras responsáveis pelos cuidados e atividades do Sinasefinho deverão, prioritariamente, ser estudantes dos cursos de pedagogia dos IFs ou de Universidades Públicas no entorno do local do evento, sempre priorizando a participação mulheres, mães e de baixa renda, assim como garantindo a participação de mulheres negras e indígenas.

§ 9º A participação das mães, pais e tutores em geral responsáveis por PCD/TAE e por adolescentes (15 a 17 anos) e estas, caso necessitem cuidadores/acompanhantes e/ou de apoio especializado, será garantida com o financiamento de cuidadores/as/acompanhantes pela seção.

Assinam essa tese:

- 1 Abraão Romão Batista (Docente SINTEFPB)
- 2 Adão de Assis (IFRJ)
- 3 Adelino Francisco de Oliveira (Docente IFSP)
- 4 Adriana Nascimento de Jesus (IFSP)
- 5 Aelcio Vander dos Santos (IFNMG – ARINOS)
- 6 Afonso de Ligory Brandão Saife (Docente Pará)
- 7 Alessandra Meira de Oliveira (SINTEFPB/IFPB)
- 8 Alessandro de Paula Silva (SINASEFE Seção Norte de Minas)
- 9 Alexandre dos Santos Souza (SINTEFPB/IFPB)
- 10 Alfranio Pedroso Soares (IFMS)
- 11 Alice de Araujo Nascimento Pereira (Docente SINASEFE IFFluminense)
- 12 Allan Costa (IFPB)
- 13 Aloisio Henrique Pereira de Souza (IFSC Canoinhas)
- 14 Amalia Cardona Leites (Docente Rio do Sul)
- 15 Ana Flavia Melillo (TAE IFMG)
- 16 Ana Kelly Arantes (TAE IFMG)
- 17 Ana Paula da Silva (Docente SINTIFRJ)
- 18 Ana Paula Lopes Siqueira (Docente IFFLUMINENSE Macaé)
- 19 Ana Virgínia de Sousa Rocha (TAE Sindsifce- Campus Canindé)
- 20 André Brito de Sousa (SINTEFPB/IFPB)
- 21 Andréa Flores Oliveira (TAE Norte de Minas Gerais)
- 22 Andréa Moraes (Docente IFAL)
- 23 Andréia Fernanda Silva iocca (Docente SINASEFE Mato Grosso)
- 24 Anny Querubina de Souza Barros (Docente SINTIETFAL)

- 25 Antonia Karla Bezerra Gomes (Docente SINDSIFCE)
- 26 Antônio Jesus Souza Melo Neto (SINTEFPB/IFPB)
- 27 Antônio Luceni (IFSP)
- 28 Antônio Nobre da Silva (Docente Cáceres)
- 29 Arielly Dayane Lima Ribeiro (IFAC)
- 30 Arioivan da Silva Martins (Docente Seção Barbacena do SINASEFE)
- 31 Arivaldo da Silva Souza (Docente IFBA/CMS)
- 32 Áureo Mendonça (SINASEFE Monte Castelo)
- 33 Caetano José de Lima (Docente SINTEF PB)
- 34 Camila França Barros (Docente IFFLUMINENSE)
- 35 Camila Tenório Cunha (Docente Brasília)
- 36 Carlos Batel (SINASEFE Rio do Sul/Ibirama)
- 37 Clarissa Maciel Cavalcante (SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA)
- 38 Claudenira Cavalcante Melo (TAE Sindsifce)
- 39 Claudia Marcia Pereira Alves (TAE SINASEFE IFFLUMINENSE)
- 40 Claudia Marcia Pereira Alves (TAE SINASEFE IF FLUMINENSE)
- 41 Claudiane da Silva Ladislau (Docente Seção Para, IFPA, ETRB, Ciaba)
- 42 Claudilena Corrêa Araújo (Docente Seção Codó MA)
- 43 Cristiane Sousa (IFCE/Sindsifce)
- 44 Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão (SINTEFPB/IFPB)
- 45 Damile Menezes Pessoa Mata (Docente IFBA)
- 46 Daniela Hilda de Souza Siqueira (TAE Sintef-GO)
- 47 Sorines Brunetto (TAE Concórdia)
- 48 Daniela Zanotti da Silva (TAE SINTIFRJ)
- 49 Danielle de Farias Tavares Ferreira (TAE SINDSIFPE)
- 50 David Lobão (Docente IFPB)
- 51 Dhioggio Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (TAE SINTEF -PB)
- 52 Diógenes Sgarbi (Docente SINASEFE-SP)
- 53 Dione Cabral (SINASEFE-SP/ IFSP)
- 54 Domingo Stalin Agüero Martinez (Docente Simões Filho)
- 55 Edgar Gomes Júnior (IFNMG/SINASEFE Arinos)
- 56 Eduardo Machado dos Santos (IFMT)
- 57 Eliana Silva da Silva (TAE SINASEFE Seção Videira)
- 58 Elielsom Oliveira dos Santos (Instituto Nacional de Educação de Surdos)
- 59 Eliezer da Cunha Siqueira (Docente SINTEF PB)
- 60 Elza Ferreira Santos (Docente SINASEFE Sergipe)
- 61 Emanuelle Karenynne Mota Chaves (SINASEFE IFMA- Seção Codó)
- 62 Êmy Virginia (IFCE/Sindsifce)

- 63 Erickson Melo Albuquerque (SINTEFPB/IFPB)
- 64 Evaldo Gonçalves silva (TAE Jataí)
- 65 Evandina Argenta da Silva (TAE Litoral)
- 66 Fabio de Oliveira Dias (IFSul Gravataí)
- 67 Fábio Sampaio dos Santos Câmara (SINTEFPB/IFPB)
- 68 Fátima Pereira Gomes (Docente IFFLUMINENSE)
- 69 Fernanda Conceição da Silva Cherem (TAE IFSC)
- 70 Fernanda Fernandes de Souza (TAE CONCÓRDIA -SC)
- 71 Fernanda Rosá (TAE IFSC)
- 72 Fillipe Perantoni Martins (SINTEFPB/IFPB)
- 73 Flávio de Almeida Queiroz (SINTEFPB/IFPB)
- 74 Flávio dos Santos Barbosa (TAE CMR-EAMPE)
- 75 Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo (IFPB - Campus João Pessoa)
- 76 Francisco de Assis Queiroga (SINTEFPB)
- 77 Francisco Raimundo de Freitas (IFPB)
- 78 Gabriel de Oliveira Rodrigues (Docente AProfCMPA)
- 79 Gabriela Borges Barbosa (TAE Mato Grosso)
- 80 George Pinheiro (IFCE/Sindsifce)
- 81 Gilvania Antunes Meireles (TAE Norte de Minas)
- 82 Giovana Lopes da Silva (Seção Codó - IFMA)
- 83 Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo (SINTEFPB CG)
- 84 Grazielle Nayara Felicio Silva (TAE IFSP)
- 85 Greice Lopes Maia Fonseca (TAE Sessev/RS)
- 86 Guery Tã Baute e Silva (TAE São Paulo)
- 87 Maria da Conceição Castro Cordeiro (Docente Sintefpb)
- 88 Helena Mara Dias Pedro (TAE IFMG)
- 89 Hélio de França Gondim (Docente SINTEFPB/IFPB)
- 90 Henrique Nascimento da Silva (IFMS)
- 91 Hidemi Soares Myamoto (SINTEFPB/IFPB)
- 92 Hugo Manso (IFRN, CNat)
- 93 Igor Lima Rodrigues (IFCE/Sindsifce)
- 94 Indira Oliveira (IFPA Breves)
- 95 Inez Sales de Aguiar (Seção Manaus)
- 96 Irismar Monteiro Brasil (TAE SINASEFE- Pa)
- 97 Isabel Cristina Lopes da Silva (Docente SINASEFE Pará)
- 98 Iziane Silvestre (IFCE/Sindsifce)
- 99 Jackson Gomes Soares Souza (Docente IFSP)
- 100 Janice Queiroz de Pinho Gonçalves (Docente IFMG)

- 101 Jefferson Oliveira Lima (SINASEFE Pará)
- 102 João Edson Rufino (SINTEFPB/IFPB)
- 103 João Paulo França (IFPB)
- 104 João Rocha Júnior (IFTM)
- 105 Joaquim Teixeira (SINASEFE Monte Castelo)
- 106 Josâne Geralda Barbosa (TAE Ouro Preto)
- 107 José de Araujo Pereira (SINTEFPB/IFPB)
- 108 José do Nascimento Junior (IFPB)
- 109 José Eurico Ramos de Souza (Docente IFAM)
- 110 José Grangeiro Sobrinho (SINTEFPB/IFPB)
- 111 Juliana Das Oliveiras (TAE SINDSIFPE)
- 112 Júlio César Ferreira Rolim (IFPB)
- 113 Larissa Leal Neves (SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA)
- 114 Larissa Vancoscelos (SINTEFPB/IFPB)
- 115 Laurenir Santos Peniche (Docente SINASEFE Pará)
- 116 Leandro Oliveira (IFSP)
- 117 Leewertton de Souza Marreiro (SINTEFPB/IFPB)
- 118 LEILA DE ALMEIDA CASTILLO (Docente Seção IFRS campus Sertão /SEISISIFRS)
- 119 Leonardo Carretta da Silva (TAE SINTIFRJ)
- 120 Leonardo Gomes (IFPB)
- 121 Leonardo Victor Dias (IFS)
- 122 Lídia Farias Lima (TAE Sindsifce)
- 123 Lissa Fontenelle (IFCE/Sindsifce)
- 124 Lissandra Luvizão Lazzarotto (Docente SINASEFE Seção Bento Gonçalves)
- 125 Lourdes Rafaella Santos Florêncio (Docente Sindsifce)
- 126 Luandson Luis da Silva (IFRN)
- 127 Luanna Louyse Martins Rodrigues (IFMA)
- 128 Luciana Bitencourt Oliveira (Docente SINASEF SERGIPE)
- 129 Luciana Gaspar dos Santos Ramos (TAE SINASEFE /IFBA CAMPUS/SEABRA)
- 130 Luciene da Silva Santos (IFBAIANO/Catu)
- 131 Luís Antônio Papa (IFBA)
- 132 Luisa Ramos Senna Souza (Docente SINASEFE IFBA-CMS)
- 133 Maira Ferreira Martins (TAE IFSP)
- 134 Marcelo Alison Sousa dos Santos (Docente SINASEFE)
- 135 Márcia Soraya Teani (Docente SP)
- 136 Márcio Alves de Oliveira (Docente São Paulo)
- 137 Marco Antonio Almeida Llarena (SINTEFPB/IFPB)
- 138 Marco Aurélio Borges Quintanilha (IFSULDEMINAS – Machado)

- 139 Marco V M Lamarão (IFFLUMINENSE)  
140 Marcos Antonio Amaral Lins (SINTEFPB/IFPB)  
141 Marcus Vinicius guedes da Mota (ifnmg - SINASEFE Pirapora)  
142 Margarete Rodrigues Neves Oliveira (Docente IFBA/CMS)  
143 Maria Amélia Ferracciú Pagotto (Docente IFSP)  
144 Maria Artemis Ribeiro Martins (Docente Sindsifce)  
145 Maria da Conceição da Silva Rodrigues (IFCE/Sindsifce)  
146 Maria de Fátima Silveira Medeiros (TAE SINASEFE IFSUL)  
147 Maria Eliana Almeida Matos (Docente IFBA/CMS)  
148 María José Bispo Pacheco (TAE Campi São Vicente)  
149 Maria Jucilene Borges de Souza (Funcionária do sindicato SINDSIFCE)  
150 Maria Oseia Bier (Docente Seção Mato Grosso)  
151 Maria Suely (IFAM)  
152 Mariana Oliveira (Docente Sessão MS)  
153 Marilise Schmitz Braibante (Docente Rio do Sul)  
154 Marival Baldoino de Santana (SINASEFE SP)  
155 Marta de Souza França (Docente SINASEFE IFBA)  
156 Maura Cândida Santos Bomfim (Docente SINASEFE-ES)  
157 Meirelis Corin de Oliveira (TAE IFSul)  
158 Michel Torres Docente (IFRJ)  
159 Montesquieu da Silva Vieira (SINTEFPB/IFPB)  
160 Morgana Dias Johann (TAE IFSC)  
161 Mylene Hafemann (TAE SINASEFE rio do sul)  
162 Nadja Maria de Lima Costa (Docente SINASEFE Natal/RN)  
163 Nadjar Aretuza Magalhães (TAE Brasília)  
164 Natália Ayres da Silva (Docente Sindsifce)  
165 Neusa Maria Gonzalez (Docente São Paulo)  
166 Newmark Heiner da Cunha carvalho (SINTEFPB CG IFPB)  
167 Oscarlino Souza Ferreira (IFBAIANO/CATU)  
168 Pablo Melquisedeque Souza e Silva (IFMA)  
169 Patricia Nunes de Sousa Lôbo (TAE SINASEFE-Ba)  
170 Paulo Raimundo Stering Malta (Docente IFBA)  
171 Pedro Ribeiro (SINASEFE Monte Castelo)  
172 Philipe Soares (IFPB)  
173 Priscila Ferrari Paulino (TAE São Vicente da Serra)  
174 Priscila Porto Ribeiro Silva (TAE Monte Castelo)  
175 Priscila Ribeiro (SINASEFE Monte Castelo)  
176 Raimundo Joaquim Façanha Serra (IFPA)

- 177 Raquel Mesquita dos Santos Ramos (SINTEFPB/IFPB)  
178 Regiane Maria Soares Ramos (Docente SINASEFE Bambuí)  
179 Renata Crizanto (IFMT)  
180 Rita de Cássia Silva da Fonseca (TAE seção IFBA)  
181 Rita Sidmar Alencar Gil (Docente SINASEFE IFPa, ETRB, CIABA)  
182 ROBERTA VALESKA SANTANA VIEIRA (Docente SINASEFE IFSUL)  
183 Rogério Alves de Amorim (Seção Norte de Minas)  
184 Rogério de Souza (SINASEFE Seção São Paulo)  
185 Rogers Barbi (TAE SINASEFE SC)  
186 Rômulo Alexandre Silva (IFPB/CG)  
187 Rosa Amélia Barbosa (Docente IFSP)  
188 Rosa Maria Cardoso dos Santos (Docente CMRJ/CN/FO)  
189 Rosiane Magalhães de Lima (TAE Litoral)  
190 Ruy França (SINASEFE Monte Castelo)  
191 Sady Salomão da Silva Alves (IFPA)  
192 Samantha Macedo (IFCE/Sindsifce)  
193 Sandra Beatriz Koelling (Docente SINASEFE)  
194 Saulo Daniel Campos de Oliveira (Docente SINASEFE-IFBA/CMS)  
195 Saulo Ramos de Oliveira (SINTEFPB/IFPB)  
196 Silvana Benassuly Maués de Medeiros (Docente SINASEFE IFPA CTRB CIABA)  
197 Sylvania Trajano de Souza (SINTEFPB/IFPB)  
198 Solange Rodrigues (Docente SINASEFE IFMG)  
199 Sônia Regina Adão (TAE Seção Sindical IFSC - Santa Catarina)  
200 Soraya Rocha Melo (TAE SINASEFE)  
201 Stênio de S. Vieira Docente (IFTO)  
202 Suelânio Viegas (IFPB)  
203 Sueli Pereira de Andrade (SINTEFPB/IFPB)  
204 Suely Maria Anderle (TAE Santa Catarina)  
205 Tânia Regina Barbosa de Sousa (Docente Sergipe)  
206 Tátia Áquila Vieira (Docente SINTIFRJ)  
207 tayanna.sbrana@ifpa.edu.br (Docente SINASEFE - PA - Paragominas)  
208 Thais Surian (TAE São Paulo)  
209 Therezinha Gauri Leitão (Docente IFBA Seabra)  
210 Thiago Marçal da Silva (IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES)  
211 Tiago Thomáz de Assis (SINASEFE MS)  
212 Valéria Correia Lourenço (Docente SINDISIFCE)  
213 Valmir Arruda de Sousa Neto (Docente SINDSIFCE)  
214 Vanessa Mandriola (TAE ASSINES-SSIND)

215 Victor Rodrigues (SINTEFPB/IFPB)

216 Vinicius Venturini (IFCE/Sindsifce)

217 Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha (TAE IF Baiano - Campus Guanambi)

218 Zuila Couto (SINTEFPB/IFPB)

## **08 – Tese de alteração Estatutária–Artigo 20, modificação alínea J**

Alteração do artigo 20, alínea J, do ESTATUTO

Texto atual:

Artigo 20. Compete à DN (...)

J) Assinar documentos, autorizar despesas e firmar contratos;

Nova Proposta:

Art. 20. Compete à DN (...)

J) Assinar documentos, autorizar despesas, firmar contratos de prestação de serviços diretos, necessários à manutenção e funcionamento da entidade até o valor de 80.000,00 (oitenta mil reais). Acima desse valor as demais contratações, passar por análise das comissões específicas, e posteriormente a autorização da Plenária do SINASEFE;

Justificativa: A modificação faz necessária devido à lacuna do artigo 20, alínea J, do Estatuto em vigor, em que não consta orientação de como realizar a despesa. Os contratos devem ser analisados pelas comissões criadas para os devidos fins. Assim, com a modificação, os membros das respectivas comissões possam dar parecer sobre a necessidade de realização das despesas nos contratos acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), ficando a cargo da Plenária do SINASEFE autorizar as contratações de empresas que por ventura venham prestar serviços ao Sindicato.

Assinam a Tese:

Márcia Regina Marques Amado da Siva – SINASEFE – Seção Sindical de Araguatins;

Narayana Anunciato Alves – SINASEFE – Seção Sindical de Araguatins;

Ricardo Eugênio Ferreira – IFMG

## **09 - Tese de alteração Estatutária – Artigo 62**

### Alteração do artigo 62

Texto Atual:

Art. 62 Os membros da DN responderão civil e penalmente por quaisquer atos irregulares ou lesivos ao patrimônio do sindicato, ficando sujeitos à perda de mandato, e não podendo transferir suas responsabilidades a outros direitos.

Nova Proposta:

Art. 62 Os membros da DN e das Comissões, criadas para seus fins, responderão civil e criminalmente por quaisquer atos irregulares ou lesivos ao patrimônio do sindicato, ficando sujeitos à perda de mandato, bem como reparação dos prejuízos que por ventura seus atos irregulares venham a causar ao patrimônio do Sindicato, não podendo transferir suas responsabilidades a outros direitos.

Justificativa: A alteração do referido artigo se faz necessária para que sejam incluídos os membros das comissões que foram criadas para seus devidos fins e que referidos membros sejam responsabilizados pelos atos irregulares praticados. Até porque, ao participarem diretamente nas comissões, os membros devem observar os requisitos mínimos para evitar contratações de empresas que possam lesar o sindicato, motivo pelo qual se deve estender a esses membros a responsabilização em reparar os danos sofridos pelo sindicato. Tal reparação civil já tem previsão no ordenamento jurídico brasileiro, devendo constar também no Estatuto Sindical.

Assinam a Tese:

Márcia Regina Marques Amado da Siva – SINASEFE - Seção Sindical de Araguatins  
Narayana Anunciato Alves – SINASEFE - Seção Sindical de Araguatins;  
Ricardo Eugênio Ferreira – IFMG

## **10 – Apoiar e desenvolver ações que promovam a luta contra o racismo, a misoginia e a LGBTQIAPN+fobia**

Estatuante – Adição de artigo – Acrescentar alínea “g”, no inciso II do artigo 7º, no Título II dos objetivos, princípios, compromissos e prerrogativas. Passaria ter a seguinte redação:

Art. 7º. Para cumprir seus objetivos, o SINASEFE se rege pelos seguintes princípios e compromissos:

[...]

II. Compromissos:

- a) Lutar pela unificação internacional da classe trabalhadora, visando à construção de uma sociedade socialista;
- b) Desenvolver, organizar e apoiar, nos aspectos políticos, educacionais, econômicos, sociais e culturais, todas as ações que visem às conquistas de melhores condições de vida e de trabalho;
- c) Promover a unidade dos servidores ativos e aposentados, baseada na vontade, na consciência e na ação concreta;
- d) Promover a solidariedade entre os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe;
- e) Lutar pela defesa do meio ambiente e pela qualidade de vida;
- f) Implementar a formação político-sindical da categoria;
- g) Apoiar e desenvolver ações que promovam a luta contra o racismo, a misoginia e a LGBTQIAPN+fobia.

Justificativa

No Brasil, vem aumentando os discursos de ódio em público, o que se reflete no crescimento das estatísticas de violência de gênero, em particular o feminicídio e os ataques à comunidade LGBTQIAPN+. O racismo estrutural é outro elemento negativo de nossa cultura cotidiana, que implica outra barreira rumo à uma sociedade democrática e socialista.

*Fabiano Brito dos Santos – Base – SINASEFE IFBA/CMS*

## **11 - Tese Estatutária da Corrente Proletária na Educação – CPE/POR ao 35º CONSINASEFE - Mudança no Artigo 73, Parágrafo 1º**

Sobre a questão da paridade

Redação atual do artigo e parágrafo:

Art. 73. Em caso de vacância de membros da Direção Nacional, para substituição, recomposição e/ou remanejamento por suplente ou outra pessoa da mesma chapa, bastará simples comunicação escrita à Direção Nacional, por um dos integrantes da chapa que componha a DN, que deverá proceder a homologação da troca.

§ 1º. O substituto deverá constar no rol de inscritos da chapa no CONSINASEFE ELEITORAL, a ser verificada pela Secretaria da DN, obedecendo a proporcionalidade original e a paridade de gênero.

Alteração proposta:

Art. 73. Em caso de vacância de membros da Direção Nacional, para substituição, recomposição e/ou remanejamento por suplente ou outra pessoa da mesma chapa, bastará simples comunicação escrita à Direção Nacional, por um dos integrantes da chapa que componha a DN, que deverá proceder a homologação da troca.

§ 1º. O substituto deverá constar no rol de inscritos da chapa no CONSINASEFE ELEITORAL, a ser verificada pela Secretaria da DN, obedecendo a proporcionalidade original.

Justificativa: todas as correntes e movimentos que participam do SINASEFE falam das dificuldades de construir as chapas para o sindicato. Entendemos a importância de garantir a mais ampla participação das mulheres, mas será sob a defesa de chapas que expressem a defesa das condições de vida das mulheres que daremos passos no sentido de demonstrar às mulheres que elas devem construir o sindicato. A paridade é uma medida que coloca um empecilho, inclusive quando há maioria de mulheres e por vez tem resultado no impedimento da formação de chapas, sobretudo por parte das correntes minoritárias.

Assinam esta tese:

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Verônica Maria do Nascimento – IFPE

## **12 - Organização administrativa da Direção Nacional: uma questão de fortalecimento sindical**

Incluir entre os art. 82 e 83 o seguinte artigo:

Art. 8X: O SINASEFE deverá utilizar sistema de gestão informatizado e integrado como ferramenta de apoio tecnológico para gestão, acompanhamento, controle e transparência dos processos financeiros e das rotinas administrativas da entidade.

### JUSTIFICATIVA

A estrutura organizativa de uma representação coletiva necessita de uma base que garanta socialização das decisões, espaços deliberativos participativos, coletividade, transparência, acompanhamento sistemático e avaliação dos seus processos e resultados.

Nesse sentido, pensar o processo de organização, acompanhamento e controle é primordial, uma vez que o SINASEFE é uma entidade que desempenha um papel fundamental na representação dos interesses dos trabalhadores e na promoção de melhorias nas condições de trabalho. Para cumprir essas funções de maneira eficaz, é essencial que os sindicatos contem com ferramentas tecnológicas que otimizem suas operações e promovam a transparência em sua atuação. Nesse contexto, a implementação de um sistema integrado de gestão sindical se torna essencial.

A garantia estatutária da utilização de sistema de gestão integrado a fim de socializar e dar transparência às ações da entidade se faz necessário para estabelecer uma política administrativa-financeira alinhada às boas práticas estabelecidas e cobradas no setor público e que podem ser replicadas no âmbito sindical.

### Assinaturas

Nome	Seção
Alice de Souza Ribeiro	São Vicente do Sul - RS
Anderson Polo de Faria	SINTIFRJ
Andresson Cícero Silva Keal	SINTEFPB
Angela Nayva da Silva Souza Corrêa	IFRR

Anna Luiza Azevedo da Silva Moura	SINDSCOPE
Artur Barbosa dos Anjos	SINTIETFAL
Bianca Ponciano Prell	SINTIFRJ
Carlos Eduardo Giglio franco	SINTIFRJ
Clarival Araújo dos Santos Júnior	IFTO
Daniel Mendes Pires Haack	SINTIFRJ
Danilo Anderson de Castro	Muzambinho - MG
Davis Wilian Graciano de Toledo	IFSP
Domingos Ricardo Sampaio da Silva Codó	- MA
Eugênio Marquis de Oliveira	Muzambinho - MG
Felipe Gramonski dos Santos	SINTIFRJ
Francisco Jorge Costa Ribeiro	SINDSIFCE
Germano Godoy	IFFluminense
Gleydson José Pereira Vidigal	Machado - MG
Guilherme Oliveira Abrão	Muzambinho - MG
Gutembergue Lopes de Souza Junior	SINTIFRJ
Henrique Jordon Santos de Medeiros Silva	Natal - RN
Jefferson Machado de Assunção	SINTIFRJ
Juliana Alexandra Parente Sa Barreto	SINDSIFCE
Kelson de oliveira monteiro	SINDSIFCE
Leewertton de Souza Marreiro	SINTEF-PB
Lidia Farias Lima	SINDSIFCE
Marcony Soua da Silva	Monte Castelo - MA
Moacir José Rossetti Junior	IFRR
Nathália Lopes Caldeira Brant	Machado - MG
Nelson Damião	Muzambinho - MG
Patrícia Conceição de Souza	IFBA / CMS - BA
Paulo Andre Ferreira	SINTIFRJ
Paulo Vitor Ribeiro Chagas	IFFluminense
Poliana Coste e Colpa	Muzambinho-MG
Rafael Martins Neves	Muzambinho-MG
Raimundo Klaus Reis Santos	IFPA, CTRB e CIABA
Roberto Wallace Viana	IFES
Romero Gomes da Silva	IFRR
ROSENIR Martins Nunes Chaves	Brasília-DF
Rosinaldo Silveira	IFPA-CTRIB-CIABA
Rucélio Gomes Sarmento	SINTEF-PB
Saulo Ramos de Oliveira	SINTEF-PB

Thaise Munea Vieira	SINDSIFCE
Tiago Gomes da Silva Ribeiro	IFFluminense
Victor Andre Rego	SINTIFRJ
Victor Hugo Nogueira das Neves	IFFluminense

## 13 - TESE DE INCLUSÃO - PARIDADE ENTRE TAES E DOCENTES NAS COORDENAÇÕES DO SINASEFE

### INCLUSÃO DE NOVO PARÁGRAFO NO ART. 19 DO ESTATUTO

Art. 19. [...]

§ X. As coordenações dispostas nos incisos do art. 19 deverão ser ocupadas por no mínimo um docente e um técnico-administrativo em educação.

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do respectivo parágrafo garantirá a representatividade entre as carreiras da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em relação à ocupação das coordenações que compõem a Direção Nacional do SINASEFE.

Assinaturas

Nome	Seção
Alice de Souza Ribeiro	São Vicente do Sul - RS
Anderson Polo de Faria	SINTIFRJ
Andresson Cícero Silva Keal	SINTEFPB
Angela Nayva da Silva Souza Corrêa	IFRR
Anna Luiza Azevedo da Silva Moura	SINDSCOPE
Artur Barbosa dos Anjos	SINTIETFAL
Bianca Ponciano Prell	SINTIFRJ
Carlos Eduardo Giglio franco	SINTIFRJ
Clarival Araújo dos Santos Júnior	IFTO
Daniel Mendes Pires Haack	SINTIFRJ
Danilo Anderson de Castro	Muzambinho - MG
Davis Wilian Graciano de Toledo	IFSP
Domingos Ricardo Sampaio da Silva	Codó - MA
Eugênio Marquis de Oliveira	Muzambinho - MG
Felipe Gramonski dos Santos	SINTIFRJ
Francisco Jorge Costa Ribeiro	SINDSIFCE
Germano Godoy	IFFluminense
Gleydson José Pereira Vidigal	Machado - MG
Guilherme Oliveira Abrão	Muzambinho - MG
Gutembergue Lopes de Souza Junior	SINTIFRJ

Henrique Jordon Santos de Medeiros Silva Natal - RN	
Ítalo Severo Sans Inglês	IFES
Jefferson Machado de Assunção	SINTIFRJ
Juliana Alexandra Parente Sa Barreto	SINDSIFCE
Kelson de oliveira monteiro	SINDSIFCE
Leewertton de Souza Marreiro	SINTEF-PB
Lidia Farias Lima	SINDSIFCE
Marcony Souza da Silva	Monte Castelo - MA
Moacir José Rossetti Junior	IFRR
Nathália Lopes Caldeira Brant	Machado - MG
Nelson Damião	Muzambinho - MG
Patrícia Conceição de Souza	IFBA / CMS - BA
Paulo Andre Ferreira	SINTIFRJ
Paulo Vitor Ribeiro Chagas	IFFluminense
Poliana Coste e Colpa	Muzambinho-MG
Rafael Martins Neves	Muzambinho-MG
Raimundo Klaus Reis Santos	IFPA, CTRB e CIABA
Roberto Wallace Viana	IFES
Romero Gomes da Silva	IFRR
Ronildo Roberto de Oliveira	SINTEF-PB
ROSENIR Martins Nunes Chaves	Brasília-DF
Rosinaldo Silveira	IFPA-CTRB-CIABA
Rucélio Gomes Sarmento	SINTEF-PB
Saulo Ramos de Oliveira	SINTEF-PB
Thaise Munea Vieira	SINDSIFCE
Tiago Gomes da Silva Ribeiro	IFFluminense
Victor Andre Rego	SINTIFRJ
Victor Hugo Nogueira das Neves	IFFluminense

## **14 - TESE ESTATUTÁRIA do Coletivo PÃO E ROSAS ao 35º CONSINASEFE**

Da Representação do SINASEFE

Art. Xº – Toda e qualquer Representação, Comissão ou bancada para representar o SINASEFE, seja periodicamente ou de maneira perene, incluído a Comissão Nacional dos Docentes – CND e a Comissão Nacional da Supervisão da Carreira PCCTAE se dará por representações das chapas que concorrerem as eleições no CONSINASEFE ELEITORAL, respeitando a proporcionalidade dos votos obtidos por cada chapa.

Parágrafo 1: A ordem de chamada para formação da Representação, Comissão ou bancada representativa do SINASEFE seguirá a mesma ordem da constituição da Direção Nacional do SINASEFE;

Parágrafo 2: As comissões serão reformuladas a cada congresso eleitoral, e por iniciativa da chapa que tem autonomia para trocar seus representantes.

JUSTIFICATIVA:

Essa definição de forma estatutária é fundamental para garantir que a representação do SINASEFE respeite a vontade da base, evitando assim possibilidades de alteração da correlação de forças definidas democraticamente pela base no CONSINASEFE eleitoral.

ASSINAM ESTA TESE:

1. Abraão Romão Batista-IFPB/SINTEFPB
2. Adão de Assis - IFRJ
3. Adelino Francisco de Oliveira - IFSP
4. Adriana Nascimento de Jesus - IFSP
5. Aelcio Vander dos Santos - IFNMG - ARINOS
6. Alessandra Barreto Paravidino - IFFluminense
7. Alessandra Meira de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
8. Alessandro de Paula Silva - SINASEFE Seção Norte de Minas
9. Alexandre dos Santos Souza - IFPB
10. Alfranio Pedroso Soares - IFMS
11. Alice de Araujo N. Pereira - seção IFFluminense

12. Aline Tátilla Ferreira - IFNMG
13. Allan Costa - IFPB
14. Aloisio Henrique Pereira de Souza IFSC Canoinhas
15. Ana Paula Lopes Siqueira - IFFluminense Macaé
16. André Bellieny Roberto da Silva - IFF
17. André Brito de Sousa - SINTEFPB/IFPB
18. Antônio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB
19. Antônio Luceni dos Santos - IFSP
20. Arielly Dayane Lima Ribeiro - IFAC
21. Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
22. Áureo Mendonça - SINASEFE Monte Castelo
23. Carlos Bartel - SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
24. Carlos David de Carvalho Lobão - SINTEFPB/IFPB
25. Clarissa Maciel Cavalcante - SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
26. Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
27. Claudilena Corrêa Araújo SINASEFE -Seção Codó - IFMA
28. Cristiane Sousa da Silva - IFCE/Sindsifce
29. Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão - SINTEFPB/IFPB
30. Daniel Corrêa Manhães - IFFluminense
31. Damile Menezes Pessoa Mata - IFBA
32. Dione Cabral - SINASEFE-SP/ IFSP
33. Domingo Stálin Agüero Martinez - SINASEFE IFBA
34. Edgar Gomes Júnior - IFNMG/SINASEFE Arinos
35. Eduardo Machado dos Santos - IFMT
36. Eliezer da Cunha Siqueira SINTEFPB/IFPB
37. Emanuelle Karenyne Mota Chaves - SINASEFE IFMA- Seção Codó
38. Êmy Virginia - IFCE/Sindsifce
39. Erickson Melo Albuquerque - SINTEFPB/IFPB
40. Evaldo da Silva Soares - SINTEFPB/IFPB
41. Fabio de Oliveira Dias - IFSul Gravataí
42. Fábio Sampaio dos Santos Câmara - SINTEFPB/IFPB
43. Fernanda M Furlan - IFAL
44. Fillipe Perantoni Martins - SINTEFPB/IFPB
45. Flávio de Almeida Queiroz - SINTEFPB/IFPB
46. Flávio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE
47. Francilon Lima Simões - IFSUL
48. Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo - SINTEFPB/IFPB
49. Francisco de Assis Queiroga-SINTEFPB/IFPB

50. Francisco Raimundo de Freitas - SINTEFPB/IFPB
51. Gabriel Oliveira - AProfCMPA
52. George Bezerra Pinheiro - IFCE/Sindsifce
53. Gilvan Azevedo - SINASEFE Maracanã - IFMA
54. Giovana Lopes da Silva SINASEFE-IFMA-Seção Codó
55. Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo - SINTEFPB/IFPB
56. Grazielle Nayara Felicio Silva - IFSP (SINASEFE-SP)
57. Guaraci Cardoso Soares - IFPA CTRB e CIABA
58. Helio de França Gondim - SINTEFPB/IFPB
59. Henrique Nascimento da Silva - IFMS
60. Hidemi Soares Myamoto - SINTEFPB/IFPB
61. Hugo Manso - IFRN, CNat
62. Igor Lima Rodrigues - IFCE/Sindsifce
63. Indira Oliveira - IFPA Breves
64. Inez Sales de Aguiar-seção Manaus
65. Irismar Monteiro Brasil- SINASEFE-Pará
66. Iziane Silvestre Nobre - IFCE/Sindsifce
67. Jackson Gomes Soares Souza - IFSP
68. Jefferson Oliveira Lima - SINASEFE Pará
69. João Edson Rufino - SINTEFPB/IFPB
70. João Paulo França - SINTEFPB/IFPB
71. João Rocha Júnior - IFTM
72. Joaquim Teixeira - SINASEFE Monte Castelo
73. José de Araujo Pereira - SINTEFPB/IFPB
74. José de Arimateia Tavares - SINTEFPB/IFPB
75. José do Nascimento Junior - IFPB
76. Jose Ernesto Moura Knust - IFFluminense
77. José Eurico Ramos de Souza - IFAM Campus Manaus Zona Leste - Seção  
Manaus
78. José Grangeiro Sobrinho - SINTEFPB/IFPB
79. José Leandro de Assis - SINTEFPB/IFPB
80. Júlio César Ferreira Rolim - SINTEF/IFPB
81. Larissa Vancoscelos - SINTEFPB/IFPB
82. Laurenir Santos Peniche SINASEFE IFPA CTRB e CIABA
83. Leandro Oliveira IFSP
84. Leewertton de Souza Marreiro - SINTEFPB/IFPB
85. Leonardo Carretta da Silva - SINTIFRJ/CEFET/RJ
86. Leonardo Gomes - SINTEFPB/IFPB

87. Lissa Mara Saraiva Fontenelle - CMF/Sindsifce
88. Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS (Seção Bento Gonçalves)
89. Lourdes Rafaella Santos Florêncio - IFCE/Sindsifce
90. Luandson Luis da Silva - IFRN
91. Luanna Louyse Martins Rodrigues - IFMA
92. Luciene da Silva Santos - IFBAIANO/Catu
93. Luís Antônio Papa - IFBA.
94. Luisa Ramos Senna Souza - SINASEFE IFBA-CMO
95. Máira Ferreira Martins IFSP
96. Manoel José Porto Júnior - IFSUL
97. Márcia Soraya Teani - IFSP
98. Marco Antonio Almeida Llarena - SINTEFPB/IFPB
99. Márcio Alves de Oliveira - SINASEFE-SP/IFSP
100. Marco Aurélio Borges Quintanilha - IFSULDEMINAS - Machado
101. Marco V M Lamarao - IFFluminense
102. Marcos Antonio Amaral Lins - SINTEFPB/IFPB
103. Marcus Cardoso da Silva - IFFFuminense/Macaé
104. Marcus Vinicius guedes da Mota - ifnmg (SINASEFE Pirapora)
105. Maria Amélia Ferracciú Pagotto - Seção São Paulo
106. Maria Artemis Ribeiro Martins - SINDISIFCE/IFCE
107. Maria da Conceição da Silva Rodrigues - IFCE/Sindsifce
108. Maria Leopoldina Lima Cardoso - SINTEFPB/IFPB
109. Maria Suely - IFAM
110. Mariana Abreu Gualhano - IFFluminense
111. Marival Baldoino de Santana - SINASEFE SP
112. Michelangelo Torres - IFRJ
113. Montesquieu da Silva Vieira - SINTEFPB/IFPB
114. Natália Ayres - IFCE/Sindsifce
115. Newmark Heiner da Cunha carvalho SINTEFPB CG - IFPB
116. Oscarlino Souza Ferreira - IFBAIANO/CATU
117. Pablo Melquisedeque Souza e Silva - SINASEFE Monte Castelo/IFMA
118. Paulo Raimundo Stering Malta - IFBA
119. Pedro Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
120. Philipe Soares - IFPE
121. Priscila Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
122. Raimundo Joaquim Façanha Serra IFPA
123. Raquel Mesquita dos Santos Ramos - SINTEFPB/IFPB
124. Renata Crizanto - IFMT

125. Rita Sidmar Alencar Gil - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
126. Roberto Coutinho Medeiros Junior - IFFluminense
127. Rogério Alves de Amorim - Seção Norte de Minas
128. Rogério de Souza - SINASEFE Seção São Paulo - IFSP
129. Rômulo Alexandre Silva - SINTEFPB/IFPB
130. Rodrigo Dias - IFSul
131. Rosa Amélia Barbosa - IFSP
132. Rosângela De Barros Castro - IFBA
133. Ruy França - SINASEFE Monte Castelo
134. Sady Salomão da Silva Alves- IFPA
135. Samantha Macedo - IFCE/Sindsifce
136. Saulo Daniel Campos de Oliveira- SINASEFE-IFBA/CMS
137. Saulo Ramos de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
138. Silvania Trajano de Souza - SINTEFPB/IFPB
139. Stênio de S. Vieira - IFTO
140. Suelânio Viegas - SINTEFPB/IFPB
141. Sueli Pereira de Andrade - SIMTEFPB
142. Tânia Regina Barbosa de Sousa- SINASEFE-SE/IFS
143. Thais Surian - IFSP
144. Thiago Marçal da Silva IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES
145. Tiago Thomáz de Assis - SINASEFE MS
146. Valmir Arruda - IFCE/Sindsifce
147. Victor Rodrigues - SINTEFPB/IFPB
148. Vinicius Vanir Venturini- IFCE/Sindsifce
149. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IF Baiano
150. Zuila Couto - SINTEFPB/ IFPB

## 15 - TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DOS GASTOS DA DN DO SINASEFE

O SINASEFE, Sindicato Nacional, assim como todas as demais Entidades do Setor Público Federal, conseguiram um saldo financeiro favorável devido à Pandemia do Covid-19. Inclusive Seções Sindicais anunciaram a construção de sedes, saldo favorável devido aqueles dois anos de paralisa das viagens sindicais. Ouvimos em PLENAS e nos bastidores do Sindicato que o acúmulo da penúltima para a atual DN chegou a um pouco mais de 4 milhões, com uma boa parte desses recursos tendo financiado uma série de eventos e ações do atual mandato da DN do SINASEFE.

Desde o último Congresso Eleitoral as finanças do Sindicato Nacional viraram uma preocupação para toda a base. Sendo necessário o registro de que nunca passamos por um momento igual de “penúria” e de falta de planejamento financeiro como este. O rombo do último Congresso Eleitoral, cujo resultado foi catastrófico e até agora está sendo apurado, é o início de um “novo” de erros e equívocos políticos e administrativos da DN do SINASEFE quanto àquele Congresso Eleitoral e que parece virou um hábito. Vimos também uma quantidade enorme de gastos que aconteceram com eventos e ações políticas, algumas necessárias, mas que dispenderam um grau enorme de recursos e que até hoje não vimos uma clara prestação de contas. Se existem eventos que devem ocorrer, até porque são eventos de organização e do debate de temas importantes para a base e para o Sindicato, por outro lado não podemos utilizar de maneira perdulária os recursos e deixar a Entidade em situação de “penúria”, como hoje, inviabilizando uma série de ações neste último ano, em que deixamos de reunir Comissões, Plenárias, Encontros Regionais e demais eventos, tão importantes quanto os anteriores.

Temos episódios que demonstram a falta de informações para a base sobre a utilização de recursos do Sindicato Nacional pela atual DN, como por exemplo a obra da Casa do SINASEFE, que já ultrapassou a casa do milhão e não foi concluída, com a DN tendo que se hospedar em hotel nos últimos dois anos. Se antes a desculpa era que a casa estava muito “insalubre”, agora é por inexecução de uma “Obra de Igreja”.

Para todas as questões mencionadas, bem como outras de menor apelo, o que existe de comum é a falta de informações sobre os gastos do Sindicato, seja do que está sendo efetuado, seja no que será gasto. Não são poucos os recursos mencionados nas questões acima, porém quando questionamos, enquanto base, a ausência das informações, aparece o discurso moralista de que as pessoas estão atacando a honra ou “duvidando” das gestões da DN. Ora, em qualquer entidade,

organização, que receba contribuições dos seus associados ou sindicalizados, a praxe é uma prestação de contas mensal e clara, não permitindo abusos e/ou erros que coloquem em risco as finanças da Entidade. Precisamos “profissionalizar” a DN e sair desse campo do “cumpadrismo”.

Enfim, a proposta que apresentaremos a seguir tem relação direta com os últimos acontecimentos e com a falta de instrumentos que obriguem a DN a apresentar os gastos de maneira mais detalhada. Fazemos inclusive um desafio de que se a base sabe tudo que ocorreu no último Congresso Eleitoral quanto aos gastos, se todos estão cientes de todos os gastos com a obra na Casa do SINASEFE, se todos sabem o porque gastamos em dois Encontros Nacionais quase 900 mil, não será preciso aprovar a presente.

Proposta de inclusão no Estatuto do SINASEFE

Art. 20. Compete à DN:

nova alínea) Publicar, mensalmente, os gastos do SINASEFE identificando-os de maneira clara e detalhada, para o acompanhamento e fiscalização de cada sindicalizado/a.

William Carvalho (Colégio Pedro II) e Wilson Fabio (IF Baiano)

## **16 - CNSC E CND, INSTRUMENTOS COLETIVOS PARA CONSTRUÇÃO DA CARREIRA**

O SINASEFE possui uma trajetória e uma construção acumulada sobre carreira desde 1992. As coisas têm ocorrido a partir do conhecimento de quem está a frente da DN, da Pasta de Pessoal e a partir das informações que são ditas nas instâncias e fóruns do SINASEFE.

É importante ter resoluções congressuais ou de plenárias nacionais, bem como decisões da Direção Nacional. Entretanto, devido à sua importância e toda a sua construção até agora, não podemos deixar de ter um registro e uma organização mínima para estabelecer a representação e funcionamento da CNS e da CND no Estatuto do SINASEFE, com toda sua regulamentação interna no Regimento Interno, a ser devidamente aprovada em uma Plenária Nacional do SINASEFE.

A partir desta inserção, teremos uma continuidade e um processo definido, que não dependerá apenas da vontade de quem estiver a frente da Direção Nacional. No atual mandato, por exemplo, a DN votou e encaminhou inicialmente uma composição para a CNS e CND que negava a proporcionalidade qualificada, o que felizmente foi revisto mais adiante, porém ficando o registro do acontecimento. E se não houvesse uma reconsideração? Poderíamos estar hoje debatendo essa questão. Precisamos, enfim, garantir que a composição da CNS e da CND ocorra como qualquer outro Conselho ou Comissão mencionados em nosso Estatuto e que possuem a necessidade de uma regulamentação posterior no Regimento Interno.

Proposta de inclusão no Estatuto do SINASEFE

Art. O SINASEFE terá como Comissões Permanentes de Assessoramento a Comissão Nacional de Supervisão do PCCTAE (CNS) e a Comissão Nacional Docente (CND), que serão responsáveis por construir as propostas de Carreira do SINASEFE.

§1º As Comissões Permanentes de Assessoramento que tratam o caput deste artigo (CNSC e CND), serão compostas por 11 membros cada uma dessas Comissões, incluindo os integrantes da Pasta de Pessoal, respectivamente, TAE e Docente, bem como os indicados por cada chapa, com a sua escolha e composição, proporcional, seguindo a mesma ordem estabelecida estatutariamente para a composição da Direção Nacional (DN) do SINASEFE.

§2º À Coordenação de Pessoal do SINASEFE (Docente, TAE e Aposentado/a) caberá a gestão e organização dos trabalhos de cada Comissão, bem como a apresentação de cronograma dos trabalhos dessas Comissões para a DN e posterior a isso para uma Plenária Nacional do SINASEFE, no primeiro quadrimestre do mandato dessa Direção Nacional.

Art. Comporão a CNSC vinculada ao MEC e a CND, quando da criação de uma Comissão Permanente da Carreira Docente, também vinculada ao MEC, os integrantes da pasta de pessoal, respectivamente, TAE e Docente, com os demais componentes pelo SINASEFE sendo indicados a partir da ordem da escolha proporcional, mencionada no §2º do artigo anterior (ou colocar o número do artigo no lugar a palavra sublinhada) do presente estatuto.

Art. O funcionamento e organização da CNSC e CND estarão descritos em Regimento Interno próprio, que poderá ser modificado a cada mandato da DN, desde que apresentado em pauta a ser debatida pelas Assembleias das Seções Sindicais do SINASEFE.

Incluir complemento de texto na alínea “j” do Artigo 17 do Estatuto.

j) Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Ética e da Comissão Nacional Supervisão da Carreira (CNSC) e Comissão Nacional Docentes (CND);

## REFERÊNCIAS

BRASIL, 2005. Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm), Acesso em 13/10/2023

MEC, 2005. Resolução CNS/MEC nº 001, de 03 de maio de 2005 – Aprova o Regimento Interno da Comissão Nacional de Supervisão do PCCTAE. Link: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/resolucaocns/rcns012005.pdf>. Acesso em 13/10/2023.

Ivo da Silva (IFMT), William Carvalho (Colégio Pedro II) e Wilson Fabio (IF Baiano)

## **17 - PLANTÕES DN E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES, CONSELHOS E GTs COM DESDOBRAMENTOS NO REGIMENTO INTERNO**

Ao longo da minha experiência no Sindicato Nacional, com mais de 26 anos como sindicalizado ao SINASEFE, tendo participado de inúmeras Direções Nacionais, Comissões, Plenárias, Congressos, Encontros Regionais e demais Encontros Nacionais do nosso Sindicato, tenho aprendido que quando não existe uma regulamentação clara e nem a previsão dessa regulamentação no Estatuto do SINASEFE, ficamos muitas vezes tolhidos de uma cobrança pela ausência da norma e o “esquecimento” de alguns e de algumas.

Como somos um Sindicato que vive de política, e nem sempre é a boa política que vigora, as vezes o oportunismo e o cinismo acabam sendo utilizados, principalmente com a desculpa da maioria sobre a minoria, não permitindo que as minorias muitas vezes possam expressar seu posicionamento o espaço a que tem direito. Com isso se ignora os princípios da proporcionalidade qualificada, o princípio da construção coletiva, o princípio de igualdade entre todas e todos que compõem o SINASEFE.

A presente tese visa corrigir alguns dos problemas identificados com algumas ações que são permanentes no Sindicato Nacional:

### Proposta de inclusão no Estatuto do SINASEFE

#### 1 - Plantões da DN

Art. 18. A Direção Nacional - DN é um plenário colegiado, composto de vinte e sete (27) .....

~~Parágrafo Único:~~ § 1º. ....

§ 2º. Os membros da DN administrarão o SINASEFE, bem como executarão as resoluções aprovadas pelo CONSINASEFE, pela PLENA e pela própria DN, em plantões cujo o formato de composição seguirá a proporcionalidade qualificada e cuja a normatização será estabelecida Regimento Interno deliberado em Plenária Nacional do Sindicato.

#### 2 - Funcionamento dos GTs, Comissões e Conselhos

Art. 17. À PLENA, compete: (inclusão de nova alínea)

j) Aprovar o Regimento Interno do Conselho de Ética, do Conselho Fiscal, dos Grupos de Trabalho (GTs) da CNS e da CND;

Inclusão de Artigo nas Disposições Transitórias

Art. A partir das modificações as modificações na alínea “j” do Artigo 17 e a inclusão do parágrafo 2º do artigo 18, a Direção Nacional terá até o fim do primeiro semestre agosto de 2024 para encaminhar a atualização ou criação de todas as normativas nestes mencionadas.

William do Nascimento Carvalho

## **18 - FORTALECER O SINASEFE DEMOCRÁTICO, INCLUSIVO E DE LUTAS.**

CAPÍTULO II DA PLENÁRIA NACIONAL - PLENA Art. 16. A Plenária Nacional - PLENA,

§1º. A PLENA será realizada em Brasília-DF de forma "Híbrida", cabendo para que à convocou, poder mudar o local, a forma para presencial, que terá "Rateio Solidário", ou online, e estar presente na PLENA.

§ 2º. Poderão convocar a PLENA:

- a) O CONSINASEFE;
- b) A PLENA;
- c) A DN, por deliberação da maioria simples de suas e seus integrantes;
- d) O Concelho Fiscal do SINASEFE, por deliberação unanime de suas e seus integrantes;
- e) Um terço (1/3) das seções sindicais do SINASEFE;
- f) Um quinto (1/5) das sindicalizadas e dos sindicalizados.

*"Para que os sindicatos sejam capazes de reunir, educar e mobilizar o proletariado para uma luta de libertação, precisam superar os métodos totalitários do stalinismo. Os sindicatos devem abrir as portas (as trabalhadoras e) aos trabalhadores de todas as tendências políticas, desde que seja respeitada a disciplina na ação.*

*Qualquer um que transforma o sindicato em um instrumento para perseguir objetivos estranhos a ele (e particularmente instrumento da burocracia stalinista e do imperialismo "democrático"), inevitavelmente divide a classe operária, enfraquece a luta (das trabalhadoras e) dos trabalhadores e favorece a reação.*

*Uma democracia Plena e honesta dentro dos sindicatos é condição mais importante para a democracia em um país."*

*Leon Trotsky- setembro de 1938.*

Felipe Jacques

## 19 - FORTALECER NO SINASEFE A DEMOCRACIA

Art. 46. É vedada a reeleição, no mesmo cargo, de qualquer integrante da Direção Nacional do SINASEFE-DN, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética por mais de dois (2) mandatos conectivos.

Desde a fundação do SINASEFE, em 11 de novembro de 1988, seu Estatuto, vem sendo democraticamente aprimorado, como o direito de ser votada da sindicalizada e do sindicalizado,

A Direção Nacional, que era “Presidencialista”, ou seja, formada por presidente, vice-presidente, secretária ou secretário, tesoureira ou tesoureiro, foi transformada em uma Direção Nacional proporcional de coordenações, eleita em CONSINASEFE, por delegadas e delegados eleitos proporcionalmente, praticamente, por locais de trabalho.

As chapas são formadas livremente no próprio CONSINASEFE, sendo que a indicação das integrantes e dos integrantes das chapas, que formarão a Direção Nacional proporcional, é de responsabilidade de cada respectiva chapa.

O objetivo da tese “FORTALECER A DEMOCRACIA NO SINASEFE”, é de garantir o direito individual fundamental da sindicalizada e do sindicalizado de ser votado, retirando do Estatuto, a sanção à esse direito democrático.

*“Para que os sindicatos sejam capazes de reunir, educar e mobilizar o proletariado para uma luta de libertação, precisam superar os métodos totalitários do stalinismo. Os sindicatos devem abrir as portas (as trabalhadoras e) aos trabalhadores de todas as tendências políticas, desde que seja respeitada a disciplina na ação.*

*Qualquer um que transforma o sindicato em um instrumento para perseguir objetivos estranhos a ele (e particularmente instrumento da burocracia stalinista e do imperialismo “democrático”), inevitavelmente divide a classe operária, enfraquece a luta (das trabalhadoras e) dos trabalhadores e favorece a reação. Uma democracia Plena e honesta dentro dos sindicatos é condição mais importante para a democracia em um país.”*

*Leon Trotsky-1938.*

Felipe Jacques

## 20 - FORTALECER A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA NO SINASEFE

Art. 16 - A Plenária Nacional do SINASEFE-PLENA, é a instância deliberativa do SINASEFE, inferior ao CONSINASEFE, e superior à Direção Nacional do SINASEFE-DN, é constituída por delegadas eleitas e delegados eleitos na respectiva Assembleia Geral da Seções Sindicais, de acordo com a proporcionalidade ao número de filiadas e filiados na Seção Sindical, conforme descrito abaixo, e o coro mínimo de três presentes na Assembleia Geral, para eleger uma delegada ou um delegado.

De 20 à 100 filiadas e filiados, no máximo 1 de Diretoria e 1 na Assembleia Geral; de 100 à 200 filiadas e filiados, 1 na DSS e 2 na AG; de 200 à 600, 2 e 2; de 600 à 1000, 2 e 3; de 1000 à 1400, 2 e 4; 1400 a 1900, 3 e 4; de 1900 à 2300, 3 e 5;

*“Para que os sindicatos sejam capazes de reunir, educar e mobilizar o proletariado para uma luta de libertação, precisam superar os métodos totalitários do stalinismo. Os sindicatos devem abrir as portas (as trabalhadoras e) aos trabalhadores de todas as tendências políticas, desde que seja respeitada a disciplina na ação. Qualquer um que transforma o sindicato em um instrumento para perseguir objetivos estranhos a ele (e particularmente instrumento da burocracia stalinista e do imperialismo “democrático”), inevitavelmente divide a classe operária, enfraquece a luta (das trabalhadoras e) dos trabalhadores e favorece a reação.*

*Uma democracia Plena e honesta dentro dos sindicatos é condição mais importante para a democracia em um país.”*

*Leon Trotsky- setembro de 1938.*

Felipe Jacques

## 21 - TESE DE MODIFICAÇÃO DE ARTIGOS - (Art. 16º § 1º)

Art. 16º – A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por dois(uas) delegados(as) de cada Seção Sindical, sendo garantia a participação dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.

§ 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, o outro será de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco (05) sindicalizados(as) para cada delegado eleito na mesma.

Proposta de nova redação

§ 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, o outro será de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco (05) sindicalizados(as), sendo garantida a participação dos membros da Direção da Seção Sindical, sem direito a voto.

JUSTIFICATIVA GERAL: No atual estatuto da Direção Nacional (DN), a escolha dos delegados representantes de base pode ser influenciada pela direção geral da seção sindical, considerando que, muitas vezes, a participação dos filiados é baixa nos momentos de deliberação desta natureza. Assim, amplia-se o poder de influência dos representantes da direção da seção sindical, que, quase sempre, comparecem às reuniões deliberativas, podendo prejudicar, ainda que inconscientemente, o interesse de uma ou outra classe de servidor (docentes e TAE's).

Assinam essa Tese os companheiros e companheiras das seções sindicais:

Priscila Ribeiro

Pedro Ribeiro

Joaquim Teixeira

Rui França

Aureo Mendonça

## **22 - TESE ESTATUTÁRIA: DE MODIFICAÇÃO dos Artigos 21, 33 e 36.**

### PARÁGRAFO ATUAL

Art. 21. O mandato da DN será de dois anos

Art. 33. O Conselho Fiscal é constituído por três (03) membros titulares e três (03) suplentes, com mandato de dois (2) anos.

Art. 36. O Conselho de Ética é constituído por cinco (05) membros titulares e cinco (05) suplentes, com mandato de dois (02) anos.

### Proposta de modificação

Art. 21. O mandato da DN será de três anos.

Art. 33. O Conselho Fiscal é constituído por três (03) membros titulares e três (03) suplentes, com mandato de três (3) anos.

Art. 36. O Conselho de Ética é constituído por cinco (05) membros titulares e cinco (05) suplentes, com mandato de três (03) anos.

### JUSTIFICATIVA:

Uma das principais características de um mandato sindical democrático é a alternância das pessoas que estão no poder. Ao longo 34 anos o SINASEFE adotou o tempo de dois anos de mandato para Direção Nacional-DN, Conselho Fiscal - CF e do Conselho de Ética - CE.

Dois anos de mandato é um tempo muito curto para uma gestão realizar um trabalho de organização sindical e da luta, considerando os vários fatores *Sui generis* que perpassam entre a jornada do trabalho laboral do servidor e da servidora eleita e as atividades do sindicato.

Nesse sentido, encaminhamos ao Plenário do 35º CONSINASEFE a proposta de alteração do tempo de mandato da DN, CF e CE de dois anos para três anos.

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

## **23 - TESE DE MODIFICAÇÃO DA ALÍNEA "A" DO ARTIGO 35 EM INCISO MOFICAR EM INCISOS AS ALÍNEAS: B, C, D, E, F, E G DO ARTIGO 35 E ADIÇÃO DOS § 3º E § 4º.**

### ALÍNEA ATUAL

Art. 35. Compete ao Conselho Fiscal:

a) Apreciar e emitir parecer acerca dos balancetes semestrais e do balanço anual das contas da DN e enviá-lo à PLENA para apreciação e deliberação;

Proposta de modificação

Art. 35. Compete ao Conselho Fiscal:

l) Apreciar e emitir um relatório conclusivo, de caráter contábil, das contas da DN, tendo como referência as contas do mês não analisada pelo CF, e enviá-lo à PLENA para apreciação e deliberação, contendo:

a) Introdução;

b) Análise às Demonstrações Contábeis que deverá observar as disposições das Normas brasileiras de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade;

c) Parecer do Conselho Fiscal, sugerindo à PLENA: aprovação com ou sem ressalva ou pela reprovação das demonstrações contábeis acerca dos balancetes semestrais e/ou do balanço anual das contas da DN do período e/ou do exercício analisado.

§ 3º. O relatório previsto no Inciso I deverá ser acompanhado dos balancetes e/ou do balanço anual do período analisado.

§ 4º. Quando o parecer sugerir a aprovação com ressalvas ou a reprovação, os motivos deverão ser explicitados nas Análise às Demonstrações Contábeis.

### JUSTIFICATIVA:

Uma Direção Nacional que recebe mais de cinco milhões de reais anual de contribuição sindical, tem que ser prudente com a transparência na apresentação das suas contas e o Conselho Fiscal elaborar um relatório que observa as disposições das Normas brasileiras de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade, que tenha, no mínimo, as Demonstrações Contábeis compostas por:

BALANÇO PATRIMONIAL; DEMONSTRAÇÃO DO VALOR DO EXERCÍCIO; DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA; DEMONSTRAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO E POSSÍVEIS APLICAÇÕES DE RECURSOS; DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL; e NOTAS EXPLICATIVAS. Esse trabalho pode ser elaborado por uma empresa de contabilidade contratada pela DN a pedido do Conselho Fiscal que analisará os dados a serem apresentados na PLENA.

O Estatuto do Sindicato é cristalino quando estabelece que o Conselho Fiscal compete analisar e emitir parecer, mas, em que parâmetros devem compor este parecer? Nesse sentido faz-se necessário estabelecer as diretrizes desse relatório, bem como, a determinação que relatório deverá ser acompanhado dos balancetes e/ou do balanço anual do período analisado e, ainda, quando o parecer sugerir a aprovação com ressalvas ou a reprovação, os motivos deverão ser explicitados no item - Análise às Demonstrações Contábeis -. Ao meu ver o relatório conclusivo do CF, deve ser caráter contábil e não político.

Assim, encaminho a tese de modificação e adição ao Plenário do 35º CONSINASEFE nas competências do Conselho Fiscal.

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

## **24 - MODIFICAÇÃO DE ARTIGO ABRANGÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL DO SINASEFE NACIONAL**

### ARTIGO ATUAL

Art. 2º. O SINASEFE é constituído pelos servidores federais ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

### Proposta de modificação

Art. 2º. O SINASEFE é constituído pelos servidores e servidoras Civis Federais, ativos e aposentados/as da: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; da Educação Básica Federal e das Instituições de Ensino Básico do Ministério da Defesa

### JUSTIFICATIVA

Criada em 2008 pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e V - Colégio Pedro II.

O SINASEFE, desde 2005, também representa os servidores e servidoras das Instituições de Ensino Básico do Ministério da Defesa. Atualmente o Sistema Colégio Militar possui uma rede de 14 estabelecimentos de ensino distribuída em 12 Estados do Brasil. Com o mesmo ideário desde a sua criação, ou seja, amparar os filhos dos militares e preparando para carreiras militares, vestibulares e com acesso da sociedade civil através de concurso. O corpo de servidores/as é distribuído por militares em maior número e servidores/as civis divididos nas categorias dos docentes e dos administrativos.

A ASSINESSSIND – é a Seção do SINASEFE que representa os servidores/as do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), órgão do MEC, tem como missão

institucional a produção, o desenvolvimento e a divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, bem como assegurar o desenvolvimento global da pessoa surda, sua Plena socialização na educação básica e superior.

O SINASEFE também representa os/as servidores/as do Instituto Benjamin Constant (IBC), inclusive com a recente criação de uma Seção Sindical. O IBC é um órgão vinculado ao MEC e constitui-se num centro de referência nacional para questões relativas à deficiência visual. De recém-nascido, passando por todas as etapas da educação básica. Nesse sentido, apresentamos a tese ao 35º CONSINASEFE de modo que fique mais cristalino e evidenciado, quem são os servidores e servidoras das instituições de ensino federal que o SINASEFE SINDICATO NACIONAL de fato representa.

Assinam a tese:

Carlos Magno (IF Baiano)

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

William Carvalho (Colégio Pedro II)

Roni Rodrigues da Silva (IF Mato Grosso)

Wilson Fábio de Oliveira Bispo (IF Baiano)

## **25 - TESE ESTATUTÁRIA: MODIFICAÇÃO DO COMPLEMENTO DA SIGLA SINASEFE (ABRANGÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO SINDICAL DO SINASEFE NACIONAL )**

NOME ATUAL

SINDICATO NACIONAL DOS(AS) SERVIDORES(AS) FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

- S I N A S E F E -

Proposta de modificação

- S I N A S E F E -

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES E DAS SERVIDORAS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DA EDUCAÇÃO BÁSICA FEDERAL E DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

JUSTIFICATIVA:

A proposta de atualização do nome da sigla SINASEFE tem por objetivo abarcar de fato, ou seja, os servidores e servidoras que o sindicato representa hoje (2023):

- 1) A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal. Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e V - Colégio Pedro II.
- 2) Os servidores e servidoras civis das Instituições de Ensino Básico do Ministério da Defesa;
- 3) Os servidores e as servidoras do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines);
- 4) Os servidores e as servidoras do Instituto Benjamin Constant (IBC).

Nesse sentido, apresentamos a tese ao 35º CONSINASEFE de modo que fique mais cristalino e evidenciado, quem são os servidores e servidoras das instituições de ensino federal que o SINASEFE SINDICATO NACIONAL de fato representa.

Assinam a tese:

Carlos Magno (IF Baiano)

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

William Carvalho (Colégio Pedro II)

Roni Rodrigues da Silva (IF Mato Grosso)

Wilson Fábio de Oliveira Bispo (IF Baiano)

## **26 - ADIÇÃO DE ALÍNEA NO ARTIGO 14**

Acrescentar a alínea “g” no Art. 14

Proposta de Adição

g) Deliberar quanto à filiação do SINASEFE em uma Central Sindical e em Entidades Internacionais de objetivos e natureza semelhantes do SINASEFE.

JUSTIFICATIVA:

Acrescentar a alínea “g” nas competências do CONSINASEFE, quanto a deliberação de filiação do SINASEFE a uma central Sindical ou em entidades internacionais.

Nesse sentido, apresentamos a tese ao 35º CONSINASEFE de modo que fique mais cristalino e evidenciado, a competência do CONSINASEFE de filiar ou não a uma Central Sindical e entidades internacionais.

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

## 27 -Tese de modificação do artigo 2º do Estatuto Nacional

Justificativa: Devido a acontecimentos recentes, quando a filiação de membros do SINASEFE foi questionada, por supostamente não pertencerem à base que o Sindicato representa, abriu-se um debate sobre quem de fato constituiria a entidade. Com isso, houve leituras que sugeriram que servidores lotados em instituições que não são ligadas diretamente ao MEC não teriam direito de estar ligados ao SINASEFE. Além disso, houve leituras que sugeriram que servidores técnicos-administrativos em educação que não migraram da carreira PGPE para a carreira PCCTAE tampouco estariam representados pelo SINASEFE. Diante disso, para evitar o equívoco de deixar tais servidores sem possibilidade de representação sindical em nível nacional, sugere-se que sejam listadas, de forma geral, no Estatuto as bases que constituem o SINASEFE. Para tal, sugere-se a modificação do Art. 2º.

Texto atual:

Art. 2º. O SINASEFE é constituído pelos servidores federais ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Texto proposto:

Art. 2º. O SINASEFE é composto por servidores públicos civis da União ativos, aposentados e pensionistas que trabalham ou trabalharam na educação em geral, compreendendo a Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Superior, Educação Especial, em instituições educacionais e órgãos vinculados e mantidos pela União no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Defesa (MD), independentemente da carreira à qual pertenciam.

Assinam esta tese:

Amaury Garcia dos Santos Neto – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;

Elaine Cristina dos Santos – Seção São Paulo;

Julienne Kely Zanardi – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;

Marcelo de Oliveira Assunção – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;

Beatriz Rietmann da Costa e Cunha – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;

Rosiane Silva de Souza – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;

Denilza da Silva Frade – Seção São Paulo e DN;

Diego Rodolfo Simões de Lima – Seção Videira/SC;

Nadjar Aretuza Magalhães – Seção Brasília;

Felipe Oliveira Silva - Assines Ssind e DN;  
Mário Luiz Madeira Ferreira - Seção Litoral;  
Ramon Fonseca - Norte de Minas;  
Antônio Nobre - Cáceres MT;  
Gabriel Renan Neves Barros - IFPA, CTRB e CIABA;  
Cleiton Mariano da Silva - SINDSIFPE;  
Euza Raquel - Seção Mossoró.

## 28 - MODIFICAÇÃO DO ARTIGO 16 E PARÁGRAFO 1º AUMENTO DE MAIS UM DELEGADO DE BASE NA PLENA

ARTIGO ATUAL	Proposta de modificação
<p>Art. 16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por dois(uas) delegados(as) de cada Seção Sindical, sendo garantida a participação dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.</p>	<p>Art. 16. A Plenária Nacional – PLENA, instância deliberativa do SINASEFE, somente inferior ao CONSINASEFE, é constituída por 03 (três) delegados(as) de cada Seção Sindical, sendo garantida a participação presencial dos membros da Direção Nacional – DN, sem direito a voto.</p>
<p>§ 1º. do Artigo 16. § 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, o outro será de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco(05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma.</p>	<p>§ 1º. do Artigo 16. § 1º. Um dos delegados(as) de cada Seção Sindical será, prioritariamente, de sua Diretoria e eleito, entre os seus membros, os outros dois serão de base, eleito em Assembleia Geral da Seção Sindical, que tenha no mínimo a presença de cinco(05) sindicalizados(as) para cada delegado(a) eleito na mesma.</p>

JUSTIFICATIVA:

A implantação dos Institutos Federais, possibilitou que a base de uma Seção do SINASEFE seja constituída por uma base territorial estendida, por mais de uma instituição, ou seja, por mais de um campus do Instituto. Algumas Seções Sindicais, como o caso do SINASEFE–Seção Mato Grosso, possuem filiados em 18(dezoito) campi do IFMT, o que não é diferente em outras bases ou nos Sindicato de base estadual, equiparada a Seção Sindical, do SINASEFE. A participação na Plenária como poder de voto e voz tem sido reduzida efetivamente à apenas 01(um) delegado(a) escolhido pela base, uma vez que o segundo delegado(a) é membro

nato da Diretoria da Seção. A presente proposta aumenta para dois delegados(as) eleitos pela base e um delegado(a) da Diretoria, para participarem da PLENA.

A proposição é pela permanência, obrigatoriamente, que um delegado, prioritariamente, seja de sua diretoria, eleito entre os seus membros e, os outros dois da base da Seção, que aumentaria para dois delegados(as) eleitos pela base e um delegado(a) da Diretoria

Nesse sentido, submeto ao Plenário do 35º CONSINASEFE a tese de aumento de mais um delegado de base na PLENA, ou seja, dois representantes da base e um da Diretoria da Seção Sindical.

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

## 29 - MODIFICAÇÃO DO § 3º DO Art. 10

A SEÇÃO SINDICAL DO SINASEFE SOMENTE TERÁ DIREITO A DELEGADO NO CONSINASEFE SE TIVER NO MÍNIMO 20 (VINTE) FILIADOS.

PARÁGRAFO ATUAL

Art. 10

§ 3º. Cada Seção Sindical terá direito a um(a) delegado(a), além do número de delegados(as) descrito no parágrafo 2º deste artigo.

Proposta de modificação

Art. 10

§ 3º. Cada Seção Sindical que preencher os requisitos mínimos para eleição de delegado/a ao CONSINASEFE, terá direito a um(a) delegado(a), além do número de delegados(as) descrito no parágrafo 2º deste artigo.

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário a alteração da redação do § 3º do Art. 10 do Estatuto, para o cumprimento do Parágrafo Único do Art. 32, que estabelece que “Somente poderão participar das instâncias deliberativas do SINASEFE as Seções que mantiverem os requisitos estabelecidos para sua criação e que comprovem o encaminhamento dos repasses estatutários junto à Direção Nacional.”.

O Art. 25 estabelece que “A Seção Sindical é constituída por, no mínimo, vinte servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, possuindo regimento próprio”, nesse sentido a Seção Sindical que não tiver 20(vinte) sindicalizado não poderá participar das instâncias deliberativas do SINASEFE.

Assim, encaminhamos ao Plenário do 35º CONSINASEFE a proposta de modificação § 3º do Art. 10 do Estatuto de modo que a redação fica inequívoca que somente as seções que tiver no mínimo 20(vinte) filiados poderão participar com delegados no CONSINASEFE.

Assinam a tese:

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

William Carvalho (Colégio Pedro II)

Roni Rodrigues da Silva (IF Mato Grosso)

Wilson Fábio de Oliveira Bispo (IF Baiano)

**30 - TESE DE SUPRESSÃO DO ARTIGO 82**

ARTIGO ATUAL	Proposta de supressão
Art. 82. O atual Conselho de Ética tem seu mandato prorrogado até o próximo CONSINASEFE ELEITORAL.	

JUSTIFICATIVA:

O Artigo já cumpriu a transitoriedade aprovada no 33º CONSINASEFE.

Assim, encaminho ao Plenário do 35º CONSINASEFE a proposta de supressão do artigo 82.

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

## **31 - MODIFICAÇÃO DO PARÁGRAFO § 1º. E§ 2º DO ARTIGO 73. ATA ESPECÍFICA NA PLENA QUE REGISTRAR A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA DN**

### PARÁGRAFO ATUAL

#### Art. 73

§ 1º. O substituto deverá constar no rol de inscritos da chapa no CONSINASEFE ELEITORAL, a ser verificada pela Secretaria da DN, obedecendo a proporcionalidade original e a paridade de gênero.

§ 2º. Após a confirmação da substituição, a chapa apresentará o substituto em PLENA posterior, com registro em Ata

### Proposta de modificação

§ 1º. O substituto deverá constar no rol de inscritos da chapa no CONSINASEFE ELEITORAL, a ser verificada pela Secretaria da DN, o nome e a qualificação exigida pelo cartório no registro da ata, obedecendo a proporcionalidade original e a paridade de gênero.

§ 2º. Após a confirmação da substituição, a chapa apresentará o substituto em PLENA posterior, com registro em Ata específica

### JUSTIFICATIVA:

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que estabelece o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, disciplina a proteção de dados pessoais tem como fundamentos: I - o respeito à privacidade; II - a autodeterminação informativa; III - a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; IV - a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; V - o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; VI - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e VII - os direitos humanos, o

livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.

Ocorre que, a forma como o Estatuto regulamenta o registro das substituições na ata da PLENA não protege os dados do servidor substituído, uma vez que a ata da PLENA é pública. Para resolver a situação e considerando a necessidade do registro da ata em cartório, estamos propondo que a ata do registro do substituído pela chapa seja registrada em ata específica, da ata geral da PLENA.

Nesse sentido, encaminho ao Plenário do 35º CONSINASEFE a proposta de tese de modo que regularize o registro das substituições da DN em ata específica e atenda a LGPD do servidor substituído.

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

## **32 – Inclusão do § 4º no artigo 80**

### **Inclusão do § 4º no artigo 80 do ESTATUTO**

Texto atual

Art. 80

(...)

§3º Os eventos nacionais deverão cumprir uma pauta mínima, atendendo as deliberações e discussões estabelecidas nas Instancias do SINASEEFE

Nova Redação Proposta

Art. 80

(...)

§3º Os eventos nacionais deverão cumprir uma pauta mínima, atendendo as deliberações e discussões estabelecidas nas Instancias do SINASEEFE.

§ 4º A Comissão responsável pela análise e verificação das empresas responsáveis pela realização dos eventos, deverá sempre observar os critérios mínimos exigidos quais sejam.

- a) Atestado de Capacidade Técnica
- b) Contrato Social, a fim de demonstrar a existência da empresa;
- c) Termo de referência;
- d) Certidões Negativas;
- e) Realizar 3 (três) orçamentos;
- f) Exigir seguro e ou caução que garanta o cumprimento do contrato.

Justificativa

A inclusão desse parágrafo se faz necessário, pois não há previsão estatutária dos requisitos mínimos que uma empresa teria que cumprir para prestar serviços ao Sindicato. Acredita-se que a observância mínima de como ocorre a contratação de prestação de serviços na Administração Pública, com os critérios definidos em leis específicas, minimizará os riscos de ocorrerem fraudes e danos ao patrimônio da nossa entidade SINASEFE.

A inclusão desses requisitos para as futuras contratações segue a linha das recomendações do relatório final apresentado pela comissão de apuração do 34º CONSINASEFE.

Assinam a Tese:

Márcia Regina Marques Amado da Siva – SINASEFE-Seção Sindical de Araguatins

Narayana Anunciato Alves – SINASEFE - Seção Sindical de Araguatins

Ricardo Eugênio Ferreira – IFMG

### **33 – Inserção de parágrafo ao Art. 36.**

Art. 36. – O Conselho de Ética é constituído por cinco (05) membros titulares e cinco (05) suplentes, com mandato de dois (02) anos.

Proposta de inserção:

§ Único – Os suplentes participarão das reuniões e das análises das denúncias e tramitação dos processos com direito à fala e, em caso de ausência justificada do titular, com direito a voto.

Justificativa:

As frequentes alterações que ocorrem na composição do Conselho de Ética fazem com que ao se afastar um titular, o suplente que assume encontre todas as dificuldades que o Conselho encontra quando, a cada nova eleição, novos conselheiros passam a compô-lo.

Vale mencionar que os conselheiros que ingressam no Conselho, na sua maioria, vêm desprovidos de formação – está se dá ao longo do período –, enfrentando todas as dificuldades inerentes às análises processuais, onde, com imensa e lamentável frequência, são tratados temas complexos e de difícil compreensão. As decisões das/os conselheiras/os, que devem ser pautadas na ética sindical, inúmeras vezes são dificultadas por questões que escapam às infrações apontadas no art. 54 do Estatuto, que, infelizmente, não é suficientemente abrangente para prever casos que ainda que não foram elencados no artigo citado, mas que o SINASEFE não pode simplesmente desprezar, haja vista a composição da Diretoria Nacional, cujas Coordenações obrigam ao combate às práticas contrárias ao Estado Democrático de Direito.

A prática – que não encontra fundamento nem no Regimento Interno do Conselho de Ética (2017), nem no Estatuto – de só permitir a participação aos titulares tem criado grandes dificuldades, visto a rotatividade e conseqüente chegada de membros que desconhecem os procedimentos, porque não inseridos desde o início do Conselho eleito, alheados não intencionalmente das discussões feitas nas reuniões, sem, portanto, possibilidade de se apropriar do acúmulo já feito, o que torna o trabalho mais difícil e moroso, contrariando, assim, o Art. 38 do Estatuto, que explicita o dever de dar celeridade aos processos.

Em atenta leitura do art. 23 do Estatuto, observa-se que na Direção Nacional titulares e suplentes têm igual direito a voz e voto nas reuniões, ampliação

democrática imprescindível ao Conselho de Ética, para que possa cumprir com suas competências e atribuições, conforme art. 39 do Estatuto.

Em pesquisa realizada pelas/os conselheiras/os, encontramos no site Rota Jurídica uma disputa, na OAB, sobre a participação dos suplentes. Na Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB-GO), afirmam os Conselheiros que é legítima a participação de suplentes. Segundo Marcello Terto, “O direito e o poder dos suplentes são extraído da lei e foi incorporado ao regimento interno da seccional goiana há muitas gerações passadas. É estranho que só agora venham suscitar esse tipo de problema”.

Considerada a necessidade de cumprir prazos, de dar celeridade aos processos, de ter um Conselho cujos membros estejam qualificados para atender as atribuições impostas pelo Estatuto, propomos a modificação do art. 36, com a inserção do § Único.

Assinam a tese:

Maria Oseia Bier – Seção Sindical Mato Grosso

Elizabeth Soares Dutra – Sindscope

Jose Ferreira de Sousa Neto – Sintef PB

Aniceto Rodrigues Pereira – Sintef PB

Carlos Henrique Xavier Endo – Seção Sindical IFSP - SP

### **34 – Inserção ao Art. 38**

Art. 38 – Os trabalhos do CE devem ser desenvolvidos com celeridade e a observância dos seguintes princípios:

- I. Proteção à honra e à imagem da pessoa investigada;
- II. Independência e imparcialidade dos seus membros na apuração dos fatos, com as garantias asseguradas neste Estatuto.

Proposta de inserção:

§ 1º. Para garantir a celeridade nos trabalhos, o Conselho de Ética deve realizar reuniões ordinárias mensais, em calendário previamente acordado entre as/os conselheiras/os;

§ 2º. A critério das/dos conselheiros, em face da necessidade, poderão ser realizadas reuniões extraordinárias.

Assinam a tese:

Maria Oseia Bier – Seção Sindical Mato Grosso

Elizabeth Soares Dutra – Sindscope

Jose Ferreira de Sousa Neto – Sintef PB

Aniceto Rodrigues Pereira – Sintef PB

Carlos Henrique Xavier Endo – Seção Sindical IFSP - SP

## 35 - Modificação do Art. 37

Art. 37. O Conselho de Ética será eleito no CONSINASEFE que eleger a Direção Nacional e o Conselho Fiscal.

§ 1º. O (A) Presidente do CE será o(a) candidato(a) mais votado(a) e, em caso de empate na votação, o(a) mais idoso(a).

Proposta de modificação:

§ 1º. O Conselho de Ética é um plenário colegiado em que todas as decisões serão tomadas em rigorosa atenção à maioria simples.

Em tempos de fascistização da sociedade, combater o fascismo implica ampliar radicalmente a democracia participativa, impedindo a construção de “pirâmides hierárquicas” que privilegiam e asseguram prerrogativas a figuras centrais.

Um conselho, por definição, é deliberação, assembleia. Quando associada à ideia de colegiado, pretende-se que esse conselho garanta a todos os seus membros igualdade de poderes.

Quando aceitamos essas premissas, delas se pode concluir que uma assembleia em que pautas são deliberadas representa uma importante e radical ampliação à participação efetivamente democrática. Isso posto, consideramos a alteração do Art. 37, tornando-o um Conselho Colegiado e não presidencialista, defendemos que além do combate à fascistização da sociedade, fazemos desta mudança um ato pedagógico que contribui para a formação dos trabalhadores filiados para o exercício do poder, da democracia.

Considerando, ainda, as eleições ao Conselho de Ético, verificamos que a escolha de presidente e secretário é meramente quantitativa e, este Conselho, pelo seu caráter pedagógico, avalia que o qualitativo se impõe sobre o quantitativo, não havendo, portanto, valoração do membro em função da quantidade de votos. Defendemos a igualdade de todos no exercício do poder decisório.

Assinam a tese:

Maria Oseia Bier – Seção Sindical Mato Grosso

Elizabeth Soares Dutra – Sindscope

Jose Ferreira de Sousa Neto – Sintef PB

Aniceto Rodrigues Pereira – Sintef PB

Carlos Henrique Xavier Endo – Seção Sindical IFSP - SP

## **36 – Supressão do § Único do art. 39**

Proposta de supressão:

Art. 39 - § Único - As competências do Presidente do CE e do(a) Secretário serão definidas no respectivo Regimento Interno.

Ao defendermos a alteração do Conselho, em seu caráter presidencialista, portanto hierárquico, o § Único do Art. 39 deixa de fazer sentido no Estatuto.

Assinam a tese:

Maria Oseia Bier – Seção Sindical Mato Grosso

Elizabeth Soares Dutra – Sindscope

Jose Ferreira de Sousa Neto – Sintef PB

Aniceto Rodrigues Pereira – Sintef PB

Carlos Henrique Xavier Endo – Seção Sindical IFSP - SP

## **37 - TESE DE MODIFICAÇÃO DE ARTIGOS**

### **(Art. 2º, 6º, 7º, 8º, 24º, 25º, 26º, 30º)**

Art. 2º – De: O SINASEFE é constituído pelos servidores federais ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Art. 2º – Para: O SINASEFE é constituído pelos servidores federais ativos e aposentados da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, pelos servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e pelos servidores dos ex-territórios.

Art. 6º – De: O SINASEFE tem como objetivos fundamentais organizar, representar e dirigir a luta dos servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, em caráter sindical, numa perspectiva classista, autônoma, democrática e participativa, por melhores condições de vida e de trabalho, a partir de seus interesses imediatos e históricos e dentro dos limites deste Estatuto.

Art. 6º – Para: O SINASEFE tem como objetivos fundamentais organizar, representar e dirigir a luta dos servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, dos servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e dos servidores dos ex-territórios, em caráter sindical, numa perspectiva classista, autônoma, democrática e participativa, por melhores condições de vida e de trabalho, a partir de seus interesses imediatos e históricos e dentro dos limites deste Estatuto.

Art. 7º – I. Princípios – a) – De: Defender que os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica se organizem com total independência frente ao Estado e às instituições de ensino, mantendo a sua autonomia frente aos partidos políticos ou a qualquer outro tipo de organização da sociedade civil, devendo decidir livremente suas formas de organização, sindicalização e sustentação material;

Art. 7º – I. Princípios – a) – Para: Defender que os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, os servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e os servidores dos ex-territórios se organizem com total independência frente ao Estado e às instituições de ensino, mantendo a sua autonomia frente aos partidos políticos ou a qualquer outro tipo de organização da sociedade civil, devendo decidir livremente suas formas de organização, sindicalização e sustentação material;

Art. 7º – II. Compromissos – d) – De: Promover a solidariedade entre os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe;

Art. 7º – II. Compromissos – d) – Para: Promover a solidariedade entre os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, os servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e os servidores dos ex-territórios, desenvolvendo e fortalecendo a consciência de classe;

Art. 8º – b) – De: Representar, judicialmente e extrajudicialmente, os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica na defesa dos seus interesses, podendo atuar na condição de seu substituto ou representante processual, ou ainda na de autor de mandados de segurança coletivos ou de ações civis públicas.

Art. 8º – b) – Para: Representar, judicialmente e extrajudicialmente, os servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, os servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e os servidores dos ex-territórios na defesa dos seus interesses, podendo atuar na condição de seu substituto ou representante processual, ou ainda na de autor de mandados de segurança coletivos ou de ações civis públicas.

Art. 24º – § 2º – De: Equipara-se, na estrutura do SINASEFE, para todos os efeitos, à Seção Sindical, o Sindicato Local de servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, que queira dele fazer parte.

Art. 24º – § 2º – Para: Equipara-se, na estrutura do SINASEFE, para todos os efeitos, à Seção Sindical, o Sindicato Local de servidores federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, de servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e de servidores dos ex-territórios que queira dele fazer parte.

Art. 25º – De: A Seção Sindical é constituída por, no mínimo, vinte servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, possuindo regimento próprio.

Art. 25º – Para: A Seção Sindical é constituída por, no mínimo, vinte servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, de servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e de servidores dos ex-territórios, possuindo regimento próprio.

Art. 26º – De: A Seção Sindical terá por base territorial a área de uma Instituição Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica, podendo ter essa base

territorial estendida para mais de uma instituição, atendendo os interesses organizativos dos(as) sindicalizados(as).

Art. 26º – Para: A Seção Sindical terá por base territorial a área de uma Instituição Federal de Educação Básica, Profissional e Tecnológica, de servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e de servidores dos ex-territórios, podendo ter essa base territorial estendida para mais de uma instituição, atendendo os interesses organizativos dos(as) sindicalizados(as).

Art. 30º – I. – De: Realização de Assembleia Geral com a presença de, no mínimo, vinte servidores(as) federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica convocada especificamente para esse fim, com ampla divulgação prévia, onde se dará:

Art. 30º – I. – Para: Realização de Assembleia Geral com a presença de, no mínimo, vinte servidores(as) federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, de servidores civis das instituições de ensino vinculados ao Ministério da Defesa e de servidores dos ex-territórios, convocada especificamente para esse fim, com ampla divulgação prévia, onde se dará:

#### JUSTIFICATIVA:

A ampliação da base do SINASEFE com a filiação dos servidores civis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa e os servidores dos Ex-Territórios, faz-se necessário uma mudança no estatuto da entidade para contemplar esta categoria que em muito tem contribuído de todas as formas para este sindicato. Estes servidores constituem tanto os professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT), quanto os servidores técnicos administrativos do Plano Geral do Poder Executivo (PGPE) e os servidores do Plano de Classificação de Cargos dos Ex-Territórios (PCC-EXT).

Assinam essa Tese os companheiros e companheiras das seções sindicais:

Flávio dos Santos Barbosa (CMR-EAMPE)

Karla Simões Bertotti (CMR-EAMPE)

Marcelo Teixeira da Silva (CMR-EAMPE)

Gizella Menezes Rodrigues (CMR-EAMPE)

Aluísio Gomes Coelho (CMR-EAMPE)

Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca (CMR-EAMPE)

Marliete Cristina da Luz (CMR-EAMPE)

Anamaria Freitas do Nascimento (CMR-EAMPE)

José Marcos Monteiro das Chagas (CMR-EAMPE)  
Valéria do Nascimento (CMR-EAMPE)  
Vagner dos Santos Henriques (CMR-EAMPE)  
Ronaldo Miguel da Hora (CMR-EAMPE)  
Francisco Chaves Bezerra (CMR-EAMPE)  
Denise Brito Monteiro (CMR-EAMPE)  
Valmir José da Silva (CMR-EAMPE)  
Maria Solange dos Santos Gama (CMR-EAMPE)  
Evandro Marques Bezerra da Silva (CMR-EAMPE)  
Gabriel de Oliveira Rodrigues (AprofCMPA)  
Cristina Kaszuba de Freitas (AprofCMPA)  
Maria Helena Gravina (AprofCMPA)  
Paulo Sérgio Fioravanti Jardim (AprofCMPA)  
Tatiana Prevedello (AprofCMPA)  
Suzana Gutierrez (AprofCMPA)  
Leandro Batista da Silva (AprofCMPA)  
Carlos Alberto Genz (AprofCMPA)  
Rosa Maria Cardoso dos Santos (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Cláudio Henrique Afonseca de Souza (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Amaury Garcia dos Santos Neto (CMRJ/FO/CN/CEP)  
André Sarmento (IFBA/CMS)  
Maria Eliana Almeida Matos (IFBA/CMS)  
Helenluce Macedo Barigchun (IFBA/CMS)  
Agnaldo Pedro Santos Filho (IFBA/CMS)  
Dalila Flora Cardoso Varino (IFBA/CMS)  
Luciana Santos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Cirlene Passos Kayanoki (IFBA/CMS)  
Nadja Miranda (IFBA/CMS)  
Margarete Rodrigues Neves Oliveira (IFBA/CMS)  
Maria Luiza Araújo (IFBA/CMS)  
Joilson Cruz da Silva (IFBA/CMS)  
Saulo Daniel Campos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Jorge Otte (IFSC/EAMSC)  
Milton Máximo Ferrari (CMSM)  
Maria Inês Barreto da Costa (CMB)  
Maria Aparecida Porfirio (CMB)  
Gabriela Menezes de Souza (CMB)  
Claudia Cristina de Faria (CMB)

Alex Antônio de Oliveira (CMB)  
Emiliana da Consolação Ladeira (Barbacena-EPCAR)  
Sônia Maria da Costa Leite (IFPA/CTRB/CIABA)  
Rita Gil (IFPA/CTRB/CIABA)  
Isabel Cristina (IFPA/CTRB/CIABA)  
Clarissa Maciel Cavalcante (IFPA/CTRB/CIABA)  
Luiz Otávio Monteiro Barroso (IFPA/CTRB/CIABA)  
José Raphael Moreira da Silveira (SINDSIFCE-CMF)  
Eluziane Gonzaga Mendes (SINDSIFCE-CMF)  
Lourdes Rafaella Santos Florêncio (SINDSIFCE-CMF)  
Artemis Martins (SINDSIFCE-CMF)  
Alice de Araújo Nascimento Pereira (SINASEFE IF Fluminense)  
Marco Vinícius Moreira Lamarão (SINASEFE IF Fluminense)  
Tânia Regina Barbosa de Sousa (SINASEFE Sergipe)  
José Correia Neto (SINASEFE Sergipe)  
Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC)  
Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo (SINTEFPB)  
Grazielle Nayara Felício Silva (SINASEFE-SP)  
Michelangelo Torres (IFRJ)  
Fernanda Rosá (seção IFSC)  
Sônia Regina Adão (seção IFSC)  
Jean Magno (IFMA São Luís Maracanã)  
Claudicea Alves Durando (IFMA Monte Castelo)  
Luís Sérgio (SIDSCOPE)  
Diacuy Pereira de Andrade Felipe (Seção Crato Ceará)  
Rafael Bernardo Silveira (seção Rio do Sul SC)  
Glábia Dutra (IFMG)  
Pedro Luiz Teixeira de Camargo (IFMG)  
José Xavier da Silva (IFMG)  
Ricardo Eugênio Ferreira (IFMG)  
Júlio Cesar Bello (Seção Sindical IFES)  
Manoel José Porto Júnior (IFSUL)

## 38 - TESE ESTATUTÁRIA COMPOSIÇÃO CND E CNS

Adição em artigos e capítulos:

Art. 9º – Adicionar as alíneas

g) CND – Comissão Nacional Docente

h) CNS – Comissão Nacional de Supervisão

### CAPÍTULO VII

#### DA COMISSÃO NACIONAL DOCENTE

Art. 42º – A Comissão Nacional Docente – CND, será constituída pela indicação das chapas eleitas no CONSINASEFE, respeitando a proporcionalidade estabelecida no artigo 48 deste estatuto. A Coordenação da CND ficará a cargo da Coordenação de Pessoal Docente, a qual terá acento, prioritariamente, nos assuntos da comissão.

Parágrafo único – na composição geral da CND fica estabelecido, prioritariamente, que pelo menos 01 (um) membro seja de Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa.

### CAPÍTULO VIII

#### DA COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO

Art. 43º – A Comissão Nacional de Supervisão – CNS, será constituída pela indicação das chapas eleitas no CONSINASEFE, respeitando a proporcionalidade estabelecida no artigo 48 deste estatuto. A Coordenação da CNS ficará a cargo da Coordenação de Pessoal Técnico Administrativo, a qual terá acento, prioritariamente, nos assuntos da comissão.

Parágrafo único – na composição geral da CNS fica estabelecido, prioritariamente, que pelo menos 01 (um) membro seja de Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa.

#### JUSTIFICATIVA:

A cada CONSINASEFE que passa a composição da CND e CNS tem uma configuração diferente e precisa ser regulamentada na instância superior de nossa entidade, o Congresso. Dada a importância dessas comissões, que tratam das carreiras de nossos servidores(ras) não podemos permitir que a cada congresso

não tenhamos algo bem definido de como será composto estas comissões. Com isso acreditamos que esta definição trará um empenho maior das chapas concorrentes em indicar quadros importantes e com acúmulo para compor essas comissões. Há necessidade, também, que essas comissões tenham representantes das instituições que compõem o SINASEFE, tanto vinculados ao MEC, quanto ao MD.

Assinam essa Tese os companheiros e companheiras das seções sindicais:

Flávio dos Santos Barbosa (CMR-EAMPE)  
Karla Simões Bertotti (CMR-EAMPE)  
Marcelo Teixeira da Silva (CMR-EAMPE)  
Gizella Menezes Rodrigues (CMR-EAMPE)  
Aluísio Gomes Coelho (CMR-EAMPE)  
Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca (CMR-EAMPE)  
Marliete Cristina da Luz (CMR-EAMPE)  
Anamaria Freitas do Nascimento (CMR-EAMPE)  
José Marcos Monteiro das Chagas (CMR-EAMPE)  
Valéria do Nascimento (CMR-EAMPE)  
Vagner dos Santos Henriques (CMR-EAMPE)  
Ronaldo Miguel da Hora (CMR-EAMPE)  
Francisco Chaves Bezerra (CMR-EAMPE)  
Denise Brito Monteiro (CMR-EAMPE)  
Valmir José da Silva (CMR-EAMPE)  
Maria Solange dos Santos Gama (CMR-EAMPE)  
Evandro Marques Bezerra da Silva (CMR-EAMPE)  
Gabriel de Oliveira Rodrigues (AprofCMPA)  
Cristina Kaszuba de Freitas (AprofCMPA)  
Maria Helena Gravina (AprofCMPA)  
Paulo Sérgio Fioravanti Jardim (AprofCMPA)  
Tatiana Prevedello (AprofCMPA)  
Suzana Gutierrez (AprofCMPA)  
Leandro Batista da Silva (AprofCMPA)  
Carlos Alberto Genz (AprofCMPA)  
Rosa Maria Cardoso dos Santos (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Cláudio Henrique Afonseca de Souza (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Amaury Garcia dos Santos Neto (CMRJ/FO/CN/CEP)  
André Sarmento (IFBA/CMS)  
Maria Eliana Almeida Matos (IFBA/CMS)

Helenluce Macedo Barigchun (IFBA/CMS)  
Agnaldo Pedro Santos Filho (IFBA/CMS)  
Dalila Flora Cardoso Varino (IFBA/CMS)  
Luciana Santos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Cirlene Passos Kayanoki (IFBA/CMS)  
Nadja Miranda (IFBA/CMS)  
Margarete Rodrigues Neves Oliveira (IFBA/CMS)  
Maria Luiza Araújo (IFBA/CMS)  
Joilson Cruz da Silva (IFBA/CMS)  
Saulo Daniel Campos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Jorge Otte (IFSC/EAMSC)  
Milton Máximo Ferrari (CMSM)  
Maria Inês Barreto da Costa (CMB)  
Maria Aparecida Porfirio (CMB)  
Gabriela Menezes de Souza (CMB)  
Claudia Cristina de Faria (CMB)  
Alex Antônio de Oliveira (CMB)  
Emiliana da Consolação Ladeira (Barbacena-EPCAR)  
Sônia Maria da Costa Leite (IFPA/CTRB/CIABA)  
Rita Gil (IFPA/CTRB/CIABA)  
Isabel Cristina (IFPA/CTRB/CIABA)  
Clarissa Maciel Cavalcante (IFPA/CTRB/CIABA)  
Luiz Otávio Monteiro Barroso (IFPA/CTRB/CIABA)  
Lourdes Rafaella Santos Florêncio (SINDSIFCE-CMF)  
Artemis Martins (SINDSIFCE-CMF)  
Alice de Araújo Nascimento Pereira (SINASEFE IF Fluminense)  
Marco Vinícius Moreira Lamarão (SINASEFE IF Fluminense)  
Tânia Regina Barbosa de Sousa (SINASEFE Sergipe)  
José Correia Neto (SINASEFE Sergipe)  
Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo (SINTEFPB)  
Grazielle Nayara Felício Silva (SINASEFE-SP)  
Michelangelo Torres (IFRJ)  
Fernanda Rosá (seção IFSC)  
Sônia Regina Adão (seção IFSC)  
Jean Magno (IFMA São Luís Maracanã)  
Claudicea Alves Durando (IFMA Monte Castelo)  
Luís Sérgio (SIDSCOPE)  
Diacuy Pereira de Andrade Felipe (Seção Crato Ceará)

Rafael Bernardo Silveira (seção Rio do Sul SC)

Glábia Dutra (IFMG)

Pedro Luiz Teixeira de Camargo (IFMG)

José Xavier da Silva (IFMG)

Ricardo Eugênio Ferreira (IFMG)

Júlio Cesar Bello (Seção Sindical IFES)

Cleiton Mariano da Silva (SINDSIFPE)

## **39 - TESE DE MODIFICAÇÃO DE ARTIGOS (Art. 18º e 19º)**

### APRESENTAÇÃO:

Esta proposta de reformulação da estrutura da Direção Nacional (DN) representa um passo significativo em direção a um sindicato mais alinhado com as demandas e desafios do nosso tempo, promovendo a inclusão e a representatividade. Ao observar a configuração atual da Direção Nacional, com seus 27 membros, sendo 23 titulares e 4 suplentes, torna-se evidente que o papel desempenhado pelos suplentes transcende a mera substituição de titulares. Eles participam ativamente das deliberações e decisões do sindicato.

Portanto, propomos uma reorganização que manterá o número de membros na DN, eliminando a figura dos suplentes e dividindo a Coordenação de Combate às Opressões. Ficando da seguinte forma: Coordenação de Políticas para Questões Étnico-Raciais, Coordenação LGBTQIA+ e Coordenação de Política para as Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa.

### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO:

Texto atual:

Art. 18º – A Direção Nacional – DN é um plenário colegiado, composto de vinte e sete (27) membros, sendo vinte e três (23) titulares e quatro (04) suplentes.

Alteração:

Art. 18º – A Direção Nacional – DN é um plenário colegiado, composto de vinte e sete (27) membros titulares.

Texto atual:

Art. 19º – A Direção Nacional é composta pelas seguintes Coordenações:

- I. Coordenação Geral, que terá três (3) membros;
- II. Coordenação de Administração e Finanças, que terá três (3) membros;
- III. Coordenação de Pessoal, que terá três (3) membros;

- IV. Coordenação de Comunicação, que terá dois (2) membros;
  - V. Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais, que terá dois (2) membros;
  - VI. Coordenação de Formação Política e Relações Sindicais, que terá dois (2) membros;
  - VII. Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho, que terá dois (2) membros;
  - VIII. Coordenação de Política para as Mulheres, que terá duas (2) mulheres como membros;
  - IX. Coordenação de Combate às Opressões, que terá dois (2) membros;
  - X. Coordenação de Inclusão e Acessibilidade, que terá dois (2) membros.
- § 3º. Os membros das coordenações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX e X receberão as seguintes denominações: secretário(a) e secretário(a) adjunto(a).
- § 4º. As atribuições das coordenações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X serão definidas no Regimento Interno.

Alteração:

Art. 19º – A Direção Nacional é composta pelas seguintes Coordenações:

- I. Coordenação Geral, que terá três (3) membros;
- II. Coordenação de Administração e Finanças, que terá três (3) membros;
- III. Coordenação de Pessoal, que terá três (3) membros;
- IV. Coordenação de Comunicação, que terá dois (2) membros;
- V. Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais, que terá dois (2) membros;
- VI. Coordenação de Formação Política e Relações Sindicais, que terá dois (2) membros;
- VII. Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho, que terá dois (2) membros;
- VIII. Coordenação de Política para as Mulheres, que terá duas (2) mulheres como membros;
- IX. Coordenação de Políticas para Questões Ético-Raciais, que terá dois (2) membros;
- X. Coordenação de Inclusão e Acessibilidade, que terá dois (2) membros.
- XI. Coordenação LGBTQIA+, que terá dois (2) membros.
- XII. Coordenação de Política para as Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa, que terá dois (2) membros.

§ 3º. Os membros das coordenações previstas nos incisos IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII receberão as seguintes denominações: secretário(a) e secretário(a) adjunto(a).

§ 4º. As atribuições das coordenações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII serão definidas no Regimento Interno.

Justificativa:

Na atual configuração da Direção Nacional (DN) do SINASEFE, composta por 27 membros, sendo 23 titulares e 4 suplentes, observa-se uma dinâmica em que os suplentes desempenham um papel que vai muito além de simplesmente substituir titulares em situações de ausência ou impossibilidade. Na prática, esses suplentes exercem funções similares às dos titulares, sendo convocados para reuniões da DN, com direito a voz e voto. Quando ocorre a necessidade de substituir um titular, recorre-se à prerrogativa de convocar outro membro elegível da chapa, da nominata, para ocupar a vaga disponível.

Nesse contexto, propomos nesta tese uma redefinição das funções dos suplentes, incentivando sua atuação mais ativa na DN do SINASEFE, atribuindo-lhes coordenações de grande relevância para o funcionamento do sindicato.

Em virtude da expansão da base de filiados do SINASEFE com a inclusão de servidores civis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa, torna-se imperativa uma revisão estatutária a fim de criar uma Coordenação dedicada a tratar das políticas relacionadas a essas instituições, que apresentam particularidades em razão de seu caráter militar e da lotação de servidores docentes e técnicos administrativos. A criação da Coordenação de Política para as Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa, permite uma abordagem mais específica e dedicada a essas questões cruciais. Essa reorganização promoverá um diálogo mais profícuo e receptivo com os diversos segmentos que compõem e participam ativamente do SINASEFE, refletindo o compromisso do sindicato em enfrentar os desafios contemporâneos de maneira mais eficaz e inclusiva.

Ainda na esteira de tornar o SINASEFE um espaço ainda mais representativo das diversidades, é fato que embora o debate sobre o combate às opressões seja inerentemente interseccional, ele não necessariamente abrange as questões relacionadas a raça e à comunidade LGBTQIA+. Portanto, a divisão das Coordenações permitirá uma abordagem mais específica e concentrada nas questões que afetam diretamente as pessoas LGBTQIA+ e as comunidades negras, indígenas e quilombolas. Além disso, essa reorganização abraçará os desafios relacionados à construção de um espaço sindical e de um projeto de educação antirracista e antilgbtfóbico. Essas mudanças garantirão uma postura mais

acolhedora e promissora, promovendo diálogos mais eficazes com os diversos segmentos que integram e participam ativamente do SINASEFE.

Assinam essa Tese os companheiros e companheiras das seções sindicais:

Flávio dos Santos Barbosa (CMR-EAMPE)  
Karla Simões Bertotti (CMR-EAMPE)  
Marcelo Teixeira da Silva (CMR-EAMPE)  
Gizella Menezes Rodrigues (CMR-EAMPE)  
Aluísio Gomes Coelho (CMR-EAMPE)  
Cláudio Roberto Cavalcanti da Fonseca (CMR-EAMPE)  
Marliete Cristina da Luz (CMR-EAMPE)  
Anamaria Freitas do Nascimento (CMR-EAMPE)  
José Marcos Monteiro das Chagas (CMR-EAMPE)  
Valéria do Nascimento (CMR-EAMPE)  
Vagner dos Santos Henriques (CMR-EAMPE)  
Ronaldo Miguel da Hora (CMR-EAMPE)  
Francisco Chaves Bezerra (CMR-EAMPE)  
Denise Brito Monteiro (CMR-EAMPE)  
Valmir José da Silva (CMR-EAMPE)  
Maria Solange dos Santos Gama (CMR-EAMPE)  
Evandro Marques Bezerra da Silva (CMR-EAMPE)  
Gabriel de Oliveira Rodrigues (AprofCMPA)  
Cristina Kaszuba de Freitas (AprofCMPA)  
Maria Helena Gravina (AprofCMPA)  
Paulo Sérgio Fioravanti Jardim (AprofCMPA)  
Tatiana Prevedello (AprofCMPA)  
Suzana Gutierrez (AprofCMPA)  
Leandro Batista da Silva (AprofCMPA)  
Carlos Alberto Genz (AprofCMPA)  
Rosa Maria Cardoso dos Santos (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Cláudio Henrique Afonseca de Souza (CMRJ/FO/CN/CEP)  
Amaury Garcia dos Santos Neto (CMRJ/FO/CN/CEP)  
André Sarmento (IFBA/CMS)  
Maria Eliana Almeida Matos (IFBA/CMS)  
Helenluce Macedo Barigchun (IFBA/CMS)  
Agnaldo Pedro Santos Filho (IFBA/CMS)  
Dalila Flora Cardoso Varino (IFBA/CMS)

Luciana Santos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Cirlene Passos Kayanoki (IFBA/CMS)  
Nadja Miranda (IFBA/CMS)  
Margarete Rodrigues Neves Oliveira (IFBA/CMS)  
Maria Luiza Araújo (IFBA/CMS)  
Joilson Cruz da Silva (IFBA/CMS)  
Saulo Daniel Campos de Oliveira (IFBA/CMS)  
Jorge Otte (IFSC/EAMSC)  
Milton Máximo Ferrari (CMSM)  
Maria Inês Barreto da Costa (CMB)  
Maria Aparecida Porfirio (CMB)  
Gabriela Menezes de Souza (CMB)  
Claudia Cristina de Faria (CMB)  
Alex Antônio de Oliveira (CMB)  
Emiliana da Consolação Ladeira (Barbacena-EPCAR)  
Sônia Maria da Costa Leite (IFPA/CTRB/CIABA)  
Rita Gil (IFPA/CTRB/CIABA)  
Isabel Cristina (IFPA/CTRB/CIABA)  
Clarissa Maciel Cavalcante (IFPA/CTRB/CIABA)  
Luiz Otávio Monteiro Barroso (IFPA/CTRB/CIABA)  
José Raphael Moreira da Silveira (SINDSIFCE-CMF)  
Eluziane Gonzaga Mendes (SINDSIFCE-CMF)  
Lourdes Rafaella Santos Florêncio (SINDSIFCE-CMF)  
Artemis Martins (SINDSIFCE-CMF)  
Alice de Araújo Nascimento Pereira (SINASEFE IF Fluminense)  
Marco Vinícius Moreira Lamarão (SINASEFE IF Fluminense)  
Tânia Regina Barbosa de Sousa (SINASEFE Sergipe)  
José Correia Neto (SINASEFE Sergipe)  
Diego Rodolfo Simões de Lima (Seção Videira/SC)  
Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo (SINTEFPB)  
Grazielle Nayara Felício Silva (SINASEFE-SP)  
Michelangelo Torres (IFRJ)  
Fernanda Rosá (seção IFSC)  
Sônia Regina Adão (seção IFSC)  
Jean Magno (IFMA São Luís Maracanã)  
Claudicea Alves Durando (IFMA Monte Castelo)  
Luís Sérgio (SIDSCOPE)  
Diacuy Pereira de Andrade Felipe (Seção Crato Ceará)

Rafael Bernardo Silveira (seção Rio do Sul SC)

Glábia Dutra (IFMG)

Pedro Luiz Teixeira de Camargo (IFMG)

José Xavier da Silva (IFMG)

Ricardo Eugênio Ferreira (IFMG)

Júlio Cesar Bello (Seção Sindical IFES)

Manoel José Porto Júnior (IFSUL)

Cleiton Mariano da Silva (SINDSIFPE)



***TESES SOBRE  
ESTRUTURA/IMÓVEL E  
FUNCIONAMENTO DA DN***



## **01 – Organização Administrativa da Direção Nacional: uma questão de fortalecimento sindical (eixo funcionamento da DN)**

A estrutura organizativa de uma representação coletiva necessita de uma base que garanta socialização das decisões, espaços deliberativos participativos, coletividade, transparência, acompanhamento sistemático e avaliação dos seus processos.

Nesse sentido, pensar o processo de organização e representatividade dos sindicatos é primordial, uma vez que o sindicato é uma entidade que desempenha um papel fundamental na representação dos interesses dos trabalhadores e na promoção de melhorias nas condições de trabalho. Para cumprir essas funções de maneira eficaz, é essencial que os sindicatos contem com ferramentas tecnológicas que otimizem suas operações e promovam a transparência em sua atuação. Nesse contexto, a implementação de um sistema integrado de gestão sindical se torna essencial.

Módulos essenciais do Sistema de Gestão Sindicato:

### 1. Gestão de Cadastro:

A gestão eficiente dos dados dos associados é crucial para manter um banco de dados atualizado e preciso, permitindo que o sindicato comunique-se de forma eficaz com seus membros.

### 2. Gestão de Arrecadação:

Um sistema de arrecadação integrado automatiza a coleta de contribuições dos associados, garantindo que as finanças do sindicato estejam saudáveis e transparentes.

### 3. Gestão Financeira:

A gestão financeira proporciona um controle rigoroso das despesas e receitas do sindicato, assegurando a prestação de contas e a sustentabilidade financeira.

### 4. Gestão de Convênios:

Facilita a negociação e o acompanhamento de convênios e parcerias que beneficiem os associados, promovendo vantagens tangíveis para os membros.

### 5. Gestão da Comunicação:

Uma comunicação eficaz é essencial para manter os membros informados sobre atividades, eventos e negociações sindicais.

### 6. Assessoria Jurídica:

O módulo de assessoria jurídica auxilia na gestão de processos legais e na prestação de assistência aos associados em questões legais relacionadas ao trabalho.

#### 7. Gestão de Recursos Humanos (RH):

O gerenciamento de pessoal é fundamental para garantir que o sindicato tenha uma equipe capacitada e motivada para cumprir seus objetivos.

#### 8. Gestão de Agendas:

Facilita o agendamento de reuniões, assembleias e eventos, garantindo que essas atividades ocorram de maneira organizada.

#### 9. Gestão de Eventos:

Este módulo auxilia na organização de eventos sindicais, como assembleias, palestras e cursos de formação, tornando essas atividades mais eficazes.

#### 10. Gestão de Votação:

A gestão de votações eletrônicas promove a democracia interna e agiliza processos de tomada de decisão.

#### 11. Gestão de Reservas:

Facilita a reserva de espaços para eventos, reuniões e assembleias, evitando conflitos de agenda.

#### 12. Gestão de Chamados:

Permite o registro e acompanhamento de demandas e solicitações dos associados, garantindo um atendimento ágil e eficaz.

#### 13. Gestão de Assembleias Digitais e/ou Híbridas:

Permite a realização de um evento digital, seja ele uma plenária, assembleia, eleição ou votação de forma adaptada ao ambiente digital ou híbrido. Diminuindo custos, tempo e necessidade de logística e estrutura com a garantia de toda a segurança necessária.

#### 14. Aplicativo Sindical:

Um aplicativo sindical oferece aos associados um canal direto para acessar informações, se comunicar com o sindicato e participar ativamente das atividades sindicais.

#### 15. Área do Associado:

Uma área restrita para associados permite que eles acessem informações relevantes, documentos (declaração ou carteirinha de filiação) e serviços de forma segura e conveniente.

A implementação de um sistema integrado de gestão sindical é crucial para garantir a eficiência, transparência e relevância dos sindicatos na atualidade. Essas ferramentas tecnológicas não apenas simplificam as operações internas, mas também fortalecem a relação entre o sindicato e seus associados, tornando a

representação dos trabalhadores mais eficaz e significativa. Portanto, investir em um sistema integrado é um passo importante na busca por sindicatos mais fortes e eficientes, capazes de cumprir seu papel fundamental na sociedade.

O esforço nesse sentido de garantir segurança e confiabilidade nos processos pode viabilizar maior vinculação e implicação de sindicalizadas e sindicalizados. Ter transparência é evidenciar um Sindicato organizado e que se ocupa com o devido retorno às pessoas que a ele se vinculam.

#### Assinaturas

Nome	Seção
Anderson Polo de Faria	SINTIFRJ
Andresson Cícero Silva Keal	SINTEFPB
Angela Nayva da Silva Souza Corrêa	IFRR
Anna Luiza Azevedo da Silva Moura	SINDSCOPE
Artur Barbosa dos Anjos	SINTIETFAL
Bianca Ponciano Prell	SINTIFRJ
Carlos Eduardo Giglio franco	SINTIFRJ
Clarival Araújo dos Santos Júnior	IFTO
Daniel Mendes Pires Haack	SINTIFRJ
Danilo Anderson de Castro	Muzambinho - MG
Davis Wilian Graciano de Toledo	IFSP
Domingos Ricardo Sampaio da Silva	Codó - MA
Eugênio Marquis de Oliveira	Muzambinho - MG
Felipe Gramonski dos Santos	SINTIFRJ
Francisco Jorge Costa Ribeiro	SINDSIFCE
Germano Godoy	IFFluminense
Gleydson José Pereira Vidigal	Machado - MG
Guilherme Oliveira Abrão	Muzambinho - MG
Gutembergue Lopes de Souza Junior	SINTIFRJ
Henrique Jordon Santos de Medeiros Silva	Natal - RN
Jefferson Machado de Assunção	SINTIFRJ
Juliana Alexandra Parente Sa Barreto	SINDSIFCE
Kelson de oliveira monteiro	SINDSIFCE

Leewertton de Souza Marreiro	SINTEF-PB
Lidia Farias Lima	SINDSIFCE
Marcony Souza da Silva	Monte Castelo - MA
Moacir José Rossetti Junior	IFRR
Nathália Lopes Caldeira Brant	Machado - MG
Nelson Damião	Muzambinho - MG
Patrícia Conceição de Souza	IFBA / CMS - BA
Paulo Andre Ferreira	SINTIFRJ
Paulo Vitor Ribeiro Chagas	IFFluminense
Poliana Coste e Colpa	Muzambinho-MG
Rafael Martins Neves	Muzambinho-MG
Raimundo Klaus Reis Santos	IFPA, CTRB e CIABA
Roberto Wallace Viana	IFES
Romero Gomes da Silva	IFRR
ROSENIR Martins Nunes Chaves	Brasília-DF
Rosinaldo Silveira	IFPA-CTRB-CIABA
Rucélio Gomes Sarmento	SINTEF-PB
Saulo Ramos de Oliveira	SINTEF-PB
Thaise Munea Vieira	SINDSIFCE
Tiago Gomes da Silva Ribeiro	IFFluminense
Victor Andre Rego	SINTIFRJ
Victor Hugo Nogueira das Neves	IFFluminense

## **02 - LUTA PELA GARANTIA DA DIGNIDADE DOS SERVIDORES E SERVIDORAS APOSENTADOS(AS)**

Organização das Nações Unidas – ONU, na Assembleia Geral, realizada em 14/12/2020 em Genebra, declarou o período de 2021 a 2030 como a “década do envelhecimento saudável”. Para a ONU, alcançar os objetivos da década do envelhecimento saudável depende do trabalhando de todos – ONU, governos, sociedade civil e setor privado. Somente com esse esforço conjunto pode-se adicionar anos à vida, com qualidade, ou seja, para melhorar a vida dos idosos, suas famílias e comunidades.

Importante destacar que a saúde é fundamental para a experiência na velhice e para as oportunidades que o envelhecimento traz. As iniciativas empreendidas como parte da Década buscarão, segundo a ONU, mudar a forma de pensar, sentir e agir em relação à idade e ao envelhecimento; facilitar a capacidade dos idosos de participar e contribuir com suas comunidades e sociedade; prestar atenção integrada e serviços de saúde primários que atendam às necessidades do indivíduo; e prover acesso a cuidados de longa duração para pessoas idosas que deles necessitem.

Desta forma, a Resolução da ONU expressa a preocupação de que, apesar da previsibilidade do envelhecimento da população e do seu ritmo acelerado, o mundo não está suficientemente preparado para responder aos direitos e necessidades das pessoas idosas. Reconhece que o envelhecimento da população afeta os sistemas de saúde, mas também muitos outros aspectos da sociedade, incluindo os mercados de trabalho e financeiros e a demanda por bens e serviços, como educação, habitação, cuidados de longa duração, proteção social e informação. Portanto, requer uma abordagem de toda a sociedade.

O Relatório Social Mundial da ONU, divulgado em 12/01/2023, afirma que o número de pessoas com mais de 65 anos deve dobrar até 2050, chegando a 1,6 bilhão; expectativa média de vida também vem subindo. O Relatório destaca estudo do Departamento para Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas alertando para a necessidade de investimentos e políticas públicas para atender demandas de um mundo em envelhecimento.

As frequentes crises mundiais, que refletem diretamente no aumento do custo de vida, indicam que os direitos e o bem-estar dos idosos deve estar no centro dos esforços coletivos para alcançar um futuro sustentável. O relatório aponta que nem todos se beneficiaram igualmente das melhorias na saúde e na educação que impulsionaram o envelhecimento populacional. Enquanto muitas pessoas idosas têm

excelente saúde ou são economicamente ativas, a maioria vive com doenças ou na pobreza.

Segundo afirma Júlia Galvão, os dados divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNADC- do IBGE, a população nacional está apresentando um constante envelhecimento. Em dez anos, o número de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população – dado que revela uma importante mudança na estrutura etária da nação brasileira.

Além de aspectos sociais, a temática revela uma mudança no desenho econômico nacional, indicador importante para pensar no redirecionamento de políticas públicas no Brasil, principalmente aquelas relativas à Previdência Social e à saúde pública, uma vez que o número de pessoas aposentadas está em constante crescimento no Brasil.

Nesse contexto, de razoáveis preocupações quanto às incertezas em relação ao presente, mas, principalmente, com o futuro, insere-se o funcionalismo público brasileiro, nas três esferas de administração (federal, estaduais e distrital e municipais).

Na mesma medida com que se observa o envelhecimento da população brasileira, observa-se, também, o envelhecimento do funcionalismo público. Isso faz com que hajam políticas públicas eficientes para atender as necessidades dessa faixa etária crescente da população, com educação, saúde, trabalho, habitação etc, de modo a possibilitar aos idosos experimentar um aumento dos anos de vida, com qualidade.

No que se refere ao funcionalismo público, o Jornal Folha de São Paulo, citando estudos, afirmou que, excluídos os supersalários, 70% ganham até R\$ 5.000,00 mensal. Com a política de remuneração da aposentadoria, adotada pelas diferentes esferas de administração, certamente, o valor médio será ainda menor, o que impacta na qualidade de vida de quem se aposenta.

Soma-se a isso o fato de que, no Brasil, as políticas públicas, especialmente as voltadas à terceira idade, em que pese estar contidas em normas como a Constituição, Estatuto do Idoso, são ineficientes para dar conta de todas as necessidades desse grupo populacional, o que acaba por interferir na qualidade de vida e, conseqüentemente, na dignidade da pessoa humana, fundamento este presente no art. 1º, III da CF.

Assim, não é possível falar em dignidade da pessoa humana, se ao aposentar-se, a pessoa não consegue viver dignamente com o valor da aposentadoria que recebe. Além da diminuição do valor, ainda há a ausência de manutenção do poder de compra, o que impacta a vida diante do aumento dos

preços, enfim, do custo de vida, incluindo aí parcela considerável com remédios e outros itens indispensáveis à terceira idade.

Ora, a ONU declara 2021-2030 como a “década do envelhecimento saudável”, mas, não há envelhecimento saudável, para os aposentados e aposentadas, se o valor da aposentadoria não for capaz de, minimamente, atender as necessidades. Políticas públicas direcionadas à população idosa são necessárias, mas é necessário garantir o valor da aposentadoria. Sem a conjugação desses fatores, a declaração da ONU se transforma em mero discurso retórico, sem nenhum resultado prático.

Ainda, assistimos nos últimos anos, um constante ataque aos direitos dos servidores e servidoras no serviço público, como a precarização, a falta de política de valorização, falta de recomposição do poder de compra dos salários, situação essa que se agrava cada vez que se aprova alterações legislativas com reflexos no serviço pública e no sistema previdenciário.

Diante desse contexto, é crucial que o SINASEFE encampe com destemor, a luta pela garantia dos direitos dos servidores e servidoras, no sentido de provocar discussões com o governo e legislativo, objetivando:

- I- A adoção de políticas que garantam às aposentadorias o poder de compra e a paridade remuneratória entre ativos e inativos;
- II- Que seja viabilização para implantar um sistema remuneratório mais justo, de modo a reduzir, na base, as diferenças e distorções salariais;
- III- Que seja viabilizado a implantação e/ou aperfeiçoamento das carreiras e/ou carreira única, com valorização dos servidores e servidoras, não se quanto à remuneração, mas, ambiente e outros aspectos;

É possível dar um salto de qualidade na vida dos aposentados com políticas públicas estatais, bastando que os governos gastem os recursos públicos com mais eficiência, que implemente reforma tributária mais justa, entre outras medidas de curto, médio e longo prazo, como políticas de Estado, não de governo.

Diante desse cenário, a presente tese propõe que o 35º CONSINASEFE aprove a criação de Comissão Nacional de Assuntos de Aposentadoria-CNAAP, cuja tarefa é subsidiar a Direção Nacional do SINASEFE, com dados atualizados referente aos problemas que atingem os servidores e servidoras aposentados, no âmbito das carreiras, remuneração, valorização.

Desse modo, a DN com dados atualizados, possa encampar a luta pela garantia e/ou implementação dos direitos dos servidores e servidoras aposentados, garantindo dignidade humana, que se traduz em dias alongados com melhor qualidade de vida.

Assinam:

Alice Gomes – Seção Rio de Janeiro

Altemir Roque – Seção Pimenta Bueno

Flávia Hiromi Takahasche – Seção Pimenta Bueno

Nivelda Lovo – Seção Pimenta Bueno

1- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: (<https://www.paho.org/pt/noticias/14-12-2020-assembleia-geral-da-onu-declara-2021-2030-como-decada-do-envelhecimento>). Acesso em: 13/10/2023.

2- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: (<https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807992>). Acesso em: 13/10/2023.

3- GALVÃO, Júlia. Disponível em: (<https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-revelam-que-o-brasil-esta-envelhecendo/>). Acesso em: 13/10/2023.

4- Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/07/sem-supersalarios-70-dos-servidores-publicos-brasileiros-ganham-ate-r-5000.shtml>). Acesso em: 13/10/2023.

5- Brasil. Disponível em: ([https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)). Acesso em: 13/10/2023.

Assinam:

Alice Gomes – Seção Rio de Janeiro

Altemir Roque – Seção Pimenta Bueno

Flávia Hiromi Takahasche – Seção Pimenta Bueno

Nivelda Lovo – Seção Pimenta Bueno

### **03 - Organização nacional e luta integrada dos servidores do MD: por uma Comissão Nacional de Servidores Civis lotados nas Instituições de Educação Básica administradas pelo Ministério da Defesa**

Palavras-chave: Instituições de Ensino Básico do Ministério da Defesa; Comissão Nacional; Luta Integrada; Organização sindical.

Introdução:

No 34º CONSINASEFE, foi apresentada tese intitulada “Civilizar os Colégios Militares! Unificando a luta da Rede Federal com a rede do Ministério da Defesa”, escrita por membros da Seção Sindical SINASEFE CMRJ e apoiada por diversas(os) filiadas(os) do SINASEFE, inclusive por servidoras(os) não lotadas(os) em instituições administradas pelo Ministério da Defesa (doravante MD). No documento, defendeu-se a necessidade de que o SINASEFE NACIONAL encampasse a luta das Instituições de Ensino Básico geridas pelo MD com o mesmo vigor e seriedade com que batalha pelas(os) servidoras(es) dos Institutos Federais de Educação. Para tal, a tese apresentou algumas especificidades dos colégios ligados ao MD, apontando para a necessidade de atenção diferenciada aos pleitos das(os) servidoras(es) neles lotadas(os).

O texto repercutiu no último congresso, sendo discutido por diferentes coletivos, que, em tese, compreenderam a existência de diferenças substanciais entre as lutas travadas por servidoras(es) do MEC e servidoras(es) do MD. Dessa forma, filiadas(os) do SINASEFE lotadas(os) em instituições do MD se sentiram um pouco mais incluídas(os) nas pautas deste Sindicato, do qual fazem parte há quase vinte anos.

Entretanto, apesar de toda atenção conferida à tese mencionada, há de se reconhecer que a luta das(os) filiadas(os) do SINASEFE lotadas(os) no MD ainda carece de maior organização em nível nacional. Por mais que se reconheçam avanços, as especificidades das instituições do MD ainda não são claramente conhecidas e compreendidas pelo todo da base do SINASEFE NACIONAL e suas/seus dirigentes, de forma que decisões importantes seguem sendo tomadas sem considerar as realidades que as(os) servidoras(es) de tal segmento enfrentam em sua luta diária. Deve-se ressaltar que servidoras(es) do MD não apenas podem como devem trazer suas questões às Plenárias do SINASEFE. Contudo, sente-se que isso não é suficiente. Ainda há muito a percorrer para que a luta das(os)

servidoras(es) das instituições do MD seja efetivamente empreendida de maneira organizada e precisa nacionalmente. A presente tese se propõe a apresentar contribuições nesse sentido.

#### Panorama atual da luta das(os) servidoras(es) do MD

Na atual configuração de nosso Sindicato, não há uma pasta específica na DN que trate das particularidades de filiadas(os) lotadas(os) no MD. No momento, a maior iniciativa no sentido de colocar em evidência as pautas específicas dessas(es) servidoras(es) é a realização anual do Encontro dos Servidores Cíveis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa (ESCIME), evento no qual esse segmento da base do SINASEFE se reúne para expressar inquietações, compartilhar vivências e pensar estratégias de luta. Além disso, tem sido costume a formação de uma comissão de negociação junto ao MD, ao final do encontro. Tal comissão poderia configurar um importante canal de diálogo entre a base do MD e a DN, além de, obviamente, se apresentar como um caminho para que as demandas específicas desse segmento do Sindicato sejam levadas e negociadas diretamente com o MD. No entanto, devido à sua constituição atípica dentro da estrutura do SINASEFE, tal comissão tem seu potencial prejudicado e seus resultados têm se mostrado insuficientes para as necessidades de nossa luta.

Um primeiro problema observado é que, diferentemente de outras comissões já existentes no âmbito do SINASEFE, como a CND e a CNS, a composição da atual comissão do MD não se dá em consonância com o processo eleitoral ocorrido em instâncias superiores do Sindicato. Sua formação é decidida anualmente no ESCIME, que é um evento de formação e mobilização de base e, portanto, não deliberativo. Embora as comissões formadas no ESCIME venham sendo referendadas em Plenárias, esse processo atípico de constituição acaba por conferir a uma comissão de tamanha importância para nossa base um lugar marginal em nosso Sindicato. Um exemplo disso é a incerteza quanto ao financiamento para que os membros da comissão possam realizar deslocamentos necessários ao desempenho de suas atribuições.

Soma-se a isso o fato de que a formação de tal comissão ocorre sem critérios previamente estabelecidos e divulgados. No último ESCIME, por exemplo, as regras foram sendo criadas à medida que a eleição ocorria. Assim, os presentes se candidatavam e/ou votavam sem ter clareza do todo do processo eleitoral.

Ainda que bem intencionada, uma eleição realizada dessa maneira resulta em problemas que não podem ser ignorados. Primeiramente, por não se tratar, a priori, de evento deliberativo, as seções não elegem delegados para o ESCIME. Cada

seção envia seus participantes em número ilimitado, de acordo com suas possibilidades. A partir disso, tem sido prática no ESCIME que todas(os) as(os) presentes tenham voto na decisão dos critérios de votação e na eleição das(os) candidatas(os), assim como o direito de propor sua própria candidatura a membro da comissão. Tal dinâmica destoa, portanto, de processos eleitorais e de tomada de decisão que ocorrem em outras instâncias do Sindicato, além de potencialmente causar danos à própria isonomia do processo.

Sem eleição de delegados, seções que podem enviar participantes em maior número têm direito a mais votos, independentemente do tamanho de sua base local, algo que não ocorre em eventos deliberativos do SINASEFE NACIONAL, como o CONSINASEFE. Além disso, o procedimento atual possibilita que filiadas(os) se candidatem de forma individual e sejam eleitas(os) para uma comissão de representação nacional sem necessariamente terem a anuência e o suporte de sua base local e/ou de um coletivo.

Além de problemas relacionados à sua composição, o próprio trabalho da comissão de representação do MD ainda carece de uma metodologia mais clara e organizada. No momento, não há um documento que estabeleça regras para o funcionamento da comissão ou que detalhe suas atribuições. Tampouco há diretrizes previstas para a comunicação com a base ou para um trabalho de mediação e colaboração junto à DN ou outras instâncias do Sindicato. Assim, as ações da comissão costumam ocorrer de forma assistemática e, por vezes, sem chegar ao conhecimento da base que representa.

Dessa forma, pela falta de um método organizado e oficializado de constituição e funcionamento, tal comissão tem seu potencial de ganho para a categoria minimizado: sua configuração atípica acaba por a isolar dentro da estrutura do SINASEFE NACIONAL e suas ações são prejudicadas e/ou obliteradas pela falta de maior articulação junto à DN e de meios de comunicação claros com a base.

Por uma Comissão Nacional de Servidores Civis da Educação do Ministério da Defesa

Diante do exposto, trazemos como proposta a criação de uma Comissão Nacional de Servidores Civis da Educação do Ministério da Defesa, nos moldes da CNS e da CND. Tal comissão teria a função de organizar a luta dos servidores civis das instituições de educação básica do MD, com interlocução direta com a Direção Nacional do SINASEFE, bem como com suas várias pastas. Dentre suas atribuições possíveis, elencamos:

- 1) Assessorar a Direção Nacional do SINASEFE, apresentando e mediando a construção de pautas e encaminhamentos que contemplem a realidade específica de servidoras(es) civis das instituições de ensino do MD representadas pelo Sindicato;
- 2) Dialogar com as várias coordenações e comissões do SINASEFE NACIONAL, contribuindo para ações nas diferentes frentes de atuação do Sindicato que contemplem a realidade específica de servidoras(es) civis das instituições de ensino do MD;
- 3) Participar, junto à Direção Nacional do SINASEFE, de mesas de negociação com o MD;
- 4) Auxiliar as Seções Sindicais que sejam responsáveis pela organização do ESCIME.

Propõe-se que tal comissão seja formada como são a CNS e a CND, ou seja, por escolha das chapas que compõem a Direção Nacional do SINASEFE, respeitando-se a proporcionalidade de votos atribuídos a cada chapa e as obrigações estatutárias de paridade de gênero. Propõe-se ainda que a comissão seja formada por 6 (seis) membros titulares, como ocorre na CND e na CNS, e 3 (três) suplentes. Além disso, para que servidoras(es) de todas as forças estejam representadas(os), deve-se garantir ao menos 1 (uma/um) titular lotada(o) em instituição de educação básica do Exército, 1 (uma/um) titular lotada(o) em instituição de educação básica da Marinha e 1 (uma/um) titular lotada(o) em instituição de educação básica da Aeronáutica.

Seguindo as diretrizes do SINASEFE NACIONAL, tal comissão deverá elaborar seu regimento, em que se determinem claramente suas atribuições, organização e modo de funcionamento. Além disso, como ocorre com a CND e a CNS, deverá ter espaço no *site* oficial do SINASEFE NACIONAL e outras plataformas de comunicação do Sindicato para divulgar suas ações e publicizar documentos de interesse da base, assim como lugar de fala em Plenárias e outros eventos nacionais, quando pertinente. Por fim, no que tange ao financiamento, também seria submetida aos mesmos procedimentos já adotados em outras comissões e instâncias do sindicato.

## Conclusão

A criação de uma Comissão Nacional de Servidores Civis da Educação do Ministério da Defesa, com método organizado e alinhada oficialmente à estrutura do SINASEFE NACIONAL, oferece possibilidades concretas para que a luta das(os) servidoras(es) lotadas(os) em instituições do MD ganhe mais força, visibilidade e

efetividade. Além disso, retiraria do ESCIME, que se propõe a ser um evento de formação e mobilização de base, a responsabilidade de assumir uma função deliberativa que não lhe compete. Conseqüentemente, o encontro também ganharia maior efetividade como evento aglutinador de base, já que ficaria livre de discussões e controvérsias políticas relativas a processos eleitorais e poderia se centrar no diálogo entre as(os) participantes para o debate e o levantamento de questões específicas de sua realidade. Assim, a criação da referida comissão, nos moldes da CND e da CNS, fortaleceria a luta de filiadas(os) do SINASEFE lotadas(os) em instituições do MD.

As(os) servidoras(es) civis de instituições de Educação Básica ligadas às forças armadas representam um segmento importante de nosso Sindicato. Em um momento em que correntes que pregam a progressiva militarização do Ensino Básico ganham força e visibilidade e ainda representam uma ameaça à perspectiva de uma educação plural e democrática, a luta por melhores condições de trabalho e práticas pedagógicas nessas instituições não interessa apenas às(aos) trabalhadoras(es) nelas lotadas(os), mas a todas(os) nós. Fortalecer a luta sindical em instituições de educação básica do MD é fortalecer a luta por um projeto de educação livre do autoritarismo!

Proposta final:

Oficialização de Comissão Nacional de Servidores Civis lotados nas Instituições de Educação Básica administradas pelo Ministério da Defesa, que será composta de maneira similar à CND e à CNS, com a principal função de assessorar a DN quanto aos pleitos desta base específica.

Assinam esta tese:

Julienne Kely Zanardi – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Amaury Garcia dos Santos Neto – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Marcelo de Oliveira Assunção – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Beatriz Rietmann da Costa e Cunha – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Rosiane Silva de Souza – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Mauricio Mendes – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Jorge Cláudio Bastos da Silva – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Maria Helena Corrêa Nogueira Grillo – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Flavia Maia Bomfim – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Almir Carvalho de Souza – Seção Sindical SINASEFE CMRJ;

Rita de Cássia de Castro Ribeiro - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Cláudio Henrique Afonseca de Souza - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Maria Spano - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Marly Ignez Athayde - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Vanessa Chaves de Almeida - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Mírian da Costa Loureiro - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Maria Izabel Rodrigues Braga - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Gabriel Dlugolenski Lacerda - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Cláudia Lage - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Tatiane Martins - Seção Sindical SINASEFE CMRJ;  
Lissa Mara Saraiva Fontenele - SINDSIFCE/CMF;  
José Raphael Moreira da Silveira - SINDSIFCE/CMF;  
Vinícius Vanir Venturini - SINDSIFCE/CMF;  
Thiago de Sousa Almeida - SINDSIFCE/CMF;  
Camila Freitas Bezerra - SINDSIFCE/CMF;  
Marisa Ribeiro Moura de Abreu - SINDSIFCE/CMF;  
Maria do Socorro Calixto de Oliveira - SINDSIFCE/CMF;  
Eluziane Gonzaga Mendes - SINDSIFCE/CMF;  
Vandemberg Simão Saraiva - SINDSIFCE/CMF;  
Maria Liliana Miranda da Costa - SINDSIFCE/CMF;  
José Edelberto Costa Filho - SINDSIFCE/CMF;  
Gláucia Maria Bastos Marques - SINDSIFCE/CMF;  
Máira Cristina Dórea Barretto - SINDSIFCE/CMF;  
Edmar da Rocha Marques - Coordenador Geral do Sindscope;  
Elenira Oliveira Vilela - Seção IFSC e DN;  
Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira/SC;  
Euza Raquel de Sousa - Seção Mossoró;  
Elaine Cristina dos Santos - Seção São Paulo;  
Ariovan da Silva Martins - SINASEFE Barbacena - EPCAR;  
Emiliana da Consolação Ladeira - SINASEFE Barbacena - EPCAR;  
Thiago Maciel de Oliveira - SSCMB;  
Maria Inês Barreto da Costa - SSCMB;  
Aluísio Gomes Coelho - CMR/EAMPE;  
Gizella Menezes Rodrigues - CMR-EAMPE;  
Karla Bertotti - CMR-EAMPE;  
Flavio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE;  
Jorge Otte - EAMSC / IFSC;  
Ana Paula Pires - EAMSC/IFSC;

Sonia Maria da Costa Leite – ETRB (atual CTRB);  
Gabriel de Oliveria Rodrigues – AprofCMPA;  
Carlos Alberto Genz – AprofCMPA;  
Leandro Batista da Silva – AprofCMPA;  
Tatiana Prevedello – AprofCMPA;  
Suzana Gutierrez – AprofCMPA;  
Paulo Sergio Fioravanti Jardim – AprofCMPA;  
Milton Máximo Ferrari – Colégio Militar de Santa Maria;  
Vanessa J. R. Mandriola – Assines Ssind;  
Felipe Oliveira Silva – Assines Ssind e DN;  
Denilza da Silva Frade – Seção São Paulo e DN;  
Nadjar Aretuza Magalhães – Seção Brasília;  
Mário Luiz Madeira Ferreira – Seção Litoral;  
Ramon Fonseca – Norte de Minas;  
Antônio Nobre – Cáceres MT;  
Gabriel Renan Neves Barros – IFPA, CTRB e CIABA;  
Cleiton Mariano da Silva – SINDSIFPE.

## **04 - VENDA DO TERRENO DA DN/SINASEFE CONDICIONADA À COMPRA DE UM ÍMOVEL/AUDITÓRIO PARA REALIZAR AS PLENAS**

O SINASEFE NACIONAL/DN possui os seguintes bens imóveis:

- a) Uma Sede, localizada na SCS, Quadra 02, Bloco C, Edifício Serra Dourada, SL 109/110 – Brasília-DF;
- b) Uma casa, localizada SHIGS 703, Bloco “I”, Casa 03, Asa Sul – Brasília-DF e,
- c) Um Terreno, localizado no SIBS Quadra - 02, Conjunto Comercial B – Lote 12, Setor Industrial Bernardo Sayao, Núcleo Bandeirantes – Brasília DF.

JUSTIFICATIVA:

O terreno do SINASEFE foi adquirido através de Escritura Pública de Compra e Venda pela Direção Nacional em 30 de outubro de 2014, pelo valor de R\$ 1.800,000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), com característica de imóvel comercial e uma área total de 1.000,00 m<sup>2</sup> (Mil metros quadrados), cadastrado junto ao governo do distrito federal pela inscrição fiscal/contribuinte n.º 45957320, escriturado no 5º Cartório do Ofício de Notas de Taguatinga-DF, Fls. 181- Protocolo 151436.

O objetivo da construção de uma estrutura de uma escola de formação no terreno, não foi viabilizado pelas gestões posteriores da DN. Durante esse período a DN não conseguiu a isenção do IPTU, além dos gastos com a manutenção do terreno.

Em, 09 de agosto de 2023, o Imóvel/Terreno foi avaliado pela – Administração Financeira de Imóveis LTDA – CNPJ 38.024.857/0001-14 –, pela sua localização de acordo com o mercado Imobiliário, pelo valor de 2.400,000,00 (Dois milhões e quatrocentos mil reais).

O Secretário Jurídico e Relação de Trabalho da DN foi autorizado em reunião da DN, realizar levantamentos de imóveis com capacidade de abrigar um auditório, em torno da Sede do SINASEFE/DN.

Foi localizado na SCS, Quadra 1, do DF, um prédio com um andar e uma área de 450 m<sup>2</sup> útil, com capacidade de uso para auditório de 150 (cento e cinquenta)

pessoas, bem como recebemos duas propostas de compra do terreno pelo valor avaliado.

A DN possui uma despesa anual considerável com locação de espaço para realizar as PLENAS, que poderá ser resolvido com a compra de um imóvel, em torno da Sede da DN, com objetivo de realizar as reuniões das instâncias do SINASEFE.

É imprescindível que a venda do terreno seja casada com a compra de um outro imóvel, pois estaria preservando a mesma decisão da aquisição do terreno realizada em 2014. Não é demais ressaltar que diante da situação financeira que a DN está atualmente, se a gestão da DN/2014, não tivesse realizado esse investimento na aquisição do terreno, certamente esse dinheiro não estaria também disponível.

Não se trata de retrocesso, mas da otimização do valor investido na aquisição de um imóvel, pela DN da época, que hoje possa resolver as despesas de mais de cem mil reais na realização de cada PLENA.

Nesse diapasão, o Estatuto do SINASEFE estabelece que os bens imóveis somente poderá vendido por decisão do CONSINASEFE, *in verbis*:

“Art. 66. A venda dos bens imóveis será efetuada pela DN após decisão favorável do CONSINASEFE, mediante concorrência pública em nível nacional, pela maior oferta, com edital publicado no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de trinta (30) dias da data de sua realização”.

Nesse sentido, consubstanciado no Art. 66 do Estatuto do SINASEFE, submetemos ao Plenário do 35º CONSINASEFE a proposta de venda do Imóvel/Terreno do SINASEFE/DN, localizado no SIBS Quadra - 02, Conjunto Comercial B - Lote 12, Setor Industrial Bernado Sayao, Núcleo Bandeirantes - Brasília DF, condicionado a compra de um outro imóvel, com espaço para realizar as PLENAS e Encontros Nacionais da categoria e, que tenha as condições e viabilidade técnica de ter um Auditório para até 200 (duzentas) lugares, bem como, todo o dinheiro da venda do terreno a DN-Direção Nacional do SINASEFE somente poderá usar em investimento/manutenção de imóvel da DN/SINASEFE NACIONAL.

Assinaram essa tese:

Carlos Magno (IF Baiano)

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

William Carvalho (Colégio Pedro II)

Roni Rodrigues da Silva (IF Mato Grosso)

Wilson Fábio de Oliveira Bispo (IF Baiano)

## **05 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SINASEFE NACIONAL E NOS ESTADOS (SINASEFE NACIONAL OU FEDERAÇÃO) E FILIAÇÃO A UMA CENTRAL SINDICAL**

A organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras é o instrumento de luta coletiva em defesa de direitos e interesses comuns dos seus membros ou da categoria que representam.

A estrutura organizacional do SINASEFE em SINDICATO NACIONAL, constituída através de Seções sindicais e dos sindicatos de base estadual equiparados a Seção Sindical, tem apresentado alguns problemas como os limites para atuar, após a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, que criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, também conhecida por Rede Federal, constituiu-se em um marco na ampliação, interiorização e diversificação da educação profissional e tecnológica no país. Integrante do sistema federal de ensino vinculado ao Ministério da Educação, a Rede Federal foi instituída pela reunião de um conjunto de instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Institutos Federais); II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e de Minas Gerais (Cefet-MG); IV - Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e V - Colégio Pedro II.

Como estabelecer o limite territorial das seções do SINASEFE em cada Estado da Federação? Nos Estado em que temos mais de um Institutos, seria um possível a criação de uma seção do SINASEFE por Instituto, por campus ou por município? A estrutura administrativa financeira de um sindicato nacional, que o seu CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica é vinculado às seções sindicais, por hora tem engessado o sindicato. Considerando que a cada vez que uma seção tem problemas com o seu CNPJ, todas as demais da federação ficam inviabilizada nas relações comerciais outros.

Por outro lado, ressalta-se que a unicidade como modelo sindical, apresenta a categoria e a base territorial, como os limites para atuar, ou seja, é a proibição, expressa em lei, da existência de mais de um sindicato na mesma base de atuação. Portanto, a lei pode limitar a criação de sindicatos, mas em uma determinada base territorial, ou mesmo de certa atividade econômica. (CONCEIÇÃO, 2012). Ou seja, o princípio da unicidade afirma que, só poderá ter 1 (um) sindicato por categoria na mesma base territorial (município).

Após 34 anos da criação do SINASEFE NACIONAL, faz-se necessário uma reflexão com a base do sindicato, avaliar a estrutura de sindicato nacional que temos hoje e como faremos para resolver os limites e abrangência de cada seção sindical nos Estados.

Atualmente a organização sindical brasileira estrutura-se como pirâmide, possuindo quatro segmentos. Na base, estão os sindicatos, que são representantes diretos dos trabalhadores. A cada cinco sindicatos de uma mesma categoria profissional, com a condição de que representem a maioria dos trabalhadores do setor, pode-se fundar uma federação, a qual terá a finalidade de coordenar e aglutinar interesses comuns. A cada três federações representativas, pode-se constituir uma confederação nacional, com sede em Brasília. As centrais sindicais têm estrutura diferente das confederações, das federações e dos sindicatos, porque não reúnem apenas trabalhadores de um mesmo setor, e sim de entre categorias. Assim, os sindicatos negociam em nome de trabalhadores diretamente com as empresas. As federações traçam a linha ideológica que os sindicatos devem seguir. A atuação das confederações limita-se às de seu setor de atuação. As centrais unem diversos segmentos e delimitam a atuação a ser seguida por suas entidades filiadas.

Hoje, existem mais de 17 mil sindicatos no país, e o ritmo de criação de novos sindicatos é forte. O que estamos propondo neste 35º CONSINASEFE como alternativa: Que o SINASEFE NACIONAL, através de suas bases faça uma reflexão de qual estrutura de sindicato de abrangência nacional queremos e qual a forma que essa estrutura sindical deve se organizar em cada Estado da Federação.

É relevante ainda pontuar que o ordenamento jurídico brasileiro concentra no sindicato a função de representação e negociação, sendo que as demais entidades sindicais (federação e confederação, respectivamente) podem exercer essas funções em caso de inércia ou de inexistência do sindicato, conforme previsão, respectivamente, nos art. 617 e art. 611, § 2º da CLT.

O SINASEFE já foi filiado em duas Centrais Sindicais, a CUT e a CSP CONLUTAS. Atualmente realiza as negociações das pautas dos SPF no FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais. Importante instrumento coletivo da classe trabalhadora.

O SINASEFE não é um Sindicato recém-criado, mas é hoje muito maior e muito mais representativo, depois da criação dos Institutos Federais, do que na época da sua fundação.

Não podemos eleger mais uma Direção Nacional do SINASEFE e deixar de lado nossas referências e bandeiras históricas, construídas nos últimos 34 anos. Precisamos unificar antigos e novos para lutar, conciliando-os com as questões que interessam diretamente à categoria, retomando e decidindo, coletivamente, o caminho que pretendemos seguir nestes próximos dois anos.

A Base não vem se sentindo representada nas suas questões, como é o caso dos Técnicos Administrativos - TAEs, por exemplo. Este segmento recebeu apenas duas parcelas desde o seu último reajuste na tabela, enquanto o acordo assinado pelo PROIFES, também assinado em 2015 para os docentes, garantiu cinco parcelas de acréscimo de valores na malha salarial daquele segmento. Cabendo a lembrança de que tínhamos uma proposta anterior à Greve do governo Dilma de 21%, divididos em quatro parcelas e acabou que muitos segmentos saíram com um percentual menor, em duas parcelas, como foi o caso já mencionado dos técnicos administrativos.

A decisão de reestruturação ou não da organização SINASEFE NACIONAL e de filiar novamente em uma Central Sindical tem que obrigatoriamente passar pela decisão da base do sindicato, antes de uma decisão de uma tese em um CONSINASEFE.

Nesse sentido, defendemos uma agenda anual permanente para realização dos ENCONTROS REGIONAIS DA BASE DO SINASEFE, a partir de 2024.

Os Encontros Regionais existem desde 1996, mas deixaram de ser a referência da construção pela Base do que se pretende no Sindicato Nacional. Estes são fóruns onde a participação da base é muito maior e garante mais pessoas poderem conhecer a pauta e se posicionar sobre as mesmas, tirando das lideranças que vão às Plenárias o direito de decisões isoladas sobre os temas de interesse de toda a categoria.

Quanto mais se realiza Encontros Regionais, mas debates surgem nas instâncias de base e mais ações são implementadas a partir do conhecimento dessa mesma base. Quando centramos nossas ações e os debates apenas nas instâncias nacionais de representação, deixando de ampliar o conhecimento da pauta pela base da categoria, por muitas vezes, inclusive durante os movimentos grevistas, acabamos por ser abarcados pelo oportunismo das direções do movimento que nem sempre vão na direção do que pretende essa base da categoria.

Desse modo, encaminhamos ao Plenário do 35º CONSINASEFE a proposta de aprovação de uma Resolução que no próximo CONSINASEFE, não eleitoral, esteja na pauta para decisão o resultado da:

- 1) Discussão nas bases do SINASEFE da Estrutura Organizacional do SINASEFE NACIONAL (Sindicato Nacional ou Federação). O debate deverá ocorrer obrigatoriamente nos Encontros Regionais em 2024;
- 2) Discussão nas bases do SINASEFE a Filiação ou não a uma Central Sindical. O debate deverá ocorrer obrigatoriamente nos Encontros Regionais em 2024.

Assinaram a tese:

Carlos Magno (IF Baiano)

Ivo da Silva (IF Mato Grosso)

William Carvalho (Colégio Pedro II)

Roni Rodrigues da Silva (IF Mato Grosso)

Wilson Fábio de Oliveira Bispo (IF Baiano)

***TESES SOBRE COMBATE ÀS  
OPRESSÕES***



## **01 - Tese unificada de mulheres: Não haverá luta sem nós: pela ampliação e aprimoramento dos mecanismos de participação das mulheres nos espaços de poder**

Atuação política e sindical das mulheres:

Esta é a primeira de três teses resultantes do esforço coletivo de mulheres do sindicato de trabalhadores da Educação Federal nas diversas redes, a saber: as Instituições Federais de Ensino, as instituições equiparadas como Colégio Pedro II, INES, IBC, escolas vinculadas ao Ministério da Defesa e Colégios de Aplicação das Universidades, além do acúmulo obtido ao longo dos três Encontros das Mulheres iniciados em 2018. As questões e propostas que serão apresentadas aqui partem do acúmulo histórico de lutas, resistências e experiências que permeiam a vida das trabalhadoras e militantes. Apresentaremos uma série de propostas para desenvolvimento, apoio e incremento de políticas sindicais e pautas a serem defendidas pelo sindicato nos nossos locais de trabalho e perante as instâncias cabíveis para buscar o aumento e aprimoramento da participação das mulheres nos espaços políticos. Reconhecemos os avanços já alcançados até aqui, porém sabemos que ainda temos muito o que reivindicar e conquistar. Não só referente ao combate às opressões na sociedade, mas efetivamente, no enfrentamento dos assédios, violências e exclusões que ocorrem nos sindicatos.

Elizabeth Souza-Lobo em seu livro *A classe operária tem dois sexos*, aponta que da perspectiva da participação das mulheres no movimento sindical existem pelo menos quatro obstáculos, constituídos socialmente, que terminam por infringir às mulheres um maior esforço para garantir sua participação. São eles: a dupla jornada, a desvalorização das funções exercidas pelas mulheres nos locais de trabalho, a opinião (senso-comum) de que os homens são os principais atores políticos e principalmente, a exigência que as mulheres além de procriarem seus filhos, sejam seus principais cuidadores. Os resultados apresentados por um estudo publicado recentemente pelo IPEA apontam que, o simples fato de ser mulher leva a um acréscimo de 11 horas semanais no trabalho doméstico e nos cuidados não remunerados. A desigualdade na divisão sexual do trabalho também é patente: sentimos a desvalorização das funções que desempenhamos, das disciplinas que ministramos e até dos cursos que têm mulheres como maioria dos discentes, o que reflete nas verbas, recursos e mesmo nas vagas destinadas à elas. Ademais, nos institutos e escolas onde atuamos, os homens são a maioria dos reitores, pró-

reitorias e direções de campi, ocupando assim a maioria dos espaços decisórios e alcançando mais visibilidade no debate público. Por último, sabemos que é mais comum que as mulheres precisem se ausentar do trabalho por serem muitas vezes as principais ou mesmo únicas cuidadoras de seus filhos. Como conciliar tudo isso com a tarefa sindical, que exige disponibilidade de tempo assim como energia física e emocional para ser exercida? Ainda que tenhamos alcançado a paridade de gênero nas direções e nas mesas assim como a Pasta de Política para Mulheres, ainda temos que enfrentar as grandes dificuldades e várias discriminações no cotidiano, de maneira que até mesmo comparecer a uma assembleia se torna um desafio. Precisamos buscar meios efetivos de que tais obstáculos não se interponham entre nós e nossa luta sindical. E um dos meios mais eficientes tem sido a realização dos Encontro de Mulheres, que possui como objetivo formar, atualizar e apoiar as trabalhadoras de uma maneira geral. Mais ainda, integrá-las no mundo da política e, portanto, nos espaços de poder.

Como nos diz Flávia Biroli em *Gênero e desigualdade no Brasil*: “A política é atualizada como espaço masculino. A história do espaço público e das instituições políticas modernas é a história da acomodação do ideal de universalidade à exclusão e à marginalização das mulheres e de outros grupos sociais subalternizados.” É evidente que essa realidade se torna mais potencializada quando inseridas nela as mulheres negras, indígenas e LBT’s. Nesse sentido, concordamos com a Lélia Gonzales, que afirma a importância e necessidade de reivindicar a diferença enquanto mulher negra (incluímos aqui as indígenas) visto que “sabemos bem o quanto trazemos em nós a marca da exploração econômica, da subordinação racial e sexual”. Portanto, tais questões suscitam as mais diversas temáticas que perpassam a realidade das trabalhadoras da educação e que indicam exatamente os limites que apontamos anteriormente. Desde a atuação sindical até a garantia de creches para filhas e filhos de estudantes e trabalhadoras da educação federal entram nas nossas pautas.

Em nossos encontros, nos congressos, nos plantões, bem como em conversas informais temos discutido diversas pautas, expressado nossos incômodos e desconfortos, problematizado contradições entre discurso e prática, e pensado em caminhos para melhorar nossas condições no espaço sindical. Sabemos que é frequente que as mulheres sejam atacadas de várias formas: distorções de suas falas, impropérios, mentiras e silenciamentos. Há também formas mais sutis, porém igualmente perniciosas, como a desvalorização dos nossos posicionamentos e contribuições políticas, as insinuações e ilações e as formas de tratamento dispensadas a nós. Há também o assédio sexual sofrido e poucas vezes denunciado, apurado e punido. Vemos a necessidade de aprimorar a formação política sobre as

questões de gênero para todos, todas e todes, tanto localmente quanto nacionalmente, considerando-as como uma lente pela qual podemos entender as relações de poder na sociedade e a partir da compreensão que muitas vezes são as próprias mulheres que reproduzem o machismo ao qual são submetidas. E ainda é preciso aprimorar as formas e condições de participação das mulheres em nossos espaços deliberativos e de discussão política, possibilitando que as mulheres estejam presentes e possam participar com qualidade, sem receio de se sentirem intimidadas, constrangidas ou inseguras.

Portanto, é fundamental garantir o planejamento de ações para a formação de lideranças feministas para melhor organização da luta das trabalhadoras. tanto nos encontros e seminários, mas também deve acontecer na prática: seja nas mesas de negociação, nas comissões e no debate público, enfim, garantindo a paridade na representação da luta sindical em todos os espaços de poder e decisórios. Nesse sentido, propomos as seguintes ações:

1. Fomentar e institucionalizar em Congressos Regimentais locais a criação da Pasta de Políticas para as Mulheres nas seções e que na impossibilidade da criação imediata que sejam criados GTs de mulheres de forma transitória para a organização da luta das mulheres.

2. Fomentar e institucionalizar em Congressos Regimentais locais, a criação de Coordenação de Combate às Opressões junto às seções sindicais;

3. Reafirmar a importância de encontros específicos de Mulheres Trabalhadoras da Educação no SINASEFE e que o Encontro de Mulheres seja replicado nas seções;

4. Que haja incentivo à formação de grupos de estudo sobre a temática nas bases, como medida de prevenção contra violências, orientação e acolhimento;

5. Que sejam realizados seminários por região sobre a temática, na tentativa de construção coletiva de soluções para ampliar a participação política das mulheres;

6. Que as seções de base criem cartas de compromisso aos pré-candidatos à reitoria e direção de campus, para indicação e permanência de mulheres em cargos de gestão, em ao menos 50%. e que o SINASEFE construa um modelo para esse fim.

Afirmamos aqui a força das mulheres e o avanço em sua organização para derrotar o fascismo, em defesa de um sindicato feminista, antirracista, anticapacitista, anticapitalista, antilgbtfóbico, anti-etarista e socialista. Entretanto, reconhecemos que precisamos avançar ainda mais e de maneira intransigente nas pautas que combatem a invisibilização e silenciamento das mulheres trans e cis, negras, indígenas, quilombos, LBTs e PCDs nos espaços de atuação política, seja no

sindicato ou outros. Somos a prova viva e pulsante do crescente levante das mulheres na luta pela garantia, aplicação e ampliação de seus direitos. Fomos, somos e nos dispomos a sermos sempre, as principais protagonistas do enfrentamento aos retrocessos, ao conservadorismo e às perdas dos nossos direitos. Porém se faz necessário garantir, ampliar e aprofundar a participação de todas as mulheres nos espaços de poder.

Direito à maternidade saudável, segura e inclusiva - a educação e cuidados como direito das crianças e dever de toda a sociedade

Dentro de um contexto social marcado pelo machismo estrutural é muito comum que a ocupação dos bancos das escolas e universidades, o pleno desenvolvimento profissional e acadêmico, assim como a ocupação nas fileiras de luta dos sindicatos, sejam um desafio para as mulheres. Tal estrutura social, apesar de muitos avanços alcançados pelo movimento feminista, ainda imprime à mulher maiores esforços, quando não totais, para os cuidados e educação com crianças, adolescentes e parentes PCD.

Segundo o suplemento “Outras Formas de Trabalho” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua 2019, em média as mulheres dedicam 10,4 horas a mais que os homens aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas.

Sendo o SINASEFE um espaço democrático cujo seus princípios são viabilizar a igualdade de tratamento formação e atuação política entres suas e seus filiadas e filiados independente da sua cor, etnia, raça, idade, gênero, orientação sexual, condição corporal, mental e intelectual, a luta pela garantia da ampla e efetiva participação das mulheres não deve restringir-se em garanti-lo dentro dos limites organizativos do sindicato.

A luta estende-se pela garantia das mulheres em todos os espaços sociais, de representatividade e de poder. E, sendo um sindicato que representa boa parte das trabalhadoras da educação federal deste país, é necessário que se reivindique junto às instituições a que suas filiadas estão vinculadas, políticas públicas que garantam a elas acesso e condições de permanência na educação formal, de sua dedicação à pesquisa, a sua carreira profissional e acadêmica, bem como estenda essa luta às estudantes destas instituições, compreendendo que não há avanço para a classe trabalhadora enquanto não houver a democratização radical de todos os espaços sociais que historicamente são ocupados majoritariamente por homens.

A condição de atuação efetiva e saudável para as mulheres nos mais diversos espaços perpassa por oferecer condições saudáveis e seguras para o seu maternar

e cuidar. Esses espaços, aqui nesta tese, são reivindicados nos espaços e eventos do SINASEFE, de forma qualificada e intencional. Também são reivindicados nas Instituições Federais de Ensino, nas instituições equiparadas como Colégio Pedro II, INES, IBC, escolas vinculadas ao Ministério da Defesa e nos colégios de Aplicação das Universidades, com creches para estudantes e servidoras.

Constatando que a visão machista e patriarcal de que os cuidados de crianças e adolescentes sejam de responsabilidade feminina, oprime, cobra e culpabiliza a mulher e frequentemente acarreta seu adoecimento, afetando seu desempenho em toda sua vida social, seja no trabalho, na luta sindical ou na vida acadêmica.

O ideário de um espaço infantil custeado (seja pelo poder público ou pelo sindicato), defendido e cuidado por toda sociedade é educativo no sentido de colocar a criança e o adolescente não só na perspectiva da responsabilidade privativa de seus pais e familiares e sim, da responsabilização coletiva pela promoção de uma geração futura que tenha seu desenvolvimento pleno, seguro e saudável. Além disso, debater a qualidade deste espaço para que este seja também espaço de formação política para essas crianças e adolescentes. Criando um espaço para essas crianças e adolescentes de “autoaprendizagem e aprendizagem coletiva a partir de experiência em ações coletivas organizadas segundo eixos temáticos: questões étnico-raciais, gênero, sexualidade, geracionais e de idade, etc” (GOHN, 2013, p.12).

Nesse sentido, colocamos abaixo o plano de luta bianual para que as ações referentes a este tema sejam orientadas:

1. Reivindicação que todas as instâncias cabíveis, incluindo a Rede Federal para que ocorra a política de inclusão com a instalação de creches de qualidade para prevenir a evasão de mães negras, indígenas, quilombolas e todas as mulheres trabalhadoras da educação da Rede, assim como as estudantes, reconhecendo que a educação infantil é direito das crianças como sujeito de direitos e não política de assistência;

2. Luta pela elaboração de uma política que considere a diminuição da carga-horária de trabalho de mulheres que são responsáveis pelo trabalho na Instituição e, ao mesmo tempo, no cuidado de crianças na primeira infância, idosos e a pessoa com deficiência;

3. “Onde houver um(a) servidor(a) com filhos(as), haverá um Sinasefinho!” A manutenção de um espaço de cuidado para crianças e adolescentes até 14 anos com o modelo e a qualidade apresentada pelo projeto Sinasefinho, da pasta de mulheres em todos os eventos sindicais, inclusive nos de base.

4. A viabilização da participação das mães, pais e tutores em geral responsáveis por PCD/TEA e por adolescentes (15 a 17 anos) e estas, caso necessitem cuidadores/acompanhantes e/ou de apoio especializado, podem contar com o financiamento de cuidadores/as pela seção. Não queremos nenhum direito a menos e nenhum retrocesso em relação aos cuidados das crianças e na garantia da participação de mais mães;

5. Que o SINASEFE promova agenda de encontros e mobilização nacional específicas para servidoras/res PCD/TEA mães, pais, responsáveis de PCD/TEA;

6. Revisão anual, democrática e ampla do projeto Sinasefinho.

Assinam essa tese:

1	Abraão Romão Batista	Docente	SINTEFPB
2	Adão de Assis		IFRJ
3	Adelino Francisco de Oliveira	Docente	IFSP
4	Adriana Nascimento de Jesus		IFSP
5	Aelcio Vander dos Santos		IFNMG - ARINOS
6	Afonso de Ligory Brandão Saife	Docente	Pará
7	Alesandra Oriente	TAE	IFSC
8	Alessandra Meira de Oliveira		SINTEFPB/IFPB
9	Alessandro de Paula Silva		SINASEFE Seção Norte de Minas
10	Alexandre dos Santos Souza		SINTEFPB/IFPB
11	Alfranio Pedroso Soares		IFMS
12	Alice de Araujo Nascimento Pereira	Docente	SINASEFE IFFluminense
13	Alice de Souza Ribeiro	TAE	São Vicente do Sul - RS
14	Aline Tátilla Ferreira	TAE	Norte de Minas
15	Allan Costa		IFPB
16	Aloisio Henrique Pereira de Souza		IFSC Canoinhas
17	Amalia Cardona Leites	Docente	Rio do Sul
18	Ana Flavia Melillo	TAE	IFMG
19	Ana Kelly Arantes	TAE	IFMG
20	Ana Paula da Silva	Docente	SINTIFRJ
21	Ana Paula Lopes Siqueira	Docente	IFFLUMINENSE Macaé
22	Ana Virgínia de Sousa Rocha	TAE	Sindsifce- Campus Canindé
23	André Brito de Sousa		SINTEFPB/IFPB

24	Andréa Flores Oliveira	TAE	Norte de Minas Gerais
25	Andréa Moraes	Docente	IFAL
26	Andréia Fernanda Silva iocca	Docente	SINASEFE Mato Grosso
27	Anny Querubina de Souza Barros	Docente	SINTIETFAL
28	Antonia Karla Bezerra Gomes	Docente	SINDSIFCE
29	Antônio Jesus Souza Melo Neto		SINTEFPB/IFPB
30	Antônio Luceni		IFSP
31	Antônio Nobre da Silva	Docente	Cáceres
32	Arielly Dayane Lima Rlbeiro		IFAC
33	Ariovan da Silva Martins	Docente	Seção Barbacena do SINASEFE
34	Arivaldo da Silva Souza	Docente	IFBA/CMS
35	Áureo Mendonça		SINASEFE Monte Castelo
36	Bianca Ponciano Prell	TAE	Sintifrj
37	Caetano José de Lima	Docente	SINTEF PB
38	Camila França Barros	Docente	IFFLUMINENSE
39	Camila Tenório Cunha	Docente	Brasília
40	Carlos Batel		SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
41	Clarissa Maciel Cavalcante		SINASEFE IFPA-CTRB- CIABA
42	Claudenira Cavalcante Melo	TAE	Sindsifce
43	Claudia Marcia Pereira Alves	TAE	SINASEFE IF FLUMINENSE
44	Claudiane da Silva Ladislau	Docente	Seção Para, IFPA, ETRB, Ciaba
45	Claudilena Corrêa Araújo	Docente	Seção Codó MA
46	CLEONICE ALMEIDA DA SILVA	TAE	Seção Crato-CE
47	Cristiane Sousa		IFCE/Sindsifce
48	Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão		SINTEFPB/IFPB
49	Damile Menezes Pessoa Mata	Docente	IFBA
50	Daniela Hilda de Souza Siqueira	TAE	Sintef-GO
51	Daniela Zanotti da Silva	TAE	SINTIFRJ
52	Danielle de Farias Tavares Ferreira	TAE	SINDSIFPE
53	David Lobão	Docente	IFPB
54	Dhieggo Glaucio Evaristo Gomes Nascimento	TAE	SINTEF-PB

55	Diógenes Sgarbi	Docente	SINASEFE-SP
56	Dione Cabral		SINASEFE-SP/ IFSP
57	Domingo Stalin Agüero Martinez	Docente	Simões Filho
58	Edgar Gomes Júnior		IFNMG/SINASEFE Arinos
59	EDNailda Maria dos Santos	Docente	Bahia
60	Eduardo Machado dos Santos		IFMT
61	Elenira Oliveira Vilela	Docente	IFSC e DN
62	Eliana Silva da Silva	TAE	SINASEFE Seção Videira
63	Elielsom Oliveira dos Santos		Instituto Nacional de Educação de Surdos
64	Eliezer da Cunha Siqueira	Docente	SINTEFPB
65	Elza Ferreira Santos	Docente	SINASEFE Sergipe
66	Emanuelle Karenyne Mota Chaves		SINASEFE IFMA- Seção Codó
67	Êmy Virginia		IFCE/Sindsifce
68	Erickson Melo Albuquerque		SINTEFPB/IFPB
69	Evaldo Gonçalves silva	TAE	Jataí
70	Evandina Argenta da Silva	TAE	Litoral
71	Fabio de Oliveira Dias		IFSul Gravataí
72	Fábio Sampaio dos Santos Câmara		SINTEFPB/IFPB
73	Fátima Pereira Gomes	Docente	IFFLUMINENSE
74	Fernanda Conceição da Silva Cherem	TAE	IFSC
75	FERNANDA FERNANDES DE SOUZA	TAE	CONCÓRDIA -SC
76	Fernanda Rosá	TAE	IFSC
77	Fillipe Perantoni Martins		SINTEFPB/IFPB
78	Flávio de Almeida Queiroz		SINTEFPB/IFPB
79	FLAVIO DOS SANTOS BARBOSA	TAE	CMR-EAMPE
80	Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo		IFPB - Campus João Pessoa
81	Francisco de Assis Queiroga		SINTEFPB
82	Francisco Raimundo de Freitas		IFPB
83	Gabriel de Oliveira Rodrigues	Docente	AProfCMPA
84	Gabriel Oliveira		AProfCMPA
85	Gabriela Borges Barbosa	TAE	Mato Grosso

86	George Pinheiro		IFCE/Sindsifce
87	Gilvania Antunes Meireles	TAE	Norte de Minas
88	Giovana Lopes da Silva		Seção Codó - IFMA
89	Giselle Heloisa Fernandes Alves	TAE	SINDISIFCE
90	Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo		SINTEFPB CG
91	Grazielle Nayara Felicio Silva	TAE	IFSP
92	Greice Lopes Maia Fonseca	TAE	Sessev/RS
93	Guery Tã Baute e Silva	TAE	São Paulo
94	Helena Mara Dias Pedro	TAE	IFMG
95	Hélio de França Gondim	Docente	SINTEFPB/IFPB
96	Henrique Nascimento da Silva		IFMS
97	Hidemi Soares Myamoto		SINTEFPB/IFPB
98	Hugo Manso		IFRN, CNat
99	Igor Lima Rodrigues		IFCE/Sindsifce
100	Indira Oliveira		IFPA Breves
101	Inez Sales de Aguiar		Seção Manaus
102	Irismar Monteiro Brasil	TAE	SINASEFE-Pará
103	Isabel Cristina Lopes da Silva	Docente	SINASEFE Pará
104	Iziane Silvestre		IFCE/Sindsifce
105	Jackson Gomes Soares Souza	Docente	IFSP
106	Janice Queiroz de Pinho Gonçalves	Docente	IFMG
107	Jefferson Oliveira Lima		SINASEFE Pará
108	João Edson Rufino		SINTEFPB/IFPB
109	João Paulo França		IFPB
110	João Rocha Júnior		IFTM
111	Joaquim Teixeira		SINASEFE Monte Castelo
112	Josâne Geralda Barbosa	TAE	Ouro Preto
113	José de Araujo Pereira		SINTEFPB/IFPB
114	José do Nascimento Junior		IFPB
115	José Eurico Ramos de Souza	Docente	IFAM
116	José Grangeiro Sobrinho		SINTEFPB/IFPB
117	Juliana Das Oliveiras	TAE	SINDSIFPE
118	Júlio César Ferreira Rolim		IFPB
119	Larissa Leal Neves		SINASEFE IFPA-CTRB- CIABA
120	Larissa Vancoscelos		SINTEFPB/IFPB

121	Laurenir Santos Peniche	Docente	SINASEFE Pará
122	Leandro Oliveira		IFSP
123	Leewertton de Souza Marreiro		SINTEFPB/IFPB
124	LEILA DE ALMEIDA CASTILLO	Docente	Seção IFRS campus Sertão (SEISIFRS)
125	Leonardo Carretta da Silva	TAE	SINTIFRJ
126	Leonardo Gomes		IFPB
127	Leonardo Victor Dias		IFS
128	Lídia Farias Lima	TAE	Sindsifce
129	Lissa Fontenelle		IFCE/Sindsifce
130	Lissandra Luvizão Lazzarotto	Docente	SINASEFE Seção Bento Gonçalves
131	Lorena Soares de Oliveira	TAE	Colorado do Oeste/ Rondônia
132	Lourdes Rafaella Santos Florêncio	Docente	IFCE/Sindsifce
133	Luandson Luis da Silva		IFRN
134	Luanna Louyse Martins Rodrigues		IFMA
135	Luciana Bitencourt Oliveira	Docente	SINASEF SERGIPE
136	Luciana Gaspar dos Santos Ramos	TAE	SINASEFE /IFBA CAMPUS SEABRA
137	Luciene da Silva Santos		IFBAIANO/Catu
138	Luís Antônio Papa		IFBA
139	Luisa Ramos Senna Souza	Docente	SINASEFE IFBA-CMS
140	Maira Ferreira Martins	TAE	IFSP
141	Marcelo Alison Sousa dos Santos	Docente	SINASEFE
142	Márcia Soraya Teani	Docente	SP
143	Márcio Alves de Oliveira	Docente	São Paulo
144	Marco Antonio Almeida Llarena		SINTEFPB/IFPB
145	Marco Aurélio Borges Quintanilha		IFSULDEMINAS - Machado
146	Marco V M Lamarao		IFFLUMINENSE
147	Marcos Antonio Amaral Lins		SINTEFPB/IFPB
148	Marcus Vinicius guedes da Mota		ifnmg (SINASEFE Pirapora)
149	Margarete Rodrigues Neves Oliveira	Docente	IFBA/CMS
150	Maria Amélia Ferracciú Pagotto	Docente	São Paulo
151	Maria Artemis Ribeiro Martins	Docente	Sindsifce
152	Maria da Conceição Castro	Docente	Sintefpb

	Cordeiro		
153	Maria da Conceição da Silva Rodrigues		IFCE/Sindsifce
154	Maria de Fátima Silveira Medeiros	TAE	SINASEFE IFSUL
155	Maria Eliana Almeida Matos	Docente	IFBA/CMS
156	Maria José Bispo Pacheco	TAE	Campi São Vicente
157	Maria Jucilene Borges de Souza	Funcionária do sindicato	SINDSIFCE
158	Maria Oseia Bier	Docente	SINASEFE - Seção Mato Grosso
159	Maria Suely		IFAM
160	Mariana Oliveira	Docente	Sessão MS
161	Marilise Schmitz Braibante	Docente	Rio do Sul
162	Marival Baldoino de Santana		SINASEFE SP
163	Marta de Souza França	Docente	SINASEFE IFBA
164	Maura Cândida Santos Bomfim	Docente	SINASEFE-ES
165	Meirelis Corin de Oliveira	TAE	IFSul
166	Michel Torres	Docente	IFRJ
167	Moisés Q Monteiro	Docente	Santa Teresa ES
168	Montesquieu da Silva Vieira		SINTEFPB/IFPB
169	Morgana Dias Johann	TAE	IFSC
170	Mylene Hafemann	TAE	SINASEFE rio do sul
171	Nadja Maria de Lima Costa	Docente	SINASEFE Natal/RN
172	Nadjar Aretuza Magalhães	TAE	Brasília
173	Natália Ayres da Silva	Docente	Sindsifce
174	Neusa Maria Gonzalez	Docente	São Paulo
175	Newmark Heiner da Cunha carvalho		SINTEFPB CG IFPB
176	Oscarlino Souza Ferreira		IFBAIANO/CATU
177	Pablo Melquisedeque Souza e Silva		IFMA
178	Paolla Santiago Silva	TAE	IFSC
179	Patricia Nunes de Sousa Lôbo	TAE	SINASEFE-Ba
180	Paulo Raimundo Stering Malta	Docente	IFBA
181	Pedro Ribeiro		SINASEFE Monte Castelo
182	Philipe Soares		IFPB

183	Priscila Ferrari Paulino	TAE	São Vicente da Serra
184	Priscila Porto Ribeiro Silva	TAE	Monte Castelo
185	Priscila Ribeiro		SINASEFE Monte Castelo
186	Raimundo Joaquim Façanha Serra		IFPA
187	Raquel Mesquita dos Santos Ramos		SINTEFPB/IFPB
188	Regiane Maria Soares Ramos	Docente	SINASEFE Bambuí
189	Renata Crizanto		IFMT
190	Rita de Cássia Silva da Fonseca	TAE	seção IFBA
191	Rita Sidmar Alencar Gil	Docente	SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
192	ROBERTA VALESKA SANTANA VIEIRA	Docente	SINASEFE IFSUL
193	Rogério Alves de Amorim		Seção Norte de Minas
194	Rogério de Souza		SINASEFE Seção São Paulo
195	Rogers Barbi	TAE	SINASEFE SC
196	Rômulo Alexandre Silva		IFPB/CG
197	Rosa Amélia Barbosa	Docente	IFSP
198	Rosa Maria Cardoso dos Santos	Docente	CMRJ/CN/FO
199	Rosângela de BARROS castro	Docente	IFBA
200	Rosiane Magalhães de Lima	TAE	Litoral
201	Ruy França		SINASEFE Monte Castelo
202	Sady Salomão da Silva Alves		IFPA
203	Samantha Macedo		IFCE/Sindsifce
204	Sandra Beatriz Koelling	Docente	Sinaefe
205	Saulo Daniel Campos de Oliveira	Docente	SINASEFE-IFBA/CMS
206	Saulo Ramos de Oliveira		SINTEFPB/IFPB
207	Silvana Benassuly Maués de Medeiros	Docente	SINASEFE IFPA CTRB CIABA
208	Silvania Trajano de Souza		SINTEFPB/IFPB
209	Solange Rodrigues	Docente	SINASEFE IFMG
210	Sônia Regina Adão	TAE	Seção Sindical IFSC - Santa Catarina
211	Soraya Rocha Melo	TAE	SINASEFE
212	Stânio de S. Vieira	Docente	IFTO

213	Suelânio Viegas		IFPB
214	Sueli Pereira de Andrade		SINTEFPB/IFPB
215	Suely Maria Anderle	TAE	Santa Catarina
216	Tânia Regina Barbosa de Sousa	Docente	Sergipe
217	Tátia Áquila Vieira	Docente	SINTIFRJ
218	tayanna.sbrana@ifpa.edu.br	Docente	SINASEFE - PA - Paragominas
219	Thais Surian	TAE	São Paulo
220	Therezinha Gauri Leitão	Docente	IFBA Seabra
221	Thiago Marçal da Silva		IF SUL DE MINAS
222	Tiago Thomáz de Assis		SINASEFE MS
223	Valéria Correia Lourenço	Docente	SINDISIFCE
224	Valmir Arruda de Sousa Neto	Docente	SINDSIFCE
225	Vanessa Mandriola	TAE	ASSINES-SSIND
226	Victor Rodrigues		SINTEFPB/IFPB
227	Vinicius Venturini		IFCE/Sindsifce
228	Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha	TAE	IF Baiano - Campus Guanambi
229	Zuila Couto		SINTEFPB/IFPB

## **02 - Tese unificada de mulheres: Por um sindicato feminista, antirracista, antilgbtfóbico, anticapacitista, anti-etarista, anticapitalista e socialista – as mulheres como vanguarda da construção de um SINASEFE combativo**

Envelhecimento saudável - contra o etarismo e por uma política de aposentadoria digna e segura

Dados do IBGE na pesquisa de domicílios mostram que em dez anos, o número de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população, essa é uma importante mudança na estrutura etária do Brasil. Junta-se a isso o aumento no tempo de aposentadoria imposto pela reforma da previdência de 2019. Dessa maneira temos uma população envelhecendo e continuará trabalhando (na ativa) por mais 5 ou 7 anos.

Nosso sindicato é bastante diverso e conta com uma ampla gama de servidores e servidoras ativos e aposentados de todos os estados do país, homens e mulheres que possuem trajetórias distintas. Justamente por isso, precisamos considerar que contamos com militantes de uma ampla faixa etária e cada um/uma contribui de formas diferentes, trazendo bagagens específicas. A nossa defesa é por um sindicato que não hierarquize ou desmereça companheiros e companheiras por conta de sua idade. É imprescindível, assim, que o sindicato seja um local de acolhimento e possamos sempre considerar as necessidades dos militantes, almejando que as pessoas permaneçam na luta.

Outra ponderação importante é que nosso sindicato lute pela valorização e respeito a pessoa idosa, defendendo aposentadoria digna para os Servidores Públicos Federais (SPFs) e para todos os trabalhadores e trabalhadoras do país, visto que o grande capital e o estado seguem no esforço de explorar a classe trabalhadora pelo maior tempo possível e se isentar da responsabilidade pela previdência social.

1. Que o SINASEFE acompanhe de forma efetiva os casos de aposentadorias compulsórias e que garanta a efetivação da Lei 8.112/90, que permite o gozo total do afastamento sem que sejam debitados dos dias de trabalho ou haja necessidade de reposição e realize algum tipo de acolhimento a esses servidores(as) e apoio jurídico.

2. Que o SINASEFE estimule, debata e proponha a existência de rede de apoio psicológico para os demais casos de adoecimento, licenças por depressão e falta de readaptação no retorno ao trabalho. Assim como, elabore e proponha

políticas para envelhecimento saudável na Rede, pois a Instituição Federal por vezes é um espaço hostil, assediador, perseguidor e sufocante

3. Que o SINASEFE se mantenha na luta por progressão na carreira diferenciada para servidores e servidoras PCD/TEA, para a garantia de que, gozando de aposentadoria especial, esses (as) trabalhadores(as) (proporcionalidade do intervalo entre os steps ao tempo de aposentadoria).

Combate ao assédio, à precarização e a terceirização - Mulheres seguras em seus locais de trabalho e, sobretudo, nos espaços onde lutam por seus direitos.

Nas últimas décadas, o modelo de gestão empresarial adotado no serviço público segue a lógica da empresa privada, em que, de acordo com Gaulejac (2007) o ser humano é entendido como um recurso a serviço da empresa e esta é regida por sistemas de métricas contábeis e econômicas. Tem imprimido ao serviço público um ambiente permeado pela pressão, assédio e intensificação do trabalho à serviço de métricas irrealistas e inalcançáveis. Diante disso, diversos estudos apontam o aumento de adoecimento, ansiedade e depressão em servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal) no Brasil.

Devido a estrutura machista e misógina de nossa sociedade que reflete nas estruturas e culturas nas instituições, fazem da mulher a principal vítima de assédios e perseguições e, por consequência, maior adoecimento. Tanto pelo fato de que mulheres precisam provar sua competência muito mais que os homens, estão sempre mais expostas ao assédio moral e sexual e também por acumularem cerca de 10 horas a mais por semana nos cuidados com a casa e com filhos.

Essa estrutura também colabora para que os assediadores sejam protegidos por outros homens em posição de poder (ou mesmo por mulheres que reproduzem o patriarcado) e que as denunciadoras sejam perseguidas. Nesse sentido, é fundamental que o SINASEFE crie em sua estrutura e lute para que as instituições a que nossas filiadas estão vinculadas criem espaço, canais, observatórios de combate, denúncia e acolhimento às vítimas de assédio e violências. Também criem a insegurança e o medo que sentem para denunciar e sustentar os processos. Sobre essas questões, os encaminhamentos foram:

1. Pressionar pela criação de ouvidorias em cada Instituto para apuração e resolução das questões de assédio moral e sexual e perseguições políticas na Rede Federal, contra servidoras e alunas (Ouvidoria para Mulheres);

2. Formar de uma comissão que discute e estude estratégias para a elaboração de procedimento e ações concretas em situações de assédio;

3. Criar um observatório sobre assédio em todos os IFs. Que seja uma instância política e construa um dossiê que possa ser compartilhado e a discussão ampliada; vincular essas duas últimas pautas à Pasta de Mulheres da DN;

4. Que sejam oferecidas formações em caráter permanente para as bases, abordando prevenção aos assédios, bem como orientando sobre os procedimentos para abertura de processos;

5. Que o sindicato ofereça assessoria psicológica para que, em caráter de urgência, possa acolher as vítimas e as denunciantes buscando parcerias com ONGs;

6. Criação de ouvidoria para funcionárias do sindicato e suas seções;

7. Que haja maior presença do jurídico do sindicato cobrando o andamento dos processos de assédio moral e sexual ligados a denúncias dentro das instituições;

8. Que seja exigida paridade de gênero nas ouvidorias e corregedorias das instituições para lidar com os processos de violência de gênero;

9. Que em todas as Plenas e nos Congressos existam espaços voltados para a discussão da violência de gênero, inclusive com relatos das mulheres que desejarem fazê-lo. além de organização de eventos específicos de formação, para educar os homens;

10. Criar mecanismos que impeçam assediadores das mulheres trabalhadoras de ocuparem cargos na direção do sindicato, em casos devidamente apurados e se estabeleça o período da sanção;

11. O SINASEFE deverá empreender maiores esforços no acompanhamento dos assédios e violências vivenciados pelas mulheres das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa. Criando espaços de acompanhamentos, escuta e acolhimento das denúncias dos constantes episódios de assédio, perseguição, intimidação, ataque à liberdade de cátedra e à democracia dentro dessas instituições, sobretudo quanto ao cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Dentro do sindicato, as discussões das condições a que são submetidos os trabalhadores das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa devem ter espaço próprio.

12. Combater o avanço da terceirização no serviço público federal, especificamente, de atendimentos aos alunos PCDs, entre estes os surdos, como tradutor intérprete de libras.

13. Que o SINASEFE através de suas seções fiscalize e faça cumprir as cotas para Pessoas com Deficiência nos concursos públicos e que sejam denunciadas todas as distorções que possam ocorrer no sentido de burlar a Lei impedido a reserva de 5 a 20% das vagas de concurso para PCD.

14. Que o SINASEFE através de suas seções atue diretamente nos direitos das pessoas com deficiência como acessibilidade, adequação espacial, redução de carga horária de 30 a 50% de acordo com o art. 98, § 2º e § 3º, da Lei 8.112 /1990.

Mulher, raça e classe: Mulheres negras, indígenas e quilombolas

No Prefácio ao livro “Feminismo para os 99%: um manifesto”, Talíria Petrone descreve o feminismo ou a luta que defendemos: “O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O Feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberto, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela”. Isso precisa ser um princípio norteador de qualquer luta que se pretenda mudar a condição de vida atual. A outra afirmação, que complementa essa primeira, é que dentre esses “conjuntos de mulheres que carregam tantas dores nas costas”, estão no topo da lista as mulheres racializadas: negras, indígenas e quilombolas.

Os recentes dados publicados pelo Anuário de Segurança Pública explicitam apenas parte dos dados que nos assolam. Somos as que ocupam os trabalhos mais precarizados, cada vez somos maioria como chefes de família e com baixa renda e somos também as maiores vítimas atingidas pela violência. Quando não somos nós, são nossos filhos. Ademais, a população preta e parda é maioria, entre desempregados e essa situação de desemprego, falta de acesso à educação é agravada quando se fala de mulheres, PCD, pretas, pardas ou indígenas. Elas são maioria dos PCD em vulnerabilidade social. Esse é o desolador cenário produto do racismo no Brasil, que estrutura toda a sociedade desde o período colonial. E como afirma Lélia Gonzalez, citando Hasenbalg, “No registro que o Brasil tem de si mesmo o negro tende à condição de invisibilidade”. Ou seja, é preciso lutar pela ampliação de participação nos diversos espaços políticos.

Neste sentido, compreendemos que a luta do movimento de mulheres negras perpassa fundamentalmente pela luta de classes e, portanto, contra toda hierarquização, invisibilidade e silenciamento destas mulheres nos espaços educativos, políticos e sociais. As mulheres negras, indígenas e quilombolas, refletem a partir da interseccionalidade de gênero, raça e classe a necessidade de superação urgente do racismo, do machismo e da exploração capitalista.

Na esfera sindical, para tanto, apontam como movimento necessário a criação e/ou fortalecimento de Redes e Teias nacionais e regionais de colaboração entre mulheres negras, indígenas e quilombolas para possibilitar trocas de saberes,

formações, socializações de experiências capazes de quebrar a hegemonia de discursos racistas e machistas dentro da esfera sindical, bem como possibilitar que as direções nestes espaços sindicais sejam ocupadas de forma representativa. Portanto, como disse a poetisa Conceição Evaristo: “é tempo de formar novos quilombos em qualquer lugar que estivermos, pois é tempo de não se soltar de ninguém”.

1. Que o SINASEFE garanta, em todos os eventos, a diversidade em todas as mesas temáticas, incluindo nas mesas de abertura.

2. Que o SINASEFE faça o acompanhamento das discussões da avaliação da lei No 12.711\ 2012 (Lei de cotas) junto ao Congresso Nacional.

3. Que o SINASEFE construa a(s) Rede(s) de Acolhimento para as Mulheres Vítimas de racismo, LGBTfobia, capacitismo, ou qualquer outra forma de assédio e opressão;

4. Que o SINASEFE pressione a Rede Federal a cumprir em seus currículos as Leis Nº 10.639/2003 e 11.645/2008 que tratam sobre o ensino de História e Cultura afro brasileira e indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

5. Que o SINASEFE realize, imediatamente, um levantamento das arbitrariedades e assédios que vêm acontecendo no âmbito das escolas militares e/ou as ligadas ao Ministério da Defesa que ferem o direito de cátedra dos professores e encaminhar denúncia ao MEC e Ministério Público como forma de dar visibilidade às opressões ocorridas nestes estabelecimentos de ensino e NEABIS;

6. Que o SINASEFE busque viabilizar a publicação anual de editais de promoção e financiamentos, para temáticas político-sindicais, sobretudo, aquelas que contemplem ações afirmativas voltadas para a realidade das mulheres servidoras, sindicalizadas negras, quilombolas, indígenas, servidoras e terceirizadas da Rede Federal;

7. Que o SINASEFE promova agenda de encontros e mobilizações nacionais específicas para negras, indígenas e quilombolas;

Mulheres LBTIA+: Gênero, Sexualidade e invisibilidade.

O debate sobre a articulação entre as lutas ligadas à diversidade de gênero e sexualidade e as lutas político-econômicas, reflete um cenário em que muitas vezes tais lutas surgem dissociadas ou sobrepostas. Fomentar esse debate e aprofundá-lo é fundamental para combater a invisibilidade e o silenciamento que as mulheres LBTIA+ enfrentam nos espaços políticos e institucionais.

Se dentro da própria luta política, comprometida com a transformação de nossa sociedade injusta, violenta e desigual; a sexualidade se constitui historicamente como uma questão controversa e até mesmo secundária, neste momento de tantos retrocessos que vivemos em nosso país, os ataques aos direitos das mulheres LBTIA+ se tornaram crescentes nos mais diferentes espaços que ocupamos.

Como trabalhadoras da educação, servidoras federais e militantes precisamos nos aproximar e nos apropriar desse debate, criando condições para analisar a atual conjuntura e abrindo caminhos no sentido de (re)construir a ligação entre a luta em defesa da diversidade e representatividade da diversidade sexual e de gênero e a luta política por uma sociedade mais justa e democrática.

A ofensiva conservadora por parte do Estado brasileiro, em seus ataques fascistas à suposta “ideologia de gênero”, colocou a educação pública no centro desse embate. A intensificação desses ataques nos coloca, portanto, a tarefa de “erguer a voz” (nas palavras de Bell Hooks); ou seja, a despeito das paredes que buscam assegurar nossa invisibilidade, precisamos ocupar os espaços institucionais e políticos que cotidianamente ajudamos a construir e manter.

Deste modo, entendemos que, a partir dessa discussão, será importante reconhecermos o papel e as possíveis ações das instituições públicas de ensino em que trabalhamos, bem como de nossas seções sindicais, no sentido de sistematizar nossas reflexões e propostas com vistas a promover e ampliar a presença e a participação efetiva das mulheres LBTIA+ nesses espaços.

1. Incentivo por parte do SINASEFE para que as seções sindicais regionais criem e/ou mantenham em sua estrutura uma pasta de políticas para LGBTQIA+;
2. O SINASEFE deve encampar nacionalmente campanhas pela formação de núcleos de gênero e sexualidade e de políticas institucionalizadas de promoção da diversidade sexual nos IFs e nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa.
3. A fim de prevenir e combater as violências que a comunidade LGBTI+ sofre nos IFs e nas escolas vinculadas ao Ministério da Defesa, o SINASEFE deve realizar e apoiar formações em educação das relações de gênero e sexualidade, voltadas para as servidoras e servidores, bem como apoiar projetos em educação das relações de gênero e sexualidade voltados para toda a comunidade acadêmica.

Assinam essa tese:

- 1 Abraão Romão Batista (Docente SINTEFPB)
- 2 Adão de Assis (IFRJ)
- 3 Adelino Francisco de Oliveira (Docente IFSP)

- 4 Adriana Nascimento de Jesus (IFSP)
- 5 Aelcio Vander dos Santos (IFNMG – ARINOS)
- 6 Afonso de Ligory Brandão Saife (Docente Pará)
- 7 Alesandra Oriente (TAE IFSC)
- 8 Alessandra Meira de Oliveira (SINTEFPB/IFPB)
- 9 Alessandro de Paula Silva (SINASEFE Seção Norte de Minas)
- 10 Alexandre dos Santos Souza (SINTEFPB/IFPB)
- 11 Alfranio Pedroso Soares (IFMS)
- 12 Alice de Araujo Nascimento Pereira (Docente SINASEFE IFFluminense)
- 13 Alice de Souza Ribeiro (TAE São Vicente do Sul – RS)
- 14 Aline Tátilla Ferreira (TAE Norte de Minas)
- 15 Allan Costa (IFPB)
- 16 Aloisio Henrique Pereira de Souza (IFSC Canoinhas)
- 17 Amalia Cardona Leites (Docente Rio do Sul)
- 18 Ana Flavia Melillo (TAE IFMG)
- 19 Ana Kelly Arantes (TAE IFMG)
- 20 Ana Paula da Silva (Docente SINTIFRJ)
- 21 Ana Paula Lopes Siqueira (Docente IFFLUMINENSE Macaé)
- 22 Ana Virgínia de Sousa Rocha (TAE Sindsifce- Campus Canindé)
- 23 André Brito de Sousa (SINTEFPB/IFPB)
- 24 Andréa Flores Oliveira (TAE Norte de Minas Gerais)
- 25 Andréa Moraes (Docente IFAL)
- 26 Andréia Fernanda Silva iocca (Docente SINASEFE Mato Grosso)
- 27 Anny Querubina de Souza Barros (Docente SINTIETFAL)
- 28 Antonia Karla Bezerra Gomes (Docente SINDSIFCE)
- 29 Antônio Jesus Souza Melo Neto (SINTEFPB/IFPB)
- 30 Antônio Luceni (IFSP)
- 31 Antônio Nobre da Silva (Docente Cáceres)
- 32 Arielly Dayane Lima Ribeiro (IFAC)
- 33 Arioivan da Silva Martins (Docente Seção Barbacena do SINASEFE)
- 34 Arivaldo da Silva Souza (Docente IFBA/CMS)
- 35 Áureo Mendonça (SINASEFE Monte Castelo)
- 36 Bianca Ponciano Prell (TAE Sintifjr)
- 37 Caetano José de Lima (Docente SINTEF PB)
- 38 Camila França Barros (Docente IFFLUMINENSE)
- 39 Camila Tenório Cunha (Docente Brasília)
- 40 Carlos Batel (SINASEFE Rio do Sul/Ibirama)
- 41 Clarissa Maciel Cavalcante (SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA)

- 42 Claudenira Cavalcante Melo (TAE Sindsifce)
- 43 Claudiane da Silva Ladislau (Docente Seção Para, IFPA, ETRB, Ciaba)
- 44 Claudilena Corrêa Araújo (Docente Seção Codó MA)
- 45 CLEONICE ALMEIDA DA SILVA (TAE Seção Crato-CE)
- 46 Cristiane Sousa (IFCE/Sindsifce)
- 47 Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão (SINTEFPB/IFPB)
- 48 Damile Menezes Pessoa Mata (Docente IFBA)
- 49 Daniela Hilda de Souza Siqueira (TAE Sintef-GO)
- 50 Daniela Zanotti da Silva (TAE SINTIFRJ)
- 51 Danielle de Farias Tavares Ferreira (TAE SINDSIFPE)
- 52 David Lobão (Docente IFPB)
- 53 Dhioggio Glaucio Evaristo Gomes Nascimento (TAE SINTEF-PB)
- 54 Diógenes Sgarbi (Docente SINASEFE-SP)
- 55 Dione Cabral (SINASEFE-SP/ IFSP)
- 56 Domingo Stalin Agüero Martinez (Docente Simões Filho)
- 57 Edgar Gomes Júnior (IFNMG/SINASEFE Arinos)
- 58 EDNailda Maria dos Santos (Docente Bahia)
- 59 Eduardo Machado dos Santos (IFMT)
- 60 Elenira Oliveira Vilela (Docente IFSC e DN)
- 61 Eliana Silva da Silva (TAE SINASEFE Seção Videira)
- 62 Elielsom Oliveira dos Santos (Instituto Nacional de Educação de Surdos)
- 63 Eliezer da Cunha Siqueira (Docente SINTEFPB)
- 64 Elza Ferreira Santos (Docente SINASEFE Sergipe)
- 65 Emanuelle Karenyne Mota Chaves (SINASEFE IFMA- Seção Codó)
- 66 Êmy Virginia (IFCE/Sindsifce)
- 67 Erickson Melo Albuquerque (SINTEFPB/IFPB)
- 68 Evaldo Gonçalves silva (TAE Jataí)
- 69 Evandina Argena da Silva (TAE Litoral)
- 70 Fabio de Oliveira Dias (IFSul Gravataí)
- 71 Fábio Sampaio dos Santos Câmara (SINTEFPB/IFPB)
- 72 Fátima Pereira Gomes (Docente IFFLUMINENSE)
- 73 Fernanda Conceição da Silva Cherem (TAE IFSC)
- 74 FERNANDA FERNANDES DE SOUZA (TAE CONCÓRDIA -SC)
- 75 Fernanda Rosá (TAE IFSC)
- 76 Fillipe Perantoni Martins (SINTEFPB/IFPB)
- 77 Flávio de Almeida Queiroz (SINTEFPB/IFPB)
- 78 Flávio dos Santos Barbosa (TAE CMR-EAMPE)
- 79 Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo (IFPB - Campus João Pessoa)

- 80 Francisco de Assis Queiroga (SINTEFPB)
- 81 Francisco Raimundo de Freitas (IFPB)
- 82 Gabriel de Oliveira Rodrigues (Docente AProfCMPA)
- 83 Gabriela Borges Barbosa (TAE Mato Grosso)
- 84 George Pinheiro (IFCE/Sindsifce)
- 85 Gilvania Antunes Meireles (TAE Norte de Minas)
- 86 Giovana Lopes da Silva (Seção Codó - IFMA)
- 87 Giselle Heloisa Fernandes Alves (TAE SINDISIFCE)
- 88 Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo (SINTEFPB CG)
- 89 Grazielle Nayara Felício Silva (TAE IFSP)
- 90 Greice Lopes Maia Fonseca (TAE Sessev/RS)
- 91 Guery Tã Baute e Silva (TAE São Paulo)
- 92 Helena Mara Dias Pedro (TAE IFMG)
- 93 Hélio de França Gondim (Docente SINTEFPB/IFPB)
- 94 Henrique Nascimento da Silva (IFMS)
- 95 Hidemi Soares Myamoto (SINTEFPB/IFPB)
- 96 Hugo Manso (IFRN, CNat)
- 97 Igor Lima Rodrigues (IFCE/Sindsifce)
- 98 Indira Oliveira (IFPA Breves)
- 99 Inez Sales de Aguiar (Seção Manaus)
- 100 Irismar Monteiro Brasil (TAE SINASEFE- Pa)
- 101 Isabel Cristina Lopes da Silva (Docente SINASEFE Pará)
- 102 Iziane Silvestre (IFCE/Sindsifce)
- 103 Jackson Gomes Soares Souza (Docente IFSP)
- 104 Janice Queiroz de Pinho Gonçalves (Docente IFMG)
- 105 Jefferson Oliveira Lima (SINASEFE Pará)
- 106 João Edson Rufino (SINTEFPB/IFPB)
- 107 João Paulo França (IFPB)
- 108 João Rocha Júnior (IFTM)
- 109 Joaquim Teixeira (SINASEFE Monte Castelo)
- 110 Josâne Geralda Barbosa (TAE Ouro Preto)
- 111 José de Araujo Pereira (SINTEFPB/IFPB)
- 112 José do Nascimento Junior (IFPB)
- 113 José Eurico Ramos de Souza (Docente IFAM)
- 114 José Grangeiro Sobrinho (SINTEFPB/IFPB)
- 115 Juliana Das Oliveiras (TAE SINDSIFPE)
- 116 Júlio César Ferreira Rolim (IFPB)
- 117 Larissa Leal Neves (SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA)

- 118 Larissa Vancoscelos (SINTEFPB/IFPB)
- 119 Laurenir Santos Peniche (Docente SINASEFE Pará)
- 120 Leandro Oliveira (IFSP)
- 121 Leewertton de Souza Marreiro (SINTEFPB/IFPB)
- 122 LEILA DE ALMEIDA CASTILLO (Docente Seção IFRS campus Sertão /SEISISIFRS)
- 123 Leonardo Carretta da Silva (TAE SINTIFRJ)
- 124 Leonardo Gomes (IFPB)
- 125 Leonardo Victor Dias (IFS)
- 126 Lídia Farias Lima (TAE Sindsifce)
- 127 Lissa Fontenelle (IFCE/Sindsifce)
- 128 Lissandra Luvizão Lazzarotto (Docente SINASEFE Seção Bento Gonçalves)
- 129 Lorena Soares de Oliveira (TAE Colorado do Oeste/ Rondônia)
- 130 Lourdes Rafaella Santos Florêncio Docente (IFCE/Sindsifce)
- 131 Luandson Luis da Silva (IFRN)
- 132 Luanna Louyse Martins Rodrigues (IFMA)
- 133 Luciana Bitencourt Oliveira (Docente SINASEFE SERGIPE)
- 134 Luciana Gaspar dos Santos Ramos (TAE SINASEFE /IFBA CAMPUS SEABRA)
- 135 Luciene da Silva Santos (IFBAIANO/Catu)
- 136 Luís Antônio Papa (IFBA)
- 137 Luisa Ramos Senna Souza (Docente SINASEFE IFBA-CMS)
- 138 Máira Ferreira Martins (TAE IFSP)
- 139 Marcelo Alison Sousa dos Santos (Docente SINASEFE)
- 140 Márcia Soraya Teani (Docente SP)
- 141 Márcio Alves de Oliveira (Docente São Paulo)
- 142 Marco Antonio Almeida Llarena (SINTEFPB/IFPB)
- 143 Marco Aurélio Borges Quintanilha (IFSULDEMINAS – Machado)
- 144 Marco V M Lamarao (IFFLUMINENSE)
- 145 Marcos Antonio Amaral Lins (SINTEFPB/IFPB)
- 146 Marcus Vinicius guedes da Mota (ifnmg /SINASEFE Pirapora)
- 147 Margarete Rodrigues Neves Oliveira (Docente IFBA/CMS)
- 148 Maria Amélia Ferracciú Pagotto (Docente São Paulo)
- 149 Maria Artemis Ribeiro Martins (Docente Sindsifce)
- 150 Maria da Conceição Castro Cordeiro (Docente Sintefpb)
- 151 Maria da Conceição da Silva Rodrigues (IFCE/Sindsifce)
- 152 Maria de Fátima Silveira Medeiros (TAE SINASEFE IFSUL)
- 153 Maria Eliana Almeida Matos (Docente IFBA/CMS)
- 154 María José Bispo Pacheco (TAE Campi São Vicente)

- 155 Maria Jucilene Borges de Souza (Funcionária do sindicato SINDSIFCE)
- 156 Maria Oseia Bier (Docente SINASEFE - Seção Mato Grosso)
- 157 Maria Suely (IFAM)
- 158 Mariana Oliveira (Docente Sessão MS)
- 159 Marilise Schmitz Braibante (Docente Rio do Sul)
- 160 Marival Baldoino de Santana (SINASEFE SP)
- 161 Marta de Souza França (Docente SINASEFE IFBA)
- 162 Maura Cândida Santos Bomfim (Docente SINASEFE-ES)
- 163 Meirelis Corin de Oliveira (TAE IFSul)
- 164 Michel Torres (Docente IFRJ)
- 165 Moisés Q Monteiro (Docente Santa Teresa ES)
- 166 Montesquieu da Silva Vieira (SINTEFPB/IFPB)
- 167 Morgana Dias Johann (TAE IFSC)
- 168 Mylene Hafemann (TAE SINASEFE rio do sul)
- 169 Nadja Maria de Lima Costa (Docente SINASEFE Natal/RN)
- 170 Nadjar Aretuza Magalhães (TAE Brasília)
- 171 Natália Ayres da Silva (Docente Sindsifce)
- 172 Neusa Maria Gonzalez (Docente São Paulo)
- 173 Newmark Heiner da Cunha carvalho (SINTEFPB CG IFPB)
- 174 Oscarlino Souza Ferreira (IFBAIANO/CATU)
- 175 Pablo Melquisedeque Souza e Silva (IFMA)
- 176 Paolla Santiago Silva (TAE IFSC)
- 177 Patricia Nunes de Sousa Lôbo (TAE SINASEFE-Ba)
- 178 Paulo Raimundo Stering Malta (Docente IFBA)
- 179 Pedro Ribeiro (SINASEFE Monte Castelo)
- 180 Philipe Soares (IFPB)
- 181 Priscila Ferrari Paulino (TAE São Vicente da Serra)
- 182 Priscila Porto Ribeiro Silva (TAE Monte Castelo)
- 183 Priscila Ribeiro (SINASEFE Monte Castelo)
- 184 Raimundo Joaquim Façanha Serra (IFPA)
- 185 Raquel Mesquita dos Santos Ramos (SINTEFPB/IFPB)
- 186 Regiane Maria Soares Ramos (Docente SINASEFE Bambuí)
- 187 Renata Crizanto (IFMT)
- 188 Rita de Cássia Silva da Fonseca (TAE seção IFBA)
- 189 Rita Sidmar Alencar Gil (Docente SINASEFE IFPa, ETRB, CIABA)
- 190 ROBERTA VALESKA SANTANA VIEIRA (Docente SINASEFE IFSUL)
- 191 Rogério Alves de Amorim (Seção Norte de Minas)
- 192 Rogério de Souza (SINASEFE Seção São Paulo)

- 193 Rômulo Alexandre Silva (IFPB/CG)
- 194 Rosa Amélia Barbosa (Docente IFSP)
- 195 Rosa Maria Cardoso dos Santos (Docente CMRJ/CN/FO)
- 196 Rosângela de BARROS castro (Docente IFBA)
- 197 Rosiane Magalhães de Lima (TAE Litoral)
- 198 Ruy França (SINASEFE Monte Castelo)
- 199 Sady Salomão da Silva Alves (IFPA)
- 200 Samantha Macedo Lima (Docente SindIFCE)
- 201 Sandra Beatriz Koelling (Docente SINASEFE)
- 202 Saulo Daniel Campos de Oliveira (Docente SINASEFE-IFBA/CMS)
- 203 Saulo Ramos de Oliveira (SINTEFPB/IFPB)
- 204 Silvana Benassuly Maués de Medeiros (Docente SINASEFE IFPA CTRB CIABA)
- 205 Silvania Trajano de Souza (SINTEFPB/IFPB)
- 206 Solange Rodrigues (Docente SINASEFE IFMG)
- 207 Sônia Regina Adão (TAE Seção Sindical IFSC - Santa Catarina)
- 208 Soraya Rocha Melo (TAE SINASEFE)
- 209 Stênio de S. Vieira (Docente IFTO)
- 210 Suelânio Viegas (IFPB)
- 211 Sueli Pereira de Andrade (SINTEFPB/IFPB)
- 212 Suely Maria Anderle (TAE Santa Catarina)
- 213 Tânia Regina Barbosa de Sousa (Docente Sergipe)
- 214 Tátia Áquila Vieira (Docente SINTIFRJ)
- 215 [tayanna.sbrana@ifpa.edu.br](mailto:tayanna.sbrana@ifpa.edu.br) (Docente SINASEFE - PA - Paragominas)
- 216 Thais Surian (TAE São Paulo)
- 217 Therezinha Gauri Leitão (Docente IFBA Seabra)
- 218 Thiago Marçal da Silva (IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES)
- 219 Tiago Thomáz de Assis (SINASEFE MS)
- 220 Valéria Correia Lourenço (Docente SINDISIFCE)
- 221 Valmir Arruda de Sousa Neto (Docente SINDSIFCE)
- 222 Vanessa Mandriola (TAE ASSINES-SSIND)
- 223 Victor Rodrigues (SINTEFPB/IFPB)
- 224 Vinícius Vanir Venturini (Docente CMF)
- 225 Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha (TAE IF Baiano - Campus Guanambi)
- 226 Zuila Couto (SINTEFPB/IFPB)

### **03 - Não somos invisíveis e exigimos nosso espaço! Pela criação da Coordenação LGBTQIA+ do SINASEFE.**

PALAVRAS-CHAVE: LGBTQIA+, existência, (des)respeito, in/exclusão, sindicato

*A mais bela de todas as certezas  
é quando os fracos e desencorajados  
levantam suas cabeças  
e deixam de crer  
na força de seus opressores.*  
Bertolt Brecht

#### INTRODUÇÃO

*Nenhuma forma de preconceito jamais deve ser tolerada! Especialmente num ambiente sindical, que por excelência é o espaço organizado para combate a opressões de qualquer natureza, que aviltam segmentos da classe trabalhadora.*

*Neste sentido, a LGBTfobia – o ódio a pessoas que não seguem o padrão cis-heteronormativo de sexualidade – jamais deve ser tolerada e sempre deve ser combatida no âmbito do SINASEFE, com efeitos dentro e fora do sindicato. A presente Tese é uma manifestação de organização e de resistência de servidoras/es LGBTQIA+ que atuam dentro das seções sindicais do SINASEFE, ainda que tão invisibilizadas/os/es em suas existências e demandas.*

*Neste ano de 2023, o SINASEFE realizará seu Congresso Estatuinte, o 35º [CONSINASEFE](#), momento em que se revê o Estatuto que rege a entidade sindical. Na 181ª Plenária Nacional, realizada no último mês de junho, conseguimos garantir um espaço na programação do Congresso para discutir a questão LGBTQIA+ e o movimento sindical, uma oportunidade para colocarmos na pauta a criação da Coordenação LGBTQIA+ no âmbito do SINASEFE e dizermos de uma vez que “não somos invisíveis”.*

#### BREVE HISTÓRICO

*A sigla que designa a população que se identifica fora do espectro cis-heterossexual possui algumas variações, de acordo com a perspectiva política adotada. Em nosso texto-manifesto, publicado na página do SINASEFE em agosto*

passado<sup>3</sup>, decidimos utilizar o formato LGBTQIA+ (que engloba lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis/transgêneros, queer/questionando, intersex, assexuais/arromânticos/agêneros e mais), numa forma de incluir toda população que não se identifica com o padrão cis-heteronormativo, representando a pluralidade da sexualidade humana.

Temos hoje um padrão de cis-heteronormatividade segundo o qual um homem com robustez física (“militaris”, o guerreiro), socialmente responsável (“pater familias”, o profissional bem-sucedido e pai de família) ostenta uma vida sexual intensa (“virtus”, e sempre insertiva). O homem ocidental médio do século XXI é basicamente o mesmo do Império Romano: pleno de direitos e a quem o/a outro/a deve se submeter como alguém inferior<sup>4</sup>. Legitima-se, assim, a cultura do patriarcado. Em nome dela, todo ser humano cuja existência ousa questionar este padrão deve arcar com as consequências.

## CONJUNTURA

A LGBTfobia (o ódio a pessoas que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo) muitas vezes se manifesta em piadinhas que ficam ainda piores diante do cenário atual em que vivemos. Este ódio se evidencia absurdamente no Brasil, e o avanço de pautas da extrema-direita, conservadora e preconceituosa, é facilmente perceptível. Os discursos de ódio, o cerceamento e desvios de recursos para políticas específicas e outras formas de manifestações realizadas no obscuro e funesto governo Bolsonaro em muito fortaleceram aquelas e aqueles que até então não tinham a coragem de se apresentar abertamente como nossos inimigos.

Neste cenário, parlamentares em todas as esferas exasperam o erário na criação e aprovação de ideias como datas comemorativas de um suposto “orgulho hétero” e/ou de apologia a valores conservadores. Tempo e dinheiro são gastos em projetos que só contribuem para o aumento da violência e do preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ no país.

O número de mortes de pessoas LGBTQIA+ no Brasil é um dos maiores do mundo. E, em se tratando da população T (composta por travestis, transexuais e transgêneros), os números são ainda mais alarmantes. De acordo com o “Dossiê de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil em 2022”, da ONG Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil, registraram-se no ano passado 273 mortes

---

<sup>3</sup> Disponível em <https://SINASEFE.org.br/site/nao-somos-invisiveis-manifesto-pela-criacao-do-gt-lgbtia/>.

<sup>4</sup> CORBIN, Alain; COURDINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). História da virilidade. Vol. 1. A invenção da virilidade, da antiguidade às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2013.

violentas de pessoas em dissidência sexual ou de gênero no país, sendo 228 assassinatos cuja causa principal foi o ódio a sujeitos nesta condição<sup>5</sup>.

Termos como “viado”, “bicha”, “maricona”, “traveca”, “sapatão”, “mulher-macho”, “machuda”; expressões como “que desperdício”, “é uma pena”, “essa nunca teve um homem de verdade”; perguntas em entrevistas de trabalho como “você é casado?” “tem filhos?” são exemplos de comentários e questionamentos que fazem parte do cotidiano de milhares de trabalhadoras/es e estudantes LGBTQIA+ e de outras identidades de gênero em nossas Instituições Federais de Ensino (IFEs).

O agravante é que este perverso e desumano cenário social também está enraizado em espaços que nasceram para promover a igualdade, o respeito e a defesa dos Direitos Humanos, como o sindicato. Nesse processo de tensões, conflitos e contradições que se impõe a nós, profissionais da Educação, a tarefa de trabalhar a convergência desses dois movimentos: o LGBTQIA+ e o sindical.

## NOSSA EXISTÊNCIA

Com essa compreensão, um grupo de pessoas LGBTQIA+ que são membras de seções sindicais do SINASEFE garantiu o espaço de uma mesa temática dentro da programação do 35º CONSINASEFE, com o objetivo de debater assuntos ligados ao tema dentro do sindicato e pontuar a importância da participação de companheiras/os que se identificam como LGBTQIA+ na base do SINASEFE e, juntas/os, defendermos a criação da Coordenação LGBTQIA+ no sindicato.

Tal Tese parte do princípio de que a inclusão de pastas específicas sobre o tema deve ser considerada um avanço para nosso sindicato, visto que essa inserção vem sendo um processo lento e que ainda está em construção. Do ponto de vista sindical, as reflexões sobre gênero e diversidades sexuais ainda são recentes e não abarcam de maneira uniforme as diferentes organizações. Tem-se apontado em todas as nossas Plenárias que hoje se discutem as questões do machismo, do racismo e do fascismo em nosso sindicato, e faz-se necessário aprofundar essa discussão, mas as questões da LGTBfobia continuam sendo invisibilizadas, como que varridas para debaixo do tapete. O movimento sindical precisa compreender e abraçar a pluralidade do conjunto da classe trabalhadora, ou seja, a/o trabalhador/a jamais deve ser discriminado por um aspecto da sua existência, seja sua identidade de gênero ou sua sexualidade. Somente será possível avançar na pauta da inclusão das minorias e combate às opressões promovendo a igualdade e a inclusão da diversidade na defesa dos Direitos Humanos e no combate ao

<sup>5</sup> Cf. <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022>.

preconceito, o que justifica a criação de uma Coordenação LGBTQIA+ na estrutura do SINASEFE.

*Se hoje conseguimos nos levantar contra o preconceito e a discriminação, é necessário termos a clareza que ainda persiste o desrespeito à diversidade, e esse desrespeito às vezes transforma-se em violência verbal, física e/ou simbólica, podendo se reverter em empecilho até para a ascensão profissional. Não podemos mais dar espaço, nessa quadra da história, para que a LGBTfobia seja naturalizada nos nossos espaços de trabalho e de militância sindical! A população LGBTQIA+ já demonstra fartamente competência para ocupar espaços de disputa do movimento sindical.*

*Por essas razões – e tantas outras que não cabem no curto espaço – vimos nos manifestar, por meio desta Tese, pela criação da Coordenação LGBTQIA+ do SINASEFE, que se encarregará de reposicionar esta pauta no âmbito do sindicato e responder a uma demanda cada vez maior na luta contra as opressões.*

*A Coordenação LGBTQIA+ do SINASEFE teria por atribuições: combater a LGBTfobia em todas as suas manifestações, principalmente no âmbito de trabalho e na luta sindical; estabelecer a representatividade LGBTQIA+ na Direção Nacional do SINASEFE; impulsionar a representatividade nas seções sindicais do SINASEFE no país inteiro; acolher e encaminhar denúncias de vítimas de LGBTfobia; propor atividades específicas de formação para a diversidade; complementar ações do SINASEFE no combate às opressões; dar visibilidade à população LGBTQIA+ dentro do sindicato. A criação da Coordenação LGBTQIA+ do SINASEFE será demonstração do efetivo compromisso do sindicato com a batalha para superar o sistema capitalista, etapa fundamental para que possamos reconstruir as relações humanas na sociedade, no trabalho e no movimento sindical.*

## PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS

- Criação da Coordenação LGBTQIA+ do SINASEFE.
- Que, no primeiro semestre de 2024, seja priorizada a realização do I Encontro LGBTQIA+ do SINASEFE, preterido em 2023.
- Que o SINASEFE se comprometa com o respeito a companheiras/os LGBTQIA+ no âmbito do sindicato.

Assinaram essa tese:

- 1) Abraão Romão Batista      SINTEFPB
- 2) Adão de Assis - IFRJ

- 3) Adelino Francisco de Oliveira - IFSP
- 4) Adriana Nascimento de Jesus - IFSP
- 5) Aelcio Vander dos Santos - IFNMG - ARINOS
- 6) Albano Luiz Francisco Teixeira SINDSCOPE
- 7) Alessandra Meira de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
- 8) Alessandro de Paula Silva - SINASEFE Seção Norte de Minas
- 9) Alexandre dos Santos Souza - IFPB
- 10) Alfranio Pedroso Soares - IFMS
- 11) Alice de Araujo N. Pereira - seção IFFluminense
- 12) Aline Tátilla Ferreira Norte de Minas
- 13) Allan Costa - IFPB
- 14) Aloisio Henrique Pereira de Souza IFSC Canoinhas
- 15) André Brito de Sousa - SINTEFPB/IFPB
- 16) Andréa Lima Barros Codó/ Leste maranhense
- 17) Antonio Carlos Paim APROFCMPA
- 18) Antônio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB
- 19) Antônio Luceni - IFSP
- 20) Arielly Dayane Lima Ribeiro - IFAC
- 21) Ariovan da Silva Martins Seção Barbacena do SINASEFE - Epcar
- 22) Arivaldo da Silva Souza IFBA/CMS
- 23) Artemis Martins - IFCE/Sindsifce
- 24) Áureo Mendonça - SINASEFE Monte Castelo
- 25) Bianca Ponciano Prell SintifRJ
- 26) calu teixeira coelho SINDSCOPE
- 27) Carlos Alberto Genz Aprofcmpa
- 28) Carlos Batel - SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
- 29) Clarissa Maciel Cavalcante - SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
- 30) Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
- 31) Cláudia Maria Martins Farias Cmpa
- 32) Claudilena Corrêa Araújo SINASEFE -Seção Codó - IFMA
- 33) Cleiton Mariano da Silva SINDSIFPE
- 34) Clerio Lucas Guaitolini SINASEFE Ifes
- 35) Cristiane Sousa - IFCE/Sindsifce
- 36) Cristina K de Freitas Aprofcmpa
- 37) Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão - SINTEFPB/IFPB
- 38) Damile Menezes Pessoa Mata - IFB
- 39) David Lobão - IFPB
- 40) David Washington Freitas Lima SINASEFE Manaus

- 41) Denis da Silva Pereira - Manaus
- 42) Dione Cabral - SINASEFE-SP/ IFSP
- 43) Domingo Stálin Aguero Martinez - SINASEFE IFBA
- 44) Edgar Gomes Júnior - IFNMG/SINASEFE Arinos
- 45) Eduardo Machado dos Santos - IFMT
- 46) Elaine Cristina dos Santos - Seção São Paulo
- 47) Elenira Oliveira Vilela - IFSC e DN
- 48) Eliane Maquine de Amorim - SINASEFE-Am
- 49) Eliezer da Cunha Siqueira SINTEFPB
- 50) Emanuelle Karenyne Mota Chaves - SINASEFE IFMA- Seção Codó
- 51) Emiliana da Consolação Ladeira - Barbacena
- 52) Emy Virgínia Oliveira da Costa Sindsifce - Fortaleza
- 53) Erickson Melo Albuquerque - SINTEFPB/IFPB
- 54) Fabio de Oliveira Dias - IFSul Gravataí
- 55) Fábio Sampaio dos Santos Câmara - SINTEFPB/IFPB
- 56) Fernanda M Furlan - IFAL
- 57) Fernanda Rosá - IFSC
- 58) Fillipe Perantoni Martins - SINTEFPB/IFPB
- 59) Flávio de Almeida Queiroz - SINTEFPB/IFPB
- 60) Flávio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE
- 61) Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo - IFPB - Campus João Pessoa
- 62) Francisco de Assis Queiroga-sintef pb
- 63) Francisco Raimundo de Freitas - IFPB
- 64) Gabriel Oliveira - AProfCMPA
- 65) George Bezerra Pinheiro Sindsifce
- 66) Giovana Lopes da Silva SINASEFE-IFMA-Seção Codó
- 67) Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo - SINTEFPB CG.
- 68) Grazielle Nayara Felicio Silva - IFSP (SINASEFE-SP)
- 69) Guaraci Cardoso Soares - IFPA CTRB e CIABA
- 70) Hélio de França Gondim SINTEFPB/IFPB
- 71) Henrique Nascimento da Silva - SINASEFE MS
- 72) Hidemi Soares Myamoto - SINTEFPB/IFPB
- 73) Hugo Dantas - SINDSIFPE
- 74) Hugo Manso - IFRN, CNat
- 75) Igor Lima Rodrigues - IFCE/Sindsifce
- 76) Indira Oliveira - IFPA Breves
- 77) Inez Sales de Aguiar-seção Manaus
- 78) Irismar Monteiro Brasil - SINASEFE-PA

- 79) Israel Vasconcelos Cardoso - Seção Santa Rosa do Sul
- 80) Iziane Silvestre Nobre Sindsifce
- 81) Jackson Gomes Soares Souza - IFSP
- 82) Jefferson Oliveira Lima - SINASEFE Pará
- 83) João Carlos Cichaczewski - seção Litoral/SC
- 84) João Edson Rufino - SINTEFPB/IFPB
- 85) João Paulo França - IFPB
- 86) João Rocha Júnior - IFTM
- 87) Joaquim Teixeira - SINASEFE Monte Castelo
- 88) José Carlos Dussarrat Riter APROFCMPA
- 89) José de Araujo Pereira - SINTEFPB/IFPB
- 90) José do Nascimento Junior - IFPB
- 91) José Eurico Ramos de Souza - IFAM Campus Manaus Zona Leste
- 92) José Grangeiro Sobrinho - SINTEFPB/IFPB
- 93) Júlio César Ferreira Rolim - IFPB.
- 94) Karla Simões de Andrade Lima Bertotti CMR/EAMPE - DN SINASEFE
- 95) Larissa Vancoscelos - SINTEFPB/IFPB
- 96) Laurenir Santos Peniche SINASEFE IFPA CTB e CIABA
- 97) Leandro Batista da Silva APROF CMPA
- 98) Leandro Oliveira IFSP
- 99) Leewertton de Souza Marreiro - SINTEFPB/IFPB
- 100) Leonardo Carretta da Silva SINTIFRJ
- 101) Leonardo Gomes - IFPB
- 102) Lídia Farias Lima Sindsifce
- 103) Lissa Fontenelle - CMF/Sindsifce
- 104) Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS (Seção Bento Gonçalves)
- 105) Lourdes Rafaella Santos Florêncio - IFCE/Sindsifce
- 106) Luandson Luis da Silva - IFRN
- 107) Luanna Louyse Martins Rodrigues - IFMA
- 108) Luciene da Silva Santos - IFBAIANO/Catu
- 109) Luís Antônio Papa - IFBA.
- 110) Luisa Ramos Senna Souza - SINASEFE IFBA-CMO
- 111) Máira Ferreira Martins IFSP
- 112) Marcelo Teixeira da Silva CMR/EAMPE - Recife
- 113) Márcia Soraya Teani SP/Jacareí
- 114) Marco Antonio Almeida Llaraena - SINTEFPB/IFPB
- 115) Marco Aurélio Borges Quintanilha - IFSULDEMINAS - Machado
- 116) Marco V M Lamarao - IFFLUMINENSE

- 117) Marcos Antonio Amaral Lins - SINTEFPB/IFPB
- 118) Marcus Vinicius guedes da Mota - ifnmg (SINASEFE Pirapora)
- 119) Maria Amélia Ferracciú Pagotto- Seção São Paulo
- 120) Maria da Conceição da Silva Rodrigues - IFCE/Sindsifce
- 121) Maria Suely-IFAM
- 122) Mário Luiz Madeira Ferreira Litoral
- 123) Marival Baldoino de Santana - SINASEFE SP
- 124) Michel Torres - IFRJ
- 125) Moisés Q Monteiro Santa Teresa ES
- 126) Montesquieu da Silva Vieira - SINTEFPB/IFPB
- 127) Natália Ayres - IFCE/Sindsifce
- 128) Nelson de Lima Damião SINASEFE Muzambinho/MG
- 129) Newmark Heiner da Cunha carvalho SINTEFPB CG - IFPB
- 130) Oscarlino Souza Ferreira - IFBAIANO/CATU
- 131) Pablo Melquisedeque Souza e Silva - IFMA
- 132) Pedro Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
- 133) Philipe Soares - IFPE
- 134) Priscila Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
- 135) Raimundo Joaquim Façanha Serra IFPA
- 136) Raquel Mesquita dos Santos Ramos - SINTEFPB/IFPB
- 137) Renata Crizanto - IFMT
- 138) Rita Sidmar Alencar Gil - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
- 139) Roberta Ribeiro Cassiano SINTIFRJ
- 140) Rogério Alves de Amorim - Seção Norte de Minas
- 141) Rogério de Souza - SINASEFE Seção São Paulo - IFSP
- 142) Rômulo Alexandre Silva - IFPB/CG
- 143) Rosa Amélia Barbosa - IFSP
- 144) Rosa Maria Cardoso dos Santos CMRJ/CN/FO
- 145) Rosângela de BARROS castro IFBA
- 146) ROSINALDO SILVEIRA SINASEFE IFPA, CTRB E CIABA
- 147) Ruy França - SINASEFE Monte Castelo
- 148) Sady Salomão da Silva Alves- IFPA
- 149) Samantha Macedo - IFCE/Sindsifce
- 150) Samuel de Medeiros Modolon/ seção Santa Rosa do Sul/SC
- 151) Saulo Daniel Campos de Oliveira- SINASEFE-IFBA/CMS
- 152) Saulo Ramos de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
- 153) Sylvania Trajano de Souza - SINTEFPB/IFPB
- 154) Stânio de S. Vieira - IFTO

- 155) Suelânio Viegas - IFPB
- 156) Sueli Pereira de Andrade - SIMTEFPB
- 157) Suzana de Souza Gutierrez APROF CMPA
- 158) Tânia Regina Barbosa de Sousa- Sergipe
- 159) Thais Surian - IFSP
- 160) Thiago Marçal da Silva IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES
- 161) Tiago Thomáz de Assis - SINASEFE MS
- 162) Valmir Arruda - IFCE/Sindsifce
- 163) Vanessa J. R. do N. Mandriola ASSINES-SSIND
- 164) Victor Rodrigues - ifpb
- 165) Vinicius Venturini- IFCE/Sindsifce
- 166) Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IF Baiano
- 167) Zuila Couto - SintefPB/ IFPB

## 04 - SINASEFINHO: brincar e resistir

### 1. Contextualização histórica:

Nas sociedades patriarcais historicamente as mulheres têm sido excluídas da vida fora do ambiente doméstico, do lazer, das lutas. Todavia, temos que resgatar a história, na obra de Michelle Perrot, “Os excluídos da História, operários, mulheres, prisioneiros”, temos toda a luta das mulheres operárias, ainda no início do século XX:

*(..) De modo geral, o perfil dos motins é industrial: as mulheres dos operários são o motor do movimento. (...) O sindicalismo recusa as formas de expressão das mulheres como selvagens, irresponsáveis, pouco adequadas à dignidade dos trabalhadores. (PERROT, 2001, p.210-211).*

Contudo, precisamos lembrar que as mulheres eram submetidas ao mundo do trabalho, fabril e doméstico, muito antes de tentarem se organizar, lutar, votar. A literatura já denunciou seus corpos explorados de diversas maneiras no clássico francês Os Miseráveis, de Victor Hugo, cujas gerações de mulheres lutaram contra violências diversas, além da própria exploração.

No caso das mulheres negras Ângela Davis (2016, p. 180) denuncia na sua obra Mulheres, Raça e Classe:

*O padrão do abuso sexual institucionalizado de mulheres negras se tornou tão forte que conseguiu sobreviver a abolição da escravatura. Estupros coletivos, perpetrados pela Ku Klux Klan e outras organizações terroristas do período posterior à Guerra Civil, tornaram-se uma arma política clara no esforço para inviabilizar o movimento pela igualdade negra.*

De forma similar, mulheres indígenas vem, desde a colonização do assim chamado Brasil, sofrendo abusos. Foram lidas pelos colonizadores europeus como corpos passíveis de serem violados, assim como já faziam com outras mulheres na Europa. Além disso, Lia Pinheiro Barbosa cita várias autoras que apontam para a existência de elementos patriarcais em Abya Yala antes da chegada dos colonizadores (Barbosa, 2019, p 214).

Portanto, os corpos das mulheres negras e indígenas têm sido os que mais foram violados, ainda que o patriarcado incida sobre todas as mulheres no Brasil por meio dos mais diversos mecanismos.

Neste cenário de séculos de luta para sobreviver a formas diversas de violência as mulheres têm tido muita dificuldade de exercer sua participação política. Foram vozes interrompidas inclusive nos espaços menos hegemônicos de luta. No campo da esquerda também não foi diferente.

Muitos homens, mesmo de esquerda, ainda nos dias de hoje, século XXI, incomodam-se com a participação das mulheres nos espaços de luta, não entendendo a razão e a importância de espaços para que as crianças possam ser cuidadas enquanto as mulheres participam, efetivamente.

Isto ocorre por várias razões. Uma delas é o não reconhecimento do cuidado como um trabalho e sim como tarefa “natural” das mulheres. Desconsiderando que o protagonismo masculino nas frentes de luta ocorreu por conta da ausência de sua atuação no trabalho do cuidado das crianças, idosos, doentes e no trabalho doméstico.

Esses homens por vezes verbalizam apoio à luta das mulheres, mas se negam a garantir a estrutura necessária para que elas possam sair dessa posição de exploração para estar nos espaços de luta da esquerda. Precisamos avançar e garantir a superação dessa incoerência dentro de nosso sindicato.

## 2. Sinasefino como espaço educativo e político:

No Congresso Nacional do SINASEFE, logo após a Pandemia, mulheres de diversos coletivos se incomodaram com o espaço burguês e precário contratado para as crianças sindicalizadas. Além de não trazer os temas de lutas do congresso, sendo de viés capitalista, funcionou como um espaço privatizador e alienante de lazer.

Espaços burgueses de confinamento da infância são denunciados na obra de Edmir Perrotti, *Confinamento Cultural, infância e Leitura*:

*Em conclusão, o confinamento da infância ocasionou-lhe sérios problemas sócio-político-culturais. (...) Sem poder brincar livremente pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas sobretudo altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a vida política. (PERROTTI, 1990, p. 92).*

Pensar espaços para infância onde a criança pudesse viver a cultura infantil, jogos e brincadeiras, cuidadas por monitoras consideradas “brincantes”, e, ao mesmo tempo, estivessem protegidas dos perigos que a cidade já oferecia naquela época, foi pensado por Mário de Andrade, quando criou os Parques Infantis na cidade de São Paulo (PI).

Os PIs eram espaços pensados, por Mário de Andrade para as crianças (que ele chamava de crianças operárias, pois em bairros operários e filhas destes), funcionavam em períodos contrários ao escolar e as crianças tinham momentos livres tanto para atividades artísticas, como para brincar entre eles supervisionadas pelas monitoras brincantes, mas também, aprendiam jogos, de roda, folclóricos, brincadeiras, músicas e danças, que Mário de Andrade (MA) tanto valorizava.

*Ao lado do folclore, jogos e brincadeiras do pai, fazendo com que as crianças participassem do projeto de construção da cultura nacional, MA acreditava que a criança não só aprende e consome cultura do seu tempo, como também produz cultura, seja a cultura infantil de sua classe, seja reconstruindo a cultura à qual tem acesso. (...) Mário acreditava que todo ser humano produz cultura, faz história. (FARIA, 2002, p. 48).*

Ressaltamos que a concepção de folclore e de cultura nacional da época de Mário de Andrade será repensada à luz das críticas feitas à ideia de nação elaborada naquele momento por vários intelectuais. Um dos motes dessa intelectualidade era a ideia de miscigenação e democracia racial que invisibilizava povos pretos, quilombolas, ciganos, judeus que para cá vieram por meio dos mecanismos colonizadores assim como os povos originários que aqui já estavam antes do ano de 1.500.

O Sinasefinho está atento, por exemplo, para a não folclorização dos encantados indígenas (Jaxy (Saci), Kurupyra, Yara, Matinta, Boto) que são sagrados para estes povos, assim como a não demonização dos seres e espaços sagrados da cultura de origem africana e de outras diásporas.

Mário de Andrade escreve ao educador argentino Ernesto Nelson e diz sobre o PI e a escola:

*A escola não é, pois, o sistema ideal de cultura infantil. Um outro sistema, precisa, não diremos substituí-la, mas completá-la. Um sistema que tome a criança como ela é, e a nossa complexa civilização como ela é, harmonizando os dois fatos de uma*

*maneira científica e ao mesmo tempo humana.* (FARIA, 2002, p. 160).

Também sobre quem seriam as instrutoras do PI, a exigência para o concurso para se trabalhar neles, estava: "(...) c) orientar as atividades recreativas das crianças e velar sobre elas sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e espontaneidade nos jogos que forem admitidos." (FARIA, 2002, p. 134)

Uma das ideias, portanto, que surgem para nortear o que deve ser o espaço do Sinasefinho é um espaço similar em parte ao PI de Mário de Andrade e em parte às demais experiências exitosas de espaço não capitalista para crianças, como o SESC Curumim do SESC SP, e, as Cirandas Infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (estes do final do século XX).

Além dessa perspectiva, o SINASEFINHO também abraçou olhares que não são unicamente urbanizados e brancos, mas visões sobre a formação e cuidado de crianças oriundos dos povos indígenas e dos quilombolas. Vários princípios como o respeito à natureza, à ancestralidade foram absorvidos pelo projeto e vem sido inseridos nas práticas do Sinasefinho e na formação das/os cuidadoras/as das crianças sindicalizadas.

## 2.1 Proposta do Sinasefinho – destaque para votação:

Deste modo, olhando para os exemplos citados essa proposta visa trazer para o SINASEFE, um espaço infantil, pedagógico, político e decolonial para crianças de 0 a 12 anos tendo em vista a necessária redução da desigualdade de gênero que implica na participação de homens e mulheres nos espaços do Sindicato. Participar, portanto, da luta sindical, deve ser um direito que não pode ser negado pelo fato de mulheres e homens terem filhos. E, sobretudo, essa desigualdade acaba sendo imposta de forma mais intensificada às mulheres mães que, muitas vezes, deixam de participar dos espaços sindicais por não terem com quem deixar suas crianças.

Uma das maneiras de garantir a participação feminina na luta sindical, e, ao mesmo tempo, já colocar a criança em espaço de luta, não burguês, antirracista e não sexista, seria garantir a existência deste espaço.

A proposta é que em todo espaço sindical de reunião, encontro, plenárias, congressos, etc, o SINASEFE garanta um espaço pedagógico para as crianças que, por ventura, possam acompanhar suas mães e pais no trabalho.

Esse espaço, chamado Sinasefinho deve ser financiado pelas Seções Sindicais quando as atividades forem realizadas localmente e pelo SINASEFE Nacional, quando este for o proponente da atividade.

Deve contar com monitores e monitoras, preferencialmente da área de Pedagogia, estudantes de Instituições de Ensino Superior ou dos Institutos Federais nos locais onde se realizarão os eventos. O pagamento das/os monitores/as deverá ser feito de acordo com as leis trabalhistas, assegurando-se a análise do setor jurídico nacional ou do jurídico da sessão local.

Os/as monitores/as devem apresentar e seguir um planejamento pedagógico com atividades educativas, temáticas e políticas, de acordo com as idades das crianças participantes. Esse planejamento deve ser feito juntamente com a coordenação do SINASEFE que ficará responsável pelo Sinasefinho.

Os espaços do Sinasefinho deverão conter materiais didático-pedagógicos suficientes, para que as atividades sejam realizadas, assim como alimentação específica para as crianças. Não se aconselha a contratação de empresas de recreação nem equipamentos de alto custo para o Sinasefinho, e sim que as crianças possam ter acesso às brincadeiras populares, do povo preto, indígena, quilombola e materiais acessíveis para que o conceito de espaço político pedagógico de luta e resistência se mantenha, resguardado o respeito à natureza e às leis ambientais.

No caso de adolescentes de 13 a 17 anos, casos específicos poderão ser avaliados pelas seções sindicais para essa participação, como por exemplo, adolescentes com deficiência ou situações familiares especiais.

O Sinasefinho deve acontecer em período integral, durante toda a programação do evento. Deve-se, por fim, ser um espaço educativo, de formação humana, integral e política para as crianças, filhos e filhas dos participantes do sindicato.

### 3. Bibliografia Citada:

BARBOSA, L. P. Florescer dos feminismos na luta das mulheres Indígenas e camponesas da América Latina. Revista Novos Rumos Sociológicos: 2019.

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo, SP. Boitempo. 2016.

DORRICO, Julie. <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/julie-dorrigo/2021/08/25/folclore-brasileiro-versus-literatura-indigena-entenda-a-diferenca.htm>

FARIA, A.L.G. Educação pré-escolar e cultura. Campinas, SP. Editora UNICAMP. 2002.

PERROTTI, E. Confinamento Cultural, infância e leitura. São Paulo, SP. Summus editora. 1990.

PERROT, M. Os excluídos da História, Operários, Mulheres, prisioneiros. São Paulo, SP. Paz e Terra editora. 2001.

Assinaram essa tese:

Alexandra Filipak

Camila Tenório Cunha

Katiuscia da Costa Pinheiro

## **05 - Tese da Corrente Proletária na Educação CPE-POR ao 35º CONSINASEFE Combater o Capitalismo: raiz de todas as formas de opressão**

### I. Apresentação

Com o avanço da crise capitalista agudizam-se todas as formas de opressão. O avanço da violência contra as mulheres, negros, indígenas e o movimento LGBT são parte da violência de classe da burguesia, que: nega o direito ao emprego; aos que conseguem trabalho, o salário não garante as condições de existência da família; direitos elementares, como terra aos indígenas e quilombolas são negados; falta de creches, como parte do direito à maternidade; criminalização do aborto, o que fere o direito da mulher sobre seu próprio corpo e coloca em risco a vida das mulheres; o avanço do obscurantismo é acompanhado pelo avanço da violência contra a população LGBT.

Para combater a violência e as discriminações da burguesia é preciso que as organizações de massa, centrais, sindicatos e movimentos populares atuem para unificar os oprimidos, sob os métodos de organização e luta da classe operária, erguendo as bandeiras de emprego, salário e direitos. A burguesia é incapaz de resolver os problemas da maioria oprimida. Por isso, a CPE/POR defende que a luta contra toda forma de opressão passou para as mãos da classe operária, que em unidade com os demais oprimidos, devem se erguer para derrubar o capitalismo, raiz de toda forma de opressão. Combater toda forma de opressão do homem pelo homem em defesa da revolução socialista.

### II. Políticas permanentes – Combater a raiz de todas as formas de opressão, que é de classe!

Vivemos uma profunda crise econômica mundial, agravada pela guerra na Ucrânia, pela guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, e pelo avanço da escalada militar. As consequências têm sido dramáticas para a maioria oprimida de todo o mundo, com o avanço da fome, miséria, desemprego e doenças. E com o acirramento das discriminações sociais, raciais e sexuais.

Hoje, mais do que no passado, as diversas formas de opressão têm sido evidenciadas e setores da própria burguesia se encarregaram de encontrar formas de amenizá-las. Mas, é no interior da classe média que se gestam movimentos de denúncias, contestações e proposições dirigidas aos governantes e ao Congresso Nacional. As pressões sociais contrárias às discriminações da mulher, dos pretos,

dos indígenas e da população LGBT constituem um todo que expressa a raiz de classe das distintas opressões. No entanto, são tratadas isoladamente umas das outras, de forma a se manifestarem corporativamente. Essa segmentação política, ideológica e organizativa se encarrega de ocultar e mesmo contestar o caráter de classe das opressões. Nisso reside a inconsistência, a limitação e a fraqueza das organizações especificamente voltadas a tratar dos conflitos em torno à opressão racial, étnica, sexual etc. Tais “coletivos” ou organizações acreditam que a aprovação de algumas leis, que formalmente penalizam os atos de discriminação e a violência física, conduziria à superação das opressões.

Na realidade, o pressuposto de que a criminalização, a penalização, a educação e as medidas limitadamente protetivas possibilitariam um processo civilizatório de igualdade da mulher, dos negros, dos indígenas e dos LGBT alcançou apenas o nível da denúncia, das condenações e da ascensão social seletiva. Não se pode avaliar que essa via de fato leva à eliminação das opressões. Isso se comprova diariamente, via a quantidades de notícias e denúncias, mostrando que a criminalização não tem arrefecido os ataques. E o motivo se encontra na divisão de classes própria do capitalismo, fonte de todo tipo de desigualdade social e, portanto, de discriminação. Se não se combate a opressão histórica sobre a mulher, raça e nacionalidade como parte da luta de classes do proletariado voltada à revolução social, se alimenta a ilusão de que a burguesia é capaz de promover o processo civilizatório capitalista ao ponto de eliminar tais opressões. Essa falsa perspectiva é típica do reformismo arcaico e contrarrevolucionário, que defende a possibilidade de resposta às opressões sob o capitalismo.

*O 35º CONSINASEFE deve aprovar uma resolução que de fato impulsione a luta contra a opressão de classe e as conseqüentes discriminações. A Corrente Proletária propõe: 1) unificar os movimentos contrários às opressões em uma só força de combate às discriminações, tendo por base o programa da revolução social; 2) emprego a toda a juventude, combinado com os estudos; 3) trabalho igual, salário igual; 4) revogação da reforma trabalhista e previdenciária, que empurra a juventude às relações de trabalho mais precarizadas e mais opressivas; 5) proteção à maternidade, direito ao aborto garantido pelo Estado, superação da dupla jornada de trabalho e condições que permitiam combinar o trabalho, a maternidade e os estudos.*

Assinaram esta tese:

Emanuelle de Souza Barbosa – IFCE

Guilherme Augusto Vaz de Lima – IFPB

Ledevande Martins da Silva – IFPB

Rafaella Fernanda Vila Nova da Silva

Verônica Maria do Nascimento – IFPE

## 06 - CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A OPRESSÃO LGBTFÓBICA NO 35º CONSINASEFE

Em primeiro lugar, quero explicar que sou assinante da tese que defende a criação da Coordenação LGBTQIA+ em nosso sindicato nacional e participei, desde o início, à formulação desta proposta. Por um problema de confusão e atrapalho pessoal, perdi a oportunidade de apresentar ao grupo que estava discutindo a tese, algumas considerações de caráter teórico e político e, por compreender que são questões relevantes, para garantir que o acesso e debate a essas questões possam acontecer, faço esta tese que dialoga com a tese “Não somos invisíveis e exigimos nosso espaço! Pela criação da Coordenação LGBTQIA+ do SINASEFE.”.

Um ponto de destaque em relação a tese é em relação a chamada “cultura do patriarcado”. Nós, militantes do PSTU, compreendemos que o patriarcado compreende um momento do processo de transformação e organização dos seres humanos em que avançava a ampliação do conceito de propriedade privada, com o seu corolário da criação da ideia de herança do patrimônio, a submissão das mulheres e a imposição da linhagem pela via masculina. Corresponhia a sociedades predominantemente rurais, e uma composição em clãs ou famílias extensas. Gradativamente se esvazia o papel e o poder feminino e se elevava o poder e autoridade dos homens.

“A teoria marxista, desde o início, fez um uso muito cuidadoso do termo patriarcado porque para os marxistas tornar os conceitos explícitos, estabelecer as origens, história, fundamentos, esclarecer e especificar como um conceito nasce e se adapta à realidade histórica, e mutável, é fundamental para avançar não apenas empiricamente, mas, sobretudo, na luta de classes. Na obra na qual se desenvolve principalmente a teoria marxista sobre a origem da opressão da mulher, *A Origem da Família, a Propriedade Privada e o Estado* publicada em 1884 [1], Engels utiliza o termo «patriarcal» para caracterizar certo tipo de família, em uma época na qual as famílias eram comunidades. E a certa altura fala de «comunidade familiar patriarcal»: é, na análise de Engels, uma forma transitória que surge entre a família construída nos direitos maternos (ou o que se denomina erroneamente matriarcado, mais propriamente a família matrilinear ou matrilocal), e a família monogâmica moderna.

A família patriarcal é aquela que surge quando a filiação feminina e os direitos maternos são substituídos pela filiação masculina e pelo direito hereditário paterno, de modo que o pai passa a ser o chefe da família, constituindo-se ao redor dele a

gens paterna. A família patriarcal é caracterizada por uma autoridade e poder crescentes do pai sobre o grupo e pela incorporação de membros independentes e submissos nesta estrutura de dominação. [...] muito rapidamente, com o desenvolvimento das forças produtivas, a sociedade dividida em classes se afirmará e, assim, um novo tipo de família baseada no casamento monogâmico, onde o homem reduz a sua mulher a uma propriedade e, assim, estabelece uma autoridade firme e ampliada no sistema social.” (SGUAZZABIA, Laura. *O patriarcado do ponto de vista marxista*. Artigo original publicado na revista de teoria e práxis marxista Trotskismo Oggi n.º 17, do Partido de Alternativa Comunista da Itália, dezembro de 2020)

A formação do capitalismo e sua intrínseca necessidade de expansão e submissão de todas as outras formas societárias a acumulação do capital, rompeu com as estruturas familiares diversas (patriarcais, tribais, comunais) ao alienar da maioria dos seres humanos e comunidades o controle da produção dos bens necessários a reprodução da vida, ao incluir no mercado da venda da força de trabalho, a força de trabalho de mulheres, crianças e jovens.

Em paralelo, o capitalismo não elimina as opressões, mas as ressignifica e ao mesmo tempo que dá às mulheres e aos lgbtis a possibilidade de construir vidas independentes e núcleos e redes de sociabilidade e solidariedade, ideologiza as chamadas funções inequívocas e atávicas às mulheres (maternidade, cuidados aos familiares e as atividades domésticas) e empurrava os lgbtis a marginalidade, o exército industrial de reserva, às tarefas mais desqualificadas e mal remuneradas, à prostituição (em conjunto com as mulheres) e a invisibilidade social. Mas, em particular, nas sociedades capitalistas centrais o patriarcado foi eliminado.

Em momentos de crise profunda do capitalismo, essas ideologias opressoras se tornam uma base pela qual se orienta quais os setores da classe trabalhadora serão primeiramente “jogados aos leões” do desemprego, subemprego, marginalização e mesmo destruição moral, psicológica e física.

“É nos momentos de crise, como foi nas décadas de 1920 e 1930, que a burguesia acentua a propagação de suas ideologias e práticas opressivas com um duplo objetivo.

Primeiro, para extrair lucro da superexploração de enormes setores da sociedade (como negros, mulheres, LGBTIs, migrantes e imigrantes), jogando-os ainda mais para as margens da sociedade, com o desemprego, a precarização, o subemprego e/ou a restrição de acesso aos serviços públicos. Segundo, para dividir a classe trabalhadora, inculcando preconceitos que nos dividem, para assim enfraquecer nosso potencial de luta.” (SILVA, Wilson Honório. *Combate à lgbtifobia, internacionalismo e independência de classe: urgências em um mundo cada vez mais hostil*. PSTU, 26/07/2023)

Por isso entendemos que a luta de todos os setores oprimidos deve ser junto ao proletariado contra um inimigo central, o capitalismo. E para que tal unidade possa se produzir todos os militantes classistas conscientes devem ter a tarefa de lutar contra todo tipo de preconceito, opressão, desigualdade entre os trabalhadores, seja por gênero, etnia, raça, confissão religiosa, orientação sexual, nacionalidade e o que mais for.

#### BIBLIOGRAFIA:

SGUAZZABIA, Laura. *O patriarcado do ponto de vista marxista*. Revista de teoria e práxis marxista Trotskismo Oggi n.º 17, do Partido de Alternativa Comunista da Itália, dezembro de 2020.

SILVA, Wilson Honório. *Combate à lgbtifobia, internacionalismo e independência de classe: urgências em um mundo cada vez mais hostil*. PSTU, 26/07/2023

Albano Luiz Francisco Teixeira

## **07 - Observatório Afro - Indígena da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

Programa Aprovado pela Plenária Final do II ENNIQ

O Brasil é um país que se curva à branquitude em todas as modelagens estruturais possíveis, tanto tangíveis como intangíveis. Estruturado enquanto nação a partir do período colonial, sob a égide do colonialismo e da desumana e criminosa escravidão, a empresa colonial promoveu impassível ao grande genocídio afro-indígena que mancha e cobre de vergonha nossa história, nos remetendo a um patamar civilizatório desonroso.

Desde seus primeiros passos no século XVI, enquanto território ocupado, o Brasil passou por infinitas versões de racismo estrutural, sempre baseado em pseudo ciências como a craniologia e a frenologia, que traziam em seus ventres a besta do mercantilismo, do capitalismo, do imperialismo e do patriarcado.

Os povos afro e indígenas são a tradução mais fiel da resistência, resiliência e da esperança. Trazem nos corpos as marcas sofridas do cativo e na alma as cicatrizes da humilhação e da opressão promovidas pela branquitude. Negros e indígenas perseveraram que haverá um dia no futuro, em que o sol brilhará para todos e que todos, efetivamente todos, se libertarão desse trágico e eterno looping agonizante, vagando entre o sofrimento cotidiano da disforia racial e quimeras motivacionais ilusórias que propõem realizações inatingíveis apresentadas pelo branco. O negro e o indígena vivem como um sísifos contemporâneos, galgando as escarpas do destino traçado, com o mundo pesando em seus ombros, lhes forçando de maneira contínua e inclemente para o fundo do abismo.

Os indígenas ainda são o povo da alcunha de atrasados e preguiçosos, aprisionados nos estereótipos do bom selvagem e numa exigência etnocida de que tenham a mesma face, cabelos e modos de viver. São mulheres e meninas que foram e são até hoje violadas. Povos que ainda tem que mendigar pela integridade de seus territórios sagrados atacado a 523 anos numa guerra reatualizada hoje pelo ataque do Marco Temporal.

São povos presentes nas aldeias e também cidades, favelas, beiras de rio, mas invisibilizados por séculos de censos demográficos que perversamente os/as apagaram de suas contagens.

Esses povos se mantêm vivos graças à força de sua ancestralidade. E lutam honrando a memória dos que resistiram desde o início da colonização, na Confederação dos Tamoios, Guerra dos Bárbaros, dos que resistiram e tombaram

sob a mão da ditadura civil-militar, do irmão Galdino levado pelas chamas da branquitude.

Os negros, negras e quilombolas ainda são vistos como o povo da entrada de serviço e das senzalas contemporâneas, traduzidas nos abafados quatinhos de empregada. Estamos tiritando nas noites gélidas, no apavoro das madrugadas violentas e na melancolia famélica sob as marquises da indiferença. Estamos morrendo na tentativa de preservar nossos territórios ancestrais. Estamos nos malabarismos dos adolescentes nos sinais de trânsito, Somos herdeiros dos primeiros movimentos sociais brasileiros. Palmares pulsa e grita em nossos corações, fazendo fervilhar em nosso sangue a chama guerreira que embalará milhões de novos Zumbis e Dandaras, como os Malês de Luiza Mahin, os quilombolas de Teresa de Benguela, e os afro guerreiros de Maria Felipa. Somos filhos do Dragão do Mar e do Almirante Negro, somos a luz de esperança e luta do olhar de Marielle Franco e Moa do Katendê.

Não nos calarão! Não nos tornarão infelizes nunca mais! Enfrentaremos essa branquitude que não respeita a força dos torés e dos rezos dos que aqui sempre estiveram e permanecem guardiões das florestas e dos rios. Branquitude que nunca sentiu o soar do maracá e nunca sentiu seus corpos fortalecidos pelo genipapo.

Mas a branquitude não é somente ser da raça branca. Na verdade, é um conjunto de fatores criminosos que compõem um sistema disfarçado de normalidade e chancelados por marcos legais travestidos por cânones eugênicos e farsescos. A branquitude opera continuamente na perpetuação dos privilégios e da garantia da manutenção da raça branca nos espaços de poder e no controle das economias, dos mercados, da política e do judiciário. Enquanto filha dileta do capitalismo, foi concebida como um dínamo gerador de desigualdades e por conseguinte de emulação do racismo. Nem todo branco necessariamente é um racista, mas querendo ou não é beneficiado pelo manto imanente da branquitude, recebendo privilégios e vantagens em todos os espaços comuns da sociedade. Os privilégios estão em todos os lugares, pode ser pelo RH de uma empresa, na oferta de financiamento, no atendimento do garçom, na fiscalização do segurança nos comércios, na porta giratória dos bancos, na escola, nas internações hospitalares, na abordagem policial, nas promoções nos locais de trabalho, nos atendimentos médicos e odontológicos e até nas igrejas. O branco é tratado com deferência e sobre ele geralmente não recai qualquer tipo de suspeição pois é o padrão universal de beleza, correção, profissionalismo, responsabilidade e padrão de civilidade.

Através do colonialismo e da escravidão, esses atos criminosos de lesa humanidade, pode enriquecer e desfrutar dos prazeres de uma vida de bonança e tranquilidade. Enquanto isso, nós os/as trabalhadores/as afro indígenas vivemos na

luta por justiça, paz e igualdade. Enquanto o branco vive dentro de sua normalidade anômala, nós procuramos nos organizar da melhor maneira possível contra os avanços do capitalismo, esse monstro de mil faces, que nos oprime cotidianamente e nunca dorme, na busca insana por sua perpetuação através da opressão de negros, negras, indígenas e quilombolas.

Em nossa rede não é diferente. Apesar de ser constituída por educadores/as, ela ainda traz em sua essência as digitais do colonialismo e do poder da branquitude. Destarte sermos uma nação multicultural e pluriétnica, a matriz indoafrocêntrica com suas riquíssimas cosmovisões de mundo, não é considerada protagonista no que tange à ocupação dos espaços de poder na Rede Federal de Educação e tampouco no usufruto da democracia Plena.

Ao consolidar nosso observatório, o SINASEFE estará reeditando de maneira lapidar e histórica a configuração da primeira resistência organizada contra o capitalismo e o colonialismo no Brasil, que foi a gloriosa resistência afro indígena.

Constatando através da observação cotidiana que há uma realidade segregadora, nos diversos espaços formais de nossa rede, torna-se mister que seja criado um espaço de observação e monitoramento da mobilidade sócio profissional de nossos trabalhadores. Um espaço que permita através do uso da ciência estatística e das análises políticas e sociais, identificar, sistematizar, apresentar e corrigir as desigualdades sócio raciais que atingem o contingente de trabalhadores afro-indígenas que laboram no cotidiano da rede.

Esse espaço institucional que propomos é o Observatório Afro Indígena da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A denominação “observatório” denota observação, investigação e monitoramento, vinculando sua existência ao labor contínuo da produção de novos cenários colaborando com a construção de boas práticas na política. Um observatório afro indígena dentro da Rede Federal deve adquirir a característica de monitor como por exemplo da comparação salarial entre as etnias, as licenças para tratamento de saúde causadas pela disforia ocasionada pelos assédios sexual e moral. O observatório se empenhará em apresentar dados para que os servidores de todas as etnias possam ser alocados nos cargos de confiança, o que não acontece atualmente. Iremos também avaliar o mérito e a qualidade dos livros didáticos no que concerne ao conteúdo voltado para o cumprimento das leis 10.639/03 e 11.645/08 visando garantir qualidade de ensino no cumprimento dessa lei.

Muitos dados podem ser encontrados em fontes como as bases do Censo Nacional e suas séries históricas, nas PNADS, CAGED, DATASUS e no nosso caso intrínseco a Plataforma Nilo Peçanha do MEC, que por exemplo, possui um conjunto de indicadores importantes para a categoria. São informações excelentes, mas sob

a perspectiva de um observatório racial esses dados se apresentam incompletos, quando não estão desagregados por raça/etnia. Nesse caso, a plataforma emula e promove invisibilidade e segregação, pois sabemos que sem os indicadores sistematizados por raça/etnia, jamais saberemos por exemplo quantos negros, negras e indígenas ocupam cargos com funções gratificadas e quais são seus respectivos graus de importância e poder decisório. O Observatório pode desagregar esses dados e apontar as assimetrias raciais e étnicas nessas escolhas, apontando se for o caso, a necessidade de mecanismos de correção, exigindo do governo federal que proceda as devidas e necessárias políticas de reparações.

O Observatório apresentará ao fim de cada gestão do SINASEFE o “Censo Étnico e Racial na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, que será apresentado às nossas comunidades escolares, governo federal, entes e parceiros afins. A garantia de um resultado confiável é que os dados serão gerados e sistematizados pelos próprios trabalhadores da rede, através da gerência do SINASEFE e dos Neabis. O Censo poderá contar com as parcerias do MEC e do IBGE, através da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, ENAP, Fundação Palmares, Ministério da Integração Racial – MIR e a Plataforma Nilo Peçanha.

O observatório pode construir através de parcerias uma plataforma virtual de formação política e profissional, como por exemplo, elaborando e ministrando jornadas de formação para capacitar docentes brasileiros em relação ao cumprimento das leis 10.639/03 e 11 645/08.

Torna-se evidente que pelo volume desse conjunto de ações, que se adotadas integralmente pelo SINASEFE, poderia gerar transtornos na gestão cotidiana da instituição. Para evitar que esse tipo de óbice ocorra, as ações do Observatório podem ser gerenciadas através das seções sindicais e viabilizadas financeiramente por vias que não sejam exclusivamente o caixa do sindicato. Existem diversas vias de fomento, como por exemplo, as emendas parlamentares, recursos dos ministérios e parcerias estratégicas como a cooperação internacional.

O Observatório será um programa institucional do SINASEFE, sob a responsabilidade da pasta de Combate às Opressões e com a possibilidade de gestão compartilhada com os NEABIS. A interface principal do observatório com a categoria e com a sociedade será através do site do sindicato nacional.

### **Assinam esta tese:**

- Alfeu Fernandes Barbosa - Aposentado/Sindiscope/RJ;
- Amauri Queiroz – GT de Negras e Negros do Sindscope/RJ;
- Carla Simões de Andrade Lima Bertotti – CMR/AMPE/PE;

- Demetrius Oliveira Tahim – Seção Sindical Crato/CE;
- Diacuy Pereira de Andrade Felipe – Seção Sindical Crato/Ceará;
- Edmar da Rocha Marques – Coordenador do Sindscope/RJ;
- Eliete Ana da Silva Barbosa – TAE - GT de Negras e Negros do Sindscope/RJ;
- Joilson Cruz da Silva – Seção Sindical IFBA/CMS – Bahia;
- José Correa Neto – Seção Sindical IFSE/Sergipe;
- Julio Cesar – Sindscope/RJ;
- Katiuscia da Costa Pinheiro – Seção SINASEFE Maracanã – Maranhão;
- Núbia Regina Gomes Xavier – Diretora do Sindscope/RJ;
- Rafael Bernardo Silveira – Seção Sindical Rio do Sul/SC;
- Roberto Adão – Coordenador do GT de Negras e Negros do Sindscope/RJ;
- Tânia Cardoso da Silva – Diretora do Sindscope/RJ;
- Verione Ribeiro Bastos – Seção Sindical Crato/CE;
- William do Nascimento Carvalho – Sindscope/RJ.

## 08 - A QUESTÃO RACIAL NA POLÍTICA SINDICAL DO SINASEFE

A contextualização do racismo no Brasil é essencial para entender as complexas dinâmicas sociais e o sofrimento imposto às pessoas racializadas. Além disso, é fundamental reconhecer que o racismo é intrínseco às formas de exploração da classe trabalhadora no país. As raízes do racismo remontam à colonização, marcada pela brutal exploração dos povos indígenas e pela escravização de africanos, tratados como mercadorias e desumanizados na busca pela acumulação de riqueza. A abolição da escravidão em 1888 não eliminou o racismo, que se adaptou às mudanças do capitalismo, promovendo a racialização da população indígena e negra. Isso resultou em políticas discriminatórias e racistas, com base em uma suposta superioridade racial branca e na inferioridade das populações indígenas e negras. Portanto, é fundamental lutar pela preservação e resgate de nossas raízes culturais como forma de resistir à dominação.

No Brasil, elementos arraigados na estrutura econômica perpetuaram uma ideologia de superioridade branca, gerando discriminação sistêmica e desigualdade social. O processo de racialização, usado historicamente como ferramenta de exploração, exige uma resposta decidida. Além disso, a aculturação desempenha um papel central ao substituir a luta de classes, tornando a assimilação cultural insuficiente para mudar a posição dos negros na estrutura socioeconômica. Mesmo a esquerda, engajada historicamente na luta contra a desigualdade social, negligenciou a dimensão racial na formação da classe trabalhadora, contribuindo para a persistência do racismo estrutural no país.

Embora formalmente brancos, negros e indígenas sejam considerados parte da classe trabalhadora, a população negra e indígena enfrenta uma contínua desvalorização de seu trabalho. Isso evidencia que, apesar da igualdade formal, existem fronteiras claras e desiguais no mundo do trabalho. A ideia de democracia racial, que pregava a convivência harmoniosa entre grupos raciais, é desmentida pela segregação e discriminação racial que ainda permeiam a sociedade brasileira. O mito da democracia racial, usado para mascarar desigualdades e manter o status quo, precisa ser desmascarado, ressaltando a urgência de combater o racismo estrutural persistente no Brasil.

As desigualdades sociais, marcadas pelos aspectos raciais, se manifestam em diversas áreas, desde a renda até o acesso à educação e à saúde, bem como na violência que afeta essas comunidades. No aspecto econômico, a população negra

e indígena sofre com taxas mais altas de desemprego, ocupações informais e baixos salários. Além disso, as desigualdades raciais se entrelaçam com as de gênero, com mulheres negras enfrentando desafios adicionais no mercado de trabalho. Na educação, as disparidades são visíveis, com jovens indígenas enfrentando altas taxas de exclusão escolar. A qualidade da educação recebida por negros e indígenas também é desigual, refletindo a discriminação persistente nas escolas.

A violência é outro aspecto crítico dessas desigualdades, com taxas alarmantes de homicídios entre a população negra e indígena, além de discriminação flagrante no sistema de justiça criminal e na atuação policial. Os povos indígenas também sofrem com a violência relacionada à disputa por terras e recursos naturais, colocando em risco suas vidas e culturas.

Para combater essas disparidades, políticas públicas inclusivas e ações afirmativas são essenciais, visando à igualdade racial e de gênero no acesso à educação e no mercado de trabalho.

É crucial destacar que não podemos mais tolerar as significativas disparidades na ocupação de cargos de liderança e espaços institucionais entre negros e não negros. Essa compreensão ressalta que as reivindicações dos grupos minoritários em posições de poder transcendem questões materiais; buscam, de fato, o reconhecimento de suas identidades coletivas, traços culturais e heranças étnicas, que ao longo da história foram negligenciados, subjugados e aculturados.

Em 2023, o governo promulgou um decreto reservando 30% dos cargos comissionados executivos e funções comissionadas executivas na Administração Pública Federal para pessoas negras (pretas e pardas), alinhando-se às cotas raciais e promovendo a igualdade racial e diversidade nas posições de liderança, fortalecendo a representatividade negra nas tomadas de decisões. Esse decreto também ressalta a importância da atenção contínua e dos esforços de entidades e da sociedade na eliminação das disparidades raciais no local de trabalho, com os sindicatos desempenhando um papel de fiscalização. Paralelamente, o governo aprovou a Lei 14.611 para combater as diferenças salariais entre gêneros, impondo multas substanciais às empresas que discriminam com base em sexo, raça, etnia, origem ou idade.

No entanto, é igualmente desafiador garantir que essas leis não se limitem apenas à sua promulgação, mas sejam efetivadas. Essas medidas enfatizam a necessidade de políticas afirmativas no âmbito sindical para erradicar a discriminação e o racismo no trabalho, bem como para proteger os direitos dos trabalhadores.

No espaço sindical, a dimensão racial muitas vezes é vista como uma questão à parte nas estratégias sindicais. Historicamente, o sindicalismo concentrou-se na

luta por questões econômicas, ignorando problemas sociais como o racismo. Isso levou a conflitos dentro do sindicalismo brasileiro, pois os sindicatos raramente trataram efetivamente a discriminação racial. A falta de programas eficazes nos sindicatos para abordar o racismo e o preconceito resultou em silêncio e falta de conhecimento por parte das lideranças sindicais sobre esses problemas, muitas vezes separados das questões de classe.

Isso se deve à crença de que a unidade é essencial para o movimento sindical, e qualquer reconhecimento das particularidades e diferenças pode levar à divisão e enfraquecimento do movimento.

As lutas pelo reconhecimento desafiam as normas que governam nossa sociedade, argumentando que os padrões culturais podem resultar em opressão, desigualdade e sofrimento, especialmente quando não consideram as diferenças. Essas lutas são frequentemente carregadas de implicações morais, uma vez que questionam o próprio conceito de justiça.

A construção de um sindicato antirracista é imperativa para reduzir as desigualdades no Brasil. Os sindicatos desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos dos trabalhadores, especialmente em tempos de contínuos ataques a esses direitos. No entanto, a realidade brasileira, com suas raízes coloniais e a criminalização de grupos e movimentos sociais, impõe desafios significativos. Portanto, é crucial modificar as entidades sindicais, considerando as complexas interseccionalidades presentes nos locais de trabalho e reconhecendo que a dimensão racial não pode ser ignorada na análise das relações de classe, exigindo uma abordagem enérgica.

Os desafios do sindicato no combate ao racismo e outras formas de discriminação são significativos. Nesse contexto, é fundamental que o SINASEFE assuma um compromisso com a promoção da igualdade racial e a eliminação de práticas discriminatórias dentro e fora do ambiente sindical. Isso envolve a criação de ações que abordem o racismo de forma aberta e crítica, bem como a inclusão de pautas antirracistas nas mobilizações sindicais.

A educação antirracista emerge como uma pauta essencial, tanto na Educação quanto na sociedade brasileira como um todo. Isso implica em discutir abertamente as diversas formas de Racismo existentes em nosso país e, ao mesmo tempo, denunciar o mito da Democracia Racial. É fundamental que o sindicato e seus militantes atuem não apenas como denunciadores das injustiças raciais, mas também como agentes de mudança estrutural, promovendo ações concretas no sistema educacional, como a cobrança da implementação do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

A articulação entre as categorias de raça, classe e gênero é um desafio crucial. Reconhecendo que a riqueza do Brasil foi construída à custa da exploração de trabalhadores negros, indígenas e outros grupos marginalizados, é fundamental que o sindicato promova uma abordagem interseccional, buscando soluções que considerem a complexidade das opressões enfrentadas pela população negra e indígena.

A mudança na estrutura sindical representa um desafio significativo e crucial. Garantir a representatividade de grupos sub-representados, como negros e indígenas, em cargos de liderança e na tomada de decisões é fundamental. Para efetivamente estabelecer um sindicato antirracista, é imperativo criar uma pasta política dedicada às questões raciais, proporcionando visibilidade e prioridade a essas pautas. A implementação dessas mudanças estruturais é essencial para que o SINASEFE esteja à altura dos desafios contemporâneos relacionados à igualdade racial e ao combate ao racismo. Como sindicato, temos a responsabilidade de desempenhar um papel ativo na construção de um ambiente educacional e social antirracista. Portanto, o SINASEFE deve adotar a inclusão como um caminho para se tornar maior e ainda mais representativo.

Diante do 35º CONSINASEFE e baseando-se no acúmulo político do II ENNIQ, o SINASEFE deve priorizar uma pauta abrangente de lutas onde:

1. O SINASEFE deve supervisionar concursos públicos, com especial atenção às bancas de heteroidentificação e ao cumprimento das cotas, além de advogar pela inclusão de vagas para negros, negras, indígenas e quilombolas em programas de pós-graduação.
2. O SINASEFE deve exigir aos ministérios da Educação e da Defesa que cumpram as leis 10.639/03 e 11.645/08, incluindo a criação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) em escolas militares.
3. O SINASEFE deve buscar uma colaboração mais estreita com NEABIs, NEABs e grupos similares, bem como com Núcleos de gênero, diversidade (NUGEDs), NAPNES e outros, para promover ações conjuntas.
4. O SINASEFE deve apoiar os projetos de lei (PL) 4.386/19 e 5.476/20, referentes à reserva de vagas para candidatos indígenas em concursos e processos seletivos.
5. O SINASEFE deve pleitear a criação de Pró-Reitorias de Relações Étnico-raciais nas instituições federais de ensino.
6. O SINASEFE deve solicitar um estudo sobre o acesso, permanência e desempenho de alunos negros, negras, indígenas e quilombolas à SETEC e garantir

a adaptação curricular, o regime de alternância e intérpretes de línguas indígenas, quando necessário.

7. O SINASEFE deve requerer ao MGI e ao Ministério da Igualdade Racial o mapeamento dos servidores federais em relação à raça e gênero, disponibilizando os dados na Plataforma Nilo Peçanha.

8. O SINASEFE deve estabelecer uma política de auxílio financeiro para apoiar movimentos sociais da negritude, movimento classista e movimentos indígenas que dialoguem com o sindicato.

9. O SINASEFE deve planejar a realização de encontros regionais, estaduais e/ou seminários voltados para negros, indígenas e quilombolas, em moldes semelhantes ao Encontro de Mulheres.

10. O SINASEFE deve propor formações políticas não apenas para a base, mas também para dirigentes sindicais, abordando a reprodução do racismo no movimento sindical.

11. O SINASEFE deve pressionar pelo pagamento de Função Gratificada para Coordenação de NEABIs e por Cargos de Direção para Coordenador Geral Institucional, com a escolha dos membros do núcleo, garantindo independência e autonomia.

12. O SINASEFE deve exigir o cumprimento do decreto 11.443/2023, que estabelece 30% de cotas para servidores negros (as) em cargos de direção e assessoramento nos IFs, incorporando também os indígenas em cargos em comissão e funções de confiança.

ASSINAM ESTA TESE:

1. Abraão Romão Batista-IFPB/SINTEFPB
2. Adão de Assis - IFRJ
3. Adelino Francisco de Oliveira - IFSP
4. Adriana Nascimento de Jesus - IFSP
5. Aelcio Vander dos Santos - IFNMG - ARINOS
6. Afonso de Ligory Brandão Saife - IFPA
7. Alessandra Barreto Paravidino - IFFluminense
8. Alessandra Meira de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
9. Alessandro de Paula Silva - SINASEFE Seção Norte de Minas
10. Alexandre dos Santos Souza - IFPB
11. Alfranio Pedroso Soares - IFMS
12. Alice de Araujo Nascimento Pereira - Seção IFFluminense
13. Aline Tátilla Ferreira - Norte de Minas

14. Allan Costa - IFPB
15. Aloisio Henrique Pereira de Souza IFSC Canoinhas
16. Amalia Cardona Leites - Rio do Sul
17. Ana Paula Lopes Siqueira - IFFluminense Macaé
18. André Bellieny Roberto da Silva - IFF
19. André Brito de Sousa - SINTEFPB/IFPB
20. Andréa Lima Barros - Codó/Leste maranhense
21. Andréa Pereira Moraes - Sintietfal
22. Antônio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB
23. Antônio Luceni dos Santos - IFSP
24. Antônio Nobre da Silva - Cáceres MT
25. Arielly Dayane Lima Ribeiro - IFAC
26. Arivaldo da Silva Souza - IFBA/CMS
27. Áureo Mendonça - SINASEFE Monte Castelo
28. Camila Tenório Cunha - Brasília
29. Carlos Batel - SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
30. Carlos David de Carvalho Lobão - SINTEFPB/IFPB
31. Clarissa Maciel Cavalcante - SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
32. Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
33. Cláudia dos Santos Pinto - Sapucaia do Sul RS
34. Claudia Marcia Pereira Alves - SINASEFE IFFLUMINENSE
35. CLAUDIANE DA SILVA LADISLAU - SEÇÃO PARÁ, IFPA, ETRB E CIABA
36. Claudilena Corrêa Araújo - SINASEFE -SEÇÃO CODÓ
37. Cleiton Mariano da Silva - SINDSIFPE
38. Cristiane Sousa - IFCE/Sindsifce
39. Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão - SINTEFPB/IFPB
40. Damile Menezes Pessoa Mata - IFBA
41. Daniel Corrêa Manhães - IFFluminense
42. Daniela Hilda de Souza Siqueira - Sintef-GO
43. David Lobão - IFPB
44. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
45. Dione Cabral - SINASEFE-SP/ IFSP
46. Domingo Stálin Aguero Martinez - SINASEFE IFBA
47. Edgar Gomes Júnior - IFNMG/SINASEFE Arinos
48. EDNailda Maria dos Santos - Bahia
49. Eduardo Machado dos Santos - IFMT
50. Elielsom Oliveira dos Santos - Instituto Nacional de Educação de Surdos
51. Elielvir Marinho do Nascimento - SINDSIFCE

52. Eliezer da Cunha Siqueira - SINTEF PB
53. Elza Ferreira Santos - SINASEFE sergipe IFS
54. Emanuelle Karenyne Mota Chaves - SINASEFE IFMA- Seção Codó
55. Êmy Virginia - IFCE/Sindsifce
56. Erickson Melo Albuquerque - SINTEFPB/IFPB
57. Evaldo da Silva Soares - SINTEFPB/IFPB
58. Evaldo Gonçalves Silva - Jataí
59. Fabio de Oliveira Dias - IFSul - Campus Gravataí
60. Fábio Sampaio dos Santos Câmara - SINTEFPB/IFPB
61. Fatima Sueli Oliveira dos Santos - IFAP- campus Macapa
62. Fernanda M Furlan - IFAL
63. Fillipe Perantoni Martins - SINTEFPB/IFPB
64. Flávio de Almeida Queiroz - SINTEFPB/IFPB
65. Flávio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE
66. Francilon Lima Simões - IFSUL
67. Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo - IFPB - Campus João Pessoa
68. Francisco de Assis Queiroga-SINTEFPB/IFPB
69. Francisco Raimundo de Freitas - IFPB
70. Gabriel de Oliveira Rodrigues - AProfCMPA
71. Gabriela Borges Barbosa - Mato Grosso
72. George Bezerra Pinheiro - Sindsifce
73. Gilson José Rodrigues Junior - Natal
74. Gilvan Azevedo - SINASEFE Maracaná - IFMA
75. Giovana Lopes da Silva SINASEFE-IFMA-Seção Codó
76. Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo - SINTEFPB CG.
77. Grazielle Nayara Felicio Silva - IFSP (SINASEFE-SP)
78. Guaraci Cardoso Soares - IFPA CTRB e CIABA
79. Helio de França Gondim - SINTEFPB/IFPB
80. Henrique Nascimento da Silva - IFMS
81. Hidemi Soares Myamoto - SINTEFPB/IFPB
82. Hugo Manso - IFRN, CNat
83. Huyra Estevao de Araujo - SINASEFE SP
84. Igor Lima Rodrigues - IFCE/Sindsifce
85. Indira Oliveira - IFPA Breves
86. Inez Sales de Aguiar-seção Manaus
87. Irismar Monteiro Brasil - SINASEFE-Pará
88. Iziane Silvestre - IFCE/Sindsifce
89. Jackson Gomes Soares Souza - IFSP

90. Jefferson Oliveira Lima - SINASEFE Pará
91. João Alves Pacheco - IFSP
92. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
93. João Edson Rufino - SINTEFPB/IFPB
94. João Paulo França - IFPB
95. João Rocha Júnior - IFTM
96. Joaquim Teixeira - SINASEFE Monte Castelo
97. Joilson Silva Porto - IFAM
98. José de Araujo Pereira - SINTEFPB/IFPB
99. José de Arimateia Tavares - SINTEFPB/IFPB
100. José de Oliveira Junior - Sintietifal
101. José do Nascimento Junior - IFPB
102. Jose Ernesto Moura Knust - IFFluminense
103. José Eurico Ramos de Souza - IFAM Campus Manaus Zona Leste -  
Seção Manaus
104. José Francisco Ferreira de Oliveira - Spo
105. José Grangeiro Sobrinho - SINTEFPB/IFPB
106. José Leandro de Assis - SINTEFPB/IFPB
107. Júlio César Ferreira Rolim - IFPB.
108. Kader Carvalho Assad - IFMS
109. Lara Luísa Silva Gomes - Santa Catarina
110. Larissa Vancoscelos - SINTEFPB/IFPB
111. Larissa Leal Neves - Seção IFPA, ETRB e Ciaba
112. Laurenir Santos Peniche - SINASEFE IFPA CTRB e CIABA
113. Leandro Oliveira IFSP
114. Leewertton de Souza Marreiro - SINTEFPB/IFPB
115. Leonardo Carretta da Silva - CEFET/RJ
116. Leonardo Gomes - IFPB
117. Leonardo Victor Dias - IFS
118. Lissa Fontenelle - CMF/Sindsifce
119. Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS (Seção Bento Gonçalves)
120. Lourdes Rafaella Santos Florêncio - IFCE/Sindsifce
121. Luandson Luis da Silva - IFRN
122. Luanna Louyse Martins Rodrigues - IFMA
123. Luciene da Silva Santos - IFBAIANO/Catu
124. Lucrécia Helena Iacovino - Sindscope
125. Luís Antônio Papa - IFBA.
126. Luisa Ramos Senna Souza - SINASEFE IFBA-CMO

127. Máira Ferreira Martins - SINASEFE São Paulo
129. Márcia Soraya Teani - IFSP
130. Marco Antonio Almeida Llarena - SINTEFPB/IFPB
131. Marco Aurélio Borges Quintanilha - IFSULDEMINAS - Machado
132. Marco V M Lamarao- IFFLUMINENSE
133. Marcos Antonio Amaral Lins - SINTEFPB/IFPB
134. Marcus Cardoso da Silva - IFFFluminense/Macaé
135. Marcus Vinicius guedes da Mota - ifnmg (SINASEFE Pirapora)
136. Maria Amélia Ferracciú Pagotto - São Paulo
137. Maria Artemis Ribeiro Martins - Sindsifce
138. Maria da Conceição da Silva Rodrigues - IFCE/Sindsifce
139. Maria de Fátima Silveira Medeiros - SINASEFE IFSUL
140. Maria Eliana Almeida Matos - IFBA/CMS
141. Maria Leopoldina Lima Cardoso - SINTEFPB/IFPB
142. Maria Oseia Bier - Seção Mato Grosso
143. Maria Rodrigues Oliveira - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
144. Maria Suely-IFAM
145. Mariana Abreu Gualhano - IFFluminense
146. Mariane Martins Rapôso - Frederico Westphalen
147. Marival Baldoino de Santana - SINASEFE SP
148. Mauricio dos Santos Correia - Sintietfal
149. Michelangelo Torres - IFRJ
150. Montesquieu da Silva Vieira - SINTEFPB/IFPB
151. Natália Ayres - IFCE/Sindsifce
152. Newmark Heiner da Cunha carvalho SINTEFPB CG - IFPB
153. Oscarlino Souza Ferreira - IFBAIANO/CATU
154. Pablo Melquisedeque Souza e Silva - SINASEFE Monte Castelo/IFMA
155. Patrícia Nery Silva Souza - Seção Norte de Minas
156. Paulo Raimundo Stering Malta - IFBA
157. Pedro dos Remedios Ribeiro - MONTE CASTELO
158. Pedro Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
159. Philipe Soares - IFPE
160. Priscila Ferrari Paulino - Seção São Vicente da Serra - MT
161. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
162. Raimundo Joaquim Façanha Serra IFPA
163. Raquel Mesquita dos Santos Ramos - SINTEFPB/IFPB
164. Renata Crizanto - IFMT
165. Rian Ferreira Rodrigues - SINASEFE IF Fluminense

166. Rita de Cássia Silva da Fonseca - IFBA
167. Rita Sidmar Alencar Gil - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
168. Roberto Coutinho Medeiros Junior - IFFluminense
169. Rodrigo da Costa Lima - Seção IFSC
170. Rogério Alves de Amorim - Seção Norte de Minas
171. Rogério de Souza - SINASEFE Seção São Paulo - IFSP
172. Rômulo Alexandre Silva - IFPB/CG
173. Rosa Amélia Barbosa - IFSP
174. Rosângela de BARROS castro - IFBA
175. Ruy França - SINASEFE Monte Castelo
176. Sady Salomão da Silva Alves- IFPA
177. Samantha Macedo - IFCE/Sindsifce
178. Saulo Daniel Campos de Oliveira - SINASEFE-IFBA/CMS
179. Saulo Ramos de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
180. Silvania Trajano de Souza - SINTEFPB/IFPB
181. Sônia Regina Adão - Seção Sindical - IFSC - Santa Catarina
182. Stênio de Sousa Vieira - SINASEFE - Instituto Federal Tocantins
183. Suelânio Viegas - IFPB
184. Sueli Pereira de Andrade - SIMTEFPB
185. Tânia Regina Barbosa de Sousa - Sergipe
186. Tayanná Santos de Jesus Sbrana - SINASEFE - PA - Paragominas
187. Teresa de Souza Bahia - SINASEFE IFBA/CMS
188. Thais Surian - IFSP
189. Theo Martins Lubliner - Seção SINASEFE Sergipe
190. Thiago Marçal da Silva IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES
191. Tiago Thomáz de Assis - SINASEFE MS
192. Valmir Arruda - IFCE/Sindsifce
193. Vanessa Mandriola - ASSINES-SSIND
194. Victor Rodrigues - SINTEFPB/IFPB
195. VINÍCIUS VANIR VENTURINI - CMF
196. Vinicius Venturini- IFCE/Sindsifce
197. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IF Baiano
198. Zuila Couto - SintefPB/ IFPB

## 09 – Reorganizando para Fortalecer a Luta contra as Opressões Étnico-Raciais e LGBTQIA+

Com base nas disposições do Estatuto do SINASEFE, em particular no Capítulo III da Direção Nacional do SINASEFE, nos Artigos 18 e 19, propomos a reestruturação das Coordenações, especificamente a separação da Coordenação de Combate às Opressões em Coordenações distintas: uma dedicada a pauta LGBTQIA+ e outra à promoção de políticas para questões étnico-raciais. Esta mudança é necessária devido às limitações práticas decorrentes do compartilhamento dessas pastas, que se mostraram ineficazes e, em certa medida, improdutivas para abordar as questões raciais e de gênero de maneira adequada.

Proposta de alteração no Estatuto do SINASEFE:

Art.19. A Direção Nacional é composta pelas seguintes Coordenações:

[...]

IX. Coordenação de políticas para questões étnico-raciais., que terá dois (2) membros;

[...]

XI. Coordenação LGBTQIA+, que terá dois (2) membros.

Justificativa:

Conforme o Artigo 18 do Estatuto do SINASEFE, a composição atual da Direção conta com quatro suplentes que desempenham um papel muito mais amplo do que simplesmente substituir outros membros. Participam ativamente das deliberações sobre todos os aspectos da vida sindical, com uma definição genérica sobre sua função no sindicato e inclusive com implicações financeiras. Neste contexto, é pertinente considerar a possibilidade de alocar essas suplências para garantir a separação da Coordenação de Combate às Opressões.

Ficou evidente que, embora o debate sobre o combate as opressões sejam inerentemente interseccionais, não abrange necessariamente as questões raciais e LGBTQIA+ de forma indelével. Portanto, a separação das Coordenações permitirá um foco mais específico nas questões que impactam diretamente as pessoas LGBTQIA+ e nas comunidades negras, indígenas e quilombolas, bem como nos desafios de construir um espaço sindical e um projeto de educação antirracista e antilgbtfóbico. Essa reorganização garantirá uma abordagem mais receptiva e um diálogo mais proveitoso com os diversos segmentos que compõem e participam ativamente do SINASEFE.

ASSINAM ESTA TESE:

1. Abraão Romão Batista-IFPB/SINTEFPB
2. Adão de Assis - IFRJ
3. Adelino Francisco de Oliveira - IFSP
4. Adriana Nascimento de Jesus - IFSP
5. Aelcio Vander dos Santos - IFNMG - ARINOS
6. Afonso de Ligory Brandão Saife - IFPA
7. Alessandra Barreto Paravidino - IFFluminense
8. Alessandra Meira de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
9. Alessandro de Paula Silva - SINASEFE Seção Norte de Minas
10. Alexandre dos Santos Souza - IFPB
11. Alfranio Pedroso Soares - IFMS
12. Alice de Araujo Nascimento Pereira - Seção IFFluminense
13. Aline Tátilla Ferreira - Norte de Minas
14. Allan Costa - IFPB
15. Aloisio Henrique Pereira de Souza IFSC Canoinhas
16. Amalia Cardona Leites - Rio do Sul
17. Ana Paula Lopes Siqueira - IFFluminense Macaé
18. André Bellieny Roberto da Silva - IFF
19. André Brito de Sousa - SINTEFPB/IFPB
20. Andréa Lima Barros - Codó/Leste maranhense
21. Andréa Pereira Moraes - Sintietfal
22. Antônio Jesus Souza Melo Neto - SINTEFPB/IFPB
23. Antônio Luceni dos Santos - IFSP
24. Antônio Nobre da Silva - Cáceres MT
25. Arielly Dayane Lima Ribeiro - IFAC
26. Arivaldo da Silva Souza - IFBA/CMS
27. Áureo Mendonça - SINASEFE Monte Castelo
28. Camila Tenório Cunha - Brasília
29. Carlos Batel - SINASEFE Rio do Sul/Ibirama
30. Carlos David de Carvalho Lobão - SINTEFPB/IFPB
31. Clarissa Maciel Cavalcante - SINASEFE IFPA-CTRB-CIABA
32. Claudenira Cavalcante Melo - IFCE/Sindsifce
33. Cláudia dos Santos Pinto - Sapucaia do Sul RS
34. Claudia Marcia Pereira Alves - SINASEFE IFFLUMINENSE
35. CLAUDIANE DA SILVA LADISLAU - SEÇÃO PARÁ, IFPA, ETRB E CIABA

36. Claudilena Corrêa Araújo - SINASEFE -SEÇÃO CODÓ
37. Cleiton Mariano da Silva - SINDSIFPE
38. Cristiane Sousa - IFCE/Sindsifce
39. Dalva Maiza Medeiros Costa Galvão - SINTEFPB/IFPB
40. Damile Menezes Pessoa Mata - IFBA
41. Daniel Corrêa Manhães - IFFluminense
42. Daniela Hilda de Souza Siqueira - Sintef-GO
43. David Lobão - IFPB
44. Diacuy Pereira de Andrade Felipe - Crato Ceará
45. Dione Cabral - SINASEFE-SP/ IFSP
46. Domingo Stálin Agüero Martinez - SINASEFE IFBA
47. Edgar Gomes Júnior - IFNMG/SINASEFE Arinos
48. EDNailda Maria dos Santos - Bahia
49. Eduardo Machado dos Santos - IFMT
50. Elielsom Oliveira dos Santos - Instituto Nacional de Educação de Surdos
51. Elielvir Marinho do Nascimento - SINDSIFCE
52. Eliezer da Cunha Siqueira - SINTEF PB
53. Elza Ferreira Santos - SINASEFE sergipe IFS
54. Emanuelle Karenyne Mota Chaves - SINASEFE IFMA- Seção Codó
55. Êmy Virginia - IFCE/Sindsifce
56. Erickson Melo Albuquerque - SINTEFPB/IFPB
57. Evaldo da Silva Soares - SINTEFPB/IFPB
58. Evaldo Gonçalves Silva - Jataí
59. Fabio de Oliveira Dias - IFSul - Campus Gravataí
60. Fábio Sampaio dos Santos Câmara - SINTEFPB/IFPB
61. Fatima Sueli Oliveira dos Santos - IFAP- campus Macapa
62. Fernanda M Furlan - IFAL
63. Fillipe Perantoni Martins - SINTEFPB/IFPB
64. Flávio de Almeida Queiroz - SINTEFPB/IFPB
65. Flávio dos Santos Barbosa - CMR-EAMPE
66. Francilon Lima Simões - IFSUL
67. Francisco Das Chagas da Nóbrega Figueiredo - IFPB - Campus João Pessoa
68. Francisco de Assis Queiroga-SINTEFPB/IFPB
69. Francisco Raimundo de Freitas - IFPB
70. Gabriel de Oliveira Rodrigues - AProfCMPA
71. Gabriela Borges Barbosa - Mato Grosso
72. George Bezerra Pinheiro - Sindsifce
73. Gilson José Rodrigues Junior - Natal

74. Gilvan Azevedo - SINASEFE Maracanã - IFMA
75. Giovana Lopes da Silva SINASEFE-IFMA-Seção Codó
76. Gislayne Sabrina de Lira Bertoldo - SINTEFPB CG.
77. Grazielle Nayara Felicio Silva - IFSP (SINASEFE-SP)
78. Guaraci Cardoso Soares - IFPA CTRB e CIABA
79. Helio de França Gondim - SINTEFPB/IFPB
80. Henrique Nascimento da Silva - IFMS
81. Hidemi Soares Myamoto - SINTEFPB/IFPB
82. Hugo Manso - IFRN, CNat
83. Huyra Estevao de Araujo - SINASEFE SP
84. Igor Lima Rodrigues - IFCE/Sindsifce
85. Indira Oliveira - IFPA Breves
86. Inez Sales de Aguiar-seção Manaus
87. Irismar Monteiro Brasil - SINASEFE-Pará
88. Iziane Silvestre - IFCE/Sindsifce
89. Jackson Gomes Soares Souza - IFSP
90. Jefferson Oliveira Lima - SINASEFE Pará
91. João Alves Pacheco - IFSP
92. João Carlos Cichaczewski - Litoral/SC
93. João Edson Rufino - SINTEFPB/IFPB
94. João Paulo França - IFPB
95. João Rocha Júnior - IFTM
96. Joaquim Teixeira - SINASEFE Monte Castelo
97. Joilson Silva Porto - IFAM
98. José de Araujo Pereira - SINTEFPB/IFPB
99. José de Arimateia Tavares - SINTEFPB/IFPB
100. José de Oliveira Junior - Sintietifal
101. José do Nascimento Junior - IFPB
102. Jose Ernesto Moura Knust - IFFluminense
103. José Eurico Ramos de Souza - IFAM Campus Manaus Zona Leste -  
Seção Manaus
104. José Francisco Ferreira de Oliveira - Spo
105. José Grangeiro Sobrinho - SINTEFPB/IFPB
106. José Leandro de Assis - SINTEFPB/IFPB
107. Júlio César Ferreira Rolim - IFPB.
108. Kader Carvalho Assad - IFMS
109. Lara Luísa Silva Gomes - Santa Catarina
110. Larissa Vancoscelos - SINTEFPB/IFPB

111. Larissa Leal Neves - Seção IFPA, ETRB e Ciaba
112. Laurenir Santos Peniche - SINASEFE IFPA CTRB e CIABA
113. Leandro Oliveira IFSP
114. Leewertton de Souza Marreiro - SINTEFPB/IFPB
115. Leonardo Carretta da Silva - CEFET/RJ
116. Leonardo Gomes - IFPB
117. Leonardo Victor Dias - IFS
118. Lissa Fontenelle - CMF/Sindsifce
119. Lissandra Luvizão Lazzarotto - IFRS (Seção Bento Gonçalves)
120. Lourdes Rafaella Santos Florêncio - IFCE/Sindsifce
121. Luandson Luis da Silva - IFRN
122. Luanna Louyse Martins Rodrigues - IFMA
123. Luciene da Silva Santos - IFBAIANO/Catu
124. Lucrécia Helena Iacovino - Sindscope
125. Luís Antônio Papa - IFBA.
126. Luisa Ramos Senna Souza - SINASEFE IFBA-CMO
127. Máira Ferreira Martins - SINASEFE São Paulo
129. Márcia Soraya Teani - IFSP
130. Marco Antonio Almeida Llarena - SINTEFPB/IFPB
131. Marco Aurélio Borges Quintanilha - IFSULDEMINAS - Machado
132. Marco V M Lamarao- IFFLUMINENSE
133. Marcos Antonio Amaral Lins - SINTEFPB/IFPB
134. Marcus Cardoso da Silva - IFFFluminense/Macaé
135. Marcus Vinicius guedes da Mota - ifnmg (SINASEFE Pirapora)
136. Maria Amélia Ferracciú Pagotto - São Paulo
137. Maria Artemis Ribeiro Martins - Sindsifce
138. Maria da Conceição da Silva Rodrigues - IFCE/Sindsifce
139. Maria de Fátima Silveira Medeiros - SINASEFE IFSUL
140. Maria Eliana Almeida Matos - IFBA/CMS
141. Maria Leopoldina Lima Cardoso - SINTEFPB/IFPB
142. Maria Oseia Bier - Seção Mato Grosso
143. María Rodrigues Oliveira - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
144. Maria Suely-IFAM
145. Mariana Abreu Gualhano - IFFluminense
146. Mariane Martins Rapôso - Frederico Westphalen
147. Marival Baldoino de Santana - SINASEFE SP
148. Mauricio dos Santos Correia - Sintietfal
149. Michelangelo Torres - IFRJ

150. Montesquieu da Silva Vieira - SINTEFPB/IFPB
151. Natália Ayres - IFCE/Sindsifce
152. Newmark Heiner da Cunha carvalho SINTEFPB CG - IFPB
153. Oscarlino Souza Ferreira - IFBAIANO/CATU
154. Pablo Melquisedeque Souza e Silva - SINASEFE Monte Castelo/IFMA
155. Patrícia Nery Silva Souza - Seção Norte de Minas
156. Paulo Raimundo Stering Malta - IFBA
157. Pedro dos Remedios Ribeiro - MONTE CASTELO
158. Pedro Ribeiro - SINASEFE Monte Castelo
159. Philipe Soares - IFPE
160. Priscila Ferrari Paulino - Seção São Vicente da Serra - MT
161. Priscila Porto Ribeiro Silva - Monte Castelo
162. Raimundo Joaquim Façanha Serra IFPA
163. Raquel Mesquita dos Santos Ramos - SINTEFPB/IFPB
164. Renata Crizanto - IFMT
165. Rian Ferreira Rodrigues - SINASEFE IF Fluminense
166. Rita de Cássia Silva da Fonseca - IFBA
167. Rita Sidmar Alencar Gil - SINASEFE IFPA, ETRB e CIABA
168. Roberto Coutinho Medeiros Junior - IFFluminense
169. Rodrigo da Costa Lima - Seção IFSC
170. Rogério Alves de Amorim - Seção Norte de Minas
171. Rogério de Souza - SINASEFE Seção São Paulo - IFSP
172. Rômulo Alexandre Silva - IFPB/CG
173. Rosa Amélia Barbosa - IFSP
174. Rosângela de BARROS castro - IFBA
175. Ruy França - SINASEFE Monte Castelo
176. Sady Salomão da Silva Alves- IFPA
177. Samantha Macedo - IFCE/Sindsifce
178. Saulo Daniel Campos de Oliveira - SINASEFE-IFBA/CMS
179. Saulo Ramos de Oliveira - SINTEFPB/IFPB
180. Silvania Trajano de Souza - SINTEFPB/IFPB
181. Sônia Regina Adão - Seção Sindical - IFSC - Santa Catarina
182. Stânio de Sousa Vieira - SINASEFE - Instituto Federal Tocantins
183. Suelânio Viegas - IFPB
184. Sueli Pereira de Andrade - SIMTEFPB
185. Tânia Regina Barbosa de Sousa - Sergipe
186. Tayanná Santos de Jesus Sbrana - SINASEFE - PA - Paragominas
187. Teresa de Souza Bahia - SINASEFE IFBA/CMS

188. Thais Surian - IFSP
189. Theo Martins Lubliner - Seção SINASEFE Sergipe
190. Thiago Marçal da Silva IF SUL DE MINAS- CAMPUS INCONFIDENTES
191. Tiago Thomáz de Assis - SINASEFE MS
192. Valmir Arruda - IFCE/Sindsifce
193. Vanessa Mandriola - ASSINES-SSIND
194. Victor Rodrigues - SINTEFPB/IFPB
195. VINÍCIUS VANIR VENTURINI - CMF
196. Vinicius Venturini- IFCE/Sindsifce
197. Vivianne Cambuí Figueiredo Rocha - IF Baiano
198. Zuila Couto - SintefPB/ IFPB